UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RAFAEL DE SOUZA

**CENÁRIOS DE PROTESTO: MOBILIZAÇÃO E ESPACIALIDADE NO CICLO DE
CONFRONTO DE JUNHO DE 2013**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**CENÁRIOS DE PROTESTO: MOBILIZAÇÃO E ESPACIALIDADE NO CICLO DE
CONFRONTO DE JUNHO DE 2013**

RAFAEL DE SOUZA

Tese Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angela Maria Alonso

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

d719c de Souza, Rafael
 Cenários de Protesto: Mobilização e Espacialidade
 no Ciclo de Confronto de Junho de 2013 / Rafael de
 Souza ; orientadora Angela Maria Alonso. - São
 Paulo, 2018.
 299 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo.
 Departamento de Sociologia. Área de concentração:
 Sociologia.

 1. Movimentos Sociais. 2. Espaço Urbano. 3.
 Confronto Político. I. Alonso, Angela Maria, orient.
 II. Título.

SOUZA, Rafael de. *Cenários de Protesto: Mobilização e Espacialidade no Ciclo de Confronto de Junho de 2013*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Data de exame da Tese

____/____/____

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Angela Maria Alonso

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Suplentes:

Prof. Dr.

Instituição:

Prof. Dr.

Instituição:

Prof. Dr.

Instituição:

Prof. Dr.

Instituição:

Para a Carol
Carolzinha, Carolina...

AGRADECIMENTOS

Finalizar uma dissertação de Mestrado é uma guerra. Finalizar uma tese de Doutorado por outro lado é fazer um armistício. Em ambos os casos é necessário o apoio de amigos, familiares e colegas de ofício. Não se faz nada sem aliados nessa jornada. Trincheiras e batalhas que não seriam ganhas não fosse o companheirismo de muitos. A seu modo, todos possibilitaram os tratados de paz de si consigo mesmo que existem numa tese.

Antes de qualquer coisa, quero deixar registrados os agradecimentos a minha orientadora já de longa data, Prof.^a Dr.^a Angela Maria Alonso. Pela paciência homérica com que leu textos meus e sagacidade com que identificou gargalos e problemas na pesquisa. A seriedade que dedicou a todas as conversas sobre os temas e as dificuldades do projeto. Sem o muito tempo dispensado pela orientadora, seria impossível desenvolver-me enquanto pesquisador. Muito do que sei, do que faço e muito dos “trejeitos” acadêmicos vieram do convívio com a orientadora. Que, de certo modo, será sempre alguém em quem me espelhar. Se Bourdieu dizia que a sociologia é um esporte de combate, a Prof.^a Angela me ensinou que sociologia é um esporte de criação. Em suma, agradecer pela dose cavalaresca de sabedoria que a orientadora me transmitiu, ensinando-me a navegar nesse mundo acadêmico, sempre difícil, ora hostil, ora cheio de boas surpresas.

Muitos foram também os amigos e colegas de ofício que ajudaram a travar as guerras na pesquisa. Espero não me esquecer de ninguém. É mister deixar registrado as contribuições dadas pelo Prof. Dr. Brasília Sallum Jr. e pelo Prof. Dr. Charles Kirschbaum na banca de qualificação. Contribuições com as quais pude desvencilhar-me de caprichos tolos na execução da tese. Também foram providenciais as muitas conversas e a participação em projetos com a Prof.^a Dr.^a Débora Alves Maciel e a Prof.^a Marta Machado. O convívio e a amizade em muitas horas difíceis com a Prof.^a Débora ensinaram-me todas as muitas nuances da vida acadêmica e renovaram a paixão pelo ofício da sociologia. Mostraram-me que boas ideias e hipóteses não têm lugar ou contexto certo para emergir. Em resumo, ensinaram que sociologia só é válida quando feita para além de títulos, cargos e amarras profissionais.

Outros professores também foram importantes para a formação durante o Doutorado e para o aprendizado adquirido. Queria agradecer aos ensinamentos passados pelo Prof. Dr. Eduardo Marques e pela Prof.^a Dr.^a Lorena Barberia. Igualmente é necessário deixar registradas as contribuições feitas a textos e artigos. Esse é o caso dos comentários valiosos da Prof.^a Euzeneia Carlos do Nascimento, Prof.^a Marisa von Bülow, Prof. José Eduardo León Szwako e Prof.^a Dr.^a Rebecca Abers na ocasião da Anpocs-2017. Também merece destaque a leitura

atenta do Prof. Dr. Breno Bringel, Prof^ª. Dr^ª. Cristiana Losekann no encontro da SBS-2017. Agradeço ainda a amizade da Prof^ª. Dr^ª. Márcia Lima, cujos conselhos em várias ocasiões me desviaram de rotas desastrosas na vida acadêmica e pela oportunidade de compor a organização do Primeiro Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação na Sociologia.

Devo agradecer também aos amigos e colegas que ajudaram a suportar as pressões e precariedades da vida de sociólogo. Dediquei muito tempo à construção da pesquisa, e, sem o apoio da Ana Carolina Andrada, todo esse esforço cairia por terra. Foram muitas horas dedicadas a soluções de problemas na elaboração de bancos de dados. Uma faceta árida, mas necessária e que, caso solitária, seria a chave para a derrota.

Presto agradecimentos igualmente a Pablo Calcina. O suporte técnico nos bancos de dados e nas ferramentas usadas na tese foi insubstituível e se fez igualmente importante. Agradeço os muitos participantes na pesquisa Performances Políticas e Circulação de Repertórios nos Ciclos de Protesto Contemporâneos no Brasil realizada no Cebrap. Muitos foram os participantes ao longo do tempo. Tentarei lembrar de todos. Contudo, sem dúvida alguma, destacam-se aqui as muitas horas que Viviane Brito de Souza e Lilian Sendretti gastaram em conjunto nas mais variadas “aventuras” na consecução do projeto. Sem elas, a tese e o projeto seriam infactíveis. Agradecimento especial deve ser dado à estimada colega, pesquisadora e amiga Hellen Guicheney. O convívio fez perceber as dificuldades de gerenciar projetos, mas também a batalha cotidiana para fazer todas as coisas funcionarem. Não por rotina, mas porque Hellen entende a importância desses projetos na vida de quem está envolvido. Agradeço a todos os momentos de felicidade quando uma batalha era cumprida e todo o suporte nas horas difíceis. No projeto também passaram pessoas importantes como Nicole Fobe, Laura Trajber Waibisch, Évora Cardoso, Camila Amaral Gonçalves, Thais Fernandes Pereira e outros que posso ter esquecido, mas que foram igualmente importantes.

Faz-se necessário agradecer às amigas e colaboradoras de projetos paralelos, mas que foram igualmente importantes no meu desenvolvimento enquanto profissional. À amizade da querida Patrícia Rezende. Os meus muitos momentos de dúvida quanto à vida acadêmica, mas também o compromisso e fé inabalável no valor da pesquisa a acompanharam e me ajudaram a passar por muitas fases complicadas. Fins de semana que divididos na tarefa de consolidação aproximaram à querida amiga. Agradeço a Fabíola Fanti pela paciência e confiança quando trabalhou comigo. Foram horas difíceis e apertadas, mas a competência e o esmero de Fabíola muito me inspiraram. Também devo mencionar a colaboração da Eduarda Monteiro e da Thauane Rocha.

Além do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) outros espaços foram importantes. Seja pelos amigos, seja pelas oportunidades de crescimento profissional. Gostaria de agradecer o apoio fundamental dispensado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sem cujo apoio financeiro a pesquisa não seria possível. E ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. Nesses anos todos, sem a colaboração de funcionários e colegas seria impossível completar esse esforço. Sou intensamente grato às atividades do Seminário de Sociologia Política e História, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Angela Maria Alonso.

Muitos foram os amigos feitos no departamento desde o tempo do Mestrado. Um especial agradecimento a Lucas Amaral de Oliveira e Andrea Roca: amigos desde o início da jornada. Mesmo que a distância tenha aumentado, as memórias, o carinho e a amizade nunca deixaram de estar por perto. Também cito colegas que pacientemente me escutaram em diversas ocasiões, elucubrando ideias sobre sociologia ou os temas da tese. Agradeço a Monise Picanço, Marcelo Netto, Mariana Toledo, Benno Alves, Luiz Zalaf, Rogério Barbosa, Thiago Oliveira, Marcelo Netto e Sara Tufano. A Pietro e Gabriela, pela grande amizade em horas improváveis.

Destaco também a amizade sempre presente dos colegas do Seminário de Sociologia, Política e História. A Catalina Gonzalez pelas muitas horas de “puxada de orelha” que me colocaram juízo e pela amizade dividida entre a academia e os sambas. A Gabriela Pereira Martins, por dividir muitas angústias e dúvidas. A Maria Mercedes Salgado, por ser motivo de inspiração e pelos conselhos e “broncas”. A Ellen Elsie pela amizade recente, mas sincera, carinhosa e que espero continue a dar muitos frutos no futuro. A Vinícius de Oliveira Bessi, pelas leituras. A Verônica Freitas, pela amizade mais recente ainda. A Flávia Rios, modelo de pesquisadora e cuja amizade muito me fortaleceu em diversos momentos difíceis: muitas foram as ideias e trocas ao longo do Doutorado. Também registro agradecimentos o Matheus Gato. Poucos são tão entusiastas da vida de sociólogo como Matheus. Agradeço pelos muitos comentários lúcidos recebidos de ambos.

Por fim, aos amigos que se dividiram entre a casa e os bares de boêmia. Locais cuja centralidade em minha vida não pode ser negada. Afinal, nesses locais também se pensa na tese. E se vive uma porção de coisas relevantes, sem as quais é impossível concluir a pesquisa. Agradeço enormemente o Thiago “Carioca” Mاتيولli, pelas discussões de sociologia à beira dos caminhos e dos sambas. Agradecimentos aos amigos antigos que me suportaram heroicamente em muitos momentos: Marcio Sena e Antônio Crepaldi. Alessandro Akira e Cássio Aguiar, amigos de tão longa data, mas que o tempo sempre traz de volta. Agradeço pela amizade que

persiste a despeito do tempo e da distância de Fernanda Latorre. Sempre amiga das horas tristes e companheira nas horas difíceis. Também pelo carinho de Bruna Câmara, que mesmo sempre viajando arruma tempo para lembrar de tão cara amizade como a nossa.

Também deixo agradecimentos registrados ao grande amigo Jarbas Rezende Lima, pelas muitas horas viajando nas noites. A Aislan de Sá, pupilo da amizade. A Flávinha, Eriquinha cantora, João “Johnny Boy”, Felipinho, Patrícia, Cris minha geógrafa preferida, Luiz Barbosa, Matheuzinho, Vinny, Tony, Bruna Pestana, Glaucia e Renatinha, amizade recente do Júlio, ao também recente amigo Leandro e tantos outros amigos na vida desta cidade pequenina de interior que se chama “Butantã”. Amigos frequentes no Amazonas Bar. Agradeço ao Amazonas Bar, ilha de felicidade num mar de tanta solidão, à qual nós todos amigos tivemos a sorte de ter atracado um dia.

Agradecimento especial a amigos que estiveram em momentos tensos e momentos muito felizes, cuja ausência tornaria muito difícil a conclusão da tese. A Marcella Franzin, companheira e amiga, cujas muitas horas de alegria e conselhos me foram indispensáveis – e hoje minha comadre. A Leonardo Mello Lins, pela jornada longa e incessante ao longo do tempo, companheiro não somente de muitas conversas e horas difíceis na sociologia, mas também de muitas aventuras que compõem à vida. A Ian Prates, amizade inesperada e improvável, mas que só se foi tornando cada vez mais sólida e especial. Com esses dois amigos, comecei a guerra do Mestrado e termino o armistício.

Queria agradecer especialmente a minha mãe, Eliene Santos de Souza. Afinal, sem todas as horas de luta passadas em claro nos corredores de hospitais, como enfermeira, eu não conseguiria sequer ter saído de minha cidade. Adversidades, momentos de solidão, pobreza e tristeza ao quais ela suportou, tudo para que eu e meu irmão conseguíssemos o mínimo de condições. E, no meio de tudo isso, ela me ensinou o prazer da autonomia e liberdade e o desejo de permanecer independente. Nesse esteio, também queria agradecer a meu irmão Thiago de Souza Messias, que embora, diferente, tão unidos somos. Apesar das distâncias, está sempre junto de mim. A meus muitos tios e tias. De ambos os lados. Família expandida, que, como interiorano, não poderia ser diferente. A chegada a este momento nunca teria sido possível sem as viagens, os sorrisos, os momentos de conflito e de alegrias de que são feitas muitas famílias. Da minha família retirante nordestina materna aos anarquistas da família imigrante paterna.

Por fim, gostaria de agradecer àquela que apareceu em minha vida no dia 06 de janeiro de 2014, no início de tudo: Carolina Adania. Surgiu como que guardando uma frase dentro de uma canção. Escondeu beijos e, nos muitos goles de cerveja, nos copos, nos bares, nos colos,

estive comigo quando ninguém mais estava. Meu bem, meu lugar será sempre onde quer que você esteja. Porque contigo Carolina eu tenho e não tenho pressa de viver. Porque só você me entende e conhece o som e a fúria de nossa vida. Todos os dias, meu bem, vem morar comigo. E assim termina uma guerra. Faz-se o armistício.

“Vem pra rua, vem! Ficar em casa não ajuda a ninguém!”

Slogans do Ciclo de Junho 2013

“Uma cidade muda não muda!”

Slogans do Ciclo de Junho 2013

*“Talvez do mundo só reste um terreno baldio
coberto de imundícies e o jardim suspenso do paço
imperial do Grande Khan. São as nossas pálpebras
que os separam, mas não se sabe qual está dentro e
qual está fora.”*

Ítalo Calvino (*As Cidades Invisíveis*)

Resumo

A presente tese tem o intuito de apresentar o ciclo de confrontos em junho de 2013 sob uma ótica específica: a espacialidade dos protestos. Os objetivos são, portanto, dar conta de uma importante carência na teoria dos movimentos sociais que só lateralmente tem tratado a questão do espaço e sua influência no volume e caracterização dos eventos de protesto. Outro objetivo é mais restrito e limitado. Os confrontos em junho de 2013 tomaram de assalto as ruas das cidades brasileiras e invadiram todos os espaços físicos possíveis no intuito de celebrar a revolta do “poder popular” contra “tudo isso que estava aí”. Parte das análises adotou o espaço como fator decisivo na formação de eixos de “motivação” para os manifestantes. O “direito à cidade” apareceu como ponto motivador para os atores coletivos presentes no ciclo de junho. A tese não rejeita essa hipótese, mas acredita que ela deva ser qualificada. Isso porque o espaço físico é formado segundo os mais variados padrões urbanos no Brasil. Existem diversos brasis urbanos. E, dentro dessa diversidade, é fundamental olhar para o trivial da cena do protesto. Isto é, todo protesto é realizado em um lugar. Lugar, com traços e características específicas. No espaço físico onde se encontram manifestantes vestidos com os mais diversos matizes – verde-amarelos, vermelhos e o *punk* anarquista – também interagem cidadãos comuns, jornalistas, policiais e autoridades políticas. Isto é, se a espacialidade do protesto importa para além da formação das carências urbanas, de que modo esses espaços influenciam os ativistas nas tomadas de decisão? Quais mecanismos favorecem ou impedem a mobilização em determinados espaços físicos dentro das cidades? A hipótese da tese é de que é possível identificar *cenários políticos definidos por práticas socioespaciais que conectam os atores políticos*. Fez-se uso tanto de material da imprensa da época, dando um tratamento qualitativo, como também de abordagens metodológicas quantitativas, a fim de traçar o processo de difusão do ciclo de confrontos e sua relação com os espaços, a Análise de Eventos de Protesto (AEP) foi mobilizada. Entre os achados está a identificação de dois cenários definidos de protesto. Até 2013, a cidade de São Paulo era marcada pela existência de dois tipos de cenários de mobilização e protesto: cenários de negociação (com a presença de sindicatos, socialistas outros atores na região central) e cenários de confronto e pressão (tanto autonomistas quanto socialistas fazendo uso do vetor sudoeste da cidade). Esses cenários foram fundamentais na criação de laços e alianças e, portanto, fundamentais para a evolução do ciclo de junho de 2013. Ao contrário de determinadas narrativas, os espaços ativados em junho não podem ser caracterizados como novos. Os protestos recuperaram as ocupações em cenários estabelecidos de protesto.

Palavras-chave: Manifestação popular. Protestos. Confrontos. Junho 2013. Espaço público.

Abstract

The present thesis aims to present the cycle of confrontations in June 2013 under a specific perspective: the spatiality of the protests. The objectives are therefore to account for an important lack in the theory of social movements that only laterally has dealt with the issue of space and its influence on the volume and characterization of protest events. Another goal is more restricted and limited. The clashes in June 2013 took over Brazilian cities and invaded all possible physical spaces in order to celebrate the revolt of “popular power” against “all that was there.” Part of the analysis adopted space as a decisive factor in the formation of “motivation” axes for demonstrators. The “right to the city” appeared as a motivating point for the collective actors present in the June cycle. The thesis does not reject this hypothesis but believes that it should be qualified. This is because; the physical space is varied according to the most varied urban patterns in Brazil. There are several urban Brasils. And within this diversity, it is fundamental to look at the trivial of the protest scene. That is, every protest is held in one place. Place, with specific features and characteristics. The physical space in which demonstrators dressed in the most varied shades - yellow-green, red and anarchist punk - are also interacting with ordinary citizens, journalists, adherents, police officers and political authorities. That is, if the spatiality of protest matters in addition to the formation of urban needs, how do these spaces influence activists in their decision-making? What mechanisms favor or prevent mobilization in certain physical spaces within cities? The hypothesis of the thesis is possible to identify political scenarios defined by socio-spatial practices that connect political actors. The thesis made use of both press material of the time, giving a qualitative treatment, as well as using quantitative methodological approaches. In order to trace the process of diffusion of the confrontation cycle and its relation to space, Protest Event Analysis (AEP) was mobilized. Among the findings is the identification of two defined protest scenarios. Until 2013, the city of São Paulo was marked by the existence of two types of mobilization and protest scenarios: negotiation scenarios (with the presence of unions, socialists and other actors in the central region) and scenarios of confrontation and pressure (both autonomist and socialist making use of the southwestern vector of the city). These scenarios were fundamental in the creation of bonds and alliances and therefore fundamental to the evolution of the cycle of June 2013. Unlike certain narratives, the spaces activated in June cannot be characterized as new. The protests recovered occupations in established protest scenarios.

Keywords: Popular manifestation. Protests. Confrontations. June 2013. Public space.

Lista de Figuras

FIGURA 2.1 MANIFESTANTES CONTRA CORRUPÇÃO E ATIVISTA DO ANONYMOUS.....	106
FIGURA 3.1 EVENTOS DE PROTESTO POR FASE, BRASIL, CICLO DE JUNHO, 2013.....	114
FIGURA 3.2 NÚMERO DE EVENTOS E LOCAIS DE PROTESTO EM CADA CIDADE, BRASIL, CICLO DE JUNHO 2013 ..	116
FIGURA 3.3 NÚMERO DE LOCAIS DE PROTESTO EM CADA CIDADE POR DATA, BRASIL, CICLO DE JUNHO 2013	119
FIGURA 3.4 EVENTOS DE PROTESTO E ESTADOS- CICLO DE JUNHO 2013.....	122
FIGURA 3.5 CIDADES COM EVENTOS DE PROTESTO, ESTADOS - CICLO DE JUNHO DE 2013	123
FIGURA 3.6 RAZÃO ENTRE EVENTOS DE PROTESTO E CIDADES, ESTADOS- CICLO DE JUNHO 2013.....	124
FIGURA 3.7 DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS COM PELO MENOS UM EVENTO POR TAMANHO DA POPULAÇÃO, 2013	127
FIGURA 3.8 DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS, POR IDHM, IBEU E TAMANHO NO CICLO DE JUNHO, 2013	129
FIGURA 3.9 TIPOS DE LOCAL DE PROTESTOS E TAMANHO DAS CIDADES, BRASIL, CICLO DE JUNHO 2013	134
FIGURA 3.10 TIPOS DE LOCAL DE PROTESTOS E IBEU, BRASIL, CICLO DE JUNHO 2013.....	137
FIGURA 5.1 NÚMERO DE EVENTOS E NÚMERO DE LOCAIS, SÃO PAULO, 2011- MAIO 2013	179
FIGURA 5.2 NÚMERO DE MANIFESTANTES POR EVENTO, SÃO PAULO, 2011-MAIO 2013.....	181
FIGURA 5.3 DISTRIBUIÇÃO DE EVENTOS DE PROTESTO, 2011- MAIO 2013	183
FIGURA 5.4 NÚMERO DE EVENTOS E RUAS, SÃO PAULO, 2011- MAIO 2013.....	185
FIGURA 5.5 EVENTOS DE PROTESTO E POLICIAMENTO, 2011- MAIO 2013	188
FIGURA 5.6 EVENTOS DE PROTESTO, POLICIAMENTO E DESLOCAMENTO, 2011- MAIO 2013.....	190
FIGURA 5.7 EVENTOS DE PROTESTO E TIPOS DE LOCAL, 2011	191
FIGURA 5.8 EVENTOS DE PROTESTO E TIPOS DE LOCAL, 2012.....	194
FIGURA 5.9 EVENTOS DE PROTESTO E TIPOS DE LOCAL, MAIO, 2013	197
FIGURA 5.10 USO DOS ESPAÇOS EM JUNHO DE 2013 – 06/06 (À DIR.) E 17/06 (À ESQ.).....	200
FIGURA 6.1 TIPOS DE ORGANIZAÇÃO E TIPOS DE LOCALIDADES, SÃO PAULO, CICLO DE JUNHO, 2013	211
FIGURA 6.2 EVENTOS DE PROTESTO E SEDES DAS ASSOCIAÇÕES, SÃO PAULO, CICLO DE JUNHO DE 2013	214
FIGURA 6.3 REDE DE COPRESENÇA ESPACIAL EM PROTESTOS, SÃO PAULO, CICLO DE JUNHO DE 2013	221
FIGURA 6.4 REDE DE COPRESENÇA EM EVENTOS, BLOCOS DE AFINIDADE ESPACIAL E TIPOS DE ORGANIZAÇÃO, SÃO PAULO, CICLO DE JUNHO, 2013.....	223
FIGURA 6.5 BLOCOS DE AFINIDADE ESPACIAL E LOCALIZAÇÃO, SÃO PAULO, CICLO DE JUNHO, 2013.....	226
FIGURA 6.6 REDE DE SELEÇÃO DE LOCAIS, TIPOS DE ATORES E BLOCOS, SÃO PAULO, CICLO DE JUNHO, 2013..	230
FIGURA 7.1 TRAJETO DO 1º GRANDE “ATO” CONTRA O AUMENTO DA TARIFA.....	242
FIGURA 7.2 - TRAJETO DO 2º GRANDE “ATO” CONTRA O AUMENTO DA TARIFA	245
FIGURA 7.3 FAIXAS E BANDEIRAS E OCUPAÇÃO DIFERENCIAL DOS ESPAÇOS.	246
FIGURA 7.4 TRAJETO 3º GRANDE “ATO” CONTRA O AUMENTO DAS TARIFAS E MARCHA EM DIREÇÃO AO CENTRO HISTÓRICO	249
FIGURA 7.5 TRAJETO 4º GRANDE “ATO” CONTRA O AUMENTO DAS TARIFAS.	252
FIGURA 7.6 PÔSTERES DE CHAMADA PARA O 5º GRANDE ATO CONTRA O AUMENTO DAS TARIFAS	258
FIGURA 7.7 TRAJETO DO 5º “ATO” CONTRA O AUMENTO DAS TARIFAS.....	262
FIGURA 7.8 TRAJETOS DE MARCHAS E LOCAIS DE EVENTOS DE PROTESTO 18/06.....	267
FIGURA 7.9 AS PERFORMANCES DA BANDEIRAS QUEIMADAS E AS DISPUTAS PELOS ESPAÇOS.....	270
FIGURA 7.10 TRAJETO DO PROTESTO NO DIA 20 DE JUNHO	271
FIGURA 7.11 CORDÕES “VERMELHOS” E OS CONFRONTOS ENTRE ATIVISTAS 20 DE JUNHO	273
FIGURA 7.12 LOCALIZAÇÃO DAS PERFORMANCES DE PROTESTO, SÃO PAULO, CICLO DE JUNHO, 2013.....	280
FIGURA 7.13 PERFORMANCES E TIPOS DE LOCAL, SÃO PAULO, CICLO DE JUNHO, 2013	282
FIGURA 7.14 LOG DO NÚMERO MÉDIO DE MANIFESTANTES POR EVENTO, SÃO PAULO, CICLO DE JUNHO, 2013.....	284
FIGURA 7.15 CONFLITO ENTRE MANIFESTANTES, NÚMERO DE ATORES COLETIVOS E NÚMERO DE LOCAIS, SÃO PAULO, CICLO DE JUNHO, 2013	285

Lista de Tabelas

TABELA 2.1 TARIFAS DE TRANSPORTE PÚBLICO NAS CAPITAIS BRASILEIRAS - 2003 A 2011	99
TABELA 3.1 EVENTOS E NÚMERO DE CIDADES COM, PELO MENOS, UM EVENTO, CICLO DE JUNHO, 2013.....	115
TABELA 3.2 ESTRUTURA URBANA E EVENTOS DE PROTESTO, BRASIL, CICLO DE JUNHO DE 2013	132

Lista de Quadros

QUADRO 2.1 EVENTOS DE PROTESTO, TRANSPORTE, BRASIL, 2011 A 2013	97
QUADRO 3.1 PRINCIPAIS EVENTOS DO CICLO DE CONFRONTO DE JUNHO.....	111
QUADRO 7.1 EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO ATO 1 – MAIO E JUNHO 2013.....	237
QUADRO 7.2 DETALHES DO TRAJETO E CONFRONTO ENTRE MANIFESTANTES - 20 DE JUNHO.....	271

Sumário

INTRODUÇÃO.....	25
CAPÍTULO 1 - MOVIMENTOS SOCIAIS E ESPAÇO: UM BALANÇO BIBLIOGRÁFICO	33
1. O Espaço como Agenda Política: Movimentos Urbanos no Brasil e Debate da Democratização	35
2. O Espaço como Direito à Cidade: O Ciclo de Junho de 2013 e a Retomada da “Questão Urbana”.....	43
2.1 A Questão Urbana em Junho de 2013: Velhos Temas, Novos Atores	44
2.2 Da Questão Urbana às “Questões Urbanas”	51
3. A Teoria do Confronto Político e Espacialidade	57
3.1. Espaços como Política e Espaços como Identidades.....	58
3.2 Localizando Movimentos Sociais e Identidades Políticas	59
3.3 Redes Socioespaciais, Difusão e Ciclos de Confronto Político	63
3.4 Conclusão	68
3.5 Abordagem Teórico-Metodológica	71
CAPÍTULO 2 - OPORTUNIDADES POLÍTICAS PARA A EMERGÊNCIA DO CICLO DE CONFRONTO DE JUNHO (2011-2013)	77
2.1. Antecedentes Institucionais do Ciclo de Confrontos de Junho 2013.....	78
2.2. O “Ciclo” Antes do Ciclo: Os Protestos Antes de Junho	97
2.2 Conclusão	106
CAPÍTULO 3 - A POLÍTICA NAS CIDADES: O CICLO DE CONFRONTO DE JUNHO DE 2013 E SUA DIFUSÃO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	109
3.1. O Ciclo de Confrontos: Dispersão e Concentração no Território Nacional	110
3.2. Estrutura Urbana e o Ciclo de Confrontos de Junho	126
3.3 Conclusão	138
CAPÍTULO 4 – POLÍTICA URBANA NO BRASIL PÓS-CONSTITUINTE E O CASO DE SÃO PAULO.....	142
4.1 A Construção de Marcos Legais nos anos 1980 e 1990: Pré-Constituinte ao Estatuto da Cidade.....	143
4.2 Transformações no Espaço Urbano: Política e Economia em São Paulo.....	155
4.3 Conclusão	167
CAPÍTULO 5 - A CIDADE COMO ESPAÇO DE OPORTUNIDADES E AMEAÇAS: CENÁRIOS E PROTESTOS NA CIDADE DE SÃO PAULO, 2011-2013	171
5.1. Protesto, Escala e Localidade	172
5.2. A Construção de Cenários de Protesto em São Paulo, 2011 a Maio de 2013	176
5.3 Conclusão	203

CAPÍTULO 6 - REDES ASSOCIATIVAS E ENRAIZAMENTOS ESPACIAIS NO CICLO DE JUNHO DE 2013	206
6.1. Enraizamento Espacial e Práticas Políticas.....	207
6.2. Os Personagens de Junho – Perfil Associativo do Ciclo de Confronto	209
6.3. Dualidade de Associações e Eventos: Redes de Afiliação entre Ativistas e Protestos	215
6.3.1 Redes de Compartilhamento de Espaços de Protesto e Blocos de Afinidade.....	219
6.3.2 Redes de Seleção de Cenários de Protesto e Blocos de Similaridade.....	227
6.4 Conclusão.....	234
CAPÍTULO 7 - TRAJETOS DO CICLO DE JUNHO DE 2013. DISPUTAS E ALIANÇAS NO ESPAÇO URBANO.....	236
7.1 Ensaios: O Pré-Ciclo – Os Atores se Preparam para Entrar em Cena	237
7.2. Os Primeiros Atos: Eclosão - Os Autonomistas em Cena	240
7.1. Diversificação: Novos Atores e Novos Cenários.....	247
7.4 Massificação - Quando Público e Atores se Misturam	257
7. 5 Os Cenários do Ciclo de Confronto de Junho 2013.....	278
7.6 Conclusão.....	285
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	290
REFERÊNCIAS	297

INTRODUÇÃO

O mês de junho de 2013, pelos conflitos que encerrou na história do Brasil recente, surpreendeu a opinião pública brasileira e mundial e deixou analistas atônitos e sem uma explicação pronta. Os confrontos em torno de diversos temas eclodiram pelas cidades brasileiras deixando um rastro de dúvida e desorientação quanto ao significado mais geral do fenômeno. Por um lado, a política rotineira era registrada nos jornais e outros veículos de informação como ineficiente e corrupta. Por outro ângulo, a partir de meados de junho, quando o processo já se avolumara, pipocaram narrativas sobre os protestos como um bálsamo para a tão malograda democracia brasileira. Em pouco mais de uma semana, que vai do dia 6 ao dia 17 daquele mês, passaram-se das primeiras reações de acrimônia quanto ao travamento das vias para o elogio efusivo da democracia em praça pública.

Nesse sentido, as ruas de diversas cidades brasileiras em junho foram retratadas como contraponto à política distanciada de políticos e governantes em diversas análises. Parte da imprensa era exultante em proclamar o poder “popular” nas ruas, novo palco de um exercício democrático esquecido. Em muitos noticiários, especialmente após o dia 17 de junho, o discurso mais otimista consagrava a tomada do espaço público e a criação de um novo fazer político. Assim, de um lado, a Brasília dos políticos com seus trejeitos reservados e afastados da maioria da população, de outro, as metrópoles e as pequenas cidades brasileiras apresentariam novas formas de fazer política.

Contudo, é importante reter o fato de que o otimismo das primeiras análises se reflete no material da imprensa. Por exemplo, em reportagem especial em 2016, a revista *Isto É* aponta para o fato de que “*A fagulha foi a onda de protestos pela redução de tarifas, mas as pessoas trouxeram suas outras insatisfações para as ruas*”. Em reportagem especial em 2014, o jornal *O Globo* nomeia o fenômeno como “*O Brasil foi às ruas em junho de 2013*” e comenta que o vulto mobilizador de 2013 representava por excelência rejeição aos partidos políticos ou lideranças centralizadas tradicionais. Segundo a reportagem, “*O Brasil acordou. Convocados pelas redes sociais, os protestos de junho de 2013 levaram centenas de milhares de brasileiros às ruas e sacudiram a política do país. Sem o comando tradicional dos partidos políticos, no dia 17 de junho, as manifestações em nove capitais e 16 outras cidades mobilizaram quase 300 mil pessoas. Em meio a problemas de mobilidade urbana, a redução dos preços das passagens*

de ônibus era a principal bandeira das passeatas, que reuniram principalmente jovens, e o estopim de um novo movimento social que varreu o Brasil.”¹

Nessas matérias jornalísticas, mais memorialísticas do que qualquer outra coisa, o que se equacionava é uma identidade entre a tomada do espaço público e a espontaneidade de uma ação política não pautada por práticas e atores tradicionais. As ruas teriam sido reconquistadas contra a política viciada representada pelos partidos e outros atores com o monopólio do poder político. O saldo, segundo as análises daquele momento e posteriores, tem sido que a tomada das ruas representava sobretudo a retirada das rédeas da política de seus donos usuais. Em suma, novos espaços representariam novos atores políticos.

Evidentemente, a definição de quem eram esses donos mudava conforme a narrativa. Para muito, os tradicionais partidos de esquerda controlavam as ruas ao mesmo tempo em que o Partido dos Trabalhadores (PT) comandava a máquina estatal. Havia um aparelhamento do Estado, seja nos gabinetes, seja nas ruas. Nos relatos, as pequenas legendas de esquerda e movimentos sociais tradicionais se revezavam nas ruas, ao passo que as diretivas estatais eram todas de responsabilidade petista. As ruas foram tomadas por cidadãos sem ligação com esses grupos, cuja revolta com a ingerência petista e o suposto monopólio “esquerdista” das ruas **teria levado** à explosão de demandas e queixas.

Houve quem visse na tomada das ruas o prenúncio de um novo tipo de democracia. Mais participativa². Pouco importava a entrada de novos atores, até então desconhecidos dos já habituais ocupantes das ruas. Isso porque o que valia era o choque institucional benfazejo contra a teimosia do governo em alijar a população das decisões importantes. A linguagem evocava um esgotamento do padrão de democracia que segregava as “ruas” e impedia a ação direta. A ação apareceu celebrada e coroada como forma inequívoca de ação política saudável. As ruas eram o sintoma de outros atores, com novas aspirações e potencial renovador para as instituições políticas, seja contra a corrupção reinante nos governos anteriores, seja contra políticas regressivas em relação a direitos sociais ou à ineficácia das políticas públicas.

Os manifestantes pareciam reiterar esses comentários. Em um dos muitos slogans surgidos no momento, afirmava-se que as pessoas saíram do Facebook para as ruas,

1 Fonte: “O Brasil foi às ruas em junho de 2013”, 15/05/2014, <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-foi-as-ruas-em-junho-de-2013-12500090#ixzz5RTXAw9EOstest> <Acesso em 18/09/2018>; Junho de 2013, o grito das ruas”, 25/11/16, <https://istoe.com.br/junho-de-2013-o-grito-das-ruas/>.<Acesso em 18/09/2018>;

2 Fonte “Política e Sociedade: As Manifestações de rua de 2013 e 2015”, 12/05/2015, <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/politica-e-sociedade-as-manifestacoes-de-rua-de-2013-e-2015/> < Acesso em 25/08/2018>>

reivindicando outros espaços de protesto e expressão de demandas. A “rua” aparecia, nesses relatos, como personagem importante.

Contudo, se a “rua” era palco novo e sintoma de uma nova forma de lidar com o Estado e as instituições, que palco era esse? O que significava ocupar parques, praças e avenidas? Se a “rua” em muitos momentos foi tratada até como uma espécie de personagem próprio, que personagem era esse?

O que interessa a esta tese é entender como a política interagiu com o espaço urbano. Quem o ocupou e qual a lógica da ocupação? Embora tão óbvio quanto natural que grandes mobilizações de massa ocupem os espaços físicos da cidade, pouco ainda se explorou da relevância desse fator nos processos de mobilização. Outro tema importante é o contraponto que se estabelece com as novas tecnologias de informação. A sensação de novidade de junho se deve, sem dúvida, ao volume de pessoas nas ruas, mas é preciso notar que a novidade esteve também em recuperar e criar espaços físicos de expressão política para quem saiu do Facebook.

Em cada contexto urbano, os protestos recusaram o confinamento a espaços determinados. Na cidade de São Paulo, por exemplo, poucos adivinhariam que manifestações esparsas e periféricas no mês de maio e junho seriam capazes de se avolumar em áreas centrais. Naquele mês, passou-se de pequenos protestos para grandes manifestações com milhares de pessoas reunidas na Avenida Paulista, Praça da Sé, Largo da Batata

Isso não significou, contudo, consenso político e homogeneidade de propostas e agendas políticas tão celebradas por parte da imprensa e analistas. Pessoas das mais variadas extrações sociais reuniram-se, e cenas de conflito entre manifestantes não foram raras. *Se os protestos de junho podem ser pensados como um espaço de lutas, deve ser encarado também como uma luta por espaços.* Se o espaço serviu como agregador de diversos tipos de pessoa, tal agregação significou também o prenúncio de conflitos e confrontos de diferentes identidades políticas e que iria consumir-se nos anos após 2013.

Esta tese argumenta que a espacialidade teve relevância nos protestos e precisa ser estudada como um de seus elementos explicativos. O espaço físico no qual se encontraram manifestantes vestidos com diversos matizes – verde-amarelos, vermelhos e o *punk* anarquista – interagiu com cidadãos comuns, jornalistas, aderentes e autoridades políticas e governamentais.

Em termos goffmanianos, o protesto é um teatro social que reúne diversos personagens num mesmo cenário. Nesta tese, o cenário são as ruas e praças públicas, o espaço físico da manifestação. “Espaço” é tomado aqui como um conjunto de locais físicos e atividades sociais interconectados (LÖW, 2016). O espaço físico não é tão somente uma estrutura de coordenadas onde se dão atividades. É também um cenário que medeia a organização dos eventos e das identidades dos atores mobilizados. Ir a determinado protesto com determinados grupos pode significar tanto ação conjunta quanto disputa por protagonismo. Assim, a pergunta central aqui é: Como esse cenário molda a encenação política dos protestos?

A premissa fundamental da tese é de que o espaço físico da cidade pode ser pensado como espaço relacional. Ele conecta diferentes atores políticos. O espaço físico urbano cria um conjunto de locais de disputa e de aliança entre movimentos sociais, partidos políticos, associações civis e outros atores. O espaço, ao mesmo tempo em que constrange, também possibilita. E nesse processo recíproco de formação, determinados usos políticos se territorializam. Surgem rotinas em decorrência das estratégias do uso que dele se faz. Um protesto na Paulista, avenida de grande circulação de carros e pessoas, demanda cooperação e o esmero de práticas de manifestação já utilizadas inúmeras outras vezes. Por outro lado, o mesmo efeito político não pode ser alcançado em palcos mais afastados do centro, como na periferia da cidade. Aqui se visam identificar *cenários políticos definidos por práticas socioespaciais que conectam os atores políticos de maneira estruturada e contínua ao longo do tempo*.

Tais territórios de uso político continuado são aqui definidos como cenários de protesto e pensados como palcos em que os manifestantes recorrem a certas formas de confronto e expressão política. Cenários que facilitam certas performances de confronto e dificultam outras. Os espaços físicos da cidade constituem oportunidades de encontro, disputas e alianças entre atores políticos.

Nesta tese, procuram-se analisar os espaços públicos urbanos como cenário de enfrentamento político. A problemática teórica principal diz respeito à relação entre os contextos socioespaciais e a *agency* dos atores engajados no ciclo de protesto de 2013. Isto é, visa-se entender como atores pré-situados em territórios políticos dentro da cidade de São Paulo foram constrangidos pelas estruturas políticas, econômicas e culturais inscritas no espaço físico da cidade; e, de outro lado, como tais espaços urbanos funcionaram como plataformas para criação de vínculos entre atores políticos engajados na mobilização. Em suma, trata-se de

analisar a espacialização do confronto político dentro de territórios definidos no interior da maior metrópole brasileira: a cidade de São Paulo.

Por que a cidade de São Paulo? A metrópole paulistana foi selecionada em função da centralidade durante os eventos de junho, mas também porque a diversidade dos locais e das situações de protesto permite entender mecanismos de conexão entre os atores envolvidos no confronto e sua relação com o espaço físico urbano. São Paulo possui vários cenários de mobilização. Parece haver uma rede que conecta, de maneira ora fluída, ora mais estreita, distintos movimentos voltados para a questão urbana da cidade de São Paulo. Há tanto os que se valem de intervenções diretas, com o uso das artes plásticas e audiovisuais, como os que recorrem a formas mais “tradicionais” de ação coletiva, como passeatas.

Aqui se analisa a ocupação diferencial dos espaços urbanos na cidade de São Paulo por diferentes atores políticos no período imediatamente anterior a junho de 2013 e durante os dias de confronto desse mês. Trata-se de olhar com lupa a constituição mútua entre atores e espaços, de modo a descrever o modo pelo qual o confronto se espacializa.

Embora volumosa, a bibliografia sobre os protestos de junho de 2013 tem ignorado as ruas como espaço físico de produção de conflitos políticos. O confronto é explicado verticalmente: aqui embaixo com o povo (“as ruas”) contra os que estão acima (“os gabinetes”). Contudo, o espaço físico constitui o próprio fenômeno, no qual identidades políticas são construídas, reforçadas ou abandonadas. Convém entender os mecanismos que conectam espaço físico e o emaranhado de conflitos e alianças.

Aqui se investigam os usos políticos da cidade, incluídos aí tanto os cenários políticos urbanos quanto as *performances* confrontacionais no espaço físico da cidade de São Paulo, por meio de perspectiva que privilegia as *ações* e os *eventos de protesto* e o modo pelo qual tais ações e eventos conectam *espacialmente* as associações participantes.

O espaço público é um cenário em que os atores políticos encenam aproximações e distanciamentos. Essa rede de alianças e conflitos no espaço interfere nas possibilidades de sua ocupação e, portanto, na escalada das manifestações. O benefício da análise de eventos de protesto é a facilidade de investigar ações políticas e identidades políticas sem ter de partir de atores políticos consubstancializados.

Os capítulos a seguir abordam essa construção relacional de atores e sua espacialização. O primeiro capítulo procura reconstruir as principais linhas de interpretação acerca da relação

dos movimentos sociais com os espaços urbanos, mapeando o modo pelo qual os contextos socioespaciais foram pensados na sociologia dos movimentos sociais. Argumenta-se que, enquanto as teorias de movimentos sociais privilegiam o modo pelo qual a espacialidade influencia a formação de redes ativistas e as identidades políticas de movimentos sociais, a tradição de estudos da sociologia brasileira bebeu da fonte da sociologia urbana, negligenciando tal dimensão o modo como o espaço urbano estrutura a ação política.

O segundo capítulo apresenta de maneira breve a formação do espectro de temas e agendas emergentes no período que antecedeu os protestos e que colaboraram por criar impasses e tensões na coalizão no poder que amparava o governo Dilma. Argumenta-se que daí vieram outros temas, para além da sempre mencionada “questão urbana” ou o “direito à cidade”. Também se mostra como os projetos de intervenção nos municípios promoveram a renovação do tema das cidades no debate público. O terceiro capítulo traz uma análise descritiva nacional do ciclo de junho de 2013, enfatizando o modo como os protestos se difundiram espacialmente pelos municípios. Tratou-se de mostrar como as cidades se diferenciaram em relação ao volume e dispersão geográfica de protestos. O quarto capítulo retoma a questão do espaço, desta vez focando na produção legislativa acerca das cidades no Brasil pós-Constituinte. Os movimentos pela reforma urbana foram importantes na criação de um campo de agendas e arenas deliberativas sobre a questão. Argumenta-se que a institucionalização de mecanismos legislativos de intervenção nas cidades e de marcos normativos modificou o padrão de relacionamento entre Estado e movimentos sociais no que tange ao tema das cidades.

O quinto capítulo apresenta o conjunto de oportunidades e ameaças presentes na cidade de São Paulo e que demarca os usos políticos possíveis dos espaços públicos. Defende-se que determinadas características estruturais nos espaços urbanos promovem ou bloqueiam as possibilidades de reunião, marchas e outras performances de confronto. Também se procura contribuir para o debate sobre usos estratégicos e significados culturais dos espaços urbanos. De um lado, mostrando como certos lugares, em função da importância estratégica para o funcionamento do tráfego e circulação de pessoas, atraíram protestos. De outro, apontando como o significado político e cultural de determinados lugares ajuda a criar plataformas geograficamente localizadas de mobilização.

O sexto capítulo apresenta os atores coletivos presentes no ciclo de junho de 2013, buscando explicar como a teia organizacional se materializa no espaço da cidade. O foco é demonstrar que os espaços de mobilização decorrem de perfis organizacionais específicos, de identidades políticas. Certos temas levam as associações a preferir um único ou poucos espaços

físicos, com marcações políticas e simbólicas importantes para o tema em pauta. Já grupos que se voltam para agendas políticas mais amplas tendem a explorar áreas amplas dentro da cidade de São Paulo. Sustenta-se que a relação entre os perfis organizacionais e temáticos e as práticas de ocupação espacial constituem mecanismos, na medida em que definem de maneira estável e consistente o modo como os grupos coordenam e dirigem protestos em ambientes urbanos.

Por fim, o sétimo e último capítulo apresenta o ciclo de junho de 2013 pelo ângulo do espaço urbano e trajetos utilizados pelos ativistas. A ideia principal é que os trajetos facultam a construção de padrões de aliança e conflito entre os atores engajados. Assevera-se que os trajetos em junho foram influenciados por três tipos de interação dos ativistas com o espaço, conforme a forma de interação entre a segurança pública e os movimentos sociais. Na primeira fase, a polícia militar definiu a Avenida Paulista como território “proibido” aos manifestantes – isso obrigou a busca por outros espaços, especificamente a região ao redor do centro expandido. Na segunda fase, houve recuo da polícia militar e múltiplos atores coletivos avançaram para a Paulista e outras áreas do centro expandido. Por fim, após a massificação, os conflitos entre ativistas em polos temáticos antagônicos ditaram os usos dos espaços na cidade.

Por fim a conclusão retoma os principais achados da pesquisa. A tese procurou mostrar que a ação política sofre influência decisiva da espacialidade. Para além da obviedade de que para que uma manifestação ocorra é necessário haver uma reunião de pessoas em espaços físicos, a tese procurou mostrar que este fenômeno não se dá de maneira aleatória. Os manifestantes se reúnem, mas não o podem fazer onde querem. Determinados espaços na cidade podem ser mobilizados e politizados segundo condições específicas. Isto sugere, conforme o principal achado da tese, de que existem cenários delimitados de protesto. Até 2013, foram encontrados dois importantes cenários de protesto. Estes cenários são marcados por suas especificidades materiais, por uma gama recorrente de atores e demandas e por formas rotinizadas de uso do espaço. De um lado, há os cenários de negociação (com a presença de sindicatos, socialistas outros atores na região central). Por outro lado, identificam-se cenários de confronto e pressão (tanto autonomistas quanto socialistas fazendo uso do vetor sudoeste da cidade). Isto indica que as teses sobre as novidades absolutas de junho devem ser repensadas à luz da historicidade do fenômeno. Os atores coletivos nem sempre reinventam suas práticas de ação política ou seus usos do espaço urbano. A inovação no terreno político é incremental e restrita, sendo muitas vezes, combinada com a retomada de tradições políticas bem estabelecidas de ação política.

CAPÍTULO 1 - MOVIMENTOS SOCIAIS E ESPAÇO: UM BALANÇO BIBLIOGRÁFICO

Este capítulo tem como intuito apresentar brevemente as principais vertentes de pesquisa sociológica brasileira e internacional acerca da relação entre espacialidade e movimentos sociais. Em especial, destacam-se aqui perguntas, hipóteses e teses que relacionam o espaço físico aos ciclos de confronto de junho de 2013 e o vínculo dessas explicações com uma tradição de pesquisa pregressa que remonta à redemocratização e seus conflitos. Apontam-se aqui os conceitos mobilizados pela literatura brasileira e internacional acerca dos processos socioespaciais e os modos como tais conceitos foram usados para entender as relações entre ativismo e espaço urbano.

Há já considerável bibliografia sobre junho de 2013, e esteve presente nas primeiras explicações um esforço de integrar a questão do espaço físico urbano como fator crucial da redemocratização. Esquemáticamente, a literatura sobre junho de 2013 pode ser agrupada em três eixos temáticos: 1) de um lado, aposta-se nas teses da dissonância entre a estrutura social e o sistema de representação política (NOBRE, 2013; SINGER, 2013). Essa visão tende a salientar a fragilidade dos partidos políticos e das instituições e a incapacidade do Estado de assegurar direitos e garantir a satisfação de expectativas socioeconômicas. Tal descolamento seria responsável pela criação de crises de representação e de legitimidade por um lado e pela produção de motivações e insatisfações materializadas em grandes episódios de ebulição política; 2) por outro lado, existe a vertente que atribuiu ao protagonismo de atores coletivos específicos a escalada do ciclo de junho (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013; SOLANO *et al.*, 2014). Aqui, trata-se de demarcar muito mais um esforço descritivo de compreensão de junho de 2013 como resultante de projetos e agendas políticas de determinados grupos; e 3) por fim, o fenômeno foi abordado pela perspectiva das práticas e performances políticas presentes em junho (BRINGEL, 2013; ALONSO; MISCHÉ, 2017). Nessa linha de pesquisa, o foco consiste no entendimento do processo político e nos condicionantes do processo de mobilização.

Nos três gêneros de abordagem, podem-se encontrar análises exemplares em que a espacialidade ganha relevância em alguma medida. Entretanto, o espaço urbano foi encarado como fator essencial majoritariamente na primeira vertente de pesquisa. O que se colocava nesses estudos era o espaço urbano entendido como aspecto relevante da estrutura socioeconômica produtora de motivações e expectativas não realizadas no sistema político. O espaço físico foi enquadrado, portanto, como uma “questão urbana” presente nos protestos. No

Brasil, a “questão urbana” foi entendida, durante os anos 1970 e 1980, como central por pesquisadores devotados a entender as mobilizações políticas que se apresentavam no contexto de liberalização política e da redemocratização (BLAY, 1974). O mesmo eixo analítico reapareceu em hipóteses acerca das razões mobilizadoras em junho de 2013. Grande parte desse veio analítico foi resultante de um suposto protagonismo ou pioneirismo do Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL-SP). Isso se deveu em grande parte ao fato de que o MPL-SP retomou o tema das péssimas condições dos serviços públicos urbanos, especialmente o transporte na cidade, na cena pública paulistana³. Sintetizando, as manifestações reacenderam o debate acerca da relação causal entre mobilização e “questão urbana” nos círculos intelectuais acadêmicos.

Isso fica evidente na nomeação do fenômeno. As análises sobre junho foram recheadas de termos que aludiram à vitalidade das formas de resistência às intervenções do Estado “neoliberal” na vida dos cidadãos. Expressões como “cidades rebeldes”, “cidades insurgentes” e “cidades indignadas” abundaram na literatura sociológica brasileira desde então. Também têm aparecido trabalhos acerca da relação entre mobilizações políticas e “questão urbana”. Assim, cabe perguntar se as interpretações de junho de 2013 trazem em si o legado das linhas de pesquisa da sociologia urbana e política dos anos 1980 ou fundam uma nova compreensão do fenômeno?

Esses intérpretes voltaram a interessar-se por demandas em torno da revitalização de áreas e edifícios históricos abandonados, transporte alternativo, direito à ocupação cultural em espaços urbanos, moradias coletivas contraculturais anticapitalistas como as “Ocupas”, encorajamento à instalação de obras de acesso à cidade e outras agendas que apontam para a pluralização dos temas da “questão urbana”. Essas demandas visariam à produção de uma cidade com mais “qualidade de vida”. Por outro lado, os chamados espaços autogestionários também concorrem com condutas políticas mais tradicionalistas de mobilização. Haveria ainda, nesse sentido, disputas políticas em torno da preservação de bairros de classe média, revitalização de praças, instalação de câmeras de segurança etc.

A literatura tem reconhecido a multiplicidade de usos e as disputas políticas em torno do espaço urbano e o fato de que movimentos sociais se têm relacionado com a espacialidade urbana de maneiras variadas. Ao mesmo tempo, também se interessa pela criação de múltiplos territórios políticos urbanos (HARVEY, 2014). Contudo, parece faltar um estudo detido da relação entre ativismo e espacialidade. Sem a compreensão de como os espaços urbanos são

³ As associações presentes no ciclo de junho, tal como o MPL-SP, serão detalhadas mais adiante no Capítulo 6

transformados de “locais” de ações políticas para “cenários”, o surgimento e a evolução de ciclos de protesto, tal qual o ciclo de 2013, permanecem incompletos (DOWBOR; SZWAKO, 2013).

Nas próximas seções, avança-se na demarcação dessas linhas de interpretação, apontando problemas e limites das abordagens disponíveis. O capítulo procura mostrar que a sociologia urbana brasileira enfatizou a cidade como *locus* de problemas enfrentados por populações à margem do capitalismo global. Temas como acesso à cidade, expropriação de direitos e cidadania nas metrópoles têm sido centrais na sociologia desde os anos 1980. A sociologia urbana tem procurado dar conta da cidade e de seus espaços como objetos de intervenção política de atores da sociedade civil e de grupos de resistência contracultural.

No intuito de fornecer um aporte para a relação entre ativismo e espacialidade, será necessário revisar perspectivas teóricas que ressaltam a relevância da literatura nacional e internacional sobre o tema. A primeira seção deste capítulo apresenta o modo pelo qual a literatura nacional procurou entender a problemática dos movimentos sociais e sua relação com os espaços públicos durante os anos 1980 e 1990. A segunda seção pretende conhecer o modo como o espaço foi reinserido nos debates com as manifestações de junho de 2013. Por fim, a terceira e última seção propõe uma alternativa de abordagem da análise da relação entre espacialidade e confronto político e que informará a embocadura teórica e metodológica da tese.

1. O Espaço como Agenda Política: Movimentos Urbanos no Brasil e Debate da Democratização

Nesta seção apresentam-se, de modo geral, apenas os desenvolvimentos intelectuais em torno da “questão urbana” no Brasil dos anos 1970 até a redemocratização. Esse período é marcado pelo início do processo de transição política e também pelo surgimento de grandes mobilizações em torno da “questão urbana” nas grandes cidades brasileiras. Esses dois temas aparecem casados no debate público e intelectual. Esquemáticamente, é possível afirmar que a literatura nacional teve três grandes ondas interpretativas sobre a relação entre ativismo e espaço urbano.

A primeira onda de trabalhos compreende pesquisadores como Lúcio Kowarick, Pedro Jacobi, Maria da Glória Gohn e José Álvaro Moisés, dentre outros. Influenciadas pelos

trabalhos de Castells (1975) e Lefebvre (1975), a sociologia urbana e a sociologia política do final dos 1970 e início dos 1980 enfatizaram o surgimento dos movimentos sociais como formas de resistência popular ao Estado autoritário e ao capitalismo. Esses movimentos – associados pela literatura às classes populares – eram encarados como os principais protagonistas nos processos de democratização. A partir de meados dos anos 1980, as análises se deslocaram para retratos mais detalhados das relações entre estilos de vida, autonomia, espaço físico e social e movimentos sociais. Também nessa época, a teoria dos novos movimentos sociais despontava e se fazia sentir como fonte de inspiração. De certo modo, essa primeira etapa da literatura se esforçou para entender a complexa dinâmica que conecta o espaço público, o Estado e as mobilizações. Nessa linha de pesquisa, movimentos sociais eram encarados como fiadores políticos e sociais do processo de democratização e como espaços privilegiados de renovação institucional e organizacional (GOHN, 1990; JACOBI, 1987; NUNES; JACOBI, 1980).

A segunda etapa de estudos, ainda durante os anos 1980, se concentrou no modo como os sucessos e/ou fracassos da politização cotidiana dos atores foram fundamentais para a construção de práticas institucionalizadas de ação política. Nesta fase, que inclui pesquisadoras como Ruth Cardoso, Eunice Durham e Ana Maria Doimo, o interesse recaiu sobre as dinâmicas da sociabilidade urbana ou as conexões com arenas institucionais de participação política. Posteriormente, nos anos 1990, a literatura tendeu a uma suposta perda de interesse nas mobilizações urbanas. Há deslocamento para o conceito de “sociedade civil”, que passa a ter protagonismo e se torna o centro das atenções analíticas. Afirma-se, sobretudo, que as diversificações institucionais e organizacionais puseram no centro do debate outras formas de ação política e, portanto, novos encaixes entre Estado e atores coletivos. Nessa fase, os trabalhos sobre movimentos sociais urbanos vão rareando, e os atores coletivos perdem centralidade em detrimento dos atores da sociedade civil (AVRITZER, 1994; ACHARYA *et al.*, 2004). O espaço urbano, na terceira linha, vai sendo encarado muito mais como um espaço institucional de ações por parte de novos atores, como organizações não-governamentais, associações e “articuladores” que atuam dentro da política urbana, competindo com os movimentos sociais pelo protagonismo da ação política urbana.

Em grande parte, o que orientava essas três linhas era a viabilidade democratizante dos movimentos sociais urbanos (MSU). Cunhado por Castells (1977), o conceito de movimentos sociais urbanos (MSU) englobava todas as formas de mobilização centradas no enfrentamento daquilo que se convencionou chamar de “questão urbana”. Segundo Castells (1983), eis as características definidoras presentes nos MSU: a) denominam-se urbanos os cidadãos

relacionados à convivência no espaço urbano; b) são territorialmente localizados, especialmente em suas demandas e agendas políticas; e c) suas demandas e identidades coletivas constroem a cidade enquanto *valor de uso* e não somente como *valor de troca*. No Brasil, tributários das investigações de Castells enfatizaram o caráter contraditório dos modelos de desenvolvimento econômico do Estado militar, mas também enxergaram nos movimentos sociais projetos de ação que implicariam o suporte para uma ampla reforma de redemocratização. Segundo Jacobi (1987), os MSU no Brasil compreendem as práticas políticas centradas, sobretudo, em torno das carências urbanas. Assim, os MSU podem ser definidos como organizações de movimentos autonomistas em relação ao Estado e ao mercado. No Brasil isso assumiu um caráter de luta contra o regime militar. Eram movimentos sociais, coletividades políticas que rejeitavam o Estado. Tais movimentos expunham o caráter “ideológico-político” inserido nos aparatos de dominação do espaço urbano.

A questão urbana, por sua vez, no entender do autor dizia respeito ao complexo de agitações políticas advindas da radicalização das contradições urbanas. Contradições que emanavam das desigualdades de acesso ao consumo coletivo e das exigências de crescimento capitalista. Fazia-se necessário sair do quadro dos estudos urbanos pautados pelo positivismo e pelo apelo ao realismo epistemológico presentes nas análises dos “planejadores” urbanos (CASTELLS, 1975). Para o autor, os problemas urbanos, tal como expressos na produção intelectual de urbanistas e pesquisadores da cidade, extraíam sentido político unicamente do planejamento racionalista da cidade e da necessidade de resolução de carências pontuais. Os problemas urbanos na perspectiva positivista, segundo Castells, emanavam da ideia de que eram simplesmente efeitos da aglomeração de pessoas e da falta de políticas racionais. A cidade, segundo esse positivismo analítico, era um problema de gestão. Por outro lado, para Castells e outros estudiosos do tema, a própria questão dos espaços urbanos deveria ser tomada como produto das forças contraditórias do capitalismo, e a chamada “questão urbana” deveria ser repensada à luz dos “conflitos ideológicos” em torno do poder de acesso aos equipamentos e bens coletivos da cidade. Contradições essas produzidas, sobretudo, a partir das relações de antagonismo oriundas da luta de classes (LEFEBVRE, 1972; CASTELLS, 1977)⁴.

4 A definição de MSU aponta na direção de “acciones colectivas conscientemente determinadas a transformar los intereses y valores sociales de una ciudad historicamente determinada” (CASTELLS, 1977, p. 21).

É incabível uma explanação mais detalhada de todas as manifestações envolvendo a mobilização de “questão urbana” neste texto⁵. Preferiu-se uma abordagem que privilegiasse as pretensões mais ambiciosas de teorizações gerais, deixando de lado as pesquisas monográficas sobre movimentos específicos. Mesmo porque não cabe aqui julgar quais movimentos específicos foram ou deixaram de ser mais importantes para o contexto da redemocratização. Além disso, outro ponto a salientar é o fato de que poucos são os trabalhos de síntese dessa literatura após a década de 1980. Faltam pesquisas de longo prazo ou que ensejem comparações entre diferentes movimentos urbanos e o modo como tal tipo de mobilização sofreu os impactos das mudanças do contexto autoritário para o democrático. Salvo exceções como os trabalhos de Cardoso (1983) e Scherrer *et al.* (1987), que procuraram, ainda sob o calor da hora na redemocratização, traçar as características comuns a esses tipos de mobilização (CARDOSO, 1983; SCHERRER-WARREN; KRISCHKE, 1987; DOIMO, 1995). A ausência desse tipo de trabalho interfere na possibilidade de sínteses mais robustas acerca das relações entre espaço e movimentos sociais urbanos.

Foram múltiplas as experiências agregadas de mobilização política sobre o rótulo de “movimentos sociais urbanos”⁶. Nesse contexto, os MSU atuavam como um espaço civil de participação. Esses movimentos de base calcados na esfera da vizinhança local se situavam no contexto de forte crescimento urbano e da participação periférica na economia capitalista mundial. Havia, portanto, problemas urbanos que estavam indissociavelmente ligados a questões de acumulação capitalista (KOWARICK, 1979). O crescimento acelerado e o desenvolvimento dependente e periférico provocaram o que este autor denominou “espoliação urbana”.

O conceito serviu para nomear os processos de provisão seletiva dos serviços públicos, que marcavam uma justaposição entre posicionamento na estrutura produtiva capitalista e

5 A literatura sobre movimentos sociais urbanos ganha especificidades locais quando se trata de estudos e pesquisas relacionadas a cidades específicas. Nesta resenha, o foco será dado a trabalhos de fôlego que procuraram sintetizar as teses gerais ou resumir as teses centrais acerca do tema. A lista de autores que trabalharam com movimentos sociais urbanos em diversas cidades é extensa, ainda que a literatura tenha um viés paulistano. Entretanto, isso se explica pela dimensão do crescimento urbano acelerado da cidade de São Paulo no período, bem como pela maior presença de centros de pesquisas na área. Seguem alguns dos trabalhos mais importantes da época com trabalhos sobre mobilizações em cidades específicas: Barreira (1982), Brant e Camargo (1980), Contreras (1990), Machado, Porto e Vergara (1985), Moisés (1981), Santos (1977), Somarriba, Valadares e Afonso (1984). Para uma história extensa das mobilizações sociais no território brasileiro, consultar Gohn (1995).

6 A título de exemplo, listo alguns dos movimentos mais analisados do período: Movimento pela Carestia (1978-1980), Movimento contra o Custo de Vida (1974-1978), Sociedades Amigos de Bairro (1947-1975), Movimento pelas Creches (1970), Movimento dos Custos de Transporte (1973-1982), Movimento pela Moradia (1974-), dentre outros. Segundo Doimo (1995), animados pelo clima de mudança produzido pela abertura política (1974-1985), os MSU deram expressão a uma nova configuração da relação entre os sujeitos políticos e o Estado, ainda que calcados na esfera territorial associativa do bairro (KOWARICK, 1979; BOSCHI, 1987; SADER, 1988).

desigualdade de direitos em relação à cidade⁷. A exclusão social seria capitaneada pela interação entre Estado e mercado de mão de obra nas grandes cidades. As elites governamentais participavam ativamente nos processos distributivos de bens e serviços públicos. Assim, o papel do Estado é fundamental na provisão de oportunidades e constrangimentos nessas áreas. O Estado, ou melhor, certa parte das elites políticas, mantém o interesse constante de incentivar a produção e estimular o desenvolvimento – ainda que dependente –, por meio da facilitação da aglomeração da mão de obra e de sua inserção precária no mercado de trabalho (MOISÉS, 1977; KOWARICK, 1979).

Não é de surpreender que os movimentos sociais urbanos tivessem justamente no Estado seu principal alvo de protestos. A complexificação da vida urbana durante as décadas de 1960 e 1970 trouxe consigo a deterioração progressiva das condições de vida nas grandes cidades e levou a problemas graves na provisão pública dos serviços de infraestrutura, sistema de transporte coletivo, sistema educacional e serviços de saúde. Segundo Boschi (1987), embora essas associações de MSU fossem formadas com apoio de órgãos estaduais e municipais de gestão e das comunidades eclesiais de base, o fechamento dos canais institucionais de participação popular e de discussão dos problemas enfrentados por essas populações residentes nas periferias imprimiu à rede de associações um caráter defensivo e autonomista em relação ao Estado e seus representantes (BOSCHI, 1987; JACOBI, 1987; SADER, 1988).

Com o passar do tempo e o desmantelamento do regime militar e o fim da explosão demográfica urbana em meados da década de 1980, outra posição analítica ganhou espaço. Autores como Cardoso (1983) e Doimo (1995) passaram a afirmar que essas queixas e clamores populares, por si só, não são responsáveis pela ampla mobilização em torno da “questão urbana”. A partir de meados da década de 1980 – e mesmo depois –, a relação entre fatores estruturais e as mobilizações políticas foi repensada à luz da consideração das experiências sociais dos atores engajados. Outro fator importante dessa segunda leva de pesquisas é a reconsideração em relação à retórica da “autonomia” – isso porque essa fase coincidiu com a etapa mais aguda do processo de liberalização e abertura política do regime militar. Quando também ocorreu o desenvolvimento de projetos de reorganização partidária popular por meio da fundação do PT, em 1980. Essa conexão entre movimentos sociais urbanos

7 Para Kowarick (1979, p. 34), “a espoliação urbana é a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho”.

e o sistema partidário estava no cerne de uma estratégia “basista” de mobilização. A participação em movimentos de base “autônomos” e o engajamento partidário não entravam em contradição para os ativistas em virtude da capacidade de traduzirem essas diferentes retóricas em estratégias de ação e de discurso diferenciadas (SADER, 1988; MENEGUELLO, 1989; MISCHÉ, 2008).

Para Cardoso (1983), o que é marcante nas mobilizações em torno do urbano é a potência democratizante. Essas demandas por serviços públicos de qualidade tiveram importância na criação de um senso cotidiano de autonomia em relação ao Estado. Para Doimo (1995), por exemplo, os movimentos populares urbanos da década de 1970 e 1980 encabeçavam o que chamou de “campo ético-político”, definível pelo caráter “solidarístico” das ações diretas desses movimentos. As esperanças de renovação das formas de participação política deveriam ser confrontadas com a lógica consensual-solidarística interna aos movimentos sociais e com o suporte desses recursos organizacionais e identitários na resolução de problemas e carências imediatas desses atores (CARDOSO, 1983; DOIMO, 1995).

No entender de Doimo (1995, p. 68), o campo ético-político pode ser encarado como um conjunto de atores, redes, organizações civis que participam de espaços sociais marcados pela existência de “[...] uma sociabilidade comum afluída pelo senso de pertença a um mesmo espaço compartilhado de relações interpessoais e atributos culturais [...]”. O campo ético-político dos movimentos sociais faculta, sobretudo, a produção de ações e reivindicações orientadas em função de princípios morais. Para Doimo, movimentos sociais, portanto, não podem ser estudados como resultado de ações isoladas de um contexto normativo produzido pelos próprios manifestantes em campos éticos-políticos. Esse enfoque na construção subjetiva e moral dos atores políticos e a construção da lógica da ética consensual na resolução dos problemas urbanos vai perdendo espaço conforme a democratização ganha força. Substitui-se a retórica da autonomia pelo discurso da participação no Estado. Além de que tal participação é também disputada por outros tipos de ator, como ONGs, associações profissionais etc. Movimentos sociais não aparecem mais sozinhos como a salvaguarda dos processos de democratização.

Assim, a literatura sobre os MSU não parece ter acompanhado as novas faces da política urbana nos anos 1990, ou ao menos deixou de considerar os MSU como momento primordial desses questionamentos. Nos anos 1990, houve um suposto refluxo dos MSU, mas a empolgação quanto ao tema parece ter esfriado em função da passagem do regime militar para a democracia e pela criação de novos canais de participação. Além disso, outras formas

associativas começam a disputar esses espaços institucionais de articulação e mobilização (LAVALLE, 2011). As causas para o desânimo generalizado com os movimentos sociais ao final da década de 1980 e 1990 incluem fundamentalmente o enraizamento clientelístico tradicionalista da política que dificultaria a não cooptação dos movimentos sociais e o enfraquecimento ou dificuldades organizacionais desses movimentos (GOHN, 1990; SCHERRER-WARREN; KRISCHKE, 1987).

Para essa nova leva de estudos, os MSU – em especial ligados à questão fundiária e habitacional – conseguiram assegurar o atendimento das demandas, principalmente devido ao aumento progressivo da profissionalização interna desses atores coletivos, ou, melhor dizendo, da rotinização de práticas organizacionais no interior desses movimentos (TATAGIBA; CHAVES TEIXEIRA, 2006; NEUHOLD, 2009; BARBOSA, 2014). É nos anos 1990, por exemplo, que se criaram estruturas de agregação e a institucionalização dos movimentos de bairro e de moradia nas prefeituras, antes dispersos nas áreas metropolitanas de grandes cidades. Durante o final dos anos 1980 e meados dos 1990, o processo de institucionalização dos movimentos sociais e a entrada das ONGs na sociedade civil impulsionaram a criação de organizações de movimentos sociais.

Neuhold (2009) assevera, por exemplo, que essa capacidade organizacional e a criação de estruturas estatais de negociação, como o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo e o Pró-Centro, foram responsáveis pela abertura de novos canais de participação, o que levou a uma maior aproximação entre agências públicas e esses movimentos sociais. As ocupações no centro, sobretudo, passam a ser assunto de setores e agências ligados ao planejamento público da cidade e não somente matéria para as burocracias repressivas policiais (NEUHOLD, 2009). Esses modelos de participação levaram Tatagiba (2010) a afirmar que a relação entre os MSU e o Estado se dá por meio da “combinação subalterna” entre participação e representação (TATAGIBA; CHAVES TEIXEIRA, 2006; TATAGIBA; TEIXEIRA, 2014). Assim:

“Numa sociedade onde as carências urbanas são agravadas pelo desemprego e pela violência, onde as possibilidades de associar-se são cada vez mais restritas, os atores sociais entram no jogo político em condições marcadamente subalternas” (TATAGIBA, 2010, p. 229).

Segundo Kowarick e Rezende (2000), novos desafios e possibilidades de conflito social urbano ganharam forma por intermédio da atuação do Estado, que agora tenta controlar ou, pelo

menos, direcionar os rumos das manifestações e das ações políticas dos MSU (KOWARICK; REZENDE, 2000). Para Teixeira e Tatagiba (2006), por exemplo, a aproximação entre o Estado e as políticas urbanas centradas na concessão de vantagens a atores do mercado imobiliário é responsável pela instrumentalização da participação política e pelo esvaziamento dos sentidos da participação dos movimentos sociais. O resultado, segundo as autoras, ajudaria a entender os ciclos de mobilização e desmobilização nos anos 1990 e 2000:.

“Talvez uma pista possa estar na despolitização da participação. Analisando as falas – tanto do poder quanto da sociedade civil – parece que estamos diante de uma mesma chave de significados que remete a uma participação instrumentalizada. Os sentidos da participação para governo e movimentos parecem, em certa medida, duas faces de uma mesma moeda, à luz da qual se pode evidenciar o esvaziamento do discurso político, do qual a instrumentalização da participação nos parece mais uma das consequências” (TEIXEIRA; TATAGIBA, 2006, p. 238).

Para todos esses autores citados, a relação entre o espaço urbano e os movimentos sociais passa necessariamente pelos efeitos deletérios da ação estatal. Efeitos mediados por uma compreensão específica do espaço urbano, de que o espaço das cidades é de carências e barreiras de acesso a bens coletivos. Para a literatura dos anos 1980, o ferramental explicativo centrava-se no trinômio **carências-movimentos sociais-autonomia**. Quer essas carências dissessem respeito às condições econômicas, quer às condições mais amplas, quer o foco residisse na posição estrutural dos atores, quer residissem na construção de marcos normativos-subjetivos, a cidade era a causadora das mobilizações. Nos anos 1990, o ferramental se altera em virtude dos impasses da redemocratização. O trinômio desta vez era **acesso-mobilizações-participação**. A cidade era agora encarada não somente como uma estrutura material restritiva, mas também como uma estrutura administrativa em que determinadas formas de intervenção dos movimentos sociais e outros atores políticos como ONGs eram barradas ou promovidas segundo configurações políticas específicas. De todo modo, o espaço físico é encarado em ambas as linhas de pesquisa como um conjunto de agendas e temáticas. A cidade e suas desigualdades socioespaciais motivam os atores coletivos a promover mobilizações políticas nas ruas ou nos gabinetes. O espaço físico, em sua maior parte, é uma carência nessas visões. Resta entender de que modo as análises sobre movimentos sociais e os espaços urbanos incorporaram ou modificaram essa visão após os protestos em junho de 2013.

2. O Espaço como Direito à Cidade: O Ciclo de Junho de 2013 e a Retomada da “Questão Urbana”

O argumento desta seção é de que as explicações acerca do ciclo de junho, em um primeiro momento, revisitaram teses antigas acerca da relação entre estrutura urbana capitalista e mobilização política, para em um segundo momento dar lugar a explicações acerca do papel dos atores coletivos na negociação simbólica das ruas como um vetor fundamental na explicação do fenômeno. A bibliografia vem se tornando extensa; a disputa teórica sobre o assunto vai desde as causas estruturais dos protestos até as mudanças nas subjetividades como elementos explicativos (ALONSO, MISCHÉ, 2017).

Olhando de perto, as linhas de interpretação que abarcam a questão espacial e urbana podem ser resumidas em duas vertentes específicas para junho de 2013: 1) foco nas causas estruturais do fenômeno; 2) presença ou ausência de certos atores coletivos nos protestos e o processo de significação simbólica dos espaços urbanos.⁸ O objetivo principal é analisar como tais linhas interpretativas foram atravessadas, intencionalmente ou não, por um corte analítico que ressaltava a espacialidade, em especial a estrutura urbana, como dimensão fundamental do fenômeno. As seções a seguir detalham cada uma dessas interpretações, tentando captar de que modo a espacialidade urbana foi tematizada.

8 Este texto, entretanto, não tem por objetivo recobrir a produção acerca de 2013 em toda a sua extensão, detalhando como cada município brasileiro experimentou tal processo político. Os dados e as análises de junho mantêm forte viés centrado em estudos de caso nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. As cidades-sede da Copa do Mundo também foram detalhadas em alguns estudos. Para detalhes sobre as manifestações em cidades específicas, consultar Barreira (2014), Chauí (2013), Losekann (2013), Moreira (2014), Moreira e Santiago (2013), Ricci e Arley (2014) e Tavares, Roriz e Oliveira (2016). Entretanto, isto não reflete o ciclo como um todo. O número de cidades participantes dos protestos cresceu rapidamente entre os dias 11 e 21 de junho. Mesmo depois do anúncio da revogação do aumento dos preços das passagens em São Paulo e da redução preventiva ou voluntária de determinadas Prefeituras, a quantidade de cidades com manifestações foi assombrosa. No dia 21 de junho, por exemplo, em pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios mostra que 438 cidades tiveram eventos de protesto. Os eventos também não se limitaram ao território nacional. Brasileiros em diversas cidades fora do país também organizaram protestos. Segundo o jornal *O Globo*, cerca de 50 cidades fora do território brasileiro experimentaram episódios de apoio às manifestações no Brasil. No capítulo 2, esse processo de difusão espacial será mais detalhado. Convém, porém, dizer que essa resenha procurará integrar as visões mais gerais sobre o fenômeno sem retratar todos os estudos de caso do fenômeno (CHAUÍ, 2013; LOSEKANN, 2013; MOREIRA; SANTIAGO, 2013; RICCI; ARLEY, 2013; BARREIRA, 2014; MOREIRA, 2014; SILVA; SILVA, 2016; TAVARES et al., 2016). Fontes: “Quase 2 milhões de pessoas participam de manifestações em 438 cidades”. 21/06/2013. Fonte: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades>. < Acesso em: 15 jun. 2017>; *Brasileiros de 25 cidades do mundo realizam atos de solidariedade aos protestos*. 18/06/2013, <https://oglobo.globo.com/brasil/brasileiros-de-25-cidades-do-mundo-realizam-atos-de-solidariedade-aos-protestos-8736144#ixzz4lVSTz1uY> < Acesso em: 15 jun. 2013>.

2.1 A Questão Urbana em Junho de 2013: Velhos Temas, Novos Atores

Os rumos analíticos tomados pelos pesquisadores em geral se concentravam em dois aspectos: em um primeiro momento, as mudanças na estrutura de classes e a questão da chamada “crise urbana”, um equivalente simbólico da “questão urbana”. É conveniente salientar que ambas as noções estiveram muito associadas devido à proeminência do capitalismo como processo transformador tanto das cidades quanto das estruturas de classes. A ideia de que as manifestações deviam ser encaradas para além do tema da corrupção ou mesmo das mazelas do sistema político como um todo encontrava ressonância na representação das mobilizações dos jovens em junho, que, guardadas as mudanças geracionais, estavam intimamente relacionadas às velhas questões urbanas. Para muitos, as dificuldades de locomoção dentro das metrópoles brasileiras sintetizavam o conjunto de reivindicações nas metrópoles e foram o estopim de “junho” de 2013.

Um dos livros centrais lançados no período foi *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil* (MARICATO *et al.*, 2013). Lançada em julho de 2013, a coletânea de artigos curtos contava inclusive com um texto assinado pelo MPL/SP. Em sua maioria, destacava-se o espaço urbano como objeto de disputas políticas em torno do direito de acesso à cidade. Na apresentação da obra, Rolnik (2013) desqualifica o reducionismo de determinadas análises que apontavam os altos índices de corrupção, a elevada taxa de juros e a política neodesenvolvimentista de intervenção na economia como as raízes do descontentamento da população nas ruas.

Rolnik (2013) assinala como a questão da mobilidade e a agenda de sua reforma foram enjeitadas pelo poder político dominante. Isso ocorreu, segundo a autora, em razão de coalizões de um modelo de desenvolvimento neoliberal que enclausura e privatiza espaços públicos na cidade. A autora acredita que a mobilização contra o aumento da tarifa, convocada pelo MPL, é decorrente de um processo de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos que se foram articulando em redes amplas de participação local.:

Entretanto, não se compra o direito à cidade em concessionárias de automóveis e no Feirão da Caixa: o aumento de renda, que possibilita o crescimento do consumo, não “resolve” nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana

(favela versus asfalto, legal versus ilegal, permanente versus provisório). A “fagulha” das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis –, que, entre “catracaços”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop (ROLNIK, 2013, p. 6).

Outras contribuições do livro seguem a mesma tônica, recuperando o nexo que conecta Estado, capitalismo e movimentos sociais no contexto urbano. Para Maricato (2013), os velhos problemas urbanos não foram suficientemente sanados pelas políticas dos governos petistas. Para a autora, as transformações no espaço urbano, acrescidas da radicalização de problemas congênitos de governança das cidades, foram responsáveis pela perda de vitalidade dos movimentos sociais da esquerda tradicional. Desse modo, os movimentos em junho atuaram como uma resposta espontânea, autônoma e direta a um campo político profundamente estagnado. Maricato usa a metáfora da *cidade formal versus a cidade informal* para retratar as dificuldades e as contradições do processo participativo nas políticas urbanas. O tema da “crise urbana” renova o vocabulário em torno dos movimentos sociais urbanos, desta vez nomeados na chave do autonomismo ante os partidos políticos, mas que ainda são pensados em torno do maquinário conceitual da relação entre urbano e política (MARICATO, 2015; MARICATO *et al.*, 2013; SCHERER-WARREN, 2014). Para alguns autores, as contradições urbanas estão na base das mobilizações em junho de 2013. Segundo Maricato (2013, p. 20):

O coração da agenda da reforma urbana, a reforma fundiária/imobiliária, foi esquecido. Os movimentos sociais ligados à causa se acomodaram no espaço institucional em que muitas das lideranças foram alocadas. Sem tradição de controle sobre o uso do solo, as prefeituras viram a multiplicação de torres e veículos privados como progresso e desenvolvimento. Certa classe média viu suas possibilidades de galgar à casa própria aumentarem, especialmente graças às medidas de financiamento estendido e à institucionalização do seguro incluídas no Minha Casa, Minha Vida.

Outros autores, como Castro, Leão e Welters (2014), por exemplo, ressaltam a ambiguidade nas políticas urbanas durante o governo Lula como principal fator causal. Para eles, a ausência de uma reforma urbana profunda afetou negativamente a possibilidade de ascensão social de milhões de jovens, frustrando expectativas e negando oportunidades de acesso à cidade. O trinômio formado por Estado, estrutura urbana e capitalismo predatório globalizado seria o culpado pelas ilusões baldadas de mobilidade social – argumento similar à literatura dos anos 1970 e 1980 acerca da redemocratização. Nesse ínterim, os autores veem com pessimismo os programas de revitalização da estrutura urbana no Brasil:

As demandas expressas nas manifestações de junho trazem à tona um conjunto de problemas que assolam as nossas metrópoles há tempos. Em primeiro lugar, o transporte público caro e de má qualidade, num contexto que privilegia o uso das vias pelo transporte individual, mais poluidor e grande responsável pelas dificuldades de mobilidade urbana. Não basta reduzir preços de passagens [...]. Apesar dos avanços legais obtidos com a Constituição de 1988, o Ministério das Cidades (2003), do Estatuto da Cidade (2001) e, mais recentemente, do Projeto de Lei nº 3.460, de 2004, que cria o Estatuto da Metrópole (tramitando na Câmara dos Deputados), a falta crônica de crescimento e a corrupção conjugaram para comportamentos frouxos ou lenientes relativos ao espaço público e o lugar das decisões privadas. Mais ainda, decisões, absolutamente defensivas, visando promover investimentos e/ou proteger empregos do setor automobilístico, praticando formas variadas de renúncia tributária, acabaram contribuindo para implantar mais e mais o caos urbano e a péssima qualidade do transporte público, além de fragilizar os governos locais e favorecer seu aprisionamento pelos grandes interesses econômicos. (CASTRO; LEÃO; WELTERS, 2014, pp. 91; 96).

Para estes autores, os protestos em junho de 2013 eram uma novidade, mas a raiz das demandas expressas era velhos problemas. Antigos atores coletivos, cooptados ou não, ainda faziam parte de um campo de reivindicações políticas radicados em problemas anteriores à redemocratização.

Isso não significa que as teses foram recauchutadas e aproveitadas sem avaliação crítica – pelo contrário: os autores retomaram argumentos, mas ressaltaram importantes transformações. A novidade era decorrente de mudanças geracionais associadas a novos problemas urbanos criados pela aceleração da globalização. Os autores foram quase unânimes ao ressaltar que as continuidades nos padrões de política urbana não explicava sozinha a novidade de junho. Velhas questões, como a segregação espacial nas metrópoles, vieram a se somar a novos projetos de intervenção urbanística, como as operações consorciadas, a privatização dos espaços, mas, principalmente, os megaeventos, transformações no espaço urbano que inexistiam em décadas passadas. A Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas vieram acompanhadas de projetos políticos de grande impacto no espaço urbano⁹. Os autores argumentaram que o desmonte do maquinário estatal e a perda de

9 A Copa das Confederações, evento esportivo realizado em 2013, era vista como preparação, por parte dos órgãos internacionais como a Federação Internacional de Futebol (FIFA), entidades governamentais e personalidades brasileiras ligadas ao esporte, para os jogos da Copa do Mundo em 2014. O Brasil foi escolhido ainda durante o mandato do então Presidente da República, Luiz Inácio “Lula” da Silva, em 3 de junho de 2003. A escolha das 12 cidades-sede, que viriam a ser palco de intensos protestos em 2013, aconteceu em 2009. Fontes: FIFA OFICIALIZA Brasil como sede da Copa do Mundo-2014. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 out. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/zdyYYq>>. Acesso em: 15 jun. 2017; BRAZIL 2014 host cities confirmed. FIFA. Disponível em: <<https://goo.gl/whKbn4>>. Acesso em: 15 jun. 2017. Para mais informações sobre as controvérsias políticas em torno da Copa do Mundo e sua realização no Brasil, consultar Maricato (2014).

centralidade dos Estados-Nação tornaram o capitalismo global no pior “causador” dos problemas urbanos. Os megaeventos seriam a cereja do bolo ou, para alguns, a raiz do problema.

Vainer (2013), por exemplo, contrasta a cidade rebelde com a cidade neoliberal. De um lado, a cidade em suas insurgências escritas nas trilhas da vida cotidiana; de outro, a cidade circunscrita e voltada exclusivamente para os meganegócios. O percurso que conecta estrutura urbana e protestos passa necessariamente pelos megaeventos e pelo processo de repressão policial das mobilizações políticas que questionam esses projetos.

Os megaeventos *radicalizam* problemas estruturais, evidenciados na interferência do capital dentro das cidades:

A cidade dos megaeventos precipita, intensifica, generaliza a cidade de exceção e a democracia direta do capital. A Fifa e o COI, verdadeiros cartéis internacionais associados a corporações nacionais e interesses locais, recebem do governo da cidade: isenções de impostos, monopólio dos espaços publicitários, monopólio de equipamentos esportivos resultantes de investimentos públicos. São neoliberais, mas adoram um monopólio (VAINER, 2013, p. 37).

Essa linha de argumentação levanta a questão entre cidades, globalização, sociabilidade e mudança política. O tema da estrutura urbana não se dissocia do contexto internacional. A literatura sobre o assunto era marcada pela ênfase nos processos globais de mudança na governança urbana como fator nodal na explicação dos conflitos modernos nas cidades brasileiras.

Caldeira (2015), por exemplo, em um artigo curto para o *Open Democracy*, retoma o tema da cidade como alvo prioritário de disputa política. A autora faz ligação com as mudanças globais nos padrões de governança urbana. Segundo ela, os processos de globalização estão estreitamente vinculados ao aumento da segregação urbana nos países periféricos. Tais fatores somados são apontados como causas fundamentais da revolta dos jovens nas grandes cidades. A autora argumenta que os protestos nas cidades brasileiras compartilham características com diversas mobilizações presentes em várias partes do globo. Ciclos de confrontos variados, como os Indignados, na Espanha, o Occupy Wall Street, em Nova York, a Primavera Árabe, no Oriente Médio, e a Praça Tahir, na Turquia, são facetas do mesmo fenômeno global que coloca as cidades como palco de disputas entre os que a usam como valor de uso e o poder econômico que as vê como valor de troca. O foco do artigo não residia unicamente nas manifestações de

junho, mas demarca a inclusão dos protestos brasileiros em um contexto transnacional de revolta e resistência contra transformações urbanas em larga escala (CALDEIRA, 2015).

A autora elenca algumas características compartilhadas por diversos globais a partir de meados dos anos 2010, como o uso da internet, a organização espontânea e difusa das redes de movimentos sociais, a capacidade de atrair vários manifestantes, a diversidade de atores, a confecção artesanal de cartazes e pôsteres e, por fim, a forte presença da juventude nas ruas. As redes sociais, argumenta Caldeira, ajudaram jovens das periferias urbanas, os maiores prejudicados da segregação, a transpor as barreiras cotidianas que impedem a expressão de demandas políticas. Assim, a autora argumenta que as ruas foram uma extensão de descontentamentos que já circulavam no universo das redes sociais:

The experience of moving around in traffic is painful for all, and the indignities of using absolutely packed public transportation – buses, vans, and subway – are a constant complaint of the millions who commute every day. The internet has been functioning for a long time as the space to express and spread the feelings of irritation. Anyone who follows Facebook and Twitter on a daily basis knows that people sitting in the immense traffic jams use their cell phones to post messages such as: “in the damn bus: stopped for 15 minutes! ”; “Will be late for work AGAIN”; “Oh no! Now it stopped to get a handicapped person: will be even more delayed”. And so it goes, a breeding site for frustrations and a space for the expression of prejudices and intolerance, sometimes in cruel and vulgar terms (CALDEIRA, 2013, p. 133).

Essa onda de indignação global ecoou em projetos de tomada da cidade como espaço para negócios. A crítica aos megaeventos apareceu em meio a muitas palavras de ordem dos manifestantes e serviu de fio condutor de análises. A cidade, como objeto central de política de desenvolvimento econômico pautado pelo capital internacional, ganha centralidade, e seus conflitos internos passam a receber destaque. As operações urbanas consorciadas nas metrópoles brasileiras, os grandes projetos de revitalização urbana, a privatização acelerada dos espaços públicos, o aumento do processo de segregação, a violência policial nas periferias – todos esses fatores somados foram retomados como facetas diversas da crise urbana e das constantes mobilizações culminantes em junho de 2013. Para os autores citados, a cidade e a estrutura urbana eram vistas como um conjunto de materialidades. Essa linha de pesquisa retoma os desenvolvimentos pós-marxistas presentes nas análises dos anos 1980. A cidade e suas mobilizações políticas enquanto objetos de reflexão são enquadradas em um repertório conceitual que retrata o espaço como materialidade. O espaço urbano é um produto de processos sociais mais gerais, como o capitalismo e a ação do Estado. Por sua vez, a cidade atua como um conjunto de condições pelas quais os atores acessam ou não determinados bens. Tais

carências urbanas acarretam diversas demandas políticas capazes de se cristalizar em organizações, associações, movimentos sociais e outros tipos de ator coletivo.

O foco está nas demandas dos movimentos e como elas foram causadas pelos processos sociais acima levantados. Esse percurso analítico acaba por retratar junho de 2013 como sendo um conjunto de mobilizações com atores mais ou menos parecidos entre si. A variação das agendas políticas e dos grupos que as encabeçam é resumida no mote da questão urbana. Essas leituras partem do pressuposto de que a caracterização das mobilizações em 2013 deve começar a partir do reconhecimento de um conjunto de manifestações de repúdio à invasão da lógica capitalista à gestão das cidades.

As análises gravitaram em torno das demandas do MPL e de grupos políticos de contestação à gestão urbana e construíram um quadro interpretativo voltado para a identificação das relações entre expropriação urbana, privatização dos espaços públicos e protestos em prol da “qualidade de vida na cidade” (HARVEY *et al.*, 2014). Essas tradições de interpretação descendem de um longo histórico na sociologia urbana brasileira. Elas reafirmam os estudos dos anos 1970 e 1980 acerca da relação entre urbanização desordenada, *espoliação urbana* e movimentos sociais.

Nesses trabalhos, os movimentos sociais são encarados como ensaios virtuosos de democracia participativa. A questão acerca dos processos de súbito crescimento nas atividades de protesto é respondida por meio do recurso à rebeldia e a uma linguagem que chega quase a remeter à ideia de revolução. Isto é, “junho” seria a expressão daquilo que se chamou “cidades rebeldes”. A mudança nas formas de ação e no ritmo repentino com que as ruas foram tomadas é fruto de mudanças geracionais e formas diferenciais de relacionamento dos jovens com a política. As cidades no capitalismo neoliberal contemporâneo, nessas teses, seriam espaços verticalizados clivados pela divisão única entre governantes e governados. O mérito dessas abordagens reside em chamar a atenção para a relação entre gestão urbana e mobilizações políticas, tal como a literatura nos anos 1980 fazia (HARVEY *et al.*, 2014). A heterogeneidade de junho dá lugar então, segundo esses autores, a distintas interpretações do “direito à cidade” na construção do fenômeno “junho 2013”. Para muitos estudiosos, o fenômeno de junho foi marcado pela unanimidade dos atores presentes nos eventos. O MPL e, em menor extensão, os comitês populares da Copa eram tidos como atores coletivos que resumiam uma série de *novos movimentos sociais urbanos*.

Contudo, essa visão não era unânime. Para autores como Antunes (2013), Braga (2013) e Singer (2013), era de extrema premência demarcar qual o posicionamento na estrutura social desses atores em relação com sua agenda política. Para Singer (2013), por exemplo, havia uma multidão de atores coletivos com diversas agendas políticas, além, é claro, dos manifestantes avulsos que lotaram as ruas em 2013. Segundo o autor, o espaço urbano foi tomado como um cruzamento de ideologias diversas; havia um corte que posicionava os atores em espectros ideológicos distintos, cada um dos quais favorecendo agendas específicas. Para Singer (2013), a questão urbana não aparece como uma agenda que resumia ou dominava as manifestações de junho, mas era pautada, sobretudo, por setores ligados aos movimentos sociais tradicionais e a atores coletivos situados mais à esquerda. Por outro lado, a direita encabeçava uma ala mais voltada para o combate à corrupção e enxugamento do Estado. Agendas opostas, grupos antagônicos. O que dinamizava as manifestações em junho era a presença de um conjunto amplo de pessoas, vagamente posicionadas num “centro” ideológico capaz de unir a crítica aos gastos excessivos a favor dos megaeventos e a crítica ao Estado:

Penso, portanto, que a direita trouxe para a segunda fase das manifestações o problema da corrupção e a esquerda, o das iníquas condições de vida urbana, produzindo um cruzamento ideológico que se compôs, em alguma medida, com a mistura de classes [...]. Mas o realmente novo foi a atuação do centro, o qual teve a vantagem de poder assumir uma e outra bandeira, bradando simultaneamente contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção. Funcionou, assim, como uma espécie de inesperado generalizador do programa espontâneo das ruas. (SINGER, 2013, p. 36).

Uma linha mais recente tenta olhar para os atores coletivos e a diversidade de pautas como um sintoma evidente do ciclo de confrontos em junho. Para além da temática urbana, diversos atores e pautas apareceram na ocasião. A variedade de atores e, conseqüentemente, de temas e táticas de ação fica explícita em uma série de trabalhos. Para Alonso e Mische (2017), as demandas não seriam o único vetor de diferenciação dos atores. Formas de ação, inclusive de ocupação do espaço da cidade, demarcam fronteiras entre grupos distintos. Gohn (2013) também ressalta que, embora houvesse unidade em torno de reivindicações contra serviços públicos de má qualidade nas cidades brasileiras, o que diferencia os atores são novos processos de subjetivação – processos conectados com mudanças na geopolítica global capazes de provocar novas formas de sociabilidade nas cidades. Nessa linha de argumentação, os espaços urbanos aparecem como espaços ressignificados e simbolicamente negociados entre múltiplos atores em confronto. É a esses autores que me dedico na seção a seguir (GOHN, 2014; ALONSO; MISCHÉ, 2017).

Esses paradigmas dão um panorama diferente dos eventos de protesto de 2013, já que rejeitam a designação de um ciclo unificado de demandas e grupos. A política no interior da cidade é pautada pela disputa entre diferentes atores coletivos, comportando grupos urbanos divergentes que vão além da distinção simples entre elite e o “resto”. A cidade se constitui como um espaço em que múltiplos atores se posicionam diferencialmente em relação ao que a cidade significa politicamente. Além disso, para esses autores, sem negar completamente a importância dos realinhamentos políticos para o desenlace do ciclo de protesto de 2013 ou para o papel da “crise urbana” e suas relações com os movimentos sociais, é importante atentar para o longo desenvolvimento de redes especializadas de movimentos sociais.

2.2 Da Questão Urbana às “Questões Urbanas”

Nessa esteira que valoriza as negociações simbólicas do espaço urbano e seus usos políticos, os autores se demoraram mais na descrição dos atores coletivos envolvidos no processo de junho, destacando, também, que os confrontos em si não podem ser vistos como um fenômeno da ordem do espontâneo e repentino. Contudo, em vez de depositarem esperanças analíticas em fatores estruturais como a política urbana e a globalização como desencadeadores, essa vertente tende a conceder primazia aos processos de formação das identidades e táticas de ação coletiva. A tônica recai na construção das identidades coletivas, na organização desses movimentos e na promoção de enquadramentos simbólicos mobilizadores pelos atores. A política não decorre somente das ruas, mas também *se dá* nas ruas. O processo simbólico e político de construção simbólica dos espaços urbanos é trazido ao centro do palco.

Nesse sentido, autores como Dowbor e Szwako (2013) sublinharam o modo como os protestos podem ser encarados por meio do uso metáforas espaciais e dramatúrgicas. Argumentam os autores que tal arsenal teórico pode ser empregado de modo profícuo na descrição do fenômeno de junho de 2013, já que ajuda a compreender o fio que conecta o cotidiano político à situação do protesto propriamente dita. Ao analisar a atuação do MPL e da rede de movimentos dos comitês populares da Copa, principalmente no Rio de Janeiro, os autores pontuam que, nos “bastidores”, determinados saberes técnicos, experiências vividas, práticas e identidades coletivas são elaborados para depois serem aplicados nos “palcos” de confronto político e nas performances públicas de vocalização de agendas. Fazendo uso do arsenal conceitual goffmaniano, os autores demarcam os processos de mobilização como sendo efeitos de passagens que os ativistas fazem entre diversos domínios, lugares enraizados que vão

dos “bastidores” dos protestos passando aos “palcos” nas ruas. Para os autores, os bastidores dos movimentos sociais dizem respeito às formas internas de deliberação, ao passo que os palcos correspondem às facetas visíveis de atuação dos movimentos sociais (DOWBOR; SZWAKO, 2013).

A noção de bastidores é crucial e guarda uma relação óbvia com os espaços em que os ativistas interagem longe dos olhos da população. A faceta visível dos movimentos sociais nos espaços públicos é resultado do trabalho cotidiano de construção invisível nesses espaços afastados das retinas dos transeuntes das cidades. Ao falar da construção do MPL em Salvador e em Florianópolis, os autores salientam a importância desses espaços. A construção de fóruns, debates e seminários de discussão, realizados por grêmios estudantis, foram responsáveis pela criação de um clima de “espontaneidade” nas mobilizações dos estudantes nessas duas capitais (DOWBOR; SZWAKO, 2013).

Os estudos de caso dos comitês populares da Copa e do MPL demonstram que, nos bastidores, determinados “roteiros” de atuação nas ruas são dramatizados e ensaiados. Esses espaços permitem que a elaboração discursiva seja realizada posteriormente nos espaços públicos. Por meio de análise documental, os autores procuraram entender o fio condutor que vai dos bastidores ao espetáculo público dos protestos e, ao narrar um protesto do Comitê Popular da Copa (CPC) em São Paulo, procuram demonstrar como os movimentos sociais passam dos bastidores às vitrines públicas no espaço da cidade e como tais espaços são constantemente negociados enquanto *cenários* de uma dramatização política:

Um protesto em São Paulo mostra essa dinâmica. O CPC [Comitê Popular da Copa] de São Paulo convocou um “grande ato” para o dia 1º de dezembro de 2012, data do sorteio das chaves da Copa das Confederações da Fifa em São Paulo. O evento ocorreu de acordo com o script estabelecido durante as reuniões preparatórias, abertas a todos os interessados. Os manifestantes marcharam pacificamente pelas ruas cujo trajeto foi definido com antecedência, passando perto do local do sorteio, no Centro de Convenções Anhembi, mas forçaram sua entrada no local. O contraste entre o tom pacífico da manifestação e os dizeres dos cartazes é dramático: “genocídio”, “assassinato”, “repressão”, “morte”, “remoções”. As expressões e frases repetidas pelos participantes – “polícia mata”; “tempo de guerra”, “tempo sem sol”; “Copa para quem?” ou “A nossa luta não vai parar até a gente tomar conta dessa cidade” – traduzem e vocalizam o drama. A polícia protegeu a manifestação, delimitando o espaço para seu trajeto contra o trânsito. O “grande ato” foi palco das manifestações nas quais se consubstanciava a dramaticidade dos processos de violação dos direitos humanos (DOWBOR; SZWAKO, 2013, p. 51).

Na esteira das metáforas teatrais, Solano, Manso e Novaes (2014), do mesmo modo, analisaram as ruas como um palco em que determinados dramas sociais são encenados. Desta vez, o enfoque recaiu sobre a atuação de grupos que se utilizavam das táticas *black blocs* como prática de contestação nos espaços públicos. Os autores destacam que “a estética tem importância” (SOLANO *et al.*, 2014). A ideia central para os autores é que a violência contra objetos e espaços físicos na cidade não deve ser retratada pura e simplesmente como violência. Trata-se sobretudo de uma violência com determinações políticas e focalizada na destruição material de símbolos capitais de exploração e dominação. Pode-se dizer, acerca dessa leitura, que a cidade é a causa, mas, sobretudo, o *meio* pelo qual esses manifestantes efetivam um discurso político. Por meio de etnografias e entrevistas em profundidade, os autores tentaram compreender de que modo os praticantes da tática *black bloc* conferiam sentido ao que faziam:

*A depredação é performática. Tudo o que seja diferente disso não é Black Bloc. Pode levar máscara, ir de preto, mas não é Black Bloc. Pode se dizer Black Bloc. Não é. Se depredar pequeno comércio, se queimar um carro popular, ou tacar pedra numa pessoa qualquer caminhando pela rua, roubar, assaltar, não é Black Bloc. Essas eram as respostas. As categorias “teatro”, “chamar a atenção”, se repetiriam em outras conversas, além desse dia 25 de janeiro, deixando claro que o Black Bloc se apropria da ação direta daquela “violência simbólica” como se esta fosse uma linguagem específica. Durante o depoimento dos dois, eu ia refletindo sobre o ritual das manifestações. (SOLANO *et al.*, 2014, p. 78).*

Os *black blocs* não depredam o espaço urbano de modo indiferenciado. Essa é a mensagem. Esses jovens procuram comunicar algo. A metáfora teatral serve para realçar o modo como a cidade é encarada como palco em que todos são ao mesmo tempo audiência e atores. Resta saber quais são as mensagens políticas inseridas no cotidiano urbano. Para esses autores, essas mensagens só podem ser desvendadas com o exame minucioso do universo simbólico em que os atores estão inseridos. A cidade como palco de conflitos é, por sua vez, palco das próprias resistências. Nesse sentido, Solano *et al.* (2014) apontam que a própria cidade passa a ser “ocupada” em diversos sentidos.

E todos esses autores citados destacam a ocorrência de movimentos, em maioria sem lideranças rígidas ou identificáveis, concluindo que a voz das ruas não é uníssona e, portanto, também não é o modo como esses atores simbolizam a cidade. O espaço urbano não é encarado mais apenas como um apanhado de estruturas materiais. A questão cultural dentro do urbano ganha novos contornos com formas variadas de ocupação de edifícios e locais abandonados pelo poder público. Viana (2013), por exemplo, procura retratar como a cidade é um local de

“guerras” de significados. Para a autora, o modo como a cidade é negociada simbolicamente é fundamental para a compreensão dos sentidos que os atores coletivos conferem às manifestações. A classificação midiática entre “baderneiros” e “pacíficos” remonta à produção e à difusão de uma visão hegemônica de “ordem urbana”. O foco dos autores apresentados reside na ideia de que a política é feita na interação simbólica entre os atores entre si e também nos espaços urbanos que mediam tais interações. Contudo, tal conjunto de ideias não exclui a visão de determinados processos sociais mais amplos, para além das esferas interacionais ou organizacionais dos atores coletivos.

Para alguns pesquisadores, existe uma geopolítica do espaço intimamente relacionada aos processos de junho. O ciclo de confronto em 2013 é, portanto, um efeito da conjuntura política global. Desse modo, para Bringel e Players (2015), a discussão em torno do ciclo de junho de 2013 – tanto quanto sobre as manifestações de 2015 – deve necessariamente enquadrar a questão da geopolítica dos protestos na era da globalização. Para eles, os protestos que agitaram as ruas e as cidades brasileiras nos últimos anos responderam a processos transnacionais de difusão do descontentamento. Trata-se daquilo que os autores denominam de “geopolítica da indignação global”. Na era global e com a difusão de meios mais rápidos de comunicação, como a internet, novas sociabilidades brotam no espaço urbano. Assim, a sociologia dos movimentos sociais deve atentar para o modo como as geografias do protesto interagem com os diferentes sentidos políticos que os atores constroem nos espaços físicos e também nos espaços virtuais (BRINGEL; PLEYERS, 2015).

Por meio de entrevistas e etnografias, Bringel (2013a, 2013b) afirma que três pontos devem ser reforçados na ideia de geopolítica da indignação. Em primeiro lugar, a experiência da indignação no Brasil foi construída por meio das interpretações individuais de ativistas a partir da circulação de ideias, identidades políticas, slogans e imaginários coletivos. Esse quadro individualista de produção simbólica das agendas decorre da falta de espaços de colaboração em fóruns transnacionais que permitam formular o que o autor chama de “internacionalismo movimentalista”. Em segundo lugar, a nacionalização dos protestos em junho de 2013 foi responsável pelo avivamento de uma política ativista de direita. A utopia do “Brasil melhor” que estava dada na crítica à ineficiência estatal deslocou os sentidos políticos de junho da esquerda para a direita. Por fim, Bringel (2013) salienta que as escalas de ação e significação foram referenciadas em âmbito nacional, mas que produziram um circuito de referências simbólicas tanto locais quanto transnacionais. A conexão entre o global e o local,

entretanto, não deve recair no provincianismo metodológico responsável por exagerar a criatividade e a novidade das resistências locais. Bringel (2013, p. 23) adverte que:

Isso é importante para a composição de um mapa mais diverso sobre as mobilizações recentes no Brasil. Além do mais, essas especificidades locais revelam também tendências diferentes no perfil das reivindicações e na composição social dos manifestantes. Isso leva a que, por exemplo, certos grupos que não estavam presentes em São Paulo ou em Ribeirão Preto atuassem no Rio ou em São Gonçalo e vice-versa; mas também a que as correlações de forças variem de acordo com os lugares. Apesar disso, esse acento nos lugares não pode levar a um provincianismo nem a um localismo interpretativo. Por um lado, é importante captar os impactos diferenciados das mobilizações em cidades com maior capacidade de influir na delimitação de cenários e na relação de forças (casos, por exemplo de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília). Um exemplo disso é que, apesar de que os protestos pelo Passe Livre, a redução das tarifas e o transporte público aconteceram desde o início de 2013 em diversas cidades brasileiras, o levante de junho teve como estopim os acontecimentos de São Paulo. Por outro lado, apesar de um grau cada vez maior de localização, as ações coletivas contemporâneas dificilmente são localistas, tecendo sempre uma articulação entre escalas, construídas socialmente pelos atores.

Resumindo, para Bringel (2013), é fundamental compreender a escalada de ciclos de protesto também como efeito da construção de territórios politizados em diferentes escalas espaciais. Ativistas e outros grupos políticos constroem territórios políticos definidos. De que modo a dimensão espacial está presente no ativismo contemporâneo é um dos problemas fundamentais a ser explicado na evolução dos ciclos de protesto.

Trabalhando na esteira entre o global e o local nas manifestações de junho e o modo como os espaços urbanos foram ressignificados, pode ser citado o trabalho de Ricci e Arley (2013). Ambos salientam que os protestos do Brasil guardam em comum com outros episódios de mobilização determinado conjunto de traços constitutivos. Os autores salientam que há um novo padrão de protesto marcado por: 1) redes sociais virtuais; 2) violência policial e controle da ordem urbana como estopim; 3) protagonismo juvenil nas lideranças dos grupos mobilizados; 4) transmissão televisiva ao vivo dos protestos, dramatizando os eventos; 5) sentimentos e retóricas de indignação contra poderes governamentais e econômicos constituídos; e, por fim, 6) ocupação de praças e edifícios públicos e outros espaços urbanos política e simbolicamente relevantes como estratégia privilegiada de mobilização (RICCI; ARLEY, 2013).

Os autores concluem que tais traços deram uma tônica diferente comparada às manifestações do século XX em território brasileiro. Diferentemente de Bringel e outros, para Ricci e Arley (2013) as mobilizações contemporâneas nem sempre se cristalizaram em movimentos sociais como formas organizacionais privilegiadas. Ambos defendem que as mobilizações também contam com formas organizacionais enraizadas na ressignificação dos espaços públicos. Ainda que nem sempre se constituam como organizações permanentes, ou pelo menos duradouras, os grupos constroem redes de indignação que procuram não somente reinterpretar os espaços da cidade, mas também apropriar-se ativamente deles. Por meio de análise documental e observação participante com grupos e movimentos sociais em Belo Horizonte, os autores tentaram mapear os atores coletivos e a diversidade de práticas de intervenção urbana – práticas estas que iam além do cenário do protesto propriamente dito.

Nesse sentido, ressaltam que a atuação do CPC de Belo Horizonte, por exemplo, foi marcada pela tentativa de articulação de diferentes “coletivos” políticos e em diversas “arenas” de atuação: pesquisas sobre a situação urbana, fóruns, debates e ações de intervenção direta em comunidades afetadas pelas obras da Copa. A construção da ação do CPC e outros grupos era pautada por especificidades locais dentro da cidade de Belo Horizonte, tal como a campanha pela volta do feijão-tropeiro nas imediações do Mineirão, bem como o uso da tática *black bloc*. A cidade tal como concebida pelos ativistas, segundo os autores, é um espaço de construção política por si mesmo. Por fim, diferente de outros pensadores citados, Ricci e Arley (2013) enfatizam mais a relação entre espaço urbano e crise de representação. Diversos escritores já haviam pontuado o processo político pouco representativo como sendo um dos elementos centrais para a consolidação de mobilizações que se diziam “autônomas” e rejeitavam a legitimidade de partidos políticos (GOHN, 2014; SINGER, 2013). Para Ricci e Arley (2013), a cidade é apropriada em função de seu papel como espaço de encenação de tradições políticas locais, mas também como forma de contestação de uma ampla crise de representação política. Por fim, os autores questionam o papel excessivo dado às redes virtuais sem a devida atenção ao modo como redes físicas e virtuais operam no ativismo urbano.

Ambas as interpretações concedem espaço à questão do urbano, especialmente nas metrópoles, mas diferem em alguns pontos. A vertente mais estrutural, por assim dizer, encarava os problemas urbanos na média duração e em problemas históricos já arraigados nas cidades brasileiras. A metodologia e os dados utilizados eram muitas vezes sobre as condições estruturais nas metrópoles. Por sua vez, a vertente mais centrada nos atores privilegiava sobretudo o modo como a produção simbólica da indignação coletiva se dava. Desse modo, as

escolhas metodológicas privilegiavam o recurso às narrativas que os próprios participantes tinham sobre os processos políticos em que estavam inseridos.

3. A Teoria do Confronto Político e Espacialidade

Na seção anterior, tentou-se demonstrar como determinadas análises propostas reafirmaram a espacialidade urbana, objeto central em muitas pesquisas desenvolvidas desde aquele mês. Os movimentos sociais que saíram às ruas protestavam contra as contradições entre a infraestrutura padrão Fifa (Federação Internacional de Futebol) para os estádios que sediarão os jogos da Copa do Mundo 2014 e as deficientes estruturas de serviços públicos nas cidades brasileiras. De um lado, uma vertente mais interessada na materialidade das condições de vidas nas metrópoles enfatizava as carências urbanas como elementos centrais na formulação das agendas políticas expressas pelos movimentos sociais. Por outro, uma segunda vertente procurou dar conta sobretudo dos atores coletivos envolvidos, em especial no processo de elaboração política e simbólica dos espaços urbanos – processos estes que estariam por trás das mobilizações.

Escusado seria dizer que ambas as vertentes não se opõem mutuamente, ao menos não de maneira venal. Ambas recuperam temas da década de 1980, mas procuram renovar o debate em função da criatividade e das novas formas de ativismo contemporâneo, indicando problemas importantes no que tange à relação entre espacialidade e ativismo. As linhas de pesquisa podem apontar para aquilo que Löw (2016) chamou de “dualidade espacial”, em que os arranjos espaciais entre atores sociais e os objetos ao redor se estruturam mutuamente.

Nesse sentido, convém perguntar: de que modo a dualidade dos espaços no ambiente urbano se relaciona com os processos de mobilização política? Por exemplo, as manifestações de 2013 – mais flagrantemente em 2015 – viram a ascensão de um ativismo ideologicamente mais alinhado à direita. Como se dá a formação de diferentes estilos de ativismo e as distintas apropriações políticas do espaço urbano dentro da cidade? Esses e outros problemas merecem um olhar atento e novos esforços de pesquisa a fim de complementar o que se sabe acerca da vida política dentro das cidades. A teoria do confronto político pode trazer aportes profícuos a fim de relacionar as dimensões estruturais e interacionais do espaço. As próximas seções resenham essas contribuições ao debate e informam ao leitor o paradigma utilizado nesta tese.

3.1. Espaços como Política e Espaços como Identidades

Segundo Tilly (2003), todas as relações sociais são espaciais, o que por sua vez implica sempre a construção simbólica dos espaços de ativismo. Em meados dos anos 2000, as críticas das teorias de movimentos sociais se dirigiram às conceptualizações que enfatizam espaços urbanos apenas como mera “embalagem” das relações de confronto político. Ainda assim, tais propostas são frequentes na literatura sobre o assunto. Porém, recentemente, novas abordagens têm enfatizado os mecanismos pelos quais o espaço físico colabora para a construção de episódios de confronto político.

De modo geral, a literatura tem se concentrado em duas dimensões básicas como estratégia analítica para dar conta da relação entre espacialidade e protesto. Os analistas têm insistido 1) na centralidade dos espaços locais como fatores de criação e recriação de identidades; e 2) na necessidade de pensar nos espaços integrando uma complexa rede de ativistas locais e/ou transnacionais responsáveis pela difusão e inovação de repertórios de confronto político¹⁰.

Segundo as teorias disponíveis, parte-se de um ponto que reforça a ideia de que muitos episódios de confronto político representam formas de ocupação de espaços públicos (TILLY, 2006). Entretanto, as diferentes teorias de movimentos sociais salientaram aspectos distintos dessa relação. A Teoria do Confronto Político (TCP) se atém ao modo como os espaços políticos são disputados por diferentes atores ou como tais espaços urbanos se tornam oportunidades para a formação de redes e laços de cooperação entre ativistas (McADAM, 1982). Por sua vez, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) argumenta que há uma simultaneidade entre a construção de espaços físicos e sociais de sociabilidade e a elaboração de identidades coletivas (MELUCCI, 1996).

¹⁰ A teoria sobre movimentos sociais a partir dos anos 1970 e 1980 é extensa e não cabe uma exposição detalhada de suas posições. Contudo, convém mencionar brevemente as duas teorias de destaque na explicação do surgimento e expansão dos movimentos sociais. Até o final dos anos 1980, as tradições europeias reunidas na Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) tendiam a enfatizar o papel da cultura, valores e ideias na estruturação do conflito societário, sem fazer referências explícitas ao processo político. Movimentos sociais seriam, para estes teóricos, orientados para a autonomização de suas identidades coletivas e valores em detrimento da lógica de interesses. Por outro lado, a tradição americana, representada pela Teoria do Confronto Político (TCP) enfatiza o caráter estratégico dos movimentos sociais e seus alicerces nas disputas políticas. Esses traços táticos e estratégicos dos movimentos respondiam, não somente às esferas econômica ou cultural, mas também à arena política. O foco estava nos processos de negociação política entre desafiantes e autoridades, sejam elas políticas ou culturais. A partir dos anos 1990, as críticas informadas pela sociologia da cultura pavimentaram o terreno para a formação de sínteses teóricas entre os dois termos. Cultura e estratégia política passaram a ser vistas de maneira intrincada e com variados pontos de intersecção (ALONSO, 2009).

A TCP enfatiza que os atos de confronto político são melhor compreendidos por meio da análise das conexões de espaços materiais significativos para os ativistas e a construção de identidades políticas. Desse modo, as experiências cotidianas de sofrimento ou de privação de oportunidades de acesso à infraestrutura urbana não decorrem automaticamente de um engajamento reflexivo desses atores. Bens culturais, narrativas, ideologias e esquemas simbólicos oferecem aos atores formas codificadas que, uma vez combinadas, permitem a construção de estratégias de expressão de demandas (GAMSON; MEYER, 1996).

De todo modo, é lícito frisar que, embora os espaços urbanos tenham sido enfatizados dentro da sociologia dos movimentos sociais, não há uma coerência conceitual aceita sobre a entrada da espacialidade como operador analítico (AUYERO, 2007)¹¹. Mesmo assim, procura-se nesta tese realizar o esforço de adensar essa profusão de ideias em tendências mais ou menos identificáveis que expressam modos pelos quais a espacialidade vem progressivamente adentrando na análise do espaço e do confronto político. A seguir, serão apresentadas as duas principais tendências pelas quais as teorias de movimentos sociais atacaram o problema da relação entre espaço urbano e movimentos sociais.

3.2 Localizando Movimentos Sociais e Identidades Políticas

Segundo Tilly (2006), os espaços urbanos foram parcialmente responsáveis pela construção de ordens políticas e sociais contínuas e conectadas. Tais ordens políticas lentamente se cristalizaram em estruturas macro-organizacionais estáveis nos Estados nacionais. Porém, dentro dos espaços de soberania do Estado, moradores e cidadãos interagem em contextos locais delimitados e diferenciados por determinados investimentos simbólicos.

¹¹ Para os fins desse texto, a ideia de espaço a ser utilizada não engloba a noção de espaço social formulada por Bourdieu e outros autores da sociologia. O espaço social, no entender de Bourdieu, significa um sistema de relações entre os atores que os posicionam reciprocamente em função do volume e estrutura de capitais específicos a certas arenas de disputa (BOURDIEU, 1996). A ideia de espaço trabalhada geralmente pela sociologia dos movimentos sociais procurou enfatizar a noção de espaço como materialização das relações sociais entre atores. Além disso, o foco dos autores mencionados nessa resenha bibliográfica reside fundamentalmente na distinção dos espaços urbanos e seus impactos no ativismo. Definir espaço urbano não é tarefa fácil quando se entende que as definições oficiais e governamentais para fins estatísticos variam de país para país. Para além dos fatores populacionais, isto é, da densidade dos assentamentos urbanos, também existem fatores administrativos que estabelecem diferentes perímetros e zonas urbanas. Sociologicamente, também existem dificuldades referentes ao modo como fatores sociais e culturais podem ser caracterizados como “urbanos”. De modo geral, sociologicamente, existem dois eixos principais de interpretação 1) perspectivas culturais-institucionais e 2) perspectivas estruturais-demográficas (GOTTDIENER; HUTCHISON, 2011)

A análise de TCP repõe a espacialidade como um conceito dependente da ideia de *lugar de uma ação*. O *lugar* tem sido usado para dar conta da maneira como processos políticos, econômicos e simbólicos são performados e incorporados em instâncias sociais delimitadas geograficamente. Desse modo, os analistas têm demarcado que as práticas socioespaciais antecedem e qualificam determinadas identidades políticas antes mesmo que possam emergir em forma de protestos e manifestações públicas. Segundo Agnew e Crobridge (2002) e Tilly (1985), por exemplo, os espaços locais dentro dos perímetros urbanos se apresentam como estruturas construídas pelos agentes como mediadoras de *imaginários espaciais*.

Entretanto, essa rede de conexões entre os espaços locais e as estruturas burocráticas dos Estados nacionais passam pelo modo como os ativistas se situam por meio de relações familiares e cotidianas. Essa teia de relações e práticas socioespaciais constrói laços pelos quais identidades políticas são construídas. Do mesmo modo, as identidades políticas acabam implicando imaginários socioespaciais, isto é, delimitações simbólicas do que é justo e injusto nos usos dos espaços urbanos ou rurais (AUYERO, 2001).

Segundo Miller, Beaumont e Nicholls (2016), localidades urbanas condensariam relações sociais em estruturas chamadas “comunidades epistêmicas”. Essas comunidades apontam para a existência de espaços urbanos marcados pela presença de determinados recursos materiais e simbólicos e colaboram para a construção de redes cognitivas de interpretação e filtragem das informações advindas. Comunidades e imaginários espaciais perfilam enquadramentos das situações de opressão, injustiça e abusos cometidos por autoridades políticas ou outros atores sociais. Desse modo, segundo Tilly (2000), espaços locais são importantes na construção de redes de confiança capazes de formatar identidades sociais e coletivas iniciadoras de protestos e mobilizações. Laços emocionais fortes e duradouros são um dos principais efeitos dos espaços locais na construção de demandas políticas.

Nos trabalhos, por exemplo, de Gould (1995), fica demonstrado que a construção de identidades de classe durante a Comuna de Paris, em 1871, não se deu por meio da adesão às categorias sociais abstratas e distantes das vivências dos atores. A estruturação das identidades de participação, segundo o autor, está diretamente relacionada ao modo como os ativistas acionam lugares, espaços e localidades e ao modo como esses espaços são constantemente ameaçados por determinadas autoridades. A adesão às identidades de classe é *mediada* segundo a residência, determinadas vizinhanças e outros espaços urbanos como clubes, grêmios, fraternidades etc. A espacialidade não é meramente uma coordenada das experiências sociais;

tampouco se enquadra como uma estrutura que constrange e determina o comportamento dos atores sociais.

Gould (1995) procurou demonstrar que a consolidação e renegociação dos laços operários durante a Comuna se deu em função do pertencimento às vizinhanças e aos espaços de convívio mútuo. Parte fundamental do argumento também reside no modo como o Estado disputa e interfere ativamente nesses espaços. Segundo o autor, as reformas urbanas em Paris a partir de meados dos 1850 e 1860 foram responsáveis por transformações nos espaços de convivência operária. A abertura de avenidas, processos de higienização urbana, promoção de benfeitorias no intuito de estilizar e sanear Paris foram responsáveis por descontentamentos públicos e pela adesão à ideia de comuna por parte das classes operárias.

O trabalho de Gould encontra-se em consonância com uma linha que viria a ser mais explorada nos anos 2000. Assim, recentemente, a sociologia política tem enfatizado o intercâmbio entre *agency* e a estrutura condensadas nos espaços sociais. Os trabalhos recentes como de Tilly e colegas no *Dynamics of Contention* ajudaram a inspirar geógrafos como Byron Miller (2006) e Deborah Martin, que destacaram o papel dos espaços locais como esferas de produção de sentidos político (TILLY, 2000; McADAM *et al.*, 2001; MILLER, 2016). O conjunto de atividades social e espacialmente localizadas constroem determinadas áreas e territórios com identidades políticas. A ação espacial desses atores colabora com a criação e recriação de cenários de mobilização política.

Nos trabalhos de Martin (2000), por exemplo, o processo de “enquadramentos espaciais” (*place frames*) tem sido descrito como instrumentos cognitivos fundamentais para a identificação de situações de “injustiça” e “opressão” por parte dos ativistas. O conceito de enquadramentos espaciais tem aparecido especialmente nos trabalhos de Martin (2004) ao descrever ações comunitárias de movimentos de bairro em Minnesota (EUA). Segundo a autora, a experiência local por si só não basta para a construção de plataformas políticas de ação. É necessária a recomposição dessa experiência em um pacote simbólico comum a todos os residentes. Esse repositório local de enquadramentos espaciais permite a reconfiguração das situações de injustiças locais (SEWELL JR, 2001; MARTIN; MILLER, 2003). Os imaginários socioespaciais colaborariam para condensar grandes ciclos de mobilização em virtude dos atentados efetuados pelas autoridades às ordens locais. Segundo a autora, grandes ciclos de protesto ou redes transnacionais de ativismo estão sempre enraizadas nas experiências locais

dos atores, particularmente em razão do fato de que tais identidades políticas podem ser transplantadas de lugares a outros por meio de alinhamentos dos enquadramentos espaciais.

O papel desses espaços como esferas de atuação protegidas e, portanto, capazes de produzir surtos de “liberação cognitiva” também foi enfatizado por autores influenciados pela teoria do processo do confronto político durante os anos 1980 e 1990 (McADAM, 1982; POLLETTA; KRETSCHMER, 2013). Polletta e Kretschmer (2013) estudaram processos de democracia deliberativa no interior dos movimentos pelos direitos civis e a Nova Esquerda durante o segundo pós-guerra nos Estados Unidos. Sem se concentrar especificamente na questão do espaço local, estes autores argumentam que a produção de um senso de democracia deliberativa interna aos grupos políticos é resultado de processos de insulamento espacial de determinados grupos em relação à repressão. Esse insulamento espacial de determinadas organizações proveria abrigos contra investidas repressivas governamentais ou de outros grupos contramobilizatórios. Contudo, a noção de *free spaces*, embora não carregue em si uma noção central de espaço social, ainda assim levanta pontos no que se refere ao intercâmbio entre espaço, organizações, cultura e identidades políticas (MCADAM, 1982; POLLETTA, 2012; TILLY 2000).

A literatura de movimentos sociais tem equacionado localidades socioespaciais e produção de identidades políticas. Ou seja, o espaço físico é encarado como um conjunto de condições suficientes para a emergência de protestos pelo fato de que o espaço é estruturante de identidades políticas. Isso ocorre seja pela formação de laços de solidariedade cotidiana, seja pela construção de “enquadramentos espaciais” que informam e enraízam as experiências de injustiça vivenciadas pelos atores. Tilly (2000), tomando como exemplo as mobilizações na Inglaterra e na França durante o período de 1750 a 1900, elenca quatro espécies de interação entre confronto político e espaço: geografia repressiva, demandas espaciais, construção de “espaços seguros” e controle de determinadas áreas durante episódios de confronto. O autor reforça as teses presentes na literatura acerca dos fundamentos espaciais dos processos de construção de identidades políticas. Entretanto, vai além ao especificar o papel de redes de alianças e de conflito entre diversos atores e sua interconexão com os espaços nos quais esses atores se relacionam (TILLY, 2000; POLLETTA, KRETSCHMER, 2013).

Essas linhas de análise tenderam a enfatizar identidades políticas e sua conexão com o espaço físico. Contudo, esses autores foram criticados pela excessiva dependência das representações simbólicas do *local*. Isso porque o caráter mediador do espaço passa pelos usos e pela maneira como as identidades políticas se sedimentam nos espaços e são mobilizadas em

ações públicas de confronto. Não se trata somente de desejar um dado espaço, mas sim de compartilhar formas de ação que só se podem dar nesses espaços e com determinados atores. Essa perspectiva enfatizou a construção do espaço como mediação das relações (GOULD, 1995). Em suma, essa tendência prefere salientar a superposição entre redes societárias, ação coletiva e espacialidade. Desse modo, a seção seguinte trata de esboçar o modo como fatores espaciais interagiram com as redes de aliança e de conflito entre movimentos sociais e outros atores.

3.3 Redes Socioespaciais, Difusão e Ciclos de Confronto Político

A sociologia dos movimentos sociais tem reforçado continuamente ao longo dos anos a influência das redes nas mais diversas dimensões dos processos políticos. A TCP tem elencado mecanismos relacionais como elos fulcrais dos processos de recrutamento, formação de identidades políticas, ciclos de protesto etc. A literatura sobre a circulação de repertórios de ação coletiva enfatiza três mecanismos de promoção da inovação dos repertórios. Uma das áreas centrais nas quais a noção de redes tem sido bastante utilizada é a análise de difusão cultural. Segundo Givan e Soule (2010), existem três mecanismos de difusão de repertórios de ação coletiva: 1) mecanismos relacionais diretos de relacionamentos entre ativistas; 2) difusão indireta de imagens, retóricas, enquadramentos interpretativos e discursos entre atores desconectados; e, 3) difusão mediada em que atores desconectados entre si acabam por compartilhar enquadramentos e repertórios em virtude da relação com um terceiro ator (DIANI, 1995; DIANI; MCADAM, 2003; DIANI; BISON, 2004). A importância dessa distinção, segundo as autoras, reflete uma preocupação em torno das diferenças do papel da adoção e inovação dos repertórios utilizados em contextos políticos e societários localizados (GIVAN *et al.*, 2010; TARROW, 2011).

Os espaços, portanto, mediam de modo diferente a formação de redes sociais. Desse modo, campos multiorganizacionais e seus *enraizamentos* no espaço urbano têm sido alvos de pesquisa em virtude do caráter público de determinadas formas de confronto político. Outro ponto a ser salientado acerca desses espaços é o modo como operam facilitando o intercâmbio e a hibridização de diversos bens culturais. Situações de copresença são facilitadoras de interações continuadas entre diversos tipos de ator. Tais situações de copresença têm sido apresentadas como oportunidades para a inovação política e cultural nos quais informações,

bens simbólicos e recursos são intercambiados entre ativistas e outros tipos de ator (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012). Ainda que situações de coabitação e presença em determinados espaços urbanos não indiquem de maneira contundente a existência de relações concretas entre os atores ou o aparecimento de laços fortes de solidariedade. Mesmo assim, diversos autores têm demarcado espaços estruturados em diferentes escalas como sendo locais de diferentes fluxos de ideias, recursos e pessoas. A atenção dada é ao modo como o processo de difusão se dá concomitantemente ao processo de construção e bricolagem de identidades sociais e políticas (MCADAM *et al.*, 2001; TARROW 2011).

Neste sentido, um dos autores a enfatizar o papel das construções espaciais como plataforma para a criação de fluxos de táticas e formas de mobilização é Javier Auyero. (2007), que se tem debruçado sobre o modo como espaços urbanos marcados por forte segregação e exclusão social ainda assim mantêm condições suficientes para a construção e difusão de organizações políticas e formas de mobilizações. Como exemplo, o autor estuda o clientelismo político na Argentina e seu enraizamento em determinados espaços urbanos. Trata-se de investigar os efeitos das redes de alianças e da competição política como operadores de episódios de confronto político. O peronismo, segundo o autor, seria mais do que um conjunto de programas políticos construídos e manipulados estrategicamente pelas elites políticas argentinas: trata-se um feixe de demandas e identidades políticas calcadas no pertencimento a redes baseadas em bairros, vilas e comunidades pobres na Argentina (AUYERO, 2007; TILLY, 2000, 2006).

Auyero (2007) também salientou o modo como tais redes atuaram como “conduítes” durante as mobilizações de protesto e os saques em diversas províncias argentinas no início dos anos 2000. Segundo ele, práticas violentas de protesto estão enraizadas nas práticas políticas normais materializadas nos espaços de convivência cotidiana. O autor, através da etnografia, procura desvelar o modo como tais redes englobavam não somente ativistas locais, mas também um conjunto variegado de atores. As políticas peronistas conectavam uma extensa gama de atores que incluíam atores governamentais, políticos e chefes locais em atividades ilegais. Em suma, a política era construída com base em redes muitas vezes clandestinas que ligavam o local e o governo central. Sem a participação desses outros tipos de ator, a difusão das práticas violentas de protesto como os saques não seria possível (AUYERO, 2007). Em suma, esses autores vêm demarcando que o entendimento dos processos de difusão é falho sem a conexão entre espaços e redes.

A questão, por exemplo, acerca da importância dos laços fortes ou fracos – isto é, se os laços afetivos ou impessoais impactam a difusão de informações dentro de uma rede – só ganha sentido caso se entenda a flexibilidade das situações espacializadas nos quais os atores estão inseridos. Espaços públicos, urbanos e rurais, oferecem oportunidades diferentes para a disseminação de variados tipos de laço social e, portanto, oportunidades para diversas dinâmicas de difusão de performances políticas (AUYERO, 2007). Assim, para alguns autores, o entendimento das conexões entre espaço e redes favorece a superação de paradigmas formalistas das análises de rede (DIANI; BISON, 2004). As redes agem não somente como canais de difusão, mas também são construídas e reconstruídas culturalmente *dentro de espaços físicos demarcados*. Redes de movimentos sociais são especificamente redes com *culturas* próprias dotadas de uma espacialidade.

Alguns autores argumentam que os espaços urbanos se diferenciam dos rurais porque os primeiros permitem uma complexa distribuição de laços fortes e fracos. Segundo Nicholls e seus colegas (2013), o espaço urbano é capaz de permitir a consolidação de fortes laços de solidariedade e intensa coparticipação em atividades de mobilização, ao mesmo tempo em que a abundância de laços fracos permite o acesso de novos atores e organizações, o que facilita a permeabilidade das redes ativistas e a hibridização de novas identidades políticas. Esse tipo de padrão “bagunçado”, nas palavras destes autores, é responsável pela superposição entre espaço, redes e culturas locais, a qual esses autores nomeiam como espaços de movimentos sociais (*social movement space*). Espaço marcado por padrões desiguais de redes, com múltiplas posições em intercâmbio e múltiplas relações com o espaço local (McADAM *et al.*, 2001).

Um exemplo desse tipo de hipótese foi o estudo dos efeitos das culturas locais no modo como redes políticas se vão diferenciando ao longo do tempo. Baldassarri e Diani (2007), por meio da análise longitudinal de redes, foram capazes de traçar as mudanças nos padrões relacionais e sua coevolução com as dinâmicas de protesto, mobilização e construção organizacional. Os autores identificaram dois padrões de redes encontrados em Bristol (Inglaterra) e Glasgow (Escócia). Essas duas cidades apresentavam distintos padrões culturalmente estruturados de associativismo. O conteúdo interorganizacional variava segundo mecanismos distintos de interdependência e eram marcados por padrões mais ou menos policêntricos com níveis variados de distribuição hierárquicas em ambas. Isto é, os ambientes urbanos facilitavam a disseminação de padrões complexos e variados de redes, mas também demarcavam distribuições diversificadas de relacionamento entre redes ativistas, políticas

municipais e repertórios de confronto político. Baldassarri e Diani (2007) chegam a argumentar que clivagens de classe e políticas tiveram pouco efeito na constituição nas interconexões.

Outra vertente enfatizada recentemente é a causalidade existente entre a inserção em múltiplas espacialidades e a difusão. Isto é, essas culturas locais podem entrar em contato principalmente em função da existência de *multiespacialidades*, ou seja, diferentes escalas e níveis de atuação espacial. Leitner e colegas (2007) elaboraram a ideia de difusão por meio de multiespacialidades em seu estudo acerca do movimento de imigrantes nos Estados Unidos. O argumento dos autores é de que o processo de difusão não pode ser interpretado apenas como ideias circulando entre diferentes redes locais. Segundo Leitner *et al.* (2007), as redes agem como correias de transmissão em diferentes escalas, isto é, são construídas por meio da superposição entre redes locais e transnacionais, que conectam ativistas entre diferentes Estados e entre organizações internacionais. Local e global coincidem, mas ocorrem de maneiras diferentes.

Ainda na esteira da escala espacial, a relação entre os processos de difusão e a construção de padrões espacialidade superpostos serviram como impulso para as investigações do ativismo transnacional. De que modo essa espécie de ativismo pode ser interpretada? O ativismo transnacional pode ser encarado como uma espécie de desenraizamento e perda de importância das demandas locais? De que forma a Internet tem ajudado a reduzir a importância das organizações, enquadramentos, redes e protestos em âmbito local? Sem negar a importância dos novos meios de comunicação, tal como a web, diversos autores vêm argumentando acerca da importância de analisar a combinação entre diversas escalas espaciais na estruturação dos processos de difusão e dos ciclos de protesto. A existência dessas redes transnacionais de mobilização remonta ao século XIX.

Alimentados por desenvolvimentos técnicos como o telégrafo, movimentos nacionalistas, étnicos e anarquistas, dentre outros, construíram-se esferas de atuação para além dos Estados Nacionais. Movimentos nacionalistas e étnicos eram baseados em disputas regionais e na hierarquização de formas de organização espacial de culturas locais. Centralismo *versus* regionalismo foi um debate intenso durante todo o século XIX. Ao mesmo tempo em que os Estados nacionais surgiam e se consolidavam na Europa, diversos movimentos contestaram a construção de hierarquias espaciais e reivindicaram a legitimidade de formas culturais locais. Mesmo o anarquismo ultrapassou fronteiras políticas determinadas e foi responsável pela montagem de uma ampla rede internacionalizada de organizações ativistas (McADAM *et al.*, 2001).

Alguns autores mais recentemente, marcados pela expansão das redes sociais e do aprofundamento da globalização, tendem a equacionar a existência de grandes conflitos globais a uma suposta “sociedade civil global”, na qual a facilidade na circulação de recursos, símbolos e ativistas borraria os limites entre as diversas comunidades políticas. Desse modo, segundo esses autores, muitos deles ligados a teoria dos novos movimentos sociais, a existência dessa sociedade civil global ou sociedade em rede tem o equivalente político estrutural nos “novíssimos movimentos sociais”. Os movimentos por justiça global, tal como Occupy Wall Street e a Primavera Árabe, a partir de 2010 têm efetuado forte uso de estratégias sofisticadas de mobilização via mídias sociais. Transpondo barreiras linguísticas, nacionais e identitárias, tais movimentos teriam asseverado a diluição do conceito de espacialidade dos movimentos sociais (CASTELLS, 2015). Segundo a teoria dos novíssimos movimentos sociais, a Internet, atuando como um fluxo quase irrestrito de informações, seria responsável pela flexibilização das identidades e pela relativização dos enraizamentos espaciais. Em outros termos, seria o caso quase de minorar, ou, pelo menos, flexibilizar, a pertinência das noções de espacialidade.

Contudo, pesquisadores ligados à teoria do confronto político têm questionado a pertinência dessas críticas ou, pelo menos, seus exageros no que tange à diminuição das demandas e formas de mobilização local. A teoria do confronto político tem se concentrado, sobretudo, em demonstrar que a circulação de recursos, repertórios de confronto, ativistas, táticas repressivas, entre outros fatores, supõem a combinação entre diferentes escalas de espacialidade. Por exemplo, a emergência de movimentos transnacionais e o surgimento de arenas e organizações internacionais de mobilizações responde a incentivos diretos dos contextos locais. Diferentes campos multiorganizacionais dentro dos Estados nacionais combinam redes internacionais e locais nas mais diversas demandas. Sikkink e Keck (2014), por exemplo, argumentam que o aparecimento das redes de *advocacy* e o desenvolvimento de campanhas internacionais por mudanças institucionais se enraizaram em campanhas locais e nacionais. Valendo-se de exemplos como o sufrágismo, o movimento trabalhista, e o ambientalista, as autoras argumentam que essas redes de *advocacy*, constituídas por uma miríade de atores, locais e internacionais, costumam ser compostas por atores que não necessariamente podem ser chamados de ativistas.

Esses grupos se comunicam, compartilham informações e recursos e procuram influenciar instituições internacionais tanto quanto nacionais e locais. Segundo as autoras, essas redes transnacionais emergem em função do forte fechamento dos canais de comunicação entre ativistas locais e governos centrais. Isto é, dinâmicas de oportunidades e ameaças políticas

domésticas facultaram o surgimento dessas redes. A conclusão das autoras favorece a visão de que o intercâmbio entre os espaços domésticos e os internacionais está na raiz dos fenômenos de difusão espacial de movimentos sociais.

Por outro lado, Tarrow (2012) mira na identificação dos mecanismos pelos quais determinadas práticas de mobilização e de difusão de protestos transnacionais ocorrem. De que modo o ativismo transnacional é capaz de modificar atores locais, seus enquadramentos interpretativos e suas estratégias de ação? Sem se ater à discussão espacial propriamente dita, o autor traz elementos fundamentais para o entendimento das dinâmicas espaciais de difusão, argumentando que os estudos anteriores se concentraram demasiadamente em ativistas que se identificam explicitamente como “internacionalistas”. Contudo, a formação dessas redes transnacionais diz respeito ao modo como os ativistas experimentam injustiças locais e o modo como desenvolvem estratégias de conexão entre o global e o local. Assim como outros autores, Tarrow (2012) também alega que a decisão de se mover ao ativismo transnacional tem suporte em laços domésticos bem enraizados.

De modo geral, autores da TCP afirmam que a existência de arenas globais de contestação não suplanta agendas nacionais e locais dos movimentos sociais. Essas demandas globais não só supõem os espaços locais como também são capazes de interagir de maneira complexa em diferentes escalas de atuação. Assim sendo, a construção de ciclos de protestos e a difusão transnacional de repertórios, enquadramentos e recursos são resultado de uma mistura complicada de ameaças e oportunidades políticas transnacionais e nacionais. Tarrow e Porta (2005) e Keck e Sikkink (1998) levantam a hipótese de que os conceitos-chave das teorias de movimentos sociais podem ser revisitados e revitalizados de modo a incorporar, de maneira consistente, diferentes escalas de espacialidade. Arenas que conectam o local e o global aparecem enraizadas em formas e repertórios de confronto experimentados no espaço social. Formas que mesclam diretamente as arenas locais e globais, conectando os ativistas aos espaços “glocais” de produção de demandas (PORTA, DELLA; TARROW, 2005; TARROW, 2005).

3.4 Conclusão

Este balanço bibliográfico retomou a maneira como o espaço físico, em especial urbano, foi inserido na análise dos movimentos sociais no Brasil a partir dos anos 1970 até o ciclo de confrontos de junho 2013. Esta parte da tese procurou também contrastar tais estudos com a literatura internacional mais recente e que vem considerando o espaço físico um componente importante para a análise dos movimentos sociais. Voltando às análises brasileiras, uma

primeira leva de estudos procurou dar conta da questão urbana a partir dos traços estruturais, enfatizando pouco o papel criativo dos agentes de construção dos episódios de confronto político. Para esses autores, a própria criação de organizações e grupos de discussão já era em si uma forma de autonomia política em relação às estruturas clientelísticas de cooptação pelo Estado.

Estas interpretações depositaram esperanças na autonomia dos movimentos sociais durante a redemocratização e atenuaram o caráter processual do conflito urbano. A cidade pode ser pensada como um palco de confrontos que envolve atores do mercado, agências governamentais e diversos grupos desafiantes cujas relações foram mudando ao longo do tempo, reorientando estratégias e captação de recursos com surgimento de novas organizações e demandas. Elites políticas, agências governamentais, instituições, normas e regras afetaram a distribuição de recursos dos MSU. Os movimentos, por sua vez, procuram reequilibrar essa desigualdade de condições por meio do uso de repertórios e performances que comunicaram suas demandas ao público mais amplo ou atores mediadores e, assim, alteraram o peso da posse desigual de poder, recursos materiais e simbólicos disponíveis às autoridades políticas, econômicas e sociais.

Outro ponto de crítica diz respeito ao modo como a literatura praticamente abandonou a questão urbana nos anos 1990 (GURZA-LAVALLE, 2003; TATAGIBA, 2011). Conforme afirma Tatagiba (2011), os estudos sobre os MSU encontravam motivação na análise da transição do regime democrático e se centravam na dicotomia autonomia vs. institucionalização dos MSU, sem prestar atenção ao impacto recíproco de movimentos e instituições democráticas nos espaços urbanos (BOSCHI, 1987).

Em boa medida, a literatura durante a transição política e no pós-democratização destacava: 1) o protagonismo de sujeitos sociais específicos e suas características organizacionais e societárias e 2) os efeitos que esses atores poderiam provocar nas instituições participativas da democracia pós-transição. Os objetivos analíticos eram detalhar as estruturas, os agentes desestabilizadores dessas estruturas e os possíveis modos de rompimento das cadeias autoritárias e de exploração rumo a um ambiente mais democrático. As interpretações acerca dos movimentos sociais urbanos tenderam, assim, a enfatizar como a estruturação social da desigualdade de acesso à cidade formatou os projetos coletivos de emancipação e de mobilização política, sem prestar atenção ao modo como tais fatores estruturais e conjunturais foram apropriados de maneira ativa e relacional por parte dos atores engajados. Por outro lado,

as abordagens mais recentes sobre o fenômeno têm ignorado sistematicamente a conexão entre a materialidade da cidade e os usos políticos no momento do confronto.

Assim, o dilema em torno da institucionalização dos MSU e da sua posterior retirada das ruas nos anos 1990 ou a rejeição ao Estado nos anos 2010 e mais especificamente no ciclo de junho de 2013, caso se adota a perspectiva da TCP, é um falso dilema. Isso porque os movimentos sociais ajustam os repertórios de confronto político aos diferentes regimes e às oportunidades políticas e culturais (TILLY, 2006). Sem negar a importância dos trabalhos pioneiros e seus desenvolvimentos recentes, convém avançar na discussão, esposando contribuições recentes da sociologia política, que acresceram noções relevantes como *agency* e *performance* para explicar como os atores criam e recriam territórios políticos urbanos.

A intenção da tese é avançar no estudo do modo como espaço e temporalidade se combinam nos ciclos de confronto. O modo como áreas delimitadas do território urbano são politizadas por grupos heterogêneos pode estar, por exemplo, relacionado à desconcentração espacial e à escalada de protestos. Para reconstruir os usos políticos dos espaços urbanos da cidade e a consolidação desses territórios políticos, investigam-se aqui as *performances* confrontacionais no espaço público urbano da cidade de São Paulo durante o ciclo de junho de 2013. A hipótese principal é que durante o ciclo de junho os protestos ativaram espaços públicos que vincularam grupos e produziram certos padrões de mobilizações. Redes e cenários de mobilização se formaram mutuamente. A relação entre territórios políticos e redes de alianças e conflitos originam aquilo que se denominará nesta tese de “cenários de protesto”. A ativação desses cenários pode ser aferida pela copresença de indivíduos e grupos em espaços comuns de mobilização.

Os espaços de mobilização se tornaram cenários políticos em função da presença de atores e organizações de movimentos sociais e de seus investimentos simbólicos e táticas de mobilização. Durante junho de 2013, diversos locais dentro da cidade de São Paulo foram experimentados como novos “cenários” para mobilização, caso da ponte Octávio Frias e da Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, regiões na Vila Olímpia. Ao criar rotas alternativas para as mobilizações, para escapar à repressão policial, movimentos sociais politizaram novos espaços sociais. Conforme o processo ganha escala, novos participantes reinterpretam os espaços urbanos e ocupam tais espaços como estratégias para demarcar identidades políticas. Características dos espaços urbanos, como a conectividade das ruas, a diversidade de praças e outros espaços amplos e abertos, a proximidade de edifícios para apoio, os investimentos

simbólicos em determinadas áreas tiveram papel fundamental no impacto na formação dessas de redes ativas de e entre movimentos sociais que vieram à tona.

3.5 Abordagem Teórico-Metodológica

Esta tese, portanto, segue as contribuições de Alonso e Mische (2017), que apelam para a noção de ciclo de confronto para interrogar o fenômeno político de junho de 2013. A noção de ciclo ajuda a entender os *mecanismos* de interferência do espaço físico urbano em relação às práticas dos atores e a diversidade de formas de apropriação do espaço – sem recair em uma espécie de reducionismo temático¹². Em resumo, o espaço não foi só um tema político ou motivação, mas um mediador de relações políticas entre os atores. Argumenta-se que a análise do ciclo de junho de 2013 repôs o diálogo com as perspectivas da década de 1970 e 1980. Grandes contribuições foram feitas nesse sentido, entretanto, também é necessário apontar limitações, como a ausência de uma teorização mais detida da conexão entre espaço físico, cidades e confronto político.

Os ciclos de confronto político normalmente significam súbitos episódios de mobilização abarcando setores previamente mobilizados e setores com pouca experiência na organização dos protestos nas ruas¹³. Contudo, são marcados pela construção de performances de confronto político que se materializaram no espaço urbano. Organizações políticas e setores sociais acessam espaços urbanos segundo lógicas específicas. Atualmente, múltiplas temáticas e formas de atuação desses movimentos fazem da cidade um espaço de disputa política. Se existe um amplo ciclo de confrontos acerca do “direito à cidade”, também há definições conflitivas do que seja “direito” e do que seja “cidade”. É, portanto, crítico compreender as

12 Mecanismo diz respeito a ferramentas explicativas e que relacionam padrões de modificações das relações entre os atores e efeitos específicos. O termo foi popularizado por Tilly e colaboradores em *Dynamics of Contention*. Segundo Tilly, os mecanismos podem ser definidos como: *a delimited class of events that alter relations among a specified sets of elements in identical or closely similar way over a variety of situations* (MCADAM et al., 2001). Como exemplos de mecanismos Tilly cita exemplos como: certificação, *brokerage*, atribuição de oportunidades, comprometimentos cognitivos e etc. Os autores ainda reúnem os mecanismos em três grandes categorias: ambientais, cognitivos e relacionais. No entender dos autores, mecanismos são “engrenagens” que Segundo determinadas combinações diferentes produzem efeitos específicos. A essas combinações Tilly chama propriamente os *processos*. Mecanismos são mobilizados como componentes explicativos de processos como democratização, desigualdade, ciclos de confronto políticos, revolução, movimentos sociais etc. (MCADAM et al., 2001). Por fim, Tilly argumenta que a variação nos distintos processo políticos, como a democratização argentina ou chilena, é a combinação temporal e distinta de mecanismos (MCADAM et al., 2001).

¹³ Para Tarrow (2011, p. 199), um ciclo de confronto político pode ser descrito como a *phase of heightened conflict across the social system, with rapid diffusion of collective action from more mobilized to less mobilized sectors, a rapid pace of innovation in the forms of contention* (TARRO, 2011, p.199).

múltiplas formas pelos quais o espaço urbano se relaciona com formas de mobilização no cenário público (HARVEY, 2014).

Segundo Tilly (2006), a própria definição de protesto pode ser encarada como um ato desafiador de apropriação espacial por parte de atores contra o Estado ou outros tipos de ator politicamente situados. A literatura internacional acerca de movimentos sociais tem avançado recentemente na análise da espacialidade do protesto. Contudo, em tempos de redes sociais, formas de protesto virtual e o caráter facilitador desse tipo de plataforma de comunicação têm nublado o entendimento de processos socioespaciais de construção de mobilizações políticas públicas.

A sociologia urbana brasileira pendeu para etnografia como metodologia principal de análise dos fenômenos políticos. A etnografia permite a compreensão do modo como os atores experimentavam e construíam simbolicamente espaços de convívio. A partir daí as pesquisas se concentraram em tentar entender o modo como tais experiências se condensavam em identidades políticas.

Esta pesquisa adota uma perspectiva distinta, que privilegia as ações por meio do uso da Análise de Eventos de Protesto (AEP), isto é, a coleta de informações acerca de eventos de protesto por meio de notícias jornalísticas ou de outro tipo de fonte. Um dos benefícios da análise de eventos de protesto é o levantamento de ações políticas públicas de protesto sem afixar atores políticos relevantes no início da pesquisa. O foco na ação permite encarar os eventos de protesto como *performances* nas quais as identidades políticas são constantemente reconstruídas e realinhadas segundo uma lógica inerente à dinâmica do protesto. Outro benefício é a facilidade com que eventos de protesto podem ser agregados e analisados em função de sua evolução no tempo e no espaço.

A maioria dos dados aqui utilizados pertencem ao acervo do Banco de Estudos de Protesto (BEP) Cebrap e foram coletados por meio de um sistema de busca e em função de palavras-chave em acervo eletrônico de notícias da *Folha de São Paulo*, jornal de grande circulação, que permitiu a identificação de um espectro amplo de notícias citando eventos de protesto. O objetivo fundamental era quantificar tais eventos por meio de uma fonte com relativa confiabilidade e fidedignidade ao longo do tempo e extrair, de maneira robusta, informações completas o suficiente não somente quanto ao número de protestos, mas quanto aspectos importantes da mobilização nas ruas em si.

A maior parte das pesquisas na área se baseia em dados coletados pela internet para a estimação da quantidade de eventos de protesto (RECUERO *et al.*, 2014). Esses estudos, interessados na dinâmica da evolução dos ciclos de protesto, estão voltados para o modo como as redes sociais influenciaram ou são influenciadas pelos eventos, sem se importar com a realização concreta dos eventos nos espaços materiais de cada localidade. Não existem estimadores confiáveis acerca do grau de correlação entre o número de eventos programados ou citados em redes sociais e sua realização nos espaços físicos.

Nos últimos anos, a AEP tem se tornado a metodologia privilegiada por excelência nas análises das ações coletivas. Mais do que uma técnica de pesquisa destinada somente ao estudo dos movimentos sociais, a AEP tem se constituído como um campo epistemológico próprio (FILLIEULE; JIMÉNEZ, 2003). O uso de notícias de jornal como ferramenta de pesquisa foi fundamental não só para a avaliação de importantes hipóteses da teoria dos movimentos sociais, como permitiu a construção de novas hipóteses acerca do fenômeno (EARL *et al.*, 2004). Calcada nas pesquisas por Tilly *et al.* ligados à teoria do processo político, a AEP pôde lançar as bases para a identificação mais precisa das relações entre contexto político e as ações coletivas (McADAM *et al.*, 2001). A AEP incentivou trabalhos lidando com o estudo de ciclos de protesto, repertórios de confronto, contextos estruturais, oportunidades e ameaças políticas dentre outros tópicos. A coleta de informações acerca de ações de protesto permitiu uma qualificação mais robusta dos processos e mecanismos por trás de fenômenos como movimentos sociais e outros tipos de conflito político (SOULE *et al.*, 1999; EARL *et al.*, 2004; FRANZOSI *et al.*, 2012).

A maneira como jornais e outras fontes apresentam os atores, qualificam suas ações e inferem acerca das identidades políticas e objetivos de movimentos sociais e outros tipos de ator tem sido objeto de debate nos últimos anos (EARL *et al.*, 2004). Segundo Mueller (1997), por exemplo, jornais selecionados devem prover o máximo de informação possível acerca de cada evento individual, mas também relacionar de maneira consistente o volume geral de eventos de interesse em dada localidade (EARL *et al.*, 2004). Entretanto, conforme Earl (2004) argumenta, os jornais sofrem de viés no que se refere a essas duas dimensões: a descrição e a seleção dos eventos. De fato, as fontes costumam cobrir uma quantidade bastante pequena de eventos, de tal modo que Filieulle e Jimenez (2003), Mueller (1997) dentre outros recomendam que os projetos devam incorporar de maneira sistemática perguntas relativas ao grau de seletividade. O viés de descrição também vem sendo bastante investigado, e pesquisas

na área sugerem que determinadas características das fontes e dos eventos em questão contribuem para descrições enviesadas de diferentes modos (OLIVER; MYERS, 1999).

A solução apresentada pelos autores é quase consensual e envolve a combinação entre a multiplicação de fontes e qualificação do modo como a mídia se insere, ela mesma, como ator dentro de um campo multiorganizacional com inúmeros participantes. A multiplicação de fontes jornalísticas permite a triangulação do fenômeno em questão e ajuda a qualificar os vieses de seleção e descrição. Por outro lado, encarar a mídia como um ator relevante vem acompanhado de desenvolvimentos recentes na teoria dos movimentos sociais e na própria AEP acerca das técnicas adequadas de interpretar e analisar a *agency* dos atores.

A identificação de processos políticos mais amplos por meio dos usos de notícias acerca de eventos de protesto ou outro tipo de ação coletiva também permitiu novas tentativas para a superação da dicotomia entre estrutura e *agency*. Nesse ínterim, os trabalhos de Franzosi (1999) procuram desenvolver técnicas que permitam investigar a estrutura narrativa das notícias de jornal e a partir de então implantar com maior consistência os pressupostos da sociologia relacional, cujo centro reside nas relações e interações tecidas entre esses atores. Esse foco nos eventos tem colaborado para alargar as fronteiras da AEP, de tal modo a incorporar não somente questões relativas ao caráter objetivo dos eventos narrados, mas também o modo como a mídia representa os fenômenos de perturbação da ordem cotidiana.

A tese faz parte de um esforço conjunto de pesquisa das manifestações no âmbito do projeto Performances Políticas e Circulação de Repertórios nos Ciclos de Protesto Contemporâneos no Brasil – Projeto de Pesquisa 2015-2017, desenvolvido pela Prof^a. Dr^a. Angela M. Alonso, com sede no Cebrap. Desse modo, os dados utilizados na tese foram produzidos no âmbito da pesquisa mais geral por meio de um sistema de buscas de notícias da *Folha de São Paulo*. O banco de eventos de protesto (BEP-2013) compreende cerca de 4.070 notícias, contendo dados sobre eventos de protesto datados de 31 de maio de 2013 a 30 de junho de 2013.

O BEP-2013 reúne eventos de protesto que ocorreram tanto em território nacional quanto aqueles que em território estrangeiro ainda assim façam referência a temas e conflitos políticos brasileiros. A definição de evento foi adaptada de Filieulle e Rootes (2003), já que tem a vantagem de recobrir diversas formas de ação coletiva de protesto. Desse modo, cada entrada no banco de dados corresponde a um evento codificado segundo o critério de que a notícia informe acerca de “[...] *ação pública tocante as questões em que as preocupações explícitas*

sobre temas diversos são expressas como uma dimensão central, organizada por iniciadores não-estatais com o propósito explícito de crítica ou discordância acompanhado de reivindicações sociais e/ou políticas” (FILLEULE; ROOTES, 2003, p. 273).

Nesse sentido, por exemplo, ficam excluídas ações que contrariam a definição de evento de protesto, como segue.

- Excluem-se ações disruptivas de caráter individual. Ex.: crimes, episódios de violência envolvendo indivíduos, unicamente em função de contendas individuais.
- Ações coletivas de caráter exclusivamente festivo, sem comprometimento com demandas de transformação política, cultural e social. Ex.: Carnaval, festas populares etc.
- Ações convencionais envolvendo ativistas e movimentos sociais. Ex.: reuniões, convenções, encontros entre ativistas e políticos etc.
- Ações que se deem somente em espaços virtuais. Ex.: twitaços e outros tipos de campanha pela internet.
- Ações em território estrangeiro que não tenham participação de brasileiros, ainda que estejam ligados a temas e agendas do território nacional.

A vantagem da definição consiste no fato de que é possível analisar ao mesmo tempo o espaço físico em que atores coletivos interagem e o desenvolvimento de determinadas performances públicas de expressão de demandas. A definição também não deixa escapar a variedade de temas e agendas pelas quais os atores se estiveram mobilizando. Analisar o evento de protesto como unidade de análise permite um saldo comparativo entre múltiplos elementos dos ciclos de confronto político. Capacita a inclusão da análise do espaço físico, isto é, o cenário do protesto, conjuntamente com os atores coletivos, as performances, temas e outros elementos centrais na cena do protesto.

As variáveis presentes no BEP -2013 são amplas e permitem retratar os eventos de protesto em vários níveis. Foram usadas como variáveis no BEP-2013: *Data, Cidade, Local, Nome do Ator, Tipo de Organização do Ator Coletivo, Extração Social do Ator Coletivo, Pauta Principal do Ator Coletivo, Escala de Atuação do Ator, Duração do Evento, Número de manifestantes (segundo 3 fontes: polícia, imprensa e os próprios manifestantes), Meio de convocação, Meio Eletrônico de Convocação, (Facebook, Twitter, Instagram etc.), Slogans, Tema do Evento, Símbolos Audiovisuais, Forças de Ação dos Manifestantes, Número de Detidos, Número de Feridos, Formas de Ação Polícia.*

A *Folha de São Paulo* foi selecionada em virtude de ser um periódico diário, cobrindo eventos em um âmbito nacional, além de ser o jornal de maior tiragem média em todo Brasil, com média de 301.299 exemplares, segundo o sítio eletrônico do próprio jornal. O processo de coleta, organização e codificação dos dados está disposto em seis fases: 1) seleção de palavras-chave; 2) extração das notícias de jornal via web; 3) seleção de notícias relevantes; 4) codificação; 5) associação com eventos; e 6) construção do banco de dados. O processo de codificação é realizado em uma plataforma *online* na qual os codificadores registram as variáveis relevantes de cada evento noticiado. Após o processo de codificação das notícias, as informações são guardadas em um banco de dados para tratamento das informações. As variáveis estão agrupadas segundo uma estrutura que procura identificar: 1) atores relevantes; 2) ações perpetradas pelos diversos atores; 3) objetos de cada ação, tais quais depredações, ou outros atores que sofram as ações perpetradas por terceiros; e 4) modificadores que qualifiquem o tipo de protesto.

A partir do BEP-2013 foi possível enxergar de que modos atores coletivos ativaram determinada formas de ação no espaço físico das manifestações. Isto é, com o BEP e o foco nos eventos foi possível investigar o modo como tais cenários de protesto foram ativados no decorrer do ciclo de junho. Traçou-se também a rede de alianças e conflitos e sua espacialização. Desse modo, a participação no projeto mais amplo no Cebrap serviu como um laboratório profícuo e bastante proveitoso, não somente para a produção dos dados, mas também como um recurso intelectual valioso para o fortalecimento das hipóteses descritas a seguir ao longo da tese.

CAPÍTULO 2 - OPORTUNIDADES POLÍTICAS PARA A EMERGÊNCIA DO CICLO DE CONFRONTO DE JUNHO (2011-2013)

O capítulo tem um duplo objetivo. Em primeiro lugar, expõe o contexto político antecedente à emergência do ciclo de junho, acentuando a construção de agendas políticas conflituosas no âmbito do Estado durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2013). O segundo alvo é apresentar brevemente os protestos e confrontos políticos anteriores ao ciclo de junho. Traçam-se, assim, as demandas políticas e focos de atrito que apareceram simultaneamente nas ruas e nas instituições políticas. Oferece-se aqui um panorama das dimensões não-espaciais do contexto político do ciclo de junho, bem como se mostra a emergência de múltiplos temas e agendas políticas.

Parte da literatura sobre o assunto, delineada brevemente no capítulo anterior, demarca o fenômeno como um conjunto de manifestações de repúdio à invasão da lógica capitalista à gestão das cidades (MARICATO *et al.*, 2013). Entretanto, não se pode atentar apenas para o “direito à cidade”, que toma a cidade apenas como espaço de exclusão. Ignora-se, portanto, o modo como os espaços são produzidos e disputados no interior das cidades por diferentes grupos com pautas muitas vezes conflitantes. Houve uma multiplicidade de temas como corrupção, pautas morais, Copa do Mundo, transporte, moralidade, direitos de minorias etc. Temas que apareceriam nos protestos, mas que já se vinham constituindo como assuntos controversos desde 2011. Argumenta-se aqui que a constituição do ciclo não pode, pois, ser resumida à questão do transporte. Caso a análise se atenha ao transporte como eixo político de “junho”, corre-se o risco de identificar a presença de outros temas como “falta de foco”, “confusão” ou “sequestro de pautas”. Além disso, a identificação do processo político com um único tema também coloca determinados atores coletivos como protagonistas da ação nas ruas, perdendo de vista a diversidade organizacional presente no fenômeno.

No decorrer deste capítulo, destacam-se as disputas políticas no interior da base governista como motores da politização de temas e da eclosão dos episódios de contestação. Essas disputas se deram em diversas escalas espaciais, isto é, tanto em âmbito nacional quanto local. Mostra-se aqui como distintas escalas espaciais de produção de agendas permitiram ou constrangeram as possibilidades de ação política. Em vista disso, afirma-se que o espaço urbano

foi alvo de competição por parte de vários atores coletivos em busca de lugares para exibição de agendas e performances de contestação.

O capítulo aborda essas dimensões em duas partes. A primeira apresenta o contexto político no qual o ciclo de confrontos emergiu, apontando dificuldades e impasses enfrentados pela coalizão petista durante os primeiros anos da gestão de Dilma Rousseff (2011-2013). Contudo, o capítulo se deterá somente nos tópicos que pressionaram a base do governo e facilitaram a emergência de demandas nas ruas. A primeira seção detalha o processo político desde as eleições aos momentos que antecedem a eclosão do ciclo de confrontos em junho de 2013.

Por sua vez, a segunda parte avança na caracterização de eventos de protestos anteriores a junho 2013, expondo o modo como tais temas se cristalizaram em demandas e queixas nas ruas. Trocando em miúdos, os meses que antecederam junho não foram marcados exclusivamente pelas demandas em torno da “questão urbana”. Queixas acerca da Copa do mundo, pautas identitárias, corrupção dentre outros também já despontavam na agenda pública, nas ruas e nos gabinetes, e esse aglomerado de demandas se refletiu no caráter plural do ciclo de 2013. Desloca-se, por conseguinte, a questão do espaço como produtor de demandas para um operador de mecanismos de constrangimentos e facilitações. Em suma, trata-se de entender como o espaço físico da cidade serve como uma rede de cenários de disputas envolvendo a exibição de uma diversidade de temas.

2.1. Antecedentes Institucionais do Ciclo de Confrontos de Junho 2013

Antes de adentrar plenamente no desenvolvimento do ciclo é necessário situá-lo no contexto institucional mais amplo. O ciclo de confronto em junho se inscreve em um conjunto de mobilizações em torno dos problemas urbanos, mas não só. Não se deve esquecer um conjunto de crises preliminares na coalizão no governo. Esta seção se debruça sobre esse conjunto de contendas e a política do período, a fim de demarcar o modo como o ciclo se situa num contexto mais amplo.

Os protestos em torno das tarifas de transporte costumam ser apontados como antecedentes diretos do conjunto de manifestações nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e posteriormente em todo o Brasil. Embora, de fato, a natureza de ciclo de confronto mereça uma aproximação detalhada, o fenômeno em si não pode ser isolado da trajetória de protestos e

confrontos políticos no Brasil recente pós-Dilma Rousseff. A história de protestos e expressão demandas é importante visto que informa os agentes acerca das possibilidades de manifestação. Mesmo porque o contexto de mobilizações políticas esteve conectado ao modo como o primeiro governo Dilma Rousseff passou a lidar com rachaduras na base de poder. Convém, portanto, apresentar os confrontos políticos que antecederam o ciclo de junho de 2013 ressaltando o modo como determinados eixos e conflitos políticos já despontavam na cena pública.

Entre 2011 e 2013, o PT foi paulatinamente perdendo fôlego para negociar com opositores e se tornando alvo de críticas de uma ampla gama de atores coletivos. As ambiguidades e encruzilhadas do governo Dilma podem ser traçadas desde o momento da campanha eleitoral. As eleições de 2010 foram acompanhadas por debates acirrados não somente em relação ao papel do Estado na economia, mas sobretudo em função de questões comportamentais e societárias. Tais questões viriam a ser pauta frequente na atuação de movimentos sociais e saltariam aos olhos de maneira mais intensa durante 2013.

A eleição presidencial em 2010, tal como nos anos anteriores, foi polarizada entre PT e PSDB¹⁴. Polarização em questões políticas delicadas sobretudo durante o segundo turno. Dilma Rousseff havia sido apontada como possível candidata já em 2007, quando era ministra-chefe da Casa Civil¹⁵ de Lula. Sua indicação se deu em função da importância de ministra na organização e construção do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Lançado em 28 janeiro de 2007, o PAC era um conjunto de medidas políticas planejadas em torno da dinamização econômica e desenvolvimento de infraestrutura. O plano tinha intenção de impactar profundamente o contexto das cidades brasileiras. O prazo do plano era de quatro anos e expirava em 2010, prevendo um total de investimentos de R\$ 503,9 bilhões em obras de infraestrutura. Dentro do pacote, foram inseridas medidas de financiamento para obras públicas, estímulo ao crédito e mudanças nos marcos regulatórios ambientais. O pacote fez sucesso na ala governista e foi estendido para mais quatro anos no PAC-2, lançado em 29 de março de 2010, meses antes das eleições daquele ano. O segundo pacote contou com investimento de R\$ 1,59 trilhão em diversas áreas, especialmente na infraestrutura urbana. O PAC 2010 teve os seguintes eixos: Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha

14 A única novidade durante as eleições de 2010 foi a candidatura de Marina Silva (PV). A candidatura de Marina Silva, se não alterou significativamente o jogo de poder entre os partidos governistas e a oposição, ao menos embaralhou temporariamente a disputa ao longo do processo.

15 Fonte: “Dilma evita opinar sobre fim da reeleição”, 13/04/2007, <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0, , MUL21509-5601,00.html><Acesso em 04/08/2017>

Vida; Água e Luz para Todos (expansão do Luz para Todos); Transportes; e Energia. Eixos que dariam a tônica durante o governo Dilma Rousseff. O investimento urbano era uma das políticas de proa no projeto.

Apesar do sucesso no governo, o projeto não se deu sem críticas. Os partidos de oposição chegaram a protocolar pedido de representação contra Dilma Rousseff e o PT em virtude das vistorias das obras do PAC. Ambos os programas foram duramente criticados pela oposição e pela opinião pública em função de supostos usos eleitorais da máquina estatal em benefício da candidata e pelos gastos excessivos. Outro ponto muito criticado foi a ineficiência do governo na condução das obras. Os partidos da oposição, DEM, PSDB e PPS, afirmavam que tais vistorias públicas se configuraram em campanha eleitoral antecipada¹⁶.

A despeito das críticas, a popularidade do PT e dada a impossibilidade de reeleição do então presidente Lula, a candidatura de Dilma se consolidou e apareceu oficialmente em 13 de junho de 2010, referendando como candidato a vice Michel Temer (PMDB)¹⁷. A candidatura à época teve forte apoio de figuras políticas e personalidades artísticas¹⁸. Movimentos sociais, sindicatos e associações civis ligados ao governo também a apoiaram. No dia 31 de abril de 2010, um “ato”, na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo organizado pela Coordenação de Movimentos Sociais (CMS) conclamava movimentos sociais a apoiar a candidata. A II Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais contou com a presença de associações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira de Mulheres (UBM), União de Negros pela Igualdade (Unegro) e Marcha Mundial das Mulheres, dentre outras associações¹⁹. No total, a assembleia reuniu 3 mil pessoas, e o resultado formal do evento foi a elaboração do Projeto Brasil 2010. O documento não manifestava apoio direto à candidatura de Dilma Rousseff, mas expressava preocupação em

16Fonte: “Oposição protocola representação contra Lula e Dilma no TSE por campanha antecipada”, 21/10/2009, <https://extra.globo.com/noticias/brasil/oposicao-protocola-representacao-contralula-dilma-no-tse-por-campanha-antecipada-351172.html><Acesso em 04/08/2017> ; “Lula diz que ligar PAC à eleição é “cretinice”, 21/03/2008, “<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2103200805.htm><Acesso em 15/08/2017>

17 Fonte: “PT e PMDB fecham acordo por chapa de Dilma Rousseff em 2010”, 20/10/2009, <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/pt-e-pmdb-fecham-acordo-por-chapa-de-dilma-rousseff-em-2010.98096f7d7fc4b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html><Acesso em 28/02/2018 >

18Fonte: “No Rio, artistas e intelectuais lançam manifesto de apoio a Dilma”, 18/10/2010, <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/no-rio-artistas-e-intelectuais-lancam-manifesto-de-apoio-dilma.html>< Acesso em 22/05/2018>

19Fonte: “Eleições 2010: Movimentos apoiam Dilma para aprofundar mudanças”, 10/09/2010, <http://www.vermelho.org.br/noticia/136717-8>< Acesso em 28/02/2018>; “Movimento estudantil quer ‘mais’ de Dilma”, 01/09/2010, Fonte: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=136152&id_secao=8

torno de uma eventual vitória do candidato do PSDB. No fim, o documento representava uma plataforma eleitoral de compromisso com a continuidade do PT no poder²⁰.

A despeito dos rachas em relação a partidos mais à esquerda do PT, a candidatura de Dilma contava com ampla legitimidade em função do desempenho econômico dos últimos dez anos. O crescimento do PIB os anos 1980 e 1990 girou em torno de uma média de 0,7% em termos per capita. Após os primeiros anos do governo Lula, passada a crise do “Mensalão”, em 2007, a taxa de crescimento anual per capita do PIB subiu para 4,81% e o PIB cresceu 5,7% acompanhando o aumento do consumo das famílias. Ao final de 2010, o PIB per capita 19.564 reais por habitante, tendo um aumento em relação ao ano anterior de 6,49% (IBGE, 2011). Taxas bastante expressivas, cujo saldo foi tornar confortável a posição de Dilma Rousseff na competição eleitoral, especialmente, após o início da propaganda eleitoral.

O crescimento econômico acelerado em conjunto com a política de crescimento focada no consumo e as políticas de redistribuição lograram uma narrativa do governo em torno da redução das desigualdades no Brasil. O debate em torno do surgimento de uma classe média ganhou força no final do governo Lula e mesmo durante após a eleição. A parcela da população que subiu das classes D e E para a classe C foi de 27% no período de 2004 a 2008. A desigualdade de renda, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), também se reduziu significativamente fazendo o Brasil cair de 0,570 em 2004 para 0,515 em 2012. A queda na pobreza extrema, de 2004 para 2014, teve queda média de 10% ao ano (NERI, 2011).

Esse bom desempenho econômico se refletiu na campanha eleitoral. Até maio de 2010, as pesquisas apontavam empate técnico entre o candidato José Serra e Dilma Rousseff. Em pesquisa do Datafolha, em abril de 2010, ambos os candidatos estavam com aproximadamente

20 Entretanto, a escolha da ex-ministra também não se fez sem críticas. O PCdoB por exemplo, embora membro da base aliada, não manifestou apoio direto a candidatura oficial petista. Em congresso do partido, no início de 2010, o PCdoB reiterava a necessidade de dar continuidade a “[...] a vitória do empreendimento político das forças progressistas da nação” e “impedir o retrocesso neoliberal, aprofundando as mudanças na construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento”. Contudo o documento, não citava Dilma Rousseff ou manifestava euforia com o nome da candidata. Destaca-se também que o PCdoB e outros partidos à esquerda flertaram com a ideia do lançamento da candidatura de Ciro Gome (PSB) O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partido ligado a movimentos sociais, lançou candidatura própria com o deputado Plínio de Arruda Sampaio Jr (PSOL) como candidato. O partido era relativamente novo à época. Só tinha cerca de 5 anos de sua fundação, durante a crise do “mensalão” no governo Lula. O partido fazia parte da oposição ao governo Lula em diversas questões, mas não votava em bloco com siglas como PSDB e DEM, protagonistas da oposição.

Fonte: “Sindicatos e movimentos sociais definem plataforma eleitoral” 20/05/2010 <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2010/05/sindicatos-e-movimentos-sociais-definem-plataforma-eleitoral-nesta-semana>

37% de intenções de voto²¹. Em agosto do mesmo ano, Dilma já tinha uma vantagem de 10 pontos sobre Serra. Nas pesquisas de intenção, Dilma consolidou essa vantagem e em setembro, segundo pesquisa do Datafolha, a candidata passou a 51% das intenções de voto contra 27% de seu adversário²².

A posição confortável nas pesquisas sinalizava os impactos positivos não somente das medidas econômicas, mas também das políticas sociais do governo Lula. As políticas de redistribuição no governo Lula foram centrais no período. Destaca-se aqui a criação do Bolsa Família e do Programa Universidade para Todos (Prouni)²³. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda, sob condicionalidades, lançado em 2003 e com implantação efetiva a partir de 2005. Surgiu como medida de substituição do programa anterior Fome Zero. O programa era composto por um conjunto de ajudas financeiras a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. A condição para a inclusão e permanência no programa era a manutenção das crianças e adolescentes da família na escola. O programa obteve resultados expressivos e foi fartamente premiado por organizações internacionais ligadas ao combate à pobreza. O índice de miséria caiu, por exemplo, 27% entre 2003 e 2006. A política pública colaborou para a redução da pobreza e para o alavancado consumo nas classes mais baixas (CASTRO; MODESTO, 2010).

Outra transformação importante para a popularidade do petismo, e fruto das políticas sociais no governo Lula I e II, foi a expansão do acesso ao ensino superior no Brasil. Surgiram ou foram aprimoradas nesse período as seguintes iniciativas de fomento à educação superior: o Prouni, criado em 2005, o Programa do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado em 1976 mas reformulado em 2010, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), inaugurado em 2007. Essas políticas foram responsáveis pela aceleração do acesso ao sistema universitário e também pela expansão de todo o sistema em território nacional. Em 2001, cerca de 3.036.113 de pessoas estavam matriculadas em instituições de ensino superior, número que dobra ao final de 2010, com quase de 6.379.299 matriculadas (BARROS, 2015).

21 Fonte: “Dilma sobe 7 pontos e empata com Serra, aponta Datafolha”, 22/05/2010, <https://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2010/05/22/dilma-sobe-7-pontos-e-empata-com-serra-aponta-datafolha.jhtm> <Acesso em 24/08/2017>>

22 Fonte: “Datafolha: Dilma avança a 51% e venceria já no 1º turno”, 16/09/2010, <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,datafolha-dilma-avanca-a-51-e-venceria-ja-no-1-turno,610705> <Acesso em 25/08/2017>

23 O Programa Bolsa Família instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04, de 09 de Janeiro de 2004.

Transformações significativas que ofereceram ampla vantagem na corrida presidencial à coalizão governista. Entretanto, as críticas à política social e econômica do governo “lulista” também desempenharam papel relevante. O caráter supostamente eleitoreiro dos programas sociais sempre foi usado pela oposição. Em documentos oficiais e não oficiais, os partidos de oposição ressaltavam o caráter assistencialista e instrumental da política em detrimento de reais avanços nas políticas de redistribuição. O “Bolsa Esmola” era a expressão usada pejorativamente como estratégia de deslegitimação do programa durante o governo petista²⁴.

A parte mais agressiva da oposição taxava o Bolsa Família como “compra de votos” e “voto de cabresto”. Nessa seara, pode-se citar o Instituto Millenium (Imil), organização da sociedade civil que criticava o governo petista e apoiava a candidatura de Serra, alegando que as políticas de redistribuição eram contraproducentes e insustentáveis²⁵. A redução da desigualdade segundo o Imil nada tinha a ver com as políticas do PT, mas sim com os efeitos positivos da adoção do Real como moeda, barateamento das cestas básicas e aumento do salário real: medidas implantadas durante a administração governamental peessedebista de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Ao listar uma série de fatores como estratégias de redução da desigualdade, como o combate à corrupção, o Imil afirmava que *“O caminho aqui defendido estimula a mobilidade social dos mais pobres, em contraste com os programas assistenciais, tipo Bolsa Família, que os mantêm sob dependência infrutífera. Esses programas servem para situações de emergência ou como complemento transitório a políticas eficazes de combate à pobreza. Mas nunca como instrumento de ascensão social, com o status de símbolo da luta pela redistribuição de renda”*.²⁶

A candidatura peessedebista tinha uma tarefa árdua. Criticar o formato dos programas sociais e da política econômica sem despertar reações negativas. De outro lado, o PSDB necessitava atrair o apoio de organizações da sociedade civil e outros grupos contrários ao

24 “O principal programa social petista reduziu-se, enfim, a um projeto assistencialista. Resignou-se a um populismo rasteiro. Limitou-se a uma simples distribuição de dinheiro, sem a contrapartida do comparecimento à escola, condição fundamental para que populações excluídas tenham maiores possibilidades de emprego no futuro, com elevação da renda de maneira produtiva. A ausência de controle também deixa o programa vulnerável a desvios e pouco propício à avaliação de resultados e correção de rumos. Uma expressão do senador Cristovam Buarque (PT-DF) resume o problema: ‘O Bolsa Escola virou Bolsa Esmola’ Fonte: “Bolsa Esmola – Editorial”, 3/09/2004 Fonte: “Bolsa Esmola – Editorial”, 13/09/2004, <http://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/bolsa-esmola-editorial/>

25O Instituto Millenium é uma associação da sociedade civil que se dedicou em boa parte do governo Lula a promover debates, fóruns, congressos em torno da defesa do liberalismo econômico. O instituto foi fundado pela economista Patrícia Carlos de Andrade, em 2005, com o nome de Instituto da Realidade Nacional, oficialmente lançado em abril de 2006, durante o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre.

26Fonte: “BOLSA FAMÍLIA É A SOLUÇÃO?”, 19/10/2010, Fonte: <http://www.institutomillenium.org.br/artigos/bolsa-familia-e-a-solucao/><Acesso em 28/04/2017>

governo e às políticas, mas não poderia endossar completamente visões que implicassem custos eleitorais. O desagrado dos partidos opositores ao PT e a detração das políticas sociais durante as eleições teve de ser ponderado em função da popularidade do programa. O debate das eleições incorporou, portanto, a questão acerca da continuidade ou ruptura com as políticas sociais e econômicas anteriores. Ao mesmo tempo, parte dos apoiadores de Serra tentava reconstruir a narrativa política alternativa afirmando que as mudanças ocorridas não eram causa direta das políticas petistas. Em suma, o debate econômico teve grande magnitude.

Não obstante, essa agenda foi acompanhada por polêmicas comportamentais, especialmente o aborto, casamento gay e liberação de drogas. Temas que seriam retomados durante o governo Dilma e consequentemente em junho de 2013. Essas novas agendas serviram como delimitadores de identidades políticas opostas durante as eleições e no mandato de Dilma Rousseff, demarcando posições diametralmente antagônicas em variados setores da sociedade. O “antipetismo”, que até então se restringia a críticas à política econômica e redistribuição de renda, arregimentou mais correligionários em função das pautas morais. Para a esquerda, a provável eleição de uma mulher forçou os debates em torno de pautas como aborto e legalização do casamento homossexual. Em todo caso, esses temas provocaram a ativação de fronteiras identitárias entre atores coletivos e trouxeram novos atores coletivos para o debate da esfera pública.

Essa agenda política fora trazida mesmo antes da eleição com a apresentação do III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), Decreto Nº 7.037, no final de dezembro de 2009²⁷. O plano foi elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), que, quando apresentado ao Poder Executivo, sofreu inúmeras críticas de ministros contrários. A pasta era comandada pelo ministro Paulo Vannuchi (PT). A primeira versão do PNDH-3 era extensa e contava com 521 medidas que legislavam sobre os mais variados temas e em diferentes níveis de especificidade. Definições vagas como o “combate à desigualdade social” se misturavam a artigos mais específicos como a regularização de comunidades quilombolas. Abaixo, listam-se algumas medidas que causaram polêmica e impactaram no clima das eleições: 1) criação da Comissão da Verdade, encarregada de apurar crimes cometidos pelo Estado durante o regime militar; 2) criação de uma câmara de resolução de conflitos agrários; 3) instalação de um sistema de ranqueamento de empresas de telecomunicação e outras medidas de regulação da mídia; 4) aprovação de medidas legais de descriminalização do aborto. Ao

27 Fonte; Brasil. III Plano Nacional de Direitos Humanos. DECRETO Nº 7.037. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm <Acesso em 28/03/2017>>

longo do ano de 2010, modificações propostas ao projeto original geraram debate e colaboraram para a politização de setores até então afastados das críticas diretas ao governo.

Essas medidas instigaram associações da sociedade civil a se posicionar contra ou a favor do plano durante os períodos de pré-campanha política. Grupos ligados à imprensa expressaram preocupação com a possibilidade de censura. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner) e Associação Nacional de Jornais (ANJ) repudiaram o plano. Por outro lado, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, frente que congregava cerca de 400 associações da sociedade civil o endossou como uma medida “progressista”²⁸.

O tema do aborto causou também grandes reações. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestou preocupação em torno do caso, incitando constantemente o então presidente Lula a rever o texto e retirar a possibilidade de descriminalização do aborto. O texto final suprimiu esse item e apenas indicou a questão como tema de saúde pública, sem especificar parâmetros legais ou possibilidade de legislar sobre o assunto²⁹. Parte da CNBB que havia apoiado a conduta do presidente Lula manifestou preocupação e incerteza quanto a uma provável eleição de Dilma Rousseff³⁰.

Em resumo, a campanha de 2010 pôs em movimento uma série de temas e atores. Sendo PT ou PSDB, quem fosse o ganhador teria dificuldades para apaziguar as bases de sustentação. Isso porque nenhum dos candidatos contava com a perícia de Lula para gerenciar conflitos tanto dentro do Estado quanto angariando apoio de outros atores políticos como movimentos sociais,

28 Fonte: “Plano Nacional de Direitos Humanos racha governo”, 08/01/2010, <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/01/08/plano-nacional-de-direitos-humanos-racha-governo/> <Acesso em 21/04/2017>

29 Fonte: “Para CNBB, mudanças no Programa Nacional de Direitos Humanos revelam sensibilidade do governo. 22/07/2010. <https://oglobo.globo.com/politica/para-cnbb-mudancas-no-programa-nacional-de-direitos-humanos-revelam-sensibilidade-do-governo-3008694#ixzz4w9bgupOTstest> <Acesso em 27/08/2017>”

30 Em texto assinado por d. Luiz Gonzaga Bergonzin, “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, de 20/07/2010, o bispo conclamava fiéis católicos e não-católicos a não votarem em Dilma Rousseff. “*Na condição de Bispo Diocesano, como responsável pela defesa da fé, da moral e dos princípios fundamentais da lei natural que – por serem naturais procedem do próprio Deus e por isso atingem a todos os homens -, denunciemos e condenamos como contrárias às leis de Deus todas as formas de atentado contra a vida, dom de Deus, como o suicídio, o homicídio assim como o aborto pelo qual, criminosa e covardemente, tira-se a vida de um ser humano, completamente incapaz de se defender. A liberação do aborto que vem sendo discutida e aprovada por alguns políticos não pode ser aceita por quem se diz cristão ou católico. Já afirmamos muitas vezes e agora repetimos: não temos partido político, mas não podemos deixar de condenar a legalização do aborto. (confira-se Ex. 20, 13; MT 5, 21). Isto posto, recomendamos a todos verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos a que não dêem seu voto à Senhora Dilma Rousseff e demais candidatos que aprovam tais “liberações”, independentemente do partido a que pertençam.* Fonte: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, 20/07/2010 <https://blog.cancaonova.com/tiba/2010/07/20/dai-a-cesar-o-que-e-de-cesar-e-a-deus-o-que-e-de-deus/>. Para um relato mais detalhado do movimento pró-vida durante o período consultar (REZENDE, 2016; MACHADO; MACIEL, 2017).

sindicatos etc. O que também não quer dizer que Lula controlasse completamente esses atores. A oposição se fortaleceu durante seus governos e impactou o modo como Dilma Rousseff assumiria o poder depois das eleições.

A despeito das polêmicas e do “antipetismo” que passava a organizar-se, Dilma se sagrou vencedora, com 56,05% dos votos válidos. Serra ficou com 43,95%. Embora a disputa eleitoral repetisse o confronto entre PSDB e PT no âmbito federal e estadual desde pelo menos 1994, a eleição viu a entrada das questões e pautas morais importantes e que viriam a aparecer fortemente durante junho de 2013. Pode-se dizer que as pautas econômicas passaram a ter de conviver com assuntos morais e uma política dos costumes que começava a despontar na vida brasileira. O que se viu a partir disso foi a penetração de outras agendas e atores coletivos ligados aos novos eixos de disputas. Outro ponto relevante é que, embora a oposição tivesse saído derrotada da eleição presidencial, ela se fortaleceu em outras escalas de atuação.

Em âmbito estadual e municipal, a oposição peessedebista obteve vitórias. O PSDB ganhou em pelo menos catorze capitais estaduais no país, sendo que em apenas três delas o incumbente à época da eleição era apoiador do partido. Nas outras onze cidades, o PT era o partido apoiado pelos incumbentes e saiu perdendo. Por outro lado, a candidata petista conseguiu o apoio em catorze capitais – dez administradas por aliados políticos. Dilma perdeu em importantes capitais, como São Paulo (Gilberto Kassab, DEM), Florianópolis (Dario Berger, PMDB) e Curitiba (Luciano Ducci, PSB, sucessor do “tucano” Beto Richa).

Se no âmbito municipal o governo petista enfrentava dificuldades relativas, para o Congresso Dilma contou com a vantagem de uma bancada legislativa bastante favorável. A maior bancada na Câmara Legislativa era do PT, com 88 deputados federais. Nas eleições de 2006, esse número era de 83 deputados. O PMDB, partido da base aliada, obteve 79 cadeiras no plenário, garantindo a possibilidade de maiorias legislativas estáveis para a aprovação de medidas. O PSDB obteve o direito a ocupar 53 cadeiras, e o DEM elegeu 43 deputados conseguindo a quarta posição (BRASIL, 2010)³¹.

A votação para a Câmara dos Deputados ilustrava o contexto apertado da votação presidencial. Em âmbito legislativo, o que se configurava era uma relativa estabilidade dos mecanismos de governança e uma vantagem manejável para PT. Ainda que com derrotas

31 Em quinto lugar, o PR e o PP apareceram com 41 deputados cada. Na sequência, o PSB, com 34, o PDT (28), o PTB (21), o PSC (17), o PC do B (15), o PV (15), o PPS (12) e o PRB (8). Por fim os partidos menores ficaram com a seguinte distribuição de deputados, o PSOL (3), o PT do B (3), o PHS (2), o PRTB (2), o PRP (2), o PSL (1) e o PTC (1).

importantes em cidades e municípios perturbando marginalmente a coalizão no poder, o governo petista conseguiu assegurar uma base relativamente consistente de apoio para os anos seguintes. Situação que seria dinamizada pela mudança nas coalizões governistas e oposicionistas. Por outro lado, os temas levantados durante a campanha colaboraram para o crescimento de mobilizações de movimentos sociais e outros atores políticos no âmbito da sociedade civil. Tanto dentro do espectro político de esquerda como de direita, a eleição da candidata petista não agradou totalmente.

Havia uma ambivalência entre apoio e oposição em diferentes escalas espaciais de governança. Se por um lado em âmbito federal o governo havia sido bem-sucedido num primeiro momento, por outro lado nos municípios havia locais importantes de contestação à coalizão governista. Essa duplicidade acelerou a criação de um ambiente de oposição ao PT em ambos os polos ideológicos e em diferentes escalas espaciais. Em suma, a duplicidade de ameaças e oportunidades políticas ajudou a diversificar a política do confronto em junho de 2013.

Tomada a posse em 2011, o governo tratou de providenciar garantias de estabilização econômica e de governabilidade. Parte dessa estabilidade seria conseguida com a continuidade dos planos econômicos herdados do governo Lula e que garantiram a continuidade auspiciosa dos indicadores econômicos. O PT colhera os frutos dessa performance nas eleições. Era imperativo manter a chave do sucesso, e a ordem do dia era a continuidade. No plano social, isso também se repetiu. As políticas sociais eram um marco e colaboraram para a tranquilidade inicial no governo Dilma.

O PAC-2 foi lançado no começo daquele ano como uma medida agressiva de crescimento econômico, sem alterar os supostos do período neodesenvolvimentista da era Lula. O Estado financiou R\$ 665 bilhões de reais, e o setor privado foi responsável por quase R\$ 130 bilhões. Boa parte foi destinada a recursos para políticas habitacionais. Para a política urbana e consequentemente para a questão habitacional convém mencionar que, gerenciado pelo Ministério das Cidades (MCidades) e em conjunção com a Caixa Econômica Federal, o programa Minha Casa, Minha Vida atuou ao mesmo tempo como política socioeconômica e como alavanca para o setor da construção civil. Perdendo apenas para o Ministério da Saúde, o MCidades teve os poderes expandidos durante o governo Dilma.³²

³² Fonte: <http://www.brasil.gov.br/pac/>

O programa, para além dos investimentos em infraestrutura, tinha fortes efeitos sobre a política urbana, já que habitação e infraestrutura eram os maiores beneficiados. O montante investido gerou inúmeras críticas. A censura de determinados setores da opinião dava-se em relação à demora das obras e à incapacidade do Estado em gerir os recursos³³. As comparações com os governos anteriores era uma rotina. Por exemplo, Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ao final de 2011 fez um balanço do primeiro ano do governo Dilma:

*“Em ano como o de 2011, em que o governo anuncia um crescimento de 5% e termina com metade disso, podemos dizer que, ou o governo errou, ou exagerou na dose das medidas para esfriar a economia. Na nossa visão, poderíamos ter tido um resultado muito melhor neste ano. O País não avançou, só marcou passo.”*³⁴

Segundo o empresário, os governos FHC I e II teriam sido responsáveis pela estabilização econômica, e os governos Lula I e II permitiram a ascensão de uma classe média e do crescimento econômico acelerado. Na opinião da Fiesp, nenhuma das características poderia ser atribuída ao governo Dilma. Essa combinação de gastos públicos e perda de competitividade passou a lançar dúvidas no governo em relação à capacidade de gerenciar a inflação.

Nos primeiros meses, a imprensa especializada misturava laivos de animação com críticas à condução da política econômica. A isso se somaram os efeitos da crise de 2008. E os efeitos da crise mundial passaram lentamente a minar, ao longo de 2011 a 2013, a base de apoio ao governo. As medidas econômicas tomadas para sanar os efeitos da crise e garantir que a onda que arrastou diversos países chegasse ao Brasil como uma “marolinha” incluíram a

33 A ONG Contas Abertas, fundada em 2005, com o intuito de fiscalizar as contas públicas e denunciar casos de corrupção divulgou em 2014, que nos anos de 2011 a 2013, apenas 12% das obras estavam “concluídas” ou “em operação” e 53% nem sequer haviam saído da fase de projeto. Por exemplo, Ministério da Saúde, com maior número de iniciativas previstas concluiu apenas 8%. Isso lança luz sobre a série de demandas em torno da saúde pública em 2013. Outra crítica comum era a da falta de transparência, presença maciça do Estado e os gastos excessivos do governo. O programa sofreu críticas do associativismo empresarial e da imprensa. A Associação Brasileira da Indústria de Base (Abdib), por exemplo, criticou a atuação estatal que impedia o crescimento econômico enfraquecendo a competitividade e produtividade das empresas privadas nacionais. Fonte: “Após 3 anos, mais da metade do PAC 2 não saiu do papel”, 4/4/2014, <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/8117<01/03/2017>>; “Associação de empreiteiras critica governo sobre concessões”, 22/07/2013, <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/07/1314868-assiacao-de-empreiteiras-critica-governo-sobre-concessoes.shtml> <Acesso em 01/03/2017>³³ Fonte: “Skaf critica política econômica de Dilma”, 11/12/2011, http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,_skaf-critica-politica-economica-de-dilma,95843e<Acesso em 24/08/2017>

34 Fonte: “Skaf critica política econômica de Dilma”, 11/12/2011, http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,_skaf-critica-politica-economica-de-dilma,95843e<Acesso em 24/08/2017>>

redução de impostos e a desoneração de determinados setores da indústria. Essas políticas foram perpetuadas durante o governo Rousseff, e os críticos passaram a contar a dosagem de tempo dessas medidas. Para a imprensa da época, outra medida que se tornou símbolo de desvario na condução econômica foi a sucessiva queda de juros. O Banco Central manteve taxas reduzidas de 2011 a 2013. A queda combinada com os gastos em investimentos favoreceram segundo certos analistas o incremento acelerado da pressão inflacionária (DWECK; TEIXEIRA, 2017). Certamente esse debate tem suas tonalidades, mas o que importa reter é o papel que discursos críticos à presidente circularam na imprensa da época e a criação cada vez mais atuante de um “antipetismo” nos meios de comunicação e em organizações da sociedade civil³⁵.

As preocupações da imprensa à época anunciavam as dificuldades vivenciadas pela presidente. O jornal *Estado de S.Paulo* publicou um editorial de avaliação dos 100 primeiros dias de governo Dilma Rousseff, apontando a “herança” do governo Lula como fator impeditivo à estabilidade e ao crescimento econômico. O discurso sobre equilíbrio de gastos e inflação dava a tônica. Lê-se no editorial: “*A escolha correta é simples. Em vez de ressuscitar um modelo falido, deve o governo cuidar de tarefas de importância evidente, como arrumar suas contas, investir em educação e qualificação profissional e criar condições para a expansão do investimento, limitado a insuficientes 18,4% do PIB. Não é preciso criar um setor público empreguista, balofo e intervencionista para cumprir essas tarefas*”.³⁶

Somam-se a isso mudanças importantes na economia a partir do final de 2011. Além da política econômica, outros fatores passaram a colidir com os interesses do governo. Tais medidas tenderam a entrar em choque com a virada no cenário internacional da economia. A partir de 2012, a chamada “nova matriz econômica” – política fiscal expansionista, juros baixos, crédito barato fornecido por bancos, câmbio desvalorizado e aumento das tarifas de importação – deparou com dificuldades devido à queda nos investimentos internacionais em setores-chave da economia brasileira³⁷. As commodities e outros bens primários passaram a ser menos

35 Para uma visão mais qualificada do que aquela que se oferece aqui acerca do debate macroeconômico consultar DWECK; TEIXEIRA, 2017. Os autores resenham o debate e apresentam nuances importantes em relação a caracterização da política fiscal do governo de 2011 a 2014. Os autores apresentam duas teses distintas na academia no período. A tese da ganância, forte na imprensa e nas associações empresariais, e a segunda vertente que afirma que houve na verdade queda na taxa de investimentos, versão muito popular entre economistas heterodoxos e dentro de correntes de esquerda. Inclusive Lula em diversos momentos na época apareceu para questionar a falta de investimentos públicos.

36 Fonte: “Os primeiros cem dias”, 12/04/2011, <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral, os-primeiros-cem-dias-imp-,705037>

37 A chamada Nova Matriz Econômica foi o termo cunhado na época pela imprensa especializada.

exportados. O choque na economia favoreceu um conjunto de críticas, e as primeiras quedas nas performances econômicas passaram a se fazer notar.

Curiosamente, apesar das críticas ainda que veladas da imprensa e de determinados setores de associações empresariais, os investimentos no PAC garantiam a Dilma relativa popularidade. Em levantamento realizado em março de 2012 pelo Ibope, a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a popularidade da presidente aumentou. Em dezembro de 2011, Dilma Rousseff contava com índice de aprovação de 72%, ao passo que em março de 2012 houve aumento para 77%. Os efeitos da popularidade talvez se deram em função do lançamento de projetos sociais e do aprofundamento de projetos já em andamento³⁸. Outro fator que pode ter colaborado foi o crescimento dos postos de trabalho e o aumento da formalização no mercado de trabalho. Foram criados 4 milhões de postos de trabalho entre 2010 e 2012.

Os megaeventos nas grandes capitais também certificaram a estima que o governo desfrutava entre parte da população. A proximidade da Copa do Mundo de 2014 e a realização da Copa das Confederações em 2013 faziam parte desse clima. Eventos pensados como vitrines das qualidades do Brasil, que tinham como intenção atrair investimentos e impulsionar a economia. A aceleração das obras do PAC-2 pôs o Brasil no “clima” do evento esportivo. Em 2012, dois novos estádios foram inaugurados³⁹. A Copa fazia parte do modelo de desenvolvimento encabeçado pelo PT à época e representou bem as ambivalências relativas ao governo Dilma. As promessas de crescimento econômico da Copa de 2014 não foram suficientes para serenar os ânimos na coalizão governista. A crise resultou de dificuldades nos processos de deliberação dos marcos legais em torno desse evento esportivo. A construção de referências legais e a observância dessas normativas pelas autoridades públicas brasileiras eram requisitos prescritos no processo de seleção do Brasil como país-sede⁴⁰.

Sem entrar em detalhes sobre o processo de deliberação e promulgação de leis, convém mencionar dois episódios sintomáticos do ambiente conflituoso que se insinuava nas relações

38 No setor educacional, a criação do PRONATEC foi política de desenvolvimento de maior impacto. Instituído com o decreto Lei nº 12.513/2011 foi uma medida de capacitação de estudantes secundaristas. Segundo dados do governo, de 2011 a 2014, pelo menos 8 milhões de matrículas existiram. A expansão do PROUNI e o Ciências Sem Fronteiras, outro programa importante na área de educação também foi incrementado.

39 A votação para a escolha do Brasil para o evento esportivo datava de 2007 e seleção das cidades para serem sede dos eventos aconteceu em 2009. A doze cidades-sede foram A lista anunciou as doze cidades. Para mais detalhes sobre a Copa do Mundo de 2014 consultar (BRITO, 2015)

40 Essas garantias e encargos não tinham o mesmo estatuto legal de tratados internacionais como aqueles assinados na ONU, por exemplo.

entre o governo e a base aliada⁴¹. O primeiro diz respeito às medidas endereçadas aos municípios-sede. Em 2011 e 2012, as doze cidades-sede assinaram contratos com o Comitê Organizador Local (COL). Os contratos referiam fundamentalmente o modo como as prefeituras dos municípios se responsabilizariam pela organização do evento. A Federação Internacional de Futebol (Fifa) recomendava que os contratos previssessem o fechamento de ruas e outras medidas de segurança. Os movimentos sociais à época associaram essas cláusulas contratuais à criação de *zonas de exceção* dentro do espaço urbano. A necessidade de que prefeituras disponibilizassem espaços exclusivos para publicidades de empresas licenciadas pela Fifa resultou em uma oposição ferrenha de setores da sociedade civil.

O segundo marco legal fundamental na época foi a Lei Geral da Copa (LGC), promulgada no dia 5 de junho de 2012. A tramitação se deu em regime de urgência na Câmara, e alguns dispositivos legais foram alvo de críticas por parlamentares e setores da sociedade civil. O documento tratava de várias recomendações determinadas pela Fifa às autoridades brasileiras visando às condições de realização da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo em 2014. A LGC continha incumbências sobre temas como a segurança, direitos de transmissão de imagens, direitos comerciais nas áreas de realização dos eventos, recomendações técnicas, solicitações de benfeitorias urbanas nas áreas dos jogos, isenção de impostos para empresas licenciadas pela FIFA, dentre outros itens.

Apesar da prioridade do projeto, a votação da LGC foi prorrogada em diversos momentos. A demora na promulgação provocou uma crise entre o governo brasileiro e a Fifa. A delonga na aprovação se deu em função de assuntos polêmicos, como venda de bebida alcoólica nos estádios e questões de segurança. A LGC entrava em conflito com leis vigentes no país, como o Estatuto do Torcedor e outros dispositivos legais. Esses conflitos levaram a um racha na base aliada do governo e fortaleceram a oposição encabeçada pelo PSDB e outros partidos menores. Havia conflitos também com autoridades municipais e estaduais quanto à extensão das mudanças previstas na LGC. Segundo notícia da Reuters (2012), a base aliada estava dividida em relação ao conteúdo da lei:

A crise na base aliada do governo teve mais um capítulo nesta quarta-feira com o novo adiamento da votação da Lei Geral da Copa na Câmara dos Deputados. Os líderes dos partidos da coalizão governista preferiram obstruir a discussão do texto para evitar que fosse imposta mais uma derrota ao Executivo. (...) Mais uma vez, demonstrando estar sem controle sobre os aliados e sofrendo

41 Para um tratamento detalhado do processo legal envolvendo a Copa do Mundo 2014 consultar (BRITO, 2015).

muitas pressões, o governo teve que aderir ao adiamento. Até o novo líder indicado pelo Palácio do Planalto na Casa, Arlindo Chinaglia (PT-SP), liberou a base aliada para votar como achasse melhor no requerimento que pedia a retirada da matéria da pauta, numa demonstração de falta de confiança na vitória governista (...) Apenas três legendas -PT, PSB e PCdoB- dos 16 partidos da coalizão do governo na Câmara mantiveram a posição de votar a Lei Geral da Copa nesta quarta, mas não conseguiram reunir os 257 votos necessários para manter aberta a sessão no plenário. O governo sofre pressões por todos os lados na Câmara. A bancada ruralista, por exemplo, exige que o governo se comprometa com um calendário de votação para reformar o Código Florestal e diz que não vota mais nada na enquanto essa promessa não sair. Os parlamentares evangélicos e ligados à área da saúde também pressionam o governo para não cumprir o acordo com a Fifa sobre a liberação da venda de bebida alcoólica nos estádios. Outros deputados, descontentes com o relacionamento político com o governo, engrossam essas correntes, tornando a votação de qualquer matéria imprevisível [Grifo Meu] ⁴².

A votação da LGC colaborou com as rachaduras no governo, especialmente entre os principais partidos governistas – PT e PMDB –, que digladiaram acerca da extensão das medidas. Em meio à discussão da LGC, outro ponto influente na época foi a votação do Novo Código Florestal, que versava sobre mudanças importantes na política de meio ambiente⁴³. Isto é, a situação era complexa para a base aliada. As críticas ao governo passaram a pontuar a falta de diálogo e a truculência nas negociações. Uma marca que ficaria registrada durante o restante do governo Dilma.

A revolta dos partidos menores contra o “autoritarismo” do PT ecoava. As votações tanto do Código Florestal e do processo decisório na LGC deflagraram os primeiros sintomas de uma crise ministerial. Pouco a pouco, os partidos pequenos da base aliada passaram a questionar os critérios de escolha do Executivo. Já em 2011, o então ministro da Casa Civil, Antônio Palocci (PT), fora substituído às pressas em função de denúncias de irregularidades administrativas e corrupção. As denúncias propagaram o desgaste na Esplanada dos

⁴²Fonte: “Crise na base provoca novo adiamento de votação da Lei da Copa”, 21/03/2012, <https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPE82K0AX20120321><Acesso em 25/08/2017>>

⁴³ Sancionado no dia 25 de Maio de 2012, a Lei 12.651, conhecida como Código Florestal, também foi objeto de intenso debate no início de 2012. A lei aborda assuntos sobre a regularização da política ambiental e impactava profundamente aspectos da ocupação e exploração do solo no meio rural. A lei continha observações sobre áreas de proteção ambiental e os direitos de uso do solo e estabelecia obrigações ambientais por parte dos produtores rurais. A lei foi objeto de disputas e discussões entre produtores rurais, movimentos sociais e parlamentares. Os movimentos “Veta Dilma” e “Veta tudo, Dilma”, apoiados por ambientalistas, tentaram impedir a promulgação do texto através de campanhas nas redes sociais. Produtores rurais, por sua vez, elaboraram suas próprias atividades em torno da aprovação do texto. Fonte: “Movimento 'Veta, Dilma!' sobre Código Florestal é sucesso nas redes sociais...”, 04/05/2012, <https://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2012/05/04/movimento-veta-dilma-sobre-o-codigo-florestal-ganha-as-redes-sociais.htm?cmpid=copiaecola><Acesso em 05/04/2015>

Ministérios⁴⁴. A crise em relação aos partidos pequenos também se refletiu na relação entre o Executivo e o Legislativo. A gestão era encarada como truculenta⁴⁵.

A esse cenário se somaria outra querela política determinante. Trata-se da instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em maio de 2012, cujos membros foram indicados diretamente pela presidente. A principal função era investigar violações e crimes cometidos por autoridades civis e militares durante o regime de 1964 a 1985. A CNV era formada por membros da sociedade civil e movimentos de direitos humanos e tinha como encargo reunir provas, interrogar militares e civis que atuaram no regime e elucidar denúncias de irregularidades contra os direitos humanos durante o período. O resultado final seria um relatório, contendo todo o material coligido, a ser entregue à Presidência da República em 2014. A instalação da CNV foi objeto de intenso debate e confrontos entre defensores e detratores da comissão. Os críticos afirmavam que a ação dos militares se deu em defesa da sociedade brasileira contra “terroristas” e que os crimes cometidos por estes últimos não foram julgados ou levados em consideração pela CNV. A comissão foi acusada de revanchismo e parcialidade na reconstrução da história. Apesar dos investimentos no setor militar em função da Copa do Mundo, parte da cúpula das Forças Armadas criticou a instalação da CNV, alegando principalmente falta de representação dos militares no processo e carência de lisura e isonomia no tratamento de questões históricas⁴⁶.

Resumindo, o ano de 2012 é chave para entender o modo como as oportunidades políticas para as manifestações foram ambivalentes. De um lado, a popularidade de Dilma Rousseff ainda podia ser caracterizada como confortável. Popularidade colhida como fruto das políticas sociais petistas do governo anterior. O desempenho econômico tímido, mas longe de caracterizar uma grave crise, também ajudou a acalmar os ânimos. Por outro lado, conflitos políticos entre o Executivo e outros setores do Estado corroeram parcialmente a base de

44“Retrospectiva 2012: Segundo ano de Dilma tem recorde de popularidade, apesar de avanços discretos. 14/12/2012, <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/12/14/segundo-ano-de-dilma-tem-recorde-de-popularidade-apesar-de-avancos-discretos.htm?cmpid=copiaecola>”<Acesso em 24/05/2018>

45 “Para tentar melhorar o relacionamento da base aliada com o governo, o líder no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM) anunciou que planeja levar um ministro por semana à Casa para atender não apenas os parlamentares aliados, mas também os prefeitos das capitais e os governadores. Nesta quarta-feira, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, esteve no Senado já como parte dessa estratégia. Mercadante ouviu as demandas de senadores aliados e até da governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, que aproveitou a oportunidade para conversar com o ministro.” Fonte: “Crise na Base Aliada adia votação da Lei Geral da Copa”, 21/03/2012 <https://oglobo.globo.com/brasil/crise-na-base-aliada-adia-votacao-da-lei-geral-da-copa-4376267#ixzz58ssWvttptstest>< Acesso em 24/12/2017>

46 O presidente do Clube Naval na época, Ricardo Veiga, chegou a criar a Comissão Paralela da Verdade, formada por militares de alta patente responsáveis por elaborar um contrarrelatório no intuito de rebater as acusações de ingerência durante o regime militar. Fonte: “Clube Naval cria comissão da verdade paralela à oficial”, 14/05/2012, <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,clube-naval-cria-comissao-da-verdade-paralela-a-oficial-imp-872698><Acesso em 27/08/2017>>

sustentação do governo. Deve ser lembrado que o desgaste na base aliada se deu em múltiplas escalas espaciais. No âmbito federal, o governo tinha dificuldades de aprovação de medidas. Simultaneamente, no âmbito municipal imperavam entraves causados pelas negociações em torno do PAC e da Copa do Mundo. A realização dos megaeventos esportivos e votações importantes como o Código Florestal catalisaram clivagens políticas que já não estavam mais orientadas somente em função do binômio governo/oposição ou mesmo entre direita/esquerda. Na medida em que esses pontos sensíveis passaram a fazer parte das negociações políticas, essas divisões passaram a atuar como oportunidades para novos alinhamentos políticos.

As mudanças nas alianças políticas foram aprofundadas em virtude das eleições municipais de 2012. Naquele ano, o grande vitorioso nas eleições foi o PMDB, que se sagrou eleito em 1.022 dos municípios, seguido do PSDB com 701 e o PT com 632 prefeituras. O quadro era de ambivalência. Por um lado, a base aliada com PT e PMDB contava com a maioria dos municípios, entretanto a oposição representada pelo PSDB também teve parcela expressiva dos votos. O PT ficou com importantes localidades, como São Paulo, pela eleição de Fernando Haddad. A eleição na capital paulistana foi marcada por certa imprevisibilidade, já que o candidato Celso Russomano (PRB) despontava nas pesquisas, tomando a dianteira e relegando a segundo plano os candidatos dos partidos tradicionais; Fernando Haddad (PT) e José Serra (PSDB). Durante a campanha para o primeiro turno, a subida expressiva de Russomano desestruturou as outras candidaturas, mas uma série de eventos a meio caminho entre o protesto e a produção cultural na cidade de São Paulo passaram a impulsionar a candidatura de Fernando Haddad e o levaram a vitória do pleito.

A mudança de cenário se consolidaria em 2013 e nos anos seguintes, com Dilma Rousseff cada vez mais enfrentando dificuldades para controlar a base aliada e amenizar as críticas da oposição. Somado a isso, foi-se colando a pecha no seu governo de má gestão e incompetência administrativa. O ano de 2013 começou com tragédias e calamidades em cidades brasileiras que produziram grande comoção nacional. Como exemplos, o incêndio da boate Kiss, no Rio Grande do Sul, e as chuvas e alagamentos no Estado do Rio de Janeiro, que ajudaram a criar um clima de contestação à eficiência aos serviços públicos e à capacidade de regulação do Estado.

O governo se viu tendo de negociar também com a esquerda partidária em função de escolhas políticas. A primeira delas foi, sem dúvida, a nomeação do deputado e pastor Marco Feliciano (PSC) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM). O deputado já havia causado polêmica em 2011 quando fez uso das

redes sociais para atacar o ativismo LGBTT⁴⁷ e outros movimentos sociais. A indicação de Feliciano fora uma tentativa do governo petista de agradar siglas menores que fizeram parte da coalizão durante as eleições. É nessa conjuntura que se dá a decisão de empoderar Marco Feliciano na CDHM. A seção em que Feliciano foi eleito havia sido marcada por tumultos e pelo confronto entre apoiadores do deputado e ativistas de movimentos sociais. Os meses seguintes seriam marcados por confrontos frequentes entre ativistas e o parlamentar e seus defensores. Essa situação seria agravada graças à relatoria do projeto que ficou conhecido como “cura gay”. O projeto de 2011, do deputado João Campos (PSDB), suprimia a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que denegava terapias cujo intuito era “tratar” a orientação sexual dos pacientes. O Projeto de Decreto de Lei (PDC 234/11) estabelecia, portanto, normas de atuação para psicólogos que atuassem na aplicação de práticas psicoterápicas envolvendo a orientação sexual de pacientes. O projeto havia ficado um tanto quanto esquecido, mas em maio de 2013 Marco Feliciano introduziu o projeto na agenda da CDHM, o que inflamou os protestos que já ocorriam frequentemente contra a ação de parlamentares opositores de mobilizações LGBT. Diversas associações planejaram campanhas em torno do projeto, o que ajudou a insuflar o tema durante o ciclo de junho.

O projeto da “cura gay”, tal como foi apelidado, não foi o único tema delicado a entrar na agenda pública. Outros pontos não ligados à pauta urbana ou político-identitária pressionavam o governo. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 478/10, por exemplo, que ficou conhecida como “PEC das domésticas” e regulamentava o mercado de trabalho dos empregados domésticos no Brasil também gerou debates acalorados na Câmara e na esfera pública⁴⁸.

Outra proposta que alvoroçou o debate público em 2013 foi a PEC 37/2011, que pretendia incluir um novo parágrafo na Constituição no capítulo de Segurança Pública, cujo

47 Em 2011, o deputado deu declarações contra o ativismo LGBTT, além de ter sido acusado de racismo por frases veiculadas nas redes sociais. No Twitter, o deputado afirmou que “Africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. O motivo da maldição é a polemica. Não sejam irresponsáveis Twitters rsss”. O deputado também foi um ferrenho opositor do projeto de educação sexual nas escolas. Apelidado por seus opositores como “kit gay”, o ensino sexual nas escolas colaborou com a formação de um bloco parlamentar contra diversas pautas consideradas ofensivas a moral. Deputados como Jair Bolsonaro (PSC) e Marco Feliciano (PSC) passaram a ser lideranças nesse processo e ajudaram a erodir ainda mais o apoio à presidente Dilma Rousseff. Fonte:” Deputado federal Marco Feliciano faz coro às declarações de Bolsonaro e ataca negros e homossexuais, 31/03/2013, <https://oglobo.globo.com/politica/deputado-federal-marco-feliciano-faz-coro-as-declaracoes-de-bolsonaro-ataca-negros-homossexuais-2802944#ixzz58uLanQJr><Acesso em 15/01/2018>

48Fonte: “PEC das Domésticas faz um mês sem direitos regulamentados”, 03/05/2013, <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/pec-das-domesticas/noticia/2013/05/pec-das-domesticas-faz-um-mes-sem-direitos-regulamentados.html><Acesso em 21/08/2017>>

principal efeito era retirar da alçada do Ministério Público a prioridade na investigação de tipos de crime de corrupção, transferindo essa prerrogativa para a polícia federal e civil. O projeto do deputado Lourival Mendes (PT do B) foi criticado por interferir na autonomia das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI)⁴⁹. Se nos primeiros meses do andamento da proposta a questão era puramente técnico-jurídica, ao longo do início de 2013 o cenário se vai invertendo levando a PEC para a alçada da política em torno da corrupção. Diante da possibilidade de aprovação da emenda, foi lançado o movimento “Brasil contra a Impunidade”, composto pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e outras associações de juristas. O movimento coordenou vários eventos institucionais e não institucionais em protesto contra a aprovação da emenda. O projeto acabou sendo apelidado de “PEC da impunidade” e ajudou a marcar o governo Dilma Rousseff como conivente com a corrupção.

Esses temas, embora não estivessem ligados diretamente à produção de espaços urbanos, foram determinantes para o surgimento do ciclo de junho, parecendo estar ligados aos seguintes fatores: 1) erosão lenta e gradual da sustentação do governo Dilma, abrindo brechas e sinalizando a existência de oportunidades de mobilização; 2) formação de frentes de oposição, tanto à esquerda quanto a direita, tomando como alvo as ações da cúpula do governo; e 3) emergência de novos atores coletivos em diversas frentes políticas. Se, por um lado, a abertura de canais de diálogo avançou nos anos de 2011 a 2013, por outro, propostas políticas polêmicas afastaram os apoiadores do governo tanto à direita quanto à esquerda. Ironicamente, a abertura desses canais também despertou críticas quanto à sinceridade dos esforços petistas de promover a participação social. Críticas ao suposto comunismo petista passaram a proliferar durante o

49À época de sua proposição, parte do Judiciário era favorável à medida. Os juízes Ives Gandra da Silva e José Afonso da Silva, ambos do Superior Tribunal Federal (STF), salientavam que o Ministério público não tinha a competência necessária para a realização de investigações criminais. Ainda assim, Ives Gandra também demarcou que a PEC era desnecessária. A PEC 37 também recebeu apoio de diversas associações ligadas ao ambiente jurídico. O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) também se posicionaram a favor da PEC, tanto quanto sindicatos ligados às polícias federais e civis de diversos estados. Quem se posicionava contra PEC 37 em meados de 2011 e 2012 foram os grupos ligados ao Ministério Público. A Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios se posicionava contra a medida que, segundo seus representantes, limitava a capacidade do MP de investigar crime praticados por policiais civis, por exemplo. Em resumo, antes de 2013, o debate sobre a PEC 37 permanecia na esfera legal e contrapunha principalmente juristas e policiais civis e federais acerca das prerrogativas de cada uma das corporações e órgãos. A partir de 2013 esse cenário se transforma quando o projeto passa a ser encarado como um salvo-conduto para a corrupção. Fonte: “Juristas dizem que MP não pode fazer investigação”, 30/03/2013, <https://www.conjur.com.br/2013-mar-30/juristas-afirmam-investigacao-criminal-exclusividade-policia><Acesso em 25/08/2017>; “Associação é contraproposta que limita investigação”, 16/06/2013, <https://www.conjur.com.br/2012-jun-16/associacao-promotores-proposta-limita-poder-investigacao>< 25/08/2017>

período e se tornariam o mote de mobilizações futuras, dentro e fora do Estado. Esse ambiente institucional teve impactos profundos na política das ruas. Resta agora demonstrar o modo como os meses que antecedem o ciclo de junho também foram marcados por tensões, não somente nas instituições, mas também nas ruas. É a isso que a seção seguinte se dedica.

2.2. O “Ciclo” Antes do Ciclo: Os Protestos Antes de Junho

As fissuras que começavam a despontar nas arenas políticas institucionalizadas sinalizaram a atores coletivos como movimentos sociais e associações civis as oportunidades para a ação nas ruas. Dois pontos merecem ser mencionados. Em primeiro lugar, a “crise urbana” não fora o único estopim de mobilizações que antecederam junho; e, em segundo lugar, a pauta urbana por si só não pode figurar como causa suficiente já que em si era um lugar-comum de manifestações durante os anos 2000.

Insatisfações se foram combinando com a pauta urbana e a crítica ao governo, de modo que manifestações pontuais em algumas cidades se tornaram fenômeno nacional. Também não se trata de negar a importância do transporte urbano. Entretanto, a questão dos transportes já era objeto de debate em outras cidades brasileiras desde pelo menos 2010. Se a questão do transporte era contínua, isso por si só não explica a eclosão do ciclo.

Assim, dentro do quadro de confrontos das cidades brasileiras, ao menos nas grandes capitais, manifestações contra o aumento das tarifas e outros problemas de transporte não foram incomuns.

Quadro 2.1 Eventos de Protesto, Transporte, Brasil, 2011 a 2013

08/01/2011 – Vitória (ES): ônibus são queimados em protestos na cidade.

13/01/2011 – São Paulo (SP): protesto organizado pelo MPL-SP reúne 700 pessoas na Praça da República. Houve confronto, com trinta pessoas feridas e outras onze detidas.

19/01/2011 – Vitória (ES): o Movimento Contra o Aumento (MCA) que já havia organizado outros eventos coordena outro protesto.

03/02/2011 – São Paulo (SP): protesto na Avenida Paulista e na Rua da Consolação organizado pelo MPL-SP reuniu 4.000 pessoas.

10/02/2011 – São Paulo (SP): ativistas do MPL ocuparam o Terminal de ônibus Parque Dom Pedro.

<p>12/02/2011 – São Paulo (SP): audiência pública na Secretaria de Transportes termina em confronto com os ativistas do MPL.</p> <p>24/02/2011 – São Paulo (SP): ato contra o aumento das tarifas no Theatro Municipal reúne artistas, celebridades e ativistas.</p> <p>17 a 24/03/2011 – São Paulo (SP): O MPL-SP organiza bloqueios na cidade de São Paulo.</p> <p>02/09/2011 – Teresina (PI): estudantes incendeiaram ônibus em protesto contra aumento de tarifas. O protesto contou com a organização da Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (Anel).</p> <p>11/02/2011 – Teresina (PI): protestos terminam em confrontos no centro de Teresina e dezessete presos.</p> <p>04/01/2012 – Rio de Janeiro (RJ): manifestação bloqueia as pistas da Avenida Presidente Vargas.</p> <p>09/01/2012 – João Pessoa (PB): após reajuste das tarifas, estudantes reúnem-se em frente à Prefeitura da cidade.</p> <p>08/02/2012 – Rio de Janeiro (RJ): usuários de trem, incomodados com a má qualidade dos serviços, assumem o controle de uma das composições e forçam o condutor a ir à Central do Brasil.</p> <p>27/08/2012 – Natal (RN): os aumentos nas passagens impulsionam protestos. Os eventos são coordenados por um grupo chamado #RevoltadoBusão</p> <p>10/10/2012 – Rio de Janeiro (RJ): é criado o Fórum de Lutas contra o Aumento das Passagens, que coordena protestos regulares contra o aumento das tarifas.</p> <p>25/03/2013 – Porto Alegre (RS): protestos irrompem na capital gaúcha com bloqueios nas grandes avenidas centrais.</p> <p>27/03/2013 – Porto Alegre (RS): os protestos continuam e houve cenas de confronto entre polícia e manifestantes.</p> <p>30/03/2013 – Manaus (AM): protestos contra o aumento das tarifas e contra a corrupção tomam as ruas.</p> <p>11/04/2013 – Porto Alegre (RS): os protestos persistem. Segundo a polícia, 5.000 pessoas estiveram presentes na passeata que passou pelas ruas do centro da cidade.</p> <p>15/05/2013 – Natal (RN): o movimento #RevoltanoBusão volta a protestar na cidade.</p> <p>28/05/2013 – Goiânia (GO): policiais e manifestantes entram em confronto nas ruas da cidade.</p> <p>28/05/2013 – São Paulo (SP): ativistas punks e anarquistas invadem audiência pública encabeçada pelo prefeito Fernando Haddad e pelo Movimento da População de Rua para protestar contra o aumento das tarifas.</p>

Fonte: <https://g1.globo.com/>

Na Tabela 2.1, é possível notar a persistência desse tema nas capitais. As cidades-sede da Copa, por exemplo, foram palco de inúmeras manifestações. Essas cidades passaram por sucessivos aumentos de tarifas de 2005 a 2011. Em janeiro de 2011, o custo das passagens aumentou em onze capitais. A média na variação total no período entre as cidades fica entre 360,05%. Essa trajetória de aumentos nos preços das passagens foi sendo acompanhada por protestos.

Tabela 2.1 Tarifas de Transporte Público nas Capitais Brasileiras - 2003 a 2011

Capital (R\$)	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Var (1994-2011).
Aracaju	1,2	1,3	1,45	1,55	1,65	1,65	1,95	2,1	2,25	525,00%
Belém	1	1,15	1,15	1,25	1,35	1,5	1,7	1,85	1,85	611,54%
Belo Horizonte*	1,3	1,45	1,65	1,85	2	2,1	2,3	2,3	2,45	600,00%
Boa Vista	1,5	1,5	1,5	1,8	1,8	1,8	1,8	2	2	455,56%
Brasília*	1,6	1,6	1,6	2	2	2	2	2	2	150,00%
Campo Grande	1,7	1,7	1,8	1,9	2	2,1	2,1	2,5	2,5	541,03%
Cuiabá*	1,2	1,6	1,6	1,6	1,6	2,05	2,05	2,3	2,5	614,29%
Curitiba*	1,7	1,65	1,9	1,8	1,8	1,9	2,2	2,2	2,2	450,00%
Florianópolis	1,25	1,5	1,6	1,75	2,1	1,98	2,2	2,2	2,38	693,33%
Fortaleza*	1,4	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,8	1,8	350,00%
Goiânia	1,25	1,5	1,5	1,8	1,8	1,8	2	2,25	2,25	492,11%
João Pessoa	1,05	1,15	1,3	1,45	1,6	1,7	1,8	1,9	1,9	555,17%
Macapá	1,25	1,25	1,35	1,5	1,5	1,75	1,95	1,95	2,1	577,42%
Maceió	1,25	1,25	1,45	1,6	1,7	1,7	2	2	2,1	536,36%
Manaus*	1,2	1,8	1,5	1,8	2	2	2	2,1	2,25	462,50%
Natal*	1,1	1,1	1,3	1,45	1,6	1,75	1,85	2	2,2	587,50%
Palmas	1,4	1,4	1,4	1,7	1,7	1,5	1,5	2	2,2	388,89%
Porto Alegre*	1,45	1,45	1,55	1,85	2	2,1	2,3	2,45	2,7	629,73%
Porto Velho	1,5	1,5	1,5	1,8	2	2	2,3	2,3	2,6	766,67%
Recife*	1,05	1,3	1,5	1,65	1,6	1,75	1,85	1,85	2	506,06%
Rio Branco	1,3	1,5	1,6	1,75	1,75	1,9	1,9	1,9	2,4	700,00%
Rio de Janeiro*	1,3	1,5	1,6	1,9	2	2,1	2,2	2,35	2,35	571,43%
Salvador*	1,3	1,5	1,5	1,7	2	2	2,2	2,3	2,5	614,29%
São Luís	1,5	1,5	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	2,1	2,1	425,00%
São Paulo*	1,7	1,7	1,7	2	2,3	2,3	2,3	2,7	3	500,00%
Teresina	1,1	1,35	1,35	1,5	1,5	1,6	1,75	1,75	1,9	555,17%
Vitória	1,3	1,45	1,55	1,55	1,7	1,75	1,85	2	2,2	633,33%

Fonte: <http://www.procempa.com.br/>

As cidades que seriam sede da Copa tiveram uma escalada de aumento de preços de tarifas e foram palcos de mobilização intensa. No Rio de Janeiro, no dia 04 de janeiro de 2011, uma grande manifestação denunciando o aumento das passagens tomou conta da cidade. A passeata no centro terminou em cenas de violência. O conflito se deu após os manifestantes realizarem um “catracaço”, abrindo as portas dos ônibus à força para que os passageiros pudessem usar o serviço sem pagar e impedindo o funcionamento normal das catracas. A polícia interveio, e o confronto entre manifestantes e as forças de segurança se espalharam pela capital fluminense.

Em janeiro de 2013, a notícia de que o aumento das passagens seria da ordem de 15% causou indignação em Porto Alegre. Em março de 2013, Porto Alegre tem decretado o aumento para R\$3,05 e uma onda de manifestações se espalhou. Houve protestos em janeiro e fevereiro, e o conflito na capital gaúcha se intensificou após o “ato” no dia 28 de março. A passeata contou com o apoio da população, que nos prédios ao redor da Avenida João Pessoa abanavam lençóis brancos em sinal de simpatia aos manifestantes. Após a passeata, os manifestantes ocuparam

as escadarias da Prefeitura porto-alegrense e tentaram arremessar tinta no então secretário municipal de Governança, Cézar Busatto (PMDB). Os manifestantes forçaram a entrada na Prefeitura, gritando palavras de ordem como “A Prefeitura é nossa” e “Abram a casa do povo”. A Brigada Militar (BM) interveio com o batalhão de choque sob os gritos dos manifestantes de “Recua, polícia, recua. É o poder popular que está nas ruas”. As luzes próximas à Prefeitura foram apagadas e bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas com o objetivo de dispersar a multidão. A situação se complicou com a reação dos manifestantes revidando com paus e pedras, e o conflito se generalizou pelo centro de Porto Alegre⁵⁰. As marcas do conflito ficaram gravadas nas pichações com os dizeres “R\$3,05 é roubo”.

Mais tarde, em abril de 2013, 5.000 pessoas saíram às ruas para pressionar novamente a Prefeitura, porém desta vez o resultado não foi o confronto. Organizada pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, a marcha havia sido a maior desde o Fórum Social Mundial, em 2005. Segundo o jornal Sul21, o protesto teve o apoio de partidos como PSOL e PSTU e grupos correligionários como Anel, bem como de assentamentos urbanos como Utopia e Luta, coletivos autonomistas como Movimento Revolucionário e grupos anarquistas, além é claro, de manifestantes avulsos⁵¹. Três dias depois, em 4 de abril, os efeitos da pressão se fizeram sentir sobre a Prefeitura. Levados por Kombis alugadas pelo MST, os muitos manifestantes começaram a chegar ao centro da capital porto-alegrense trazendo faixas, cartazes e vestidos com máscaras Guy Fawkes. Desta vez, o protesto reuniu cerca de 10 mil pessoas na capital gaúcha. O ato teve um caráter de comemoração, já que a Justiça do Estado decretou inconstitucionalidade do aumento da tarifa⁵². Cabe destacar que as manifestações em Porto Alegre foram impulsionadas pela ação dos vereadores Fernanda Melchione (PSOL) e Pedro Ruas (PSOL), movida no dia 25 de março de 2013. A ação culminou na suspensão do aumento em abril⁵³.

50 Fonte: “Revolta contra aumento da passagem gera grande protesto em Porto Alegre, 28/03/2013” <https://www.sul21.com.br/jornal/revolta-contr-aumento-da-passagem-gera-grande-protesto-na-noite-de-porto-alegre/>

51 Fonte: “Milhares de pessoas lotam as ruas do centro de Porto Alegre contra aumento da passagem”, 02/04/2013 <https://www.sul21.com.br/jornal/milhares-de-pessoas-lotam-as-ruas-do-centro-de-porto-alegre-contr-aumento-da-passagem/>

52 Fonte: “Após liminar da Justiça, protesto contra aumento da passagem vira festa no meio da chuva”, 05/04/2013, <https://www.sul21.com.br/jornal/apos-liminar-da-justica-protesto-contr-aumento-da-passagem-vira-festa-no-meio-da-chuva-1/>

53 A presença de manifestantes anarquistas colaborou para dar a manifestação ares mais amplos do que simplesmente a questão do transporte. Queixas contra a repressão policial se misturaram a críticas ao passado político das emissoras de televisão e rádio na cidade e suas conexões com regime militar. Esse padrão de rejeição à grande imprensa viria a ser um dos lugar-comum durante junho e nas manifestações posteriores. Assim, no portal Sul21 pode-se ler: “Ao chegar na Avenida Ipiranga, o grupo se dirigiu para o trecho onde, de um lado, estava a sede da EPTC e, de outro, o prédio do Grupo RBS – contra quem os manifestantes não poupam críticas desde que

Em Goiânia (GO) a situação foi similar. A greve dos motoristas de ônibus foi o estopim para um circuito de manifestações na cidade. A paralisação combinada com as tentativas por parte das empresas de transporte pública de impedir a ação de motoristas e cobradores gerou uma série de protestos nos terminais de ônibus. Protestos que ocorreram antes mesmo de anúncios oficiais de aumento das passagens na capital, marcados pelas cenas de passageiros invadindo as pistas principais de trem e ônibus na cidade, conflitos entre motoristas e passageiros, bem como pelos “catracaços” promovidos nos terminais da Bíblia e no Eixo Anhanguera. No dia 8 de maio, a Frente contra o Aumento, composta por estudantes de universidades federais, realizou a primeira manifestação. Compareceram às ruas 600 pessoas, que na Avenida Goiás queimaram pneus e bloquearam as vias de circulação da cidade. Após pequenos conflitos de rua, a Tropa de Choque foi enviada ao local para negociar a situação. Novos protestos ocorreram nos dias 16 e 21 de maio, quando o anúncio oficial do aumento das tarifas se deu. A manifestação do dia 16 se caracterizou pela tentativa de ocupação dos espaços da reunião da Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo (CDTC). A tentativa resultou em intensa repressão policial. A dispersão do grupo começou nas imediações da Câmara Municipal da cidade. A presença da polícia serviu para esquentar os ânimos, já que ela exigiu a presença da Companhia Metropolitana do Transporte Coletivo (CMTC) como mediadora da negociação⁵⁴. Após intensa discussão e início de confusão a situação se dispersou. Posteriormente, dias depois a 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual decretou a revogação do aumento com base na afirmação de que os preços cobrados eram abusivos⁵⁵.

Na cidade de São Paulo os protestos contra as tarifas foram comuns durante o governo de Dilma Rousseff. A Prefeitura e o governo do Estado anunciaram, em 22 de maio de 2013, aumento das tarifas de transporte público, sendo que o valor passou de R\$3,00 para ser R\$

os protesto começaram a ganhar corpo e aparecer com maior frequência na mídia. Uma das faixas da marcha atacava a empresa: “RBS, ontem cúmplice da ditadura. Hoje parceira da máfia do transporte”. E um dos gritos de protesto ironizava o comentarista do Jornal do Almoço, Lasier Martins: “Lasier, xarope! Vai tomar um choque!”, em referência ao acidente ocorrido com o jornalista anos atrás enquanto ele cobria a festa da Uva de Caxias do Sul. Fonte: <https://www.sul21.com.br/jornal/apos-liminar-da-justica-protesto-contra-aumento-da-passagem-vira-festa-no-meio-da-chuva-1/>

54 Segundo o Passa Palavra: “A imprensa, toda no local, também procurava saber. Ao verem o apoio da população, a imprensa e a nossa disposição para resistir, a própria polícia resolveu jogar a responsabilidade de qualquer repressão em cima da Companhia: só haveria repressão se o órgão gestor do transporte se recusasse a dialogar com os manifestantes. Em determinado momento, enviaram alguém da CMTC que disseram que não veio por ter ficado com medo da manifestação; alguns diziam ser uma estagiária que a própria polícia dispensou, mas o que importa é que nenhum representante da CMTC estava lá para pegar o documento. Novamente, mostramos que de lá não saíramos.” Fonte: <http://passapalavra.info/2013/05/77801>

55 Fonte: “Passagem de ônibus em Goiânia volta a custar R\$ 2,70, 13/06/2013, <https://oglobo.globo.com/brasil/passagem-de-onibus-em-goiania-volta-custar-270-8675003><Acesso em 28/09/2017>>

3,20.⁵⁶ O preço da tarifa não variava desde 2011, quando nesse mesmo ano o MPL/SP organizou protestos pela cidade de São Paulo sem contar com a participação maciça da população. A partir daí o Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL/SP) passou a se mobilizar e a chamar “atos” em prol da redução dos preços.

Os primeiros protestos em torno das tarifas de transporte em 2013 foram marcados pela baixa adesão da população e pela presença de anarquistas, punks e ativistas “antissistema”. Tais protestos não eram marcados pela presença de setores políticos mais tradicionais como ativistas socialistas, partidos, sindicatos etc. No dia 28/05, em uma reunião do Movimento da População de Rua com o então prefeito da cidade, Fernando Haddad (PT), cerca de dez manifestantes vestidos de preto e usando correntes invadiram o evento. Palavras de ordem como “Haddad mercenário, o ônibus tá muito caro” se sucediam às vaias. A interrupção do evento não agradou à plateia, composta por 200 moradores de rua e membros de movimentos populares em torno da habitação. Segundo a imprensa, os manifestantes não participaram do Movimento Passe Livre. Eram autonomistas num sentido mais estrito.

De todo modo, esses eventos de protesto em maioria pequenos, salvo em campanhas já passadas no ano de 2011, reuniam pouco mais de alguns milhares de manifestantes. Contudo, não se deve negar o relevo desses protestos para a criação de um ambiente de insatisfações políticas. Tanto na escala espacial dos municípios quanto em âmbito nacional, a percepção era de contradição entre o volume de investimentos para obras de megaeventos, denúncias de corrupção e investimentos em setores estratégicos do serviço público.

Como salientado na seção anterior, a questão dos transportes não foram as únicas queixas expressas por manifestantes nas ruas a partir de 2011. A questão em torno da CDHM também serviu como um polo aglutinador de protestos. O deputado Marco Feliciano foi alvo tanto de protestos nas ruas quanto em denúncias formais de homofobia e preconceito. No dia 9/03/2013, por exemplo, várias cidades tiveram episódios de protesto contra o pastor. Em São Paulo, o ato na Avenida Paulista reuniu 1.000 pessoas. Em Brasília, o evento foi ao mesmo tempo crítica a Feliciano, mas também a Renan Calheiros (PMDB) como presidente do Senado Federal. Renan era acusado de corrupção na entrega de notas fraudadas em benefício próprio. No Rio de Janeiro, o protesto na Cinelândia reuniu 1,5 mil participantes.

Houve ainda protestos em Vitória (ES) e Londres (Inglaterra). Em todos os casos, os manifestantes organizaram performances teatrais e musicais, combinando as cores do ativismo

⁵⁶ As tarifas foram reajustadas efetivamente a partir do dia 02 de junho.

LGBTT com bandeiras do Brasil. No dia 20 de março, foi a vez de Goiânia cunhar o movimento com o slogan “Fora Feliciano”, e manifestações defronte a igrejas evangélicas da Assembleia de Deus também não foram raras. O maior protesto foi no dia 24 de abril em Brasília (DF), marcha que contou com a participação de sindicatos, ativistas LGBTT e feministas, ONGs etc. Ao todo, participaram 20 mil pessoas⁵⁷.

O projeto da “cura gay” ajudou a catapultar a participação na Parada do Orgulho LGBTT, que teve como tema “Para o armário nunca mais”. Foram cerca de 200 mil pessoas na Avenida Paulista e imediações em que fantasias de Marco Feliciano se misturavam a gritos de protesto contra a medida. A Parada foi pensada pelos organizados, a APOLGBTT, como um ato de agravo às medidas propostas pelos “infelicianos”, referência ao deputado e a sua base de sustentação calcada no eleitorado evangélico. Em resumo, o discurso desses grupos era pensado como um protesto contra os “retrocessos”⁵⁸.

Manifestações maciças já antes de junho também tomavam conta do cenário paulistano e de outras grandes cidades. A greve dos professores, por exemplo, reuniu cerca de 50 mil pessoas na Avenida Paulista no dia 19 de abril de 2013. O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) organizaram o protesto contra reduções salariais. Usando fantasias, narizes de palhaço e máscaras, os manifestantes tomaram a Avenida Paulista demandando aumento de salários. Os profissionais de saúde também realizaram protesto na região do centro e depois se uniram aos professores, demandando melhores condições de trabalho⁵⁹. Outras mobilizações menores passaram a ocorrer com frequência na cidade de São Paulo e serviram como difusores de

57 Fonte: Manifestações contra o pastor Marco Feliciano, 09/03/2013, <https://oglobo.globo.com/brasil/manifestacoes-contrapastor-marco-feliciano-7793255><Acesso 09/01/2017>; Grupos protestam pelo país contra deputado federal Marco Feliciano, 09/03/2013, <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/grupos-protestam-contradeputado-pastor-e-renan-calheiros-em-brasiliax.html>; “Em novo protesto contra Feliciano, marcha de 20 mil tem 4 detidos”, 24/04/2013, <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/em-novo-protesto-contrafeliciano-marcha-de-20-mil-tem-4-detidos.8ad0cdd88a83e310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html><Acesso em 25/01/2018>

58 Segundo entrevista ao Brasil de Fato, uma das lideranças da APOLGBTT reiterou o caráter politizado do evento. “Nós queremos passar para a comunidade [LGBT] e para a população em geral que nós não aceitamos retrocessos nos nossos direitos. Não queremos voltar a viver em guetos ou ter nossas relações não reconhecidas. Para o armário a gente não volta mais. Para a clandestinidade e a marginalidade não voltamos mais. Queremos melhorias e a igualdade de direitos prevista em Constituição. Se nós temos igualdade nas obrigações queremos também nossos direitos garantidos. A quantidade de pessoas não é uma preocupação nossa. Nós queremos que as pessoas vão conscientes à Avenida Paulista lutar pela igualdade de direitos.” Fonte: “Parada do Orgulho LGBT: ‘Para o armário a gente não volta mais’”, 31/05/2013, http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=215021&id_secao=8, <Acesso em 25/05/2018>

59 Fonte: “Protesto de professores interdita Avenida Paulista em SP”, 19/04/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/04/protesto-de-professores-interdita-faixa-na-avenida-paulista-em-sp.html><Acesso em 15/04/2017>

determinados temas expressando cisões no governo. Destaca-se o conjunto de campanhas contra as obras de megaeventos.

As mobilizações contra as obras da Copa, por exemplo, começaram a tomar corpo a partir de 2011 e 2012. O primeiro “Ato Copa pra Quem?” marcou o início de campanhas contra a organização do megaevento na cidade de São Paulo, que ocorreu em 01/12/2012 e serviu como lançamento do manifesto oficial de lançamento da campanha. Cerca de cinquenta associações, incluindo movimentos sociais e associações civis, assinaram o documento⁶⁰. A data do evento não foi fortuita. No mesmo dia ocorria o sorteio das chaves dos jogos para a Copa das Confederações.

Os movimentos em torno da Copa do Mundo não foram os únicos a protestar nesse dia. Em São Paulo, a ONG Rio da Paz convocou protesto contra o descaso das autoridades brasileiras em relação à questão da segurança. Vestidos com máscaras de Guy Fawkes, os ativistas procuraram denunciar as contradições do investimento na Copa do Mundo contra os baixos recursos dedicados à segurança pública⁶¹. Esses protestos continuaram pequenos e esporádicos, mas serviram de baliza para um campo de atuação política nas cidades-sede da Copa, cuja efervescência em junho ficaria gravada adiante.

Por fim, mobilizações mais associadas à “direita” anticorrupção também já vinham ocorrendo. Diversas manifestações e “atos” foram marcados pelas denúncias de corrupção e uso indevido do dinheiro público. Desde 2011 pelo menos, associações pautadas pela denúncia à corrupção e pela temática da moralização da política estavam nas ruas. Exemplificando, podem-se incluir associações como Anonymous, Movimento 31 de Junho, Movimento Endireita Brasil, Movimento nas Ruas, Movimento Dia do Basta e Movimento Brasil contra a Corrupção (MBCC).

A pauta anticorrupção encontrou lastro em manifestações, em especial em 2011 e 2012, com o julgamento do escândalo do Mensalão⁶². No dia 18 de abril de 2012, por exemplo, pelo menos oitenta cidades do país registraram eventos de protesto, na chamada Marcha Nacional contra a Corrupção. As mobilizações pediam maior celeridade no julgamento do Mensalão. As

60 Fonte: “Manifesto COPA PRA QUEM? foi assinado por mais de 50 organizações, coletivos e movimentos sociais”, 28/11/2012, <https://comitepopularesp.wordpress.com/2012/11/28/manifesto-copa-pra-quem-e-assinado-por-mais-de-50-organizacoes-coletivos-e-movimentos-sociais/>

61 Fonte: : “Manifestantes protestam contra violência em sorteio da Copa das Confederações”, 01/12/2013, <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/12/manifestantes-protestam-contraviolencia-em-sorteio-da-copa-das-confederacoes-3.html><Acesso em 18/05/2017>

62 O julgamento do escândalo de corrupção se iniciou em 02 de agosto de 2012 e se estendeu até 17 de dezembro de 2012. O julgamento contou com 53 sessões e condenou 25 dos 38 réus no caso.

manifestações também expressavam pedidos de rapidez na aprovação da Lei da Ficha Limpa e eram contra o financiamento ilegal de campanha política. O maior evento ocorreu em Brasília, com 3 mil participantes. A campanha recebeu o nome de “Dia do Basta” conforme as cidades em que foram organizadas. Os responsáveis pela marcha mudaram de município para município, mas podem-se listar como associações coordenadoras os grupos como MBCC, Movimento nas Ruas, Movimento Dia do Basta, Coletivo Pátria Minha dentre outras dezenas de associações que comunicavam por meio de páginas de redes sociais na internet. Em diversas cidades, os eventos também contaram com a participação de manifestantes que emulavam as performances difundidas e associadas ao coletivo virtual Anonymous⁶³.

Na cidade de São Paulo, os manifestantes se concentraram na Avenida Paulista. A manifestação que fora pensada para atrair cerca de 10 mil pessoas pelos organizadores não obteve o sucesso esperado, tendo reunido somente 700 participantes, segundo a polícia. Os manifestantes do Anonymous vestiam máscaras ao estilo Guy Fawkes e carregavam faixas com slogans do tipo “Anonymous: A Revolução está chegando, corruptos” e “Brasil Onde Grafitti é Crime e Corrupção é Arte”. Vestidos de preto ou portando camisas da seleção brasileira, estudantes universitários e secundaristas empunhavam bandeiras do Brasil. Houve também uma encenação teatral com o coletivo Museu da Corrupção, que construiu bonecos de isopor com cuecas abarrotadas de dinheiro em alusão ao Mensalão. A retórica era pautada pela defesa do apartidarismo⁶⁴. A crítica à corrupção entrincheirada nos partidos políticos faria eco um ano depois⁶⁵, em protestos em abril de 2013. Uma mistura do que viriam a ser as manifestações de junho no ano seguinte tal como a Figura 2.1 apresenta abaixo⁶⁶.

63 Fonte : “Dia Do Basta 21-04-2012 – Protesto contra corrupção no Brasil”, 23/04/2012, Fonte: <http://www.anonymousbrasil.com/politica/dia-do-basta-21-04-2012-protesto-contra-corruptao-no-brasil/> Acessado em 15/08/2017>

64Fonte: “Marcha contra corrupção termina em confronto em São Paulo”, 21/04/2012, Fonte:<https://oglobo.globo.com/brasil/marcha-contra-corruptao-termina-em-confronto-em-sao-paulo-4706175#ixzz55sP9zR7l>< Acessado em 16/01/2012

65 Segundo reportagem da Revista Veja com um dos manifestantes, a juventude e apartidarismo se encontravam na cena do protesto “Chama atenção a baixa faixa etária dos participantes. (...) Jovens universitários ou do ensino médio, trajando roupas pretas, compõem a maioria do grupo de manifestantes. Questionado se o apartidarismo do protesto poderia minar sua eficácia, Rafael Baianuk, estudante de 22 anos, afirmou: ‘Nosso mecanismo é fazer pressão para que eles [congressistas] mudem. Não é um apartidarismo passivo.’”. “Protestos em cidades brasileiras pedem o julgamento do mensalão”, 21/04/2012, Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/protestos-em-cidades-brasileiras-pedem-o-julgamento-do-mensalao/><Acessado em 15/01/2018>

66O tom lúdico do evento, combinando elementos nacionalistas e artísticos, não foi suficiente para impedir o confronto entre polícia e manifestantes. A fim de desocupar as pistas da Avenida Paulista, a polícia militar lançou bombas de gás e efeito moral quando os manifestantes se recusaram a evacuar a avenida. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1079666-ato-contra-a-corruptao-em-sp-termina-em-confronto-com-a-pm.shtml>< Acessado em 21/01/2017>

Figura 2.1 Manifestantes contra Corrupção e Ativista do Anonymous

Fonte: Folha de São Paulo⁶⁷

Muitos atos de protesto se seguiram. Todos marcados pela baixa adesão inicial, mas pela persistência e perenidade nas críticas ao governo. Cabe salientar a progressiva assimilação entre o combate à corrupção e o antipetismo. Essa temática aparece junto com críticas antissistema e recusa do acato a autoridades e lideranças centralizadas ou tradicionais dos partidos políticos.

Em resumo, o ciclo de junho, embora seja um fenômeno até certo ponto analiticamente distinto e isolável empiricamente, foi pavimentado por pequenos eventos meses antes. Tanto os locais e as estratégias de expressão como ocupações, confrontos diretos com a polícia, horizontalidade decisória no ato do protesto e os matizes de cor que tomaram conta do centro expandido de São Paulo já estavam nas ruas. Os atores já ensaiavam as performances, só faltava entrarem em cena.

2.2 Conclusão

Este capítulo apresentou os antecedentes do ciclo de junho, remontando ao período que vai das eleições para presidente em 2010 até os anos iniciais do mandato presidencial de Dilma Rousseff. A primeira seção do capítulo expôs os impasses políticos que embaraçaram a coalizão

⁶⁷ Fonte: “Ato contra a corrupção em SP termina em confronto com a PM”, 21/04/2013, Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1079666-ato-contra-a-corrupcao-em-sp-termina-em-confronto-com-a-pm.shtml>< Acessado em 22/01/2018>

governista. Embora, com margem segura das intenções de voto, causada pela popularidade dos governos Lula I e II, as eleições de 2010 trouxeram à tona conflitos políticos e sociais espinhosos para a sucessora. De um lado, as eleições fortaleceram a oposição ao petismo em torno das pautas da corrupção e do assistencialismo. Do outro, a eclosão das pautas morais acirrou as cisões entre direita e esquerda. Esse clima de oposição ao governo resultou no esfacelamento paulatino da coalizão governista. De um lado, as negociações com a base do governo traziam questionamentos dos setores mais à esquerda que procuravam uma política de compromisso com movimentos sociais. Do outro lado, as concessões à esquerda passaram a irritar a base governista e a criar cisões dentro da coalizão. Essas dificuldades produziram um distanciamento progressivo do governo em relação aos movimentos sociais e problemas na manutenção da coesão no governo. Somou-se a isso o fato de a agenda política no período ter no PAC e nos megaeventos esportivos como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo os carros-chefe das políticas de crescimento econômico. Políticas que resultaram em forte política de intervenção nos espaços urbanos, especialmente nos municípios-sede da Copa do Mundo. Tal conjunto de intervenções gerou conflitos em relação à extensão e ao caráter das transformações ensejadas nas cidades. Outro momento delicado do governo Dilma Rousseff foi causado pelo julgamento do “Mensalão” e pelos esforços de aprovação de projetos de lei polêmicos, como a PEC 37.

A segunda parte procurou analisar como essas questões se refletiram nas ruas. O caso do “Mensalão” e a PEC 37, por exemplo, renovaram o ativismo anticorrupção e cooperaram para a conjunção entre antipetismo e movimentos anticorrupção, associando o partido às práticas imorais com o dinheiro público. De outro lado, a pauta urbana esteve fortemente conectada às intervenções estatais na cidade, e um conjunto de ativismos em torno das passagens de ônibus já era visível durante todo o mandato de Dilma Rousseff. Por fim, as pautas morais como a chamada “cura gay” e a legalização do aborto culminaram em uma série de protestos contra e a favor dessas medidas. O governo se viu pressionado em diversos momentos tanto dentro quanto fora do Estado em função da aprovação de projetos conflituosos. Esse retrato colaborou para pavimentar a criação de oposição tanto nas ruas quanto em arenas institucionais, e em diferentes escalas espaciais, quer na esfera local, quer nacional. Essa dispersão por múltiplas escalas e a pluralidade de temas controversos em ambos os polos do espectro político concorreram para a difusão dos protestos durante o ciclo de junho.

Como um todo, este capítulo procurou mostrar a constituição de um conjunto amplo de temas políticos que não estavam exclusivamente centrados na “questão urbana”. Grande parte

dos intérpretes do ciclo de junho, como Maricato (2013) e colegas, descritos no capítulo anterior, enfatizou o caráter central da pauta urbana como motivadora dos protestos. As evidências apresentadas neste capítulo trazem outro ângulo, ao mostrar como o processo político antecedente foi marcado pela eclosão de variados temas tanto nas ruas quanto nas arenas institucionais. O processo político nas arenas institucionais abriu um conjunto de oportunidades políticas para o protesto nas ruas, mas mais do que isso ajudou a criar um clima de rejeição ao Estado e ao Partido dos Trabalhadores. O resultado foi a criação de uma nova tessitura organizacional crítica às políticas do período e que se esparramou por diferentes polos ideológicos. Ao mesmo tempo a ação de atores coletivos, como associações de profissionais ligados ao direito, feministas, movimentos pela diminuição das tarifas, sindicatos e outros tipos de atores nas ruas, foram produzindo efeitos políticos sobre as instituições. Em resumo, o ciclo de junho não pode ser visto somente do ponto de vista de sua ligação imediata com a pauta urbana. Se o espaço urbano é importante, é relevante na integralidade não apenas como tema, mas igualmente como *locus* no qual se visibilizaram os conflitos políticos. Tentando dar conta disso, o próximo capítulo mira a difusão espacial do protesto durante o ciclo de junho, considerando o impacto das diferentes escalas espaciais. Isto é, indaga-se sobre o modo pelo qual a estrutura urbana dos municípios brasileiros em que ocorreram protestos afetou a dinâmica do próprio ciclo.

CAPÍTULO 3 - A POLÍTICA NAS CIDADES: O CICLO DE CONFRONTO DE JUNHO DE 2013 E SUA DIFUSÃO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O capítulo anterior mostrou como temas e agendas políticas se foram constituindo como motor de tensões na base do governo desde 2010. Um acumulado de conflitos que culminou no junho de 2013. Este capítulo agora investiga mais de perto a dinâmica do ciclo de confrontos em escala municipal. Os confrontos políticos em junho foram constantemente caracterizados na literatura como um conjunto de manifestações de repúdio à invasão da lógica capitalista à gestão das cidades (HARVEY, 2014). Essa linha de análise que focaliza o “direito à cidade” pode esconder armadilhas profundas, caso se desconsidere o modo como os espaços são produzidos e disputados no interior das cidades. Uma de suas armadilhas consiste em atribuir aos motivos expressos dos atores nas ruas a emergência do ciclo. Outra dessas armadilhas consiste em encarar a cidade como um *espaço de exclusão* estanque, sem atentar para os usos políticos produtivos do espaço físico urbano.

Reconhece-se aqui a importância das disputas territoriais como motor relevante de episódios de contestação. Entretanto, esta tese visa avançar no modo como distintas “escalas” de produção do espaço se relacionaram ao longo do ciclo de confronto. Este capítulo oferece uma análise longitudinal dos eventos de protesto e de sua distribuição espacial dentro dos municípios, visando mostrar como os espaços físicos foram apropriados politicamente durante o ciclo de confrontos de 2013. Estavam os protestos concentrados nos grandes centros urbanos ou presentes igualmente em cidades pequenas e médias? De que modo variáveis relativas à infraestrutura urbana afetaram as possibilidades de emergência de protestos?

Uma advertência se faz necessária. O capítulo não aborda as contestações políticas no campo, como ocupações e bloqueios, por duas razões. A primeira diz respeito ao fato de que a maioria dos eventos do ciclo de junho se deu em áreas centrais das cidades. Não foram os municípios como um todo que sediaram os protestos em junho, mas sim a malha urbana adensada. Em segundo lugar, o aumento da população urbana no Brasil nas últimas décadas sedimentou o urbano como espaço por excelência da política. Em resumo, agir no campo passou cada vez mais a significar agir combinadamente na cidade, como se vê pelas mobilizações do MST.

A primeira seção do capítulo provê um panorama dos eventos do ciclo de junho em 2013 e procura quantificar o volume de protestos e investigar se o ciclo esteve concentrado ou disperso no território nacional. A segunda seção pondera os efeitos de características urbanas específicas, como IDHM, índices de bem-estar urbano e área geográfica. Se no capítulo anterior se tratou de demonstrar a diversidade de agendas que foram às ruas, neste capítulo apresenta-se a diversidade de contextos urbanos mobilizados durante os protestos.

3.1. O Ciclo de Confrontos: Dispersão e Concentração no Território Nacional

Onde e quando começa o ciclo de confrontos em junho? A pergunta não foi posta na mesa pelos analistas acadêmicos, mas esteve no centro das atenções da imprensa e da opinião pública. A imprensa preferiu creditar às redes sociais o início dos protestos. As cidades eram meramente ocasionais em um processo de insatisfação que tinha origem na internet. Em matéria do portal da internet da BBC Brasil, por exemplo, em julho, lia-se “*A mobilização de usuários do Facebook e do Twitter, os dois sites de redes sociais mais acessados do Brasil, foi considerada uma das principais forças por trás das manifestações que atingiram todo o país durante o mês de junho. Na internet, tantos usuários experientes quanto iniciantes se tornaram organizadores, comentaristas e protagonistas dos protestos*”⁶⁸. Em outros veículos a narrativa do início do processo sublinha a ação de lideranças de grupos específicos na disseminação das informações. Em reportagem no *Estadão* um ano depois dos primeiros protestos encontra-se a seguinte passagem: “*Você entendeu o que aconteceu em junho de 2013? COMEÇOU com protestos contra o aumento das passagens do transporte público de SP, organizados pelo MPL [Movimento Passe Livre]. Foram protestos (des)organizados de forma horizontal, sem uma liderança convencional, que levou junto os identificados como vândalos e arruaceiros de movimentos anarco-punks, entre eles o mais conhecido, Black Blocs*”⁶⁹.

Para muitos analistas acadêmicos, o início e o desenrolar de junho estavam menos ligados mais à questão de onde, do que à questão de como e quais motivações estiveram

68Fonte: “Brasileiros ‘descobrem’ mobilização em redes sociais durante protestos”, 11/07/2013, http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130628_protestos_redes_personagens_cc Acesso 08/05/2018>

69 Fonte: “Entender junho de 2013”, 04/06/2014, <http://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/entender-junho-de-2013/> < Acesso 08/05/2018>

presentes no ciclo (ANTUNES, 2013; SANTOS, 2014; SCHERER-WARREN, 2014). A questão dos espaços físicos acessados era meramente fortuita. Seja pela internet, seja fora dela, os protestos teriam começado *quando o MPL-SP saiu as ruas na cidade de São Paulo*. Tanto pela predominância de alguma associação organizadora como pelas redes sociais, dois pontos podem ser salientados dessas narrativas. Em primeiro lugar, os protestos foram vistos como algo que evoluiu a partir de um epicentro sediado em São Paulo. Isso fez com que o fenômeno fosse visto sempre a partir das grandes cidades, em especial a megalópole paulista. Em segundo lugar, o fenômeno foi sempre pensado como unidirecional, sem maiores divisões quanto a fases e temporalidades específicas e ao modo como em cada uma dessas fases as cidades apresentaram eventos com características próprias. Pode-se dizer que o foco nas redes sociais prejudicou parcialmente o entendimento do espaço urbano como uma dimensão importante da evolução do ciclo de junho.

Essa seção procura reconstruir a diversidade dos espaços urbanos acessados dentro do ciclo no território nacional. É importante entender de que modo o confronto em diversas escalas espaciais colaborou com a difusão geográfica do ciclo. A cidade de São Paulo sem dúvida foi relevante, mas o fenômeno avultou-se à medida que o apoio aos protestos em outras cidades foi crescendo. Além disso, nada indica que protestos em cidades que não São Paulo se tenham apropriado integralmente da pauta da capital paulistana. Outros atores coletivos, outras cidades, outros espaços de confronto político implicavam diferentes agendas e diferente evolução do ciclo. O Quadro 3.1 abaixo sumariza os principais eventos de junho.

Quadro 3.1 Principais Eventos do Ciclo de Confronto de Junho⁷⁰

<p>02/06/2013 – São Paulo (SP): Parada do Orgulho LGBT. Houve protestos contra o deputado marco Feliciano e o projeto conhecido como “cura gay”. O tema foi “Para o Armário Nunca Mais, União e Conscientização na Luta Contra a Homofobia”.</p>
<p>03/06/2013 – São Paulo (SP): protesto contra o aumento das tarifas reúne 500 na Avenida M’Boi Mirim.</p>
<p>06/06/2013 – São Paulo (SP): Primeiro Grande Ato contra as tarifas. Reúne 5 mil pessoas no centro da cidade. Houve repressão e pelo menos dez pessoas foram presas.</p>
<p>06/06/2013 – Rio de Janeiro (RJ): também houve protestos no centro da cidade contra o aumento das tarifas. A marcha na Avenida Rio Branco teve manifestantes com máscaras de Guy Fawkes e confronto com a polícia.</p>

70 “Brasil: linha do tempo das manifestações”, 28/06/2013, <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/> < Acesso em 21/05/2017>

07/06/2013 – São Paulo (SP): segundo dia de protestos na capital paulista. Desta vez na Marginal Pinheiros.

10/06/2013 – Goiânia (GO): a prefeitura após os protestos dos meses anteriores decide revogar o aumento das passagens.

11/06/2013 – São Paulo (SP): O MPL-SP volta às ruas e reúne cerca de 5 mil pessoas. Houve confronto entre a polícia militar e os manifestantes, que queriam subir à Avenida Paulista, percurso que contrariou o acordo com a PM.

13/06/2013 – São Paulo (SP): o quarto ato contra as tarifas. Também conhecido posteriormente como Revolta do Vinagre, dada a apreensão de diversos produtos pela PM, com confronto violento e cerca de 300 detidos.

13/06/2013 – Rio de Janeiro (RJ), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Teresina (PI), Fortaleza (CE): os protestos se espalham.

17/06/2013 – São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Belém (PA), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Curitiba (PR), Vitória (ES), Porto Alegre (RS), Salvador (BA) etc. – diversas cidades sediam protestos. Em São Paulo, no Largo da Batata reúnem-se cerca de 70 mil pessoas. A proximidade da Copa das Confederações impulsiona os protestos nas cidades-sede.

18/06/2013 – Boa Vista (RR), Florianópolis (SC), Juazeiro do Norte (CE), Marília e São Paulo (SP) etc.: os protestos continuam atraindo participantes. Poucos registros de confronto entre a polícia e manifestantes. Em São Paulo, o prédio da Prefeitura é depredado. No Rio, manifestantes tentam ocupar a Alerj.

19/06/2013 - São Paulo: revogado o aumento das tarifas.

20/06/2013 – São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Salvador (BA): Ato comemorativo pela revogação das tarifas. Conflito entre manifestantes com bandeiras de partidos políticos e outras pautas. O MPL-SP afirma que não chamará mais atos. Em Brasília, manifestantes sobem no parapeito dos prédios da Câmara. Segundo dados da confederação das cidades, pelo menos 130 cidades têm eventos de protesto. Cerca de um 1,4 milhão de pessoas nas ruas.

22/06/2013 – Dilma Rousseff fala em rede nacional e anuncia os cinco pactos. Dentre as medidas, a proposta de uma constituinte exclusiva e o Ato Mais Médicos causam polêmica.

24/06/2013 – Protestos diminuem de força, mas outras cidades continuam contando com eventos de protesto.

Fonte: BEP, CEBRAP, 2013

Esses eventos configuraram um ciclo de confrontos em virtude da rápida difusão de eventos entre distintos atores e localidades, como já se argumentou. A periodização do ciclo segue Alonso (2017), que propõe quatro fases distintas: eclosão, diversificação, massificação e declínio das mobilizações. Cada uma dessas fases do ciclo também apresenta diferenças não somente no volume de aderentes nas ruas, mas também na heterogeneidade dos atores coletivos e nas cidades em que ocorriam (ALONSO, 2017).

A *eclosão* tem início no dia **06 de junho**, com o primeiro grande ato contra as tarifas. Essa é a fase de protagonismo de movimentos ligados à questão das tarifas de transporte. Nesta fase, associações políticas como o Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, ou o Fórum de Lutas contra o Aumento das Passagens por Transporte, no Rio de Janeiro⁷¹, a fase de *eclosão* é caracterizada dessa maneira em virtude de que o tema do transporte se dissemina entre várias cidades e associações políticas dedicadas a esse setor de políticas. Nessa fase, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro começavam a mobilizar-se, e Goiânia e Porto Alegre ainda viviam a ressaca das mobilizações de meses antecedentes.

A segunda fase do ciclo é a da *diversificação*. A fase, com base em Alonso (2016), vai do **dia 11 de junho ao dia 16 de junho**. Após os impactos da repressão e da repercussão da mídia, os protestos ganham novo fôlego com a entrada de outras associações relevantes para o processo. Associações como PSTU, PSOL, PCO dentre outras passam a compor o cenário das ruas. A entrada maciça de novos atores coletivos traz a diversificação das pautas e temas presentes nas ruas, bem como imprimem novas relações com o espaço urbano. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre sediaram protestos, que concentravam em locais tradicionais e pontos de encontro usuais para a mobilização.

A fase seguinte caracteriza-se pela exploração sistemática dos territórios urbanos. Alonso (2017) a nomeia como *massificação*, que se estende de 17 a 26 de junho. Essa fase compreende o miolo do ciclo de junho e a fase mais volumosa de participação, quando milhares de participantes paulatinamente tomaram as ruas do país. Nesse período, os atores coletivos da fase anterior como o MPL se viram nas ruas agora disputando espaços com outros atores, como o Movimento nas Ruas e o Pátria Minha. Internamente ao território urbano das metrópoles, vários locais foram usados como cenários de protesto. Locais nem sempre considerados tradicionais ou recorrentes para tal fim. Essa fase também se caracteriza pela revogação do aumento das tarifas na cidade de São Paulo e em outras cidades.

Por fim, Alonso (2017) aponta para o *declínio*, fase que assinala a existência de protestos caudatários do “miolo” do ciclo. Essa fase, entretanto, não pode ser vista como de rápida desmobilização. Atores coletivos organizados e categorias profissionais ainda estavam nas ruas. Muitos protestando contra as reações das autoridades na hora mais aguda, outros tentando

⁷¹ Do ponto de vista da teoria dos movimentos sociais, esses grupos podem ser pensados como “iniciadores” [early risers]. Posteriormente, outros grupos entrariam em cena. Nesse ínterim, a discussão em torno do MPL deve ser posta em sua relação com outras associações presentes no ciclo. Da sua primogenitura nas ruas não decorre seu papel de liderança do processo como um todo (McADAM, 1982).

aproveitar-se da visibilidade de junho, com associações contra corrupção e contra o governo do PT passando a compor esses cenários. Nessa conjuntura se situam protestos do Comitê Popular da Copa, contra a Copa do Mundo, ou ainda a Confederação Federal de Psicologia, avessa às propostas defendidas na área de saúde pela então presidente Dilma Rousseff. Também estão presentes aí associações políticas “tardias”, que escanteadas na fase de massificação tentaram capitalizar politicamente junho. Incluem-se nesse grupo associações como o próprio MST e sindicalistas. A Figura 3.1 permite visualizar a evolução dos eventos em junho de 2013, do período que antecede de fato o início do ciclo até a fase de declínio. Os dados coletados para o período de 31 de maio ao dia 30 de junho contabilizaram um total de **501 eventos de protesto dentro e fora do território nacional** (BEP-CEBRAP, 2013).

Figura 3.1 Eventos de Protesto por Fase, Brasil, Ciclo de Junho, 2013

Fonte: BEP-CEBRAP (2013)

A maioria dos eventos ocorreu no Brasil, mas é necessário demarcar a ocorrência de casos de eventos de protestos em cidades fora do território brasileiro. No total, foram registrados protestos em **169 municípios** diferentes dentro e fora do país⁷²: **466** eventos em cidades brasileiras, contra **35** manifestações em **34** cidades no exterior. Segundo dados extraídos da *Folha de São Paulo*, **144** municípios em solo nacional experimentaram eventos de protestos.

⁷² Os dados foram coletados através da análise de eventos de protesto utilizando como fonte a Folha de S. Paulo. Mais informações sobre a metodologia aplicada estão na seção Abordagem Metodológica no Capítulo 1.

Cada uma das fases teve diferenças importantes quanto à difusão interna às cidades. Subciclos de dispersão interna às cidades colaboram para fazer outro quadro do processo de junho de 2013 e também para a caracterização de novos padrões de participação urbana. A Tabela 3.1 mostra o montante total de eventos por fase do ciclo de junho e o montante de cidades que experimentaram *pelo menos um* evento durante junho.

Tabela 3.1 Eventos e Número de Cidades com, pelo menos, um Evento, Ciclo de Junho, 2013

Fase	Eventos	Média Eventos ⁷³	Cidades	Média de Cidade	Locais de Protesto	Media de Locais
Pré-Ciclo	40	8	24	7.1	30	7.4
Eclosão	31	6.2	16	4.8	39	9.6
Diversificação	47	7,83	33	6.5	72	13.2
Massificação	207	34.5	104	25.5	306	60.
Declínio	176	22	79	16	205	30.5
Total	501	16.7	256	12.6	625	25.6

Fonte: BEP, CEBRAP, 2013

A Tabela 3.1 mostra que em relação ao número de eventos e as médias de eventos por dia não há diferença significativa entre as fases de pré-ciclo, eclosão e diversificação. A média de eventos por dia não dá saltos significativos até a fase própria de massificação, ainda que alguns dias tenham experimentado forte crescimento do volume de protestos nas cidades como é o caso do dia 10 de junho, logo após a disseminação das notícias dos eventos em São Paulo. Os protestos também no dia 14 de junho, após a intensa repressão em São Paulo, parecem ter catalisado o aumento do número de protestos. Contudo, os eventos nesses dias em si não apontavam para um aumento linear, progressivo e contínuo do número de protestos. Pelo contrário, o ciclo se desenvolveu em pequenos saltos. Dias com muitos protestos foram seguidos por dias de menor intensidade, ao menos até a fase de massificação. O início do processo é parecido nas três fases, não havendo razões para suspeitar que o ciclo de junho se tenha desenvolvido como um aumento súbito de eventos pequenos e pulverizados.

O mesmo ocorre para o número de cidades envolvidas em pelo menos um protesto em junho. A fase anterior já demarcava a presença de cidades contenciosas. Em especial, essa fase tem um número expressivo de cidades com mobilizações em virtude de greves e paralisações. Cita-se como exemplo o caso da paralisação de funcionários e alunos da Universidade Estadual

⁷³ Trata-se da média diária agrupada pelas fases.

Paulista (Unesp). Na fase de eclosão propriamente dita, o ciclo se concentra em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. As três cidades apresentavam um histórico de manifestações em torno das tarifas de transporte nos meses antecedentes. Posteriormente, durante a fase de massificação é que o número de cidades aumenta e se mantém estável ao longo de todo o ciclo.

Agrupando os eventos pelos municípios, a média cai drasticamente para **2.92**, com um desvio-padrão de **7.76** eventos. *Isso significa que determinadas cidades puxaram a média de eventos do ciclo para valores maiores.* De fato, a cidade de São Paulo tem um total de **89** eventos de protesto durante todo o mês de junho, o que equivale a concentrar 17% de eventos sobre o total do ciclo, colaborando com a elevada proporção de eventos/dia. Outras cidades foram importantes, mas, em geral, os maiores volumes de eventos e locais de protesto estiveram concentrados nas grandes cidades. A Figura 3.2 ajuda a visualizar a frequência de protestos e a quantidade de locais acessados dentro de cada cidade, para todas as cidades com pelo menos cinco protestos ou mais.

Figura 3.2 Número de Eventos e Locais de Protesto em cada Cidade, Brasil, Ciclo de Junho 2013

Fonte: BEP-CEBRAP (2013)

A Figura 3.2 mostra que pelo menos dezenove cidades tiveram pelo menos cinco eventos de protesto durante todo o mês de junho. Isso equivale a somente 11% das cidades do

total em junho. Essas cidades concentraram 282 dos eventos de protesto, com 56% do total de eventos. As cidades mais contenciosas foram São Paulo, Rio de Janeiro, Ribeirão Preto, Brasília e Belo Horizonte. Isso significa que o ciclo de confrontos em junho pode ser caracterizado como um processo em que houve pouca dispersão dos protestos em relação ao número de cidades envolvidas em junho.

As cidades com maior número de locais acessados foram São Paulo e depois Rio de Janeiro. O tamanho das cidades importa na seleção dos locais de protesto. Embora Belo Horizonte tenha menos protestos do que Ribeirão Preto, esta última teve menos locais. Os protestos foram todos concentrados na área central, próximo à Prefeitura da cidade, ao passo que em Belo Horizonte os manifestantes ocuparam porções maiores da malha urbana. Isso sugere que a oferta de espaços apropriados para a execução e coordenação de protestos é um fato importante para a escalada do ciclo dentro das cidades.

Como isso variou ao longo do ciclo e em que momentos as cidades foram “entrando” e “saindo” do ciclo de junho? A primeira constatação é que o número de locais de protesto tem um aumento súbito e mais rápido a partir do dia 15 de junho do que as outras variáveis como o número de cidades. Além disso, o número de eventos por cidade não varia muito ao longo do ciclo. O que catapultou o crescimento dos protestos parece ter sido o efeito da difusão espacial interna aos municípios, especialmente nas grandes cidades. O número de eventos teve aumento súbito no dia 11 de junho, o que sugere que a partir daí o número de atores coletivos nas ruas aumentou significativamente mais do que o número de cidades e eventos. Isto é, poucas cidades com muita gente se mobilizando. Os atos ainda estavam concentrados em São Paulo e Rio de Janeiro.

É possível notar que um pequeno subciclo se inicia no dia 02 de junho – talvez em função da Parada do Orgulho LGBTT, mas que atinge o pico nos dias 3 e 4. Essa primeira fase do ciclo de protesto propriamente dito se inicia com pequenas oscilações até o dia 13 de junho. A partir daí as manifestações pela redução das tarifas nos municípios se espalham e se mesclam com outras pautas regionais, havendo um pico local na sexta-feira dia 14 de junho. O fim de semana vê poucas mobilizações, que aumentam de número repentinamente no início da semana e atingem o pico no dia 21 de junho, já após a redução das tarifas em uma ampla gama de municípios⁷⁴. A fase de declínio é relativamente vagarosa e conta com subciclos locais, mas

74 Fonte: “TABELA: tarifas de ônibus”, 01/07/2013, <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/tabela-tarifas-de-onibus.html> <Acesso em 13/05/2017>>

que não atingem a magnitude de quantidade de eventos de protesto do dia 21. O ciclo vai perdendo força a partir do dia 24, ainda que a quantidade de atores organizados por protesto se manteve oscilando. O saldo de junho após os dias de intensa mobilização é que menos protestos ocorrem, mas mais atores organizados nas ruas e mais locais são explorados no interior de cada cidade. Pode-se dizer que os confrontos de junho representam uma nova fase de rotinização dos protestos nas grandes capitais.

O ciclo de junho teve o efeito de “jogar” mais associações organizadas nas ruas. Isso porque as respostas políticas dadas para aplacar os protestos nem sempre surtiram os efeitos necessários⁷⁵. A declaração de Dilma Rousseff, por exemplo, no dia 22 de junho causou mais desagregação do que tranquilidade. O anúncio do Mais Médicos pôs, por exemplo, associações ligadas aos profissionais de saúde nas ruas⁷⁶.

A Figura 3.3 apresenta a relação entre as cidades com pelo menos um evento de protesto e o número de locais diferentes explorados dentro de cada cidade. No gráfico, as cidades com mais de cinco locais por evento estão marcadas. Nota-se que para todas as fases do ciclo de junho há uma correlação positiva entre o número de cidades e o número de locais. Essa relação, entretanto, é mais forte a partir da fase de diversificação. Há uma queda relativa durante a fase de declínio, mas a relação ainda se mantém.

O que a Figura 3.3 apresenta é, portanto, uma medida do modo como se caracterizou junho em relação à dispersão dos locais de protesto dentro de cada cidade *ao longo do ciclo*. Uma das razões para isso pode ser que, à medida que o ciclo se desenvolveu, os atores coletivos foram disputando espaços físicos no interior das cidades. Por sua vez, conforme os espaços físicos passaram a esgotar-se do ponto de vista da capacidade de comportar atores diferentes, novos locais foram sendo testados pelos atores. Em resumo, o ciclo de junho não pode ser

⁷⁵Um exemplo, a proximidade da Copa do Mundo, em 2014, deixou autoridades governamentais e ligadas ao esporte receosas quanto à possibilidade de protestos durante os jogos. O ex-futebolista Pelé, no dia 19 de junho afirmou em uma rede de tv local que os manifestantes deveriam voltar às suas casas, apoiar a seleção brasileira de futebol e deixar os protestos para depois da Copa do Mundo. O efeito foi muito negativo. Na cidade de Três Corações, onde, Pelé nasceu, houve um protesto no dia 20 em que manifestantes amordaçaram uma estátua do futebolista. Outra fonte de polêmicas foram as declarações de outro ex-futebolista. Ronaldo Nazário, que em 2011 teria afirmado que “com hospitais não se faz Copa do Mundo”. A declaração também repercutiu e cartazes e slogans atacaram o ex-futebolista em protesto. Fontes:” Estátua de Pelé é “amordaçada” na cidade natal do jogador”, 21/06/2013, <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2013/06/21/estatua-de-pele-e-amordacada-na-cidade-natal-do-jogador/>; “BH: protesto ataca Pelé e indaga Ronaldo: “como travesti opera sem hospital?”, 20/06/2013, <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/bh-protesto-ataca-pele-e-indaga-ronaldo-como-travesti-opera-sem-hospital,aa103172b146f310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>< Acesso em 25/06/2016>

⁷⁶ O Mais Médicos foi um programa de saúde anunciado que visava a colaboração entre o Governo de Cuba e o Brasil. A ideia do programa era produzir ações conjuntas entre médicos cubanos e brasileiros em áreas do território nacional. A medida desagradou as associações de classe que argumentaram carência de competência técnica dos médicos cubanos ou falta de critérios na avaliação da competência dos médicos estrangeiros.

pensado como um episódio em que múltiplos atores disputavam os mesmos espaços e locais de protesto, mas sim um processo em que dentro das grandes cidades, em especial, os atores foram variando os locais e se separando em eventos distintos. Também não pode ser pensado como um ciclo em que novos espaços foram sendo acessados desde o começo. As fases anteriores ao ciclo propriamente dito e durante a eclosão do ciclo foram momentos de concentração dos atores coletivos nos mesmos locais. Locais tradicionais serviram como aglutinadores de diferentes atores coletivos e manifestantes.

Talvez, à medida que novos temas foram sendo associados aos protestos, novas arranjos de usos do espaço passaram a ser possíveis. Presume-se que a relação entre eventos de protesto e a estrutura urbana estão relacionados em função da oferta de locais de protesto. Cidades pequenas normalmente tem polos administrativos e econômicos reunidos em uma área central reduzida. Conforme as cidades crescem em população e extensão da mancha urbana, esses polos se diversificam. Fica mais evidente que a variação da quantidade de locais dentro das cidades constitui um dos fatores de impulso na escalada das manifestações em junho. É possível pensar, portanto, que novos locais explorados no interior das cidades colaboraram com a difusão das performances de protesto. Concluindo, a quantidade de locais novos explorados dentro dos territórios aumentou mais rapidamente do que o número de eventos e cidades. Parte dessa explicação advém dos usos nas cidades grandes e médias. São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro tiveram maior diversidade de locais acessados. Entretanto, mesmo Belo Horizonte, uma das grandes cidades com protestos, teve locais concentrados de protesto.

Figura 3.3 Número de Locais de Protesto em cada Cidade por Data, Brasil, Ciclo de Junho 2013

Fonte: BEP, CEBRAP, 2013

Conforme cresce a quantidade de aderentes às manifestações, mais problemas de logística e coordenação se apresentam e locais diferentes devem ser acessados. Os dados referentes ao volume de pessoas mostram crescimento intenso a partir do dia 17 de junho, quando os protestos ganham as ruas de diferentes cidades no Brasil. Entretanto, ao longo das fases de eclosão e diversificação, o tamanho das manifestações não era dos maiores⁷⁷.

As primeiras manifestações eram pequenas, salvo a Parada do Orgulho LGBTT em São Paulo, que reuniu 200 mil pessoas segundo a PM nas ruas do centro da cidade. A média de participantes para todo o ciclo de junho, excluindo a Parada LGBTT, foi de 44 mil pessoas nas ruas, segundo a PM. Evidentemente essa média tem variações conforme a fase do ciclo.

A fase de diversificação foi a que viu o aumento súbito de manifestantes. Levando em consideração a frequência de protestos, que ainda era baixa nessa época, e de locais não é difícil enxergar que, nessa fase, um volume maior de pessoas se reuniu nos mesmos locais nos mesmos eventos. Por exemplo, se antes os protestos do MPL ou da Frente de Luta contra o Aumento reuniram em média 2,5 mil pessoas, segundo a polícia, nas áreas centrais do centro, na fase de diversificação esse número sobe para 5 mil e nos dias que antecedem a massificação para 10 mil pessoas nas ruas. *É, portanto, factível pensar que nessa fase de diversificação houve tanto a chegada de novos atores coletivos ao processo quanto aumento pela disputa espacial no interior das cidades.*

Mas em quais cidades isso se verificou de forma mais intensa? Esse valor se aproxima da média do período como um todo e ajuda a visualizar quais cidades ajudaram a “puxar” o ciclo de junho. A cidade de São Paulo não foi a concentradora de pessoas durante o ciclo de junho. O Rio de Janeiro aparece como um lugar de forte mobilização especialmente durante a fase de massificação. Entretanto, a importância de São Paulo reside no fato de que é a única cidade reunindo 40 mil pessoas nas fases anteriores à massificação. O Rio de Janeiro aparece em conjunto com Belo Horizonte na fase de diversificação. Após o pico das mobilizações na semana do dia 17 ao dia 24 de junho, durante a fase de declínio somente São Paulo se mantém

⁷⁷ Os números em relação ao montante de pessoas nas ruas podem variar bastante. Polícia, manifestantes, imprensa e institutos de pesquisa diferem bastante em relação ao número de pessoas em cada evento. Além disso, a imprensa em muitos casos não reporta tais números, ou pela dificuldade de medição em cidades pequenas e médias, em virtude da ausência de pessoal capacitado para a realização das medições. Ainda assim, é uma das únicas medidas acerca do aumento súbito de pessoas nas ruas. No BEP-2013 as três fontes foram usadas: imprensa, polícia e os próprios manifestantes. De todo modo, a concordância entre as três fontes.

mobilizada. As outras grandes cidades apresentam protestos menores e descontinuados no tempo.

Nas fases de diversificação, pequenas e médias cidades participaram de atos em apoio às manifestações em São Paulo. Esses atos, ainda que pequenos, indicam um fenômeno no qual o retorno das manifestações em pequenas cidades teve efeitos nas mobilizações em cidades metropolitanas como São Paulo e Rio de Janeiro, que por sua vez ajudaram a alavancar a quantidade de pessoas nas ruas.

De todo modo, essa dinâmica entre protestos em cidades pequenas e nas metrópoles indica uma interação do fator espacial na difusão do ciclo. Ciclos de confronto podem ser concentrados no espaço ou dispersos dependendo da unidade de análise e da escala espacial em questão. Ainda que apenas um número reduzido de cidades tenha colaborado para a escalada do ciclo de junho, de que forma isso esteve representado no espaço? As cidades com fortes níveis de mobilização estavam mais próximas entre si? Levando em consideração, por exemplo, a dimensão estadual e regional dos protestos é possível flagrar padrões de concentração e desconcentração. A Figura 3.4 representa os Estados e o volume de protesto durante junho. O Sudeste concentra a maior parte das manifestações. Especialmente, o Estado de São Paulo, com 206 eventos, seguido pelo município do Rio de Janeiro, com 44 protestos. O Sudeste destoa do restante concentrando 42% das mobilizações em todo o período. Retirando a participação de São Paulo do montante geral de mobilizações e escalonando a participação de outros Estados, observa-se que Minas Gerais aparece com 15% do total de mobilizações, seguido pelo Rio de Janeiro com 14%.

Figura 3.4 Eventos de Protesto e Estados- Ciclo de Junho 2013⁷⁸

Fonte: BEP-CEBRAP (2013)

O Distrito Federal vem seguido pelos Estados do Sul e Centro-Oeste, regiões com maior concentração de eventos. O Distrito Federal teve 10% de participação nos protestos, todos na capital da República. Mas, em relação a cidades dentro de cada Estado, como os protestos se concentraram? Em cada Estado, os eventos se distribuíram de maneira desigual. No Distrito Federal, todos as 26 manifestações em junho se concentraram exclusivamente na cidade de Brasília, ao passo que em São Paulo pelo menos 51 municípios experimentaram eventos de protesto. A Figura 5 e 6 apresentam esses dados. Em primeiro lugar, a Figura 3.5 apresenta o número de cidades em que houve registro de, pelo menos, um evento de protesto⁷⁹.

⁷⁸ Os dados são retirados da Folha de S. Paulo. O uso de outras fontes pode modificar o cenário retratado, mas de modo geral, não há motivos para suspeitar de grandes vieses na dispersão geográfica dos protestos. Os números de eventos nas cidades menores podem crescer consultando outras fontes, mas, ainda assim, a análise preliminar de outras fontes permite identificar os mesmos territórios urbanos como concentradores de protestos.

⁷⁹ Dados da Folha de São Paulo.

Figura 3.5 Cidades com Eventos de Protesto, Estados - Ciclo de Junho de 2013

Fonte: BEP, CEBRAP, 2013

As maiores variações no número de cidades envolvidas se concentram no Sudeste e Sul. Ainda assim, alguns casos merecem destaque. O Rio de Janeiro, por exemplo, embora com 44 eventos de protesto, concentra todos esses eventos em apenas sete cidades, ao passo que Estados como Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul aparecem com dezesseis e doze eventos respectivamente. *Isso implica que determinadas cidades foram polos regionais de mobilização, ao passo que em determinados estados o processo de difusão dos protestos seguiu padrões menos concentrados.* A Figura 3.6 apresenta o mapa com os Estados e a razão entre eventos e o número de cidades.

Figura 3.6 Razão entre Eventos de Protesto e Cidades, Estados- Ciclo de Junho 2013⁸⁰

Fonte: BEP, CEBRAP, 2013

Quanto maior a razão, mais eventos concentrados em número menor de cidades. Quanto menor o número, mais difuso foi o padrão de dispersão dos eventos dentro de cada Estado. Pela Figura 3.6, é possível enxergar variações no padrão regional dos protestos. O Distrito Federal, por exemplo, tem razão de 26 eventos por cidade. No Distrito Federal, todos os eventos se concentraram exclusivamente em Brasília. O Ceará também tem esse mesmo padrão. Todos os onze eventos de protesto em junho se localizaram na cidade de Fortaleza, pelo menos na amostra coletada. Afora esses casos-limite, os Estados parecem se dividir entre um grupo de difusão regional concentrada em algumas cidades, com protestos gravitando ao redor desses polos, ao mesmo tempo em que determinados Estados parecem ter um padrão difuso e não concêntrico de difusão espacial dos protestos. Esse primeiro grupo parece ter uma razão acima de dois eventos por cidade. Nesse primeiro grupo, encontram-se Estados como São Paulo, com razão de quatro eventos por município. Por outro lado, Estados com um padrão mais difuso

80 Dados provenientes da Folha de São Paulo.

manifestam uma razão abaixo de dois, próximo a um evento por município. E Estados como o Paraná, cujos eventos se deram em doze municípios, mas com pelo menos dezesseis eventos.

A distribuição desses eventos no interior de cada Estado variou segundo a proximidade com os centros decisórios e de atuação política. A maior parte dos eventos de protesto se deu nas capitais, o que não é de surpreender, já que a própria TCP sublinha a natureza política dos protestos. Segundo Rojas e Heaney (2016), pelo menos três fatores destacam a importância das capitais como espaços urbanos “nascimentos” de protestos: características demográficas, presença de concentrações de grupos ligados a partidos políticos e maior densidade organizacional de movimentos sociais (ROJAS; HEANEY, 2016).

Em maioria, os eventos e episódios de mobilização política tendem a ocorrer em cenários e espaços que remetem a longas “tradições” de lutas políticas. Tradições que orientam e encapsulam repertórios de confronto político definidos e materializados. Movimentos sociais e outros fenômenos ligados a políticas do confronto são expressões de luta pela possibilidade de influenciar a agenda política do Estado. É nas capitais que se concentram órgãos e agências públicas, o que facilita a expressão de demandas e aumento do impacto da ação dos grupos e organizações de movimentos sociais. Outro fator relevante é que as capitais demarcam por meio de marcos simbólicos específicos a presença do Estado e identidades políticas em disputa. Segundo a TCP, nas capitais, identidades políticas são formatadas e tem experiências políticas encapsuladas pela apropriação de espaços públicos centrais na vida política regional e nacional. Estátuas, avenidas históricas e edifícios públicos ou privados demarcam simbolicamente cenários de expressão política. Em suma, as capitais são até certo ponto o Estado condensado nos espaços urbanos.

Para os dados do ciclo de junho, a análise desses fatores revela que esse retrato é parcialmente verdadeiro, já que, no total, cerca de 250 eventos ocorreram nas capitais contra 195 em cidades do interior. Em pelo menos onze unidades federativas ocorreram protestos somente nas capitais, e sete estados concentraram protestos nas capitais, mas contaram com, pelo menos, um evento no interior. Comparando essas proporções, o Estado de São Paulo e Rio de Janeiro apresentam diferenças significativas, já que no primeiro a maior parte dos eventos se concentrou nos municípios do interior, ao passo que no segundo essa relação se inverte completamente. O Estado de São Paulo conta com um total de 190 eventos de protesto, estando 89 distribuídos na capital e o restante, 114 eventos, no interior. Ao passo que no Rio de Janeiro essa proporção fica entre 32 eventos na capital do estado contra cerca de seis eventos em outras

localidades. Em geral, as capitais condensam os eventos, mas houve relativa distribuição por outras regiões das unidades federativas. Grandes cidades do interior, mas também médias e pequenas, participaram ativamente na dispersão geográfico do fenômeno. Destaca-se o grande percentual de participação das pequenas cidades com no mínimo um evento durante o ciclo de junho. A próxima seção investiga de maneira direta a relação entre a estrutura urbana das cidades e o volume de protestos e locais acessados.

3.2. Estrutura Urbana e o Ciclo de Confrontos de Junho

Nesta seção importa entender de que modo a estrutura urbana afetou a “participação” de cada cidade no ciclo de confronto. Diz-se estrutura urbana aqui como o conjunto de indicadores que constroem e viabilizam atividades públicas de protesto tais como o tamanho das cidades, contingente populacional, área, infraestrutura e desigualdade interna de cada cidade. A classificação do tamanho se deu de acordo com a distribuição das cidades segundo a população total por meio dos quantis de distribuição dessa população e da classificação urbana proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando dados oficiais da população extraídos do Censo de 2011. Segundo a classificação estabelecida pelo IBGE, as cidades podem ser classificadas pela distribuição populacional de acordo com os seguintes cortes: 1) cidades pequenas contam com menos de 50 mil habitantes; 2) cidades médio-pequenas com menos de 100 mil habitantes; 3) cidades médias contam com menos de 300 mil habitantes; 4) cidades grandes, com menos de 1 milhão de habitantes; e 5) metrópoles, cidades com mais de 1 milhão de habitantes. O fator demográfico é importante, pois indica a possibilidade de escalada dos protestos dentro de cada território urbano, bem como atesta a presença de pressões por infraestrutura urbana.

A Figura 7 apresenta o número de cidades com ao menos um evento de protesto e o tamanho das cidades em termos populacionais. Fica evidente a dispersão dos protestos nas pequenas, médias e grandes cidades durante o ciclo de junho. Durante todo o período, pelo menos quarenta cidades grandes somadas à 34 cidades médias despontaram como espaços de mobilização. Por outro lado, cidades médio-pequenas apareceram pouco nos protestos, com apenas quinze no total. O destaque permaneceu por conta de pequenas cidades, com quarenta casos. As metrópoles ficaram concentradas em quinze no total, em virtude da escassez desse tipo de formação na estrutura urbana brasileira. A Figura 3.7 parece indicar que as cidades pequenas, médias e grandes tiveram papel importante na difusão geográfica dos protestos. A

localização dessas cidades sugere a existência de processos de regionalização dos protestos. Grandes polos regionais como metrópoles e grandes cidades do interior difundem os protestos para as cidades próximas.

Grande parte das metrópoles, grandes cidades e especialmente médias estão sobre-representadas em São Paulo. Outros Estados mantêm padrões diferenciados, com concentrações de tipos de cidade específicos. Estados como Alagoas e Paraíba tiveram o padrão de dispersão somente em cidades pequenas. Os demais Estados tiveram os eventos de protesto concentrados em grandes cidades acompanhados em padrões variáveis de coparticipação com pequenas e médias cidades. O Paraná teve todos os protestos praticamente em cidades pequenas. O mesmo ocorreu no Rio Grande do Sul.

Figura 3.7 Distribuição de Municípios Com Pelo Menos Um Evento por Tamanho da População, 2013

Fonte: BEP-CEBRAP (2013)

Parte dessa distribuição é efeito direto da distribuição populacional brasileira. As cidades pequenas são o grosso do total de municípios no Brasil, com 5.037 unidades registradas. Por sua vez, as cidades médio-pequenas somam 299, as médias aparecem com 194 unidades e, por fim, as grandes contam com 69, com quinze metrópoles no território nacional. A proporção, portanto, das cidades mobilizadas para o total de municípios tem-se que 100% das metrópoles tiveram eventos de protesto, enquanto que apenas 0,5% das cidades pequenas se encontravam mobilizadas no total. O ciclo como um todo foi um fenômeno nacional, mas concentrado ao redor das áreas metropolitanas.

Outro dado que atesta o peso do fator demográfico na escalada do protesto é a relação entre tamanho das cidades e número de eventos registrados. De modo geral, as cidades pequenas responderam por uma quantidade menor de eventos, ainda que muitas tenham participado de todo o ciclo, a maioria só teve um ou dois protestos. As metrópoles, por sua vez, experimentaram episódios de protestos contínuos e com maior volume de mobilizações durante o mês de junho de 2013.

As análises anteriores mostram que diferentes fases do ciclo podem ser caracterizadas segundo padrões de concentração ou dispersão espacial. A definição proposta por Tarrow (2011) só incide na diversificação de atores e pautas, mas oferece pouco para a qualificação desses atores nos contextos espaciais. Pouco clara é a relação entre o espaço geográfico e os ciclos de confronto. O tamanho das cidades não diz muito sobre a estrutura urbana da cidade e sua relação com problemas e questões de atendimento à população. Pergunta-se: de fato, cidades com problemas urbanos mais agudos eram mais propensas à mobilização? As teorias da “questão urbana” levantaram esse ponto ainda que os casos analisados se tenham restringido ao universo das metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. Mas de que maneira o tamanho das cidades e falhas na provisão de serviços urbanos interagem com o volume de eventos de protesto?

A fim de facilitar a análise, a noção de problemas urbanos foi operacionalizada valendo-se do IDHM dos municípios no ano de 2010 e do Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu), que mede a qualidade de vida pela perspectiva socioespacial⁸¹. Embora o IDHM não seja uma boa métrica acerca da qualidade de vida do ponto de vista socioespacial, já que não leva em consideração a distribuição desigual dos serviços dentro dos municípios, ainda assim é uma base para a comparação intermunicipal do nível dos problemas urbanos enfrentados⁸². O Ibeu por outro lado, ao inserir dimensões socioespaciais, se torna valioso para entender o modo como problemas urbanos estão presentes nos municípios. O índice combina dados sobre mobilidade urbana e atendimento de serviços coletivos, condições ambientais, habitacionais e de infraestrutura. A combinação dos dois índices é suficiente para retratar a interação entre política do confronto e “questão urbana”.

81 O IDHM é um índice composto por Renda, Longevidade, Saúde e Educação.

82 Existem poucos índices que tentem combinar perspectivas socioeconômicas e socioespaciais na medição da qualidade de vida nas cidades brasileiras. Uma opção é o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), que mede a qualidade de vida sob perspectiva socioespacial. Para mais detalhes (MENEZES; POSSAMAI, 2016)

A Figura 3.8 apresenta a variação dos municípios participantes do ciclo, isto é, com no mínimo um protesto, em relação ao IDHM, Ibeu e tamanho populacional. Ambos os índices variam entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 “melhor”, quanto mais próximo a 0, pior é a provisão de serviços. *A maior parte dos protestos ocorreu em cidades com IDHM alto, isto é, com valores acima de 0,7.* As cidades com IDHM muito alto (valores acima de 0,8) somadas a cidades com IDHM médio (valores em torno de 0,6 a 0,7) também apareceram frequentemente na amostra analisada. Poucas, porém, são as cidades com IDHM baixo, o que leva à hipótese de que cidades com padrões urbanos muito baixos tendem a contar com recursos políticos insuficientes para a construção de organizações de movimentos sociais voltadas para a realização de protestos. O mesmo ocorre para o Ibeu, que, mais ainda do que o IDHM, parece estar concentrado em cidades com bons padrões de estrutura urbana. A média do IDHM das cidades com protestos foi de 0,752, ao passo que a média do Ibeu foi de 0,805.

Figura 3.8 Distribuição de Municípios, por IDHM, IBEU e Tamanho no Ciclo de Junho, 2013

Fonte: BEP-CEBRAP (2013)

A distribuição de eventos por IDHM, mostrada na Figura 3.8, também confirma a vivacidade política das cidades com IDHM em torno de 0,70 a 0,80. As cidades grandes, médias

e as metrópoles eram sobretudo as de maior IDHM. As pequenas cidades por sua vez tinham uma amplitude maior em sua distribuição de IDHM. Essas cidades eram mais diversificadas em relação à sua estrutura socioeconômica. A maior parte dos eventos se concentraram em cidades na faixa entre 0,7 e 0,8. *Isso levanta a hipótese de que o fenômeno não se deu majoritariamente em cidades com problemas urbanos absolutamente graves.* Pelo contrário, a maior parte das cidades participantes do ciclo de junho apresentavam um IDHM considerável bom. Cidades com indicadores ruins de renda, educação e saúde experimentaram um padrão baixo de protestos durante o ciclo de junho. Por outro lado, cidades com IDHM muito alto, com valores acima de 0,8, também pareceram não participar ativamente dos episódios de junho. Por outro lado, as cidades com IDHM total pareceram ter um padrão “bifurcado” de mobilizações, já que algumas poucas cidades com IDHM alto experimentaram padrões de protestos mais intensos, ao passo que a maioria permaneceu dentro de valores relativamente baixos de mobilização. Os dados indicam que as cidades “participantes” detêm condições de vida longe dos padrões descritos como de extrema vulnerabilidade social e também não se encontram dentro do conjunto das cidades com baixíssima qualidade da estrutura urbana. Isso sugere que a narrativa das “carências urbanas” deve ser ponderada.

Do ponto de vista do Ibeu, todas as cidades não importando o tamanho populacional participaram ativamente do ciclo de junho. A maior parte das cidades esteve dentro da faixa entre 0,65 e 0,8. Isso sugere ao menos que não eram cidades marcadas por fortes carências infraestruturais, mas que detinham gargalos significativos em um ou outro aspecto medido pelo índice. Segundo a escala proposta pelos produtores do índice, as condições urbanas podem ser agrupadas do seguinte modo: de zero a 0,500 equivalem a condições muito ruins; de 0,501 a 0,700 correspondem às condições ruins; de 0,701 a 0,800 as que têm condições médias; de 0,801 a 0,900 estão aquelas com condições boas; de 0,901 a 1,000 as muito boas.

Nesse sentido, as cidades presentes em junho estão no grupo com condições ruins e médias. A maior parte das cidades pequenas e grandes e metrópoles se encontram dentro desse espectro. As médias por sua vez apresentam taxas melhores, mas, como participação pequena, não se encontram bem representadas no banco. De modo geral, foram as cidades com padrões muito desiguais de acesso a serviços públicos urbanos que ajudaram a alavancar a onda de protestos.

São Paulo é o grande exemplo. A cidade tem boas medições no que se refere a serviços de infraestrutura urbana como parques, equipamentos públicos e outros serviços. A capital paulistana marca um valor de 0,958 no Ibeu no que concerne à disponibilidade de locais de

lazer. Por outro lado, as condições de mobilidade na cidade detêm um valor consideravelmente baixo, de 0,623. A cidade também tem condições boas no que se refere a condições ambientais (0,883) e habitacionais (0,832). São Paulo é, portanto, uma cidade com um volume de recursos técnicos e práticos valiosos na montagem de protestos, mas com carências expressivas em determinados setores das políticas urbanas. Olhar para isso não é trivial, pois a dinâmica entre condições socioespaciais e protestos está longe de ser linear. Mais investigações se fazem necessárias no entendimento de quem, como e onde se protesta nas cidades brasileiras.

Em resumo, algumas poucas cidades com condições variadas de Ibeu e IDHM colaboraram para alavancar o ciclo de protestos. As grandes cidades e metrópoles foram especialmente importantes para catapultar a mobilização política em junho. Cruzando os dados com a distribuição estadual é possível verificar que esse impulso foi mais forte nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Essas condições diversificadas dentro das cidades também apontam para a presença de padrões desiguais de distribuição de renda.

Valendo-se do índice de Gini, para analisar o modo como as cidades dos protestos se distribuem quanto a renda, alguns pontos devem ser salientados. As cidades não diferem consideravelmente em relação ao montante de cada cidade com diferentes padrões de desigualdade de renda. Entretanto, algumas cidades com padrão acentuado de desigualdade de renda experimentaram episódios mais intensos de protesto. Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo “puxam” a distribuição de eventos para valores acima da média de protestos.

Estas cidades, com Gini de 0,6 ou maior, participam mais dos episódios de protestos, ainda que a sua distribuição total na amostra seja menor do que municípios com desigualdade de renda moderada ou com distribuições mais igualitárias de renda. De modo geral, a desigualdade de renda tem efeitos mais intensos nas cidades em que a densidade populacional atinge patamares mais altos. *Isto é, cidades pequenas, médias e médio-pequenas, mas com padrões expressivos de desigualdade de renda parecem impactar pouco na frequência de eventos protestos.* Cidades com alto padrão de IDHM e com baixa concentração de renda também não experimentaram níveis intensos de mobilização política. A Tabela 3.2 resume a quantidade de eventos de protesto pelos cortes nas três variáveis.

Tabela 3.2 Estrutura Urbana e Eventos de Protesto, Brasil, Ciclo de Junho de 2013

Tamanho	Eventos	IDHM	Eventos	IBEU	Eventos	GINI	Eventos
Pequenas	35	Muito Baixo	0	Muito Ruim	1	Muito desigual	205
Médias-Pequenas	20	Baixo	0	Ruim	28	Desigual	136
Médias	57	Médio	1	Médio	89	Médio	118
Grandes	118	Bom	244	Bom	277	Igualitário	6
Metrópoles	236	Muito Bom	221	Muito Bom	71	Muito Igualitário	1
Total	466	Total	466	Total	466	Total	466

Fonte: BEP-CEBRAP (2013)

Acima, também é possível identificar determinados padrões quanto ao volume de protestos e estrutura urbana. Em primeiro lugar, é possível vislumbrar uma relação positiva entre melhorias no IDHM e volume de protestos. Não houve registro de cidades com IDHM muito baixo (menores do que 0,499). O perfil socioeconômico das cidades envolvidas sugere que somente cidades com determinado padrão de recursos socioeconômicos participam mais ativamente de protestos. Apenas uma cidade com IDHM baixo (entre 0,500 e 0,599), Vitória do Xingu (PA), teve protestos – um no caso. Conforme o IDHM vai aumentando, os protestos vão assomando. Cidades de IDHM médio (entre 0,600 e 0,699), como Vitória da Conquista (BA), Ilhéus (BA), Juazeiro do Norte (CE), somaram 27 eventos de protesto juntas. A maioria composta por cidades com IDHM alto (0,700 a 0,799) e muito alto (0,800 em diante). No total, essas cidades somaram 438 eventos, o que condiz com 93% dos protestos em municípios localizados no Brasil. Entretanto, esse grupo reúne cidades díspares como São Paulo (SP), Campinas (SP), Betim (MG) e Uberaba (MG).

Olhando os dados de infraestrutura e de desigualdades, essa situação aponta para a diversidade. O Ibeu assinala que a maioria dos eventos estão localizados em cidades com índice de boa estrutura urbana. Ao todo, 277 eventos ocorreram nessas cidades. Entretanto, cidades com Ibeu médio também se encontram bem representadas, com 89 eventos de protesto. Em relação ao índice de Gini, a maior parte dos protestos está nas cidades com níveis precários de distribuição de renda. Pelo menos 43% dos eventos se deram onde o GINI estava acima de 0,700, o que indica forte concentração de renda. Por outro lado, somente uma cidade com baixa concentração de renda, Floresta (PE), registrou eventos de protesto.

Esses fatores somados indicam a possibilidade de que a interação entre fatores demográficos e estruturais é relevante para a compreensão do volume de episódios de protesto durante o ciclo de junho. Cidades com maior densidade demográfica com indicadores de IDHM

relativamente altos, próximas dos grandes centros decisórios, mas com padrões acentuados de desigualdade de renda, experimentaram patamares mais altos de mobilização durante o mês de junho. Cidades menores, mas com IDHM baixos e forte concentração de renda, parecem não se ter mobilizado nos mesmos patamares do que as cidades maiores. Essa interação pode influenciar nos locais selecionados para os eventos de protesto.

Por fim, de que modo essas variáveis estruturais interagiram com os tipos de local dentro das cidades? A área municipal é importante porque atua como um cardápio de localizações para a execução de protestos. Os manifestantes quando defrontam amplas áreas dentro dos municípios podem dispor de facilidades na configuração espacial dos protestos. Dentre as vantagens pode-se citar: áreas amplas, escape da repressão, maior possibilidade de renovação de aderentes às demandas, maior infraestrutura urbana que facilite a locomoção de um grande contingente de pessoas etc. Os tipos de local são importantes, pois informam a capacidade de gestão e do protesto. Grandes concentrações requerem espaços com condições mínimas de acesso e sem que edificações muito próximas umas das outras impeçam o fluxo de manifestantes. Em último caso, locais fechados ou com arruamento intrincado podem por outro lado facilitar a fuga em caso de repressão. A Figura 3.9 apresenta os principais tipos de local acessados pelos manifestantes ao longo de junho e o tamanho das cidades ⁸³.

83 A classificação do tipo de local foi realizada da seguinte maneira: **Via Pública:** qualquer área infraestrutural urbana e interurbana destinada a pedestres e veículos de transporte de carga e pessoas. Ex.: Ruas, Avenidas, Rodovias, Vieiras etc. **Prédio Público:** Edificações de caráter público com funções administrativas do Estado. Ex.: Prefeitura, Secretarias etc. **Equipamento Urbano:** Estabelecimentos de caráter público e/ou privado destinado a provisão de bens e serviços públicos a população. **Áreas Sem Edificações:** Áreas públicas e /ou privadas sem edificações. Ex. parques, praças, áreas naturais, estádios etc. **Estabelecimentos Econômicos:** Áreas privadas ou semiprivadas destinadas a usos econômicos de qualquer caráter. E: Indústrias, Sedes de empresas, Lojas etc. **Áreas Residenciais:** Áreas destinadas a habitação. Ex.: Bairros, Residências etc. NA: dados faltantes.

Figura 3.9 Tipos de Local de Protestos e Tamanho das Cidades, Brasil, Ciclo de Junho 2013⁸⁴

Fonte: BEP-CEBRAP (2013)

De imediato, é possível separar os locais selecionados em dois tipos. Locais de arregimentação como avenidas e locais de simbolismos como praças, monumentos e prédios públicos. Os primeiros são utilizados quando o interesse por parte dos ativistas é reunir uma grande quantidade de manifestantes e costumam ser ativados por temas gerais como corrupção ou contra a ação de políticos. Por outro lado, os locais de forte simbolismo parecem ser mais enraizados em problemas específicos dessas cidades ou são mais constrangidos em função das temáticas. A presença de locais específicos como praias, complexos portuários e monumentos atestam para especificidades locais na seleção dos protestos. Residências particulares também foram ativadas regularmente.

Na amostra do ciclo de junho, 496 locais diferentes foram ativados pelos atores. Contando as repetições, isto é, as vezes em que os mesmos locais foram acessados em eventos diferentes, foram 3.733 locais em junho de 2013. A noção de local foi operacionalizada levando em consideração o viés da fonte jornalística, que inclui os logradouros apresentados nas notícias

⁸⁴ Os dados estão representados com todos os locais, pois elas informam os locais descritos em cada evento de protesto.

de jornal, sem considerações sobre delimitações subjetivas imputáveis pelos ativistas ou por outros atores. Nos casos em que as notícias apresentavam dois nomes para o mesmo endereço, somente um endereço foi codificado⁸⁵.

Pela Figura 3.10, nota-se a importância que prédios públicos, praças e avenidas tiveram em todos os tamanhos de cidade. Prédios públicos e imediações foram responsáveis por 23,7% dos locais de protesto, seguidos por 22,5% de avenidas, 19% de praças e 17% de rodovias. Por outro lado, locais pouco acessados incluem monumentos, hospitais, estabelecimentos industriais, favelas e complexos portuários.

Esses números também variam de acordo com as disputas territoriais dos atores coletivos e área disponível a ser explorada dentro dos territórios urbanos. Cidades pequenas tendem a concentrar todo o poder econômico e político em uma mesma localidade. A proximidade com o poder público e o baixo contingente policial nessas cidades faculta uma relação de proximidade entre desafiantes e os representantes do governo⁸⁶. Em cidades pequenas, prefeituras foram literalmente encurraladas. O gráfico confirma que, nas cidades pequenas, nas médias e nas médio-pequenas, os locais mais disputados pelos manifestantes foram os prédios públicos e áreas com equipamentos urbanos como hospitais, escolas etc.

À medida que as cidades crescem, há maior “oferta” de espaços possíveis de mobilização. Os centros econômicos e políticos nas cidades se multiplicam. Determinadas metrópoles reúnem várias escalas espaciais entre si no que concerne à administração pública. Metrópoles como São Paulo sediam não somente a Prefeitura, mas a sedes do governo estadual, diretórios municipais partidários, sedes administrativas de secretarias federais e assim por

85 Os conceitos de local, lugar e locação é trabalhosa. O local pode ser definido em função do tamanho da área analisada. Uma cidade pode ser considerada um local dependendo dos parâmetros do observador. O conceito de locação é mais fácil e corresponde a identificação de um ponto em um sistema de coordenadas geográficas. As notícias de jornal não detalham com esse nível de precisão a localização dos protestos, contudo, a seleção dos logradouros e a orientação das redações pela marcação a mais exata possível eliminaram parcialmente problemas na consideração do tamanho das áreas dos locais. Do ponto de vista, quando a notícia reporta Avenida Paulista preferiu-se codificar Avenida Paulista próximas às centroides - ponto média da rua - do que eliminar a informação por não conter informações precisas. De todo modo, a mobilidade limitada dos atores coletivos em situação de protesto, supõe que mesmo um logradouro extenso como a Avenida Paulista não foi explorado de maneira completa na ocasião dos protestos. Esse procedimento é utilizado em diversas situações em referenciais metodológicos já consolidados. Isto porque a delimitação da noção de local é marcadamente ambígua em muitos casos. Para mais detalhes conferir. (CRESSWELL, 2014)

86 Como exemplo: “O prefeito Raimundo Macedo foi encurralado em uma agência do Banco do Brasil por manifestantes, nesta terça-feira (18), que gritavam por seu impeachment. O protesto aconteceu em Juazeiro do Norte, devido principalmente a decisão que reduziu o salário dos professores.” Fonte: “Prefeito de Juazeiro do Norte é cercado em banco por manifestantes”, 18/06/2013, <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/prefeito-de-juazeiro-do-norte-e-encurralado-em-banco-por-manifestantes/>. Acesso em 25/08/2017.

diante. No gráfico é possível verificar que, conforme a população das cidades aumenta, e, portanto, sua área geográfica, especificamente para junho, mais lugares são acessados.

Em áreas metropolitanas por sua vez os manifestantes preferiram museus e estabelecimentos artísticos como teatros e similares para locais de reunião a outros tipos de áreas abertas. De modo geral, nessas cidades, a logística do protesto indicava a enorme concentração de pessoas em grandes áreas abertas e uma posterior difusão por ruas e avenidas de grande extensão. O acesso às áreas com prédios públicos como prefeituras, sedes do governo etc. era fortemente controlado pela ação policial. Isso limitava em muitos casos a ida dos manifestantes a essas áreas. De que modo as condições urbanas impactaram na seleção dos locais? A Figura 3.10 apresenta a relação entre os locais e as condições estruturais urbanas dadas pelo Ibeu.

Dois pontos devem ser salientados olhando o gráfico abaixo. As cidades com Ibeu ruim, muito ruim e médio acessam consideravelmente poucos lugares durante protestos. Isso é resultante da distribuição dos eventos. Cidades pequenas a medias contam com uma distribuição pequena de protestos. Entretanto, ainda assim, cidades com índices ruins de infraestrutura urbana acessam mais as prefeituras em comparação com outros tipos de cidade. Nesse tipo de cidade, as prefeituras apareceram 33% das vezes dos locais totais de protesto. Onde havia índices mais altos no Ibeu, esse índice sobe ainda mais. Cidades com infraestrutura urbana acima da média foram as que mais acessaram prefeituras e prédios públicos. Os centros de poder nessas cidades totalizaram 34% dos locais selecionados.

Figura 3.10 Tipos de Local de Protestos e Ibeu, Brasil, Ciclo de Junho 2013

Fonte: BEP, CEBRAP, 2013

Cidades com Ibeu médio, como Caraguatatuba (SP), Fortaleza (CE), Guarulhos (SP), Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP), preferem as vias de circulação e as áreas com prédios públicos seguido das áreas com equipamentos públicos e áreas abertas. Cidades com estrutura urbana muito consolidada como Araraquara (SP) e outras do interior paulista preferem locais como hospitais, parques com edificações, universidades, monumentos etc. Apesar das diferenças entre a estrutura urbana e os protestos, a seleção do local em junho seguiu padrões parecidos. Conforme as cidades cresciam e apresentavam bons padrões de estrutura urbana, mais as vias públicas se tornavam opções selecionáveis. Equipamentos públicos aparecem como locais preferidos, seja pelo caráter setorial das manifestações, como paralisações de funcionários públicos da UNESP, seja em virtude de uma mistura de caráter celebrativo ou contestatório em cidades do interior de diversos Estados.

Em relação ao Gini, é importante demarcar que as cidades com altos níveis de desigualdade apresentaram o mesmo padrão dos gráficos acima (Figura 3.10), em que vias e prédios públicos e áreas abertas foram selecionados na maioria das vezes. As cidades com diversos outros padrões de desigualdade também apresentaram o mesmo comportamento. A

exceção foram cidades com padrão de desigualdade alto em que os prédios públicos e os centros de poder como locais também foram privilegiados pelos protestos. Nessas cidades, os prédios públicos foram selecionados 29% das vezes e as vias públicas 33%. Isso indica a importância dos espaços físicos com marcações políticas como atratores de protesto nesse tipo de cidade.

3.3 Conclusão

O capítulo procurou retratar o ciclo de junho como um processo socioespacial amplo. As cidades e seus distintos locais funcionaram como territórios políticos para os atores coletivos. Isso ocorreu de maneira mais intensa a partir da fase de diversificação. Além do que, as cidades com IDHM elevado e condições médias de infraestrutura urbana (IBEU) foram as mais “participativas” no ciclo de junho. Dado que levanta dúvidas sobre a relação direta entre problemas estruturais urbanos e mobilização, que aparece em várias interpretações sobre os protestos tal como muitas análises asseveraram em junho (MARICATO *et al.*, 2013). Se é verdade que as condições socioespaciais excludentes podem criar motivos para protestos, os dados também mostram que grupos com acesso a recursos se mobilizaram em junho de 2013. Não se trata, pois, da mobilização dos mais excluídos na lógica urbana.

É possível notar que os tipos de cidade têm distintas participações ao longo do tempo. No geral, pode-se dizer que as metrópoles iniciaram o ciclo de junho e participaram ativamente durante todo o ciclo de protesto. Outro ponto importante é que as cidades estrangeiras participam ativamente nos protestos principalmente a partir do fim de semana do dia 15 de junho.

As cidades pequenas, médio-pequenas e grandes, por outro lado, iniciaram um pequeno subciclo a partir do dia 2 em diante. Isso porque, no início do mês, ocorreram no território campanhas em função de causas específicas. Três episódios marcam esse período. A partir do dia 3, paralisações e greves ocorreram em *campi* de universidades do interior paulista. Cidades como Ribeirão Preto, Franca, Araraquara e outras passaram por episódios coordenados em função do fim do Programa de Aprimoramento do Ensino Médio (Pimesp). Por outro lado, o início do mês também foi marcado pela intensificação dos conflitos em torno da questão de demarcação de terras indígenas. E, por fim, o mês de junho de 2013 começa com controvérsias políticas em torno da eleição de Marco Feliciano (PSC) à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). A indicação do parlamentar irritou setores da sociedade civil e os movimentos sociais, incitando a organização de eventos contra projetos considerados discriminatórios pelo ativismo LGBTTT. A 17ª parada LGBTTT ocorreu no dia 2 de junho,

contando com a participação de cerca de 220 mil pessoas, tendo havido protestos explícitos contra a chamada “cura gay”, projeto de lei discutido na CDHM⁸⁷.

Tais eventos, por si só, não explicam inteiramente o surgimento e dispersão do ciclo, mas afetam fundamentalmente as taxas de dispersão dos eventos posteriores por meio da combinação desses ciclos menores com os eventos posteriores aos do dia 6 de junho. Daí em diante as mobilizações do MPL, em especial nas grandes regiões metropolitanas, parecem ganhar momento e se combinar com eventos de protesto localizados nesses municípios grandes e médios.

Os protestos se concentraram nos centros políticos locais e nos municípios que sediaram a Copa das Confederações de Futebol e que contaram com obras para a Copa Mundial de Futebol de 2014. A partir do dia 14, as cidades médias e pequenas passaram a ser acompanhadas tanto pelas grandes cidades quanto pelas pequenas cujos eventos de protesto não parecem organizar-se segundo eixos ou campanhas regulares. A combinação da repressão do dia 13 de junho e a atuação de grupos ligados às causas localizadas nas cidades médias colaborou para a dispersão das mobilizações a partir do dia 14 de junho.

A fase de pico das mobilizações também diferiu segundo os tipos de cidade. As grandes cidades, em maioria nos interiores dos Estados, alcançaram o pico de mobilizações durante o dia 20 de junho, ao passo que as metrópoles atingiram os maiores patamares no dia seguinte. As cidades médias experimentam o auge de mobilização somente a partir do dia 22, ao passo que as pequenas e médio-pequenas não pareceram desfrutar de mudanças súbitas e bruscas durante os protestos.

É interessante notar que, durante a fase de descenso do ciclo de protestos, as metrópoles passaram por declínios mais acentuados e aumentos repentinos, mas com picos menores do que os do dia 21 de junho. As cidades grandes, por sua vez, declinaram mais lentamente conforme atingem o pico de um segundo subciclo. A partir do pico no dia 21, campanhas de mobilização organizadas pelo MST ocorreram em cidades do Sul e Centro-Oeste, o que ajuda a explicar esse declínio gradual. Por sua vez, nas metrópoles, essas oscilações descendentes são resultantes de surtos de mobilizações nas cidades de São Paulo, em função dos novos protestos contra as

⁸⁷Fonte: “Comissão de Direitos Humanos aprova autorização para cura gay”, 03/03/2013, <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/comissao-de-direitos-humanos-aprova-autorizacao-para-cura-gay.html><Acesso em 15/05/2017>

respostas governamentais federais e estaduais dadas aos protestos das fases anteriores, caso do programa Mais Médicos⁸⁸.

A variação no modo como os tipos de cidade participaram do ciclo está correlacionada com a dispersão de locais de protestos em cada território municipal. Ambas seguem um mesmo padrão, mas a dispersão de locais de protestos internos aos municípios é mais variada nas grandes cidades e metrópoles.

Algumas palavras se fazem necessárias em relação ao papel das mobilizações transnacionais durante o processo de junho de 2013, já que tiveram aumento súbito durante os fins de semana. Ainda que mobilizações transnacionais não sejam o escopo deste texto, a tentativa de uma análise espacial ampla do ciclo de junho demanda atenção ao modo como o fenômeno se espalhou para múltiplas áreas de debate político, incluindo a dimensão transnacional. Pouco se sabe sobre essa dimensão do ciclo. Assume-se que eventos de protesto em solo estrangeiro não desempenharam papel algum a não ser engrossar as demandas no Brasil⁸⁹. Entretanto, nesta pesquisa, identificaram-se **35 eventos** de protesto realizados fora do país no período analisado. A imprensa teve papel relevante na construção de uma imagem do ciclo de 2013, e os eventos de protesto internacionais colaboraram para a imagem de que o escopo das manifestações ia muito além do preço das tarifas.

A dispersão de diferentes locais de protesto costuma influenciar de maneira direta a dispersão de eventos de protesto, especialmente durante as manifestações do subciclo que vai do dia 6 ao 14. A dispersão de locais de protesto alcança picos anteriormente aos picos de eventos durante esses dias, sendo que após o dia 14 essas duas curvas se encontram mais emparelhadas, mas com um volume maior de locais por evento a partir desse dia. A distribuição dos protestos de junho não somente se dá entre cidades, mas também intracidades. Mais locais

88 Seguem-se protestos em função do Ato Médico proposto pela presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, e a vinda de médicos cubanos para o Brasil.

89 Não existem fontes oficiais ou com grau suficiente de confiabilidade a fim de estimar com precisão o número de cidades estrangeiras que experimentaram de fato eventos de protesto. Muitos eventos foram de fato marcados através de redes sociais, mas não foram noticiados após sua realização. Isto dificulta a estimação precisa de quantos eventos internacionais aconteceram efetivamente. Na matéria da BBC “Vozes dos protestos brasileiros pelo mundo” do dia 20/06/2013, afirma-se que pelo menos 50 cidades contaram com eventos de protesto por parte de brasileiros durante todo o mês de junho. A matéria não distingue entre evento marcado, através de redes sociais, e evento realizado. Por sua vez, o Estado de S. Paulo, em matéria publicada dias antes, diminuiu esse número para 27 cidades ao todo. A matéria inclusive veicula uma lista de eventos marcados pelo Facebook e os links de acesso dos eventos, também não realizando qualquer tipo de distinção entre eventos virtuais e eventos nos espaços públicos. Na matéria, o Estado de S. Paulo cita a violência da polícia em repressão aos manifestantes no dia 6 e 11 de junho, mas também inclui falas de participantes que salientam a existência de todo um “sistema falho”. Fonte: “Vozes dos protestos brasileiros pelo mundo”, 20/06/2013, http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130617_vozes_manif_mdb Acesso em 21/05/2017>

são escolhidos voluntariamente ou não como espaços de mobilização política, e os espaços urbanos passam a ser explorados conforme a natureza dos protestos se vai modificando com o tempo. Sem dúvida alguma, a atuação da repressão nos protestos, especialmente a partir do dia 13 na cidade de São Paulo, e o modo como novos atores e participantes ingressaram impactaram na reelaboração cognitiva dos espaços urbanos.

Durante o ciclo de junho, os espaços públicos urbanos propiciaram a formação de redes de protesto espacializadas, visto que os atores se foram apropriando de espaços públicos à medida que os confrontos se iam avolumando. Conforme o processo ganha escala, novos participantes procuram reinterpretar os espaços urbanos e ocupá-los como estratégias de demarcação de identidades políticas. O próximo capítulo avança na qualificação do território urbano como espaço social e físico de formação dessas redes, avançando na análise da relação entre espacialidade e eventos de mobilização na cidade de São Paulo.

CAPÍTULO 4 – POLÍTICA URBANA NO BRASIL PÓS-CONSTITUINTE E O CASO DE SÃO PAULO

Os capítulos anteriores mostraram como demandas e temas se foram formando antes do ciclo de protestos de junho de 2013. Durante o ciclo, diferentes escalas espaciais de conflitos políticos já acumulados se encontraram, com agendas municipais se mesclando a pautas federais. Os debates sobre os rumos do país e as políticas das cidades se sobrepuseram. Ao final do capítulo anterior, ficou evidente a existência de tipos de local preferenciais de protestos nas cidades. Denomino esses locais como “cenários de protesto” e podem ser definidos como um conjunto de espaços marcados por usos políticos regulares por parte dos atores coletivos. Antes de adentrar no modo como tais espaços são mobilizados, convém demonstrar a dinâmica política de formação desses espaços. Este capítulo tem por intuito entender a construção das políticas públicas de intervenção nos espaços urbanos, isto é, na formação e na oferta de cenários de protesto nas cidades brasileiras.

A primeira seção argumenta que políticas públicas urbanas podem abrir oportunidades políticas para protestos. Movimentos por reforma urbana viram aí a oportunidade para acessar as decisões estatais e influir sobre o modo de combate à “crise urbana”, que nascia do crescimento vertiginoso das metrópoles durante o regime militar. A segunda seção deste capítulo especifica a construção progressiva de uma agenda urbana e sua internalização em estruturas administrativas no governo federal no período pós-Constituinte. A queda do regime militar trouxe aberturas institucionais e incentivos à discussão de temas urbanos, além de produzir novos arranjos entre as prefeituras e o governo federal. Na pós-redemocratização, durante os anos 1980, cresceu a participação política da chamada “sociedade civil” nos processos decisórios nacionais, com novos canais de comunicação entre Estado e movimentos sociais para tratar da gestão das cidades. O destaque aqui é a criação em âmbito federal de instrumentos e marcos normativos que tiveram forte impacto nos municípios, reforçando a abertura de canais de expressão de demandas nas esferas municipais. Trata-se ainda de mostrar como as intervenções das prefeituras em áreas específicas na cidade incentivaram a emergência de atores coletivos e agendas políticas conflitivas. A abertura institucional, pois, fortaleceu associações políticas na escala municipal. As décadas seguintes viram o aparecimento de parcerias públicas e privadas e grandes projetos de intervenção no desenho espacial da metrópole paulistana, criação de instrumentos governamentais de intervenção urbana e a consolidação de órgãos de apoio, deliberação e implantação de políticas públicas direcionadas

ao ambiente urbano. Ao longo desse processo de mudança política, foram sendo produzidos diferentes modelos de intervenção estatal no espaço urbano que cristalizaram o uso político de alguns espaços no interior da cidade de São Paulo e produziram cenários de protesto.

A segunda seção focaliza as transformações políticas e econômicas na cidade de São Paulo que conduziram a transformações no espaço urbano nos últimos trinta anos. Destacam-se as políticas de revitalização das áreas centrais e a criação de novos eixos econômicos e políticos na cidade. Esses dois processos ajudaram a consolidar a existência de dois grandes cenários na cidade de São Paulo. Um no centro velho ao redor de prédios públicos como a Prefeitura e outro que se caracterizam como um “corredor” que vai da Avenida Paulista em direção à zona sudoeste. Esses dois processos alteraram a paisagem urbana abrindo novas oportunidades espaciais de confronto político na cidade.

4.1 A Construção de Marcos Legais nos anos 1980 e 1990: Pré-Constituinte ao Estatuto da Cidade

O objetivo desta seção é apresentar as mudanças e continuidades nas políticas urbanas em escala nacional nos últimos vinte anos. Trata-se de demarcar as condições institucionais para desenvolvimento de um campo político em torno do tema urbano no Brasil pós-Constituinte. Esse campo é composto por atores coletivos que se posicionaram em torno de programas de políticas públicas relativas ao tema e procuram capturar ou criar arenas e espaços institucionais de deliberação e implantação de políticas, no intuito de influenciar decisões sobre o tema⁹⁰. Esse campo é perpassado por atores e arenas posicionados em diferentes escalas espaciais, que vão do federal ao municipal. A formação desses espaços em âmbito nacional e a implantação de determinadas políticas urbanas foram influentes no modo como os municípios procuraram dar conta dos problemas urbanos. A criação de arenas de deliberação e a implantação das políticas facilitaram ou dificultaram a adoção de instrumentos urbanísticos. A

90 A definição adotada de campo aqui é a de Fligstein e McAdam (2014). Os autores definem campos de ação estratégica como “A strategic action field is a constructed mesolevel social order in which actors (who can be individual or collective) are attuned to and interact with one another on the basis of shared (which is not to say consensual) understandings about the purposes of the field, relationships to others in the field (including who has power and why), and the rules governing legitimate action in the field” (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012, p. 9). Os autores salientam que nos campos existem uma pluralidade de atores com funções ou posições específicas. Segundo Fligstein e McAdam são eles: os incumbentes, os desafiantes e os reguladores. A vantagem da abordagem é que permite entender os campos não somente como estruturas construídas culturalmente, mas como arenas de disputa em que a ação dos desafiantes e outros tipos de atores é fundamental para a estabilização, transformação ou dissolução do campo. Para mais detalhes consultar (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012).

capacidade de intervenção no âmbito das cidades é por sua vez relevante para o modo como prefeituras se relacionam com os atores políticos dentro do âmbito da cidade.

Trata-se de analisar aqui o modo como o Estado respondeu ou ignorou as demandas políticas após a redemocratização. A resposta do Estado à política do confronto urbano pode ser dividida em dois grandes eixos após a Constituinte de 1988: 1) a criação de marcos legais regulatórios responsáveis pela criação de instrumentos de intervenção urbanística e 2) a formação de arenas de deliberação e participação que construíram comunidades epistêmicas reunindo movimentos sociais e outros tipos de ator em torno da agenda urbana. Tais arenas podem ser enquadradas como espaços institucionais de exibição de demandas políticas dado o caráter consultivo de muitos desses locais.

Os instrumentos de intervenção tornaram-se objeto de discussão e disputa política por parte de movimentos sociais, associações civis, partidos políticos e outros atores relevantes. Os marcos legais, os instrumentos legais e as arenas redefinem a espacialidade urbana ao tempo em que são constantemente renegociados simbolicamente pelos atores políticos antes e durante o confronto político nos espaços urbanos. A seção privilegia esses dois eixos como os vetores principais pelos quais os atores interpretam as ameaças e oportunidades políticas no âmbito urbano. Há um constante intercâmbio entre os níveis nacionais e municipais de construção de políticas públicas e arenas de conflito.

O argumento principal é de que, durante a Constituinte, as mobilizações ao redor da pauta urbana garantiram a institucionalização de instrumentos de intervenção no espaço urbano, o que permitiu o deslocamento dos centros decisórios da esfera federal para os municípios em relação ao planejamento das cidades. Os anos 1990 veem o surgimento de medidas privatistas de lidar com a chamada “crise urbana”, ao passo que, entre os anos 2000 e 2010, a criação de marcos regulatórios e arenas de deliberação e participação aparecem como espaços de confronto e de proposição de outros modelos de políticas.

Assim, entende-se que as *capacidades* estatais ajudam a definir uma *política urbana do confronto*. Em linha com Marques (2017, pg.3), “A política do urbano é entendida aqui como as ações, as negociações, as alianças e os conflitos acerca das políticas públicas urbanas e do poder das (e nas) instituições políticas da cidade, assim como as próprias instituições”. Essas políticas englobam um contexto relacional de disputas e alianças que produzem o espaço urbano tanto na dimensão física quanto administrativa por meio da institucionalização de estruturas de

governança das cidades. As políticas urbanas constituem o modo como o Estado intervém nos espaços urbanos.

Os anos que antecedem a Constituinte foram marcados pela aceleração da chamada “crise urbana” e pelas tentativas estatais empreendidas durante o regime militar de sanar os efeitos adversos do crescimento acelerado nas grandes cidades⁹¹. Antes do regime militar, as grandes políticas relativas à cidade estavam ligadas às políticas de saneamento e habitação para as classes populares.⁹² Durante o regime militar, a principal política urbana se direcionou à provisão de condições de financiamento de habitação nas grandes cidades. Órgãos importantes para a gestão urbana também foram criados. A criação do Ministério do Interior, responsável pela elaboração, gestão e aplicação de políticas públicas em torno da questão urbana, aliada à criação de órgãos responsáveis pela gestão de recursos aplicados às políticas no setor foram o início da construção de um marco nacional de regulação das cidades. As constituições do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, que estiveram vinculadas à criação do Sistema Nacional de Planejamento para o Desenvolvimento, também foram relevantes para a institucionalização das políticas urbanas.

Segundo Villaça (1999), esse arcabouço institucional marca a criação de uma indústria dos planos diretores, cuja marca era sobretudo a supremacia de tecnocratas inseridos dentro da máquina estatal. Nessa época, segundo Monte-Mór (2006), a institucionalização das políticas de habitação e planejamento urbano era uma resposta tecnocrata aos anseios do regime militar

91 A chamada “crise urbana” é um termo utilizado por arquitetos, urbanistas, sociólogos e outros profissionais ligados às questões urbanas e diz respeito aos problemas criados pela aceleração da urbanização, especialmente a partir da década de 1930. O termo é um guarda-chuva conceitual para processos relacionados, mas díspares. O termo é usado para denotar favelização, conurbação, metropolização, problemas de na provisão de serviços públicos, má habitação, má qualidade do transporte etc. Recentemente, determinadas abordagens vêm incorporando questões ligadas a qualidade de vida. Para mais detalhes ver: (MARICATO, 2001; CANO, 2011)

92 As primeiras políticas de intervenção nas cidades brasileiras datam do final do século XIX e início do século XX em capitais como a recém-construída Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus e Belém. Essas correntes de pensamento urbanístico eram marcadas pelas especificidades dos problemas associados ao padrão periférico das cidades brasileiras. Tais planos eram produto das iniciativas de governantes locais e prefeitos e tinham como preocupação a “limpeza” do ambiente urbano. Esses planos tinham a função de melhorar, embelezar e higienizar as cidades brasileiras. Havia o desejo de esquecer o passado colonial. Esses planos não levavam em consideração a população urbana. A remoção forçada da população vivendo em cortiços e cabeças-de-porco eram encaradas como necessárias, por médicos-sanitaristas e engenheiros, como medidas de aumento da circulação urbana. Em suma, política social e política urbana eram descoladas, sendo a primeira quase inexistente no período. A segunda fase do planejamento urbano no Brasil se deu a partir de 1930 (VILLAÇA, 1999). Nesse período, os rudimentos de uma política urbana vinculada às políticas sociais começam a aparecer. A criação de marcos legais de proteção às incipientes classes operárias nas grandes cidades foi acompanhada pela fundação de políticas de construção de habitação popular, empreendidas por institutos de pensão e aposentadoria, nas grandes e médias cidades. Somente com a fundação da Casa Popular (FCP) em 1946 é que se institucionaliza a primeira agência em nível nacional acerca do tema. Segundo Villaça (1999), essa institucionalização é decorrente de mobilizações políticas operárias em torno do tema. Para um apanhado mais completo da história do planejamento urbano no Brasil ver (VILLAÇA, 1999; MONTE-MÓR, 2006).

de impedir “desordens” e “agitações” públicas nas cidades. Além disso, era mister vincular políticas sociais a efeitos positivos na esfera econômica como o aumento da poupança, crescimento do mercado de trabalho, desenvolvimento da indústria de construção civil e de materiais etc. (AZEVEDO DE, 1988; MONTE-MÓR, 2006).

O regime militar foi fundamental no estabelecimento de políticas públicas orientadas para lidar com a explosão do processo de urbanização. As tentativas de construção de um parque industrial nacional integrado, mas orientado ao setor industrial localizado na Região Sudeste, reforçaram a concentração e hierarquização do sistema urbano. O setor imobiliário no Brasil durante os anos 1960 e 1970 cresceu fortemente em função dos investimentos governamentais e do desenvolvimento econômico. Cria-se a era do sonho da casa própria. Entretanto, o atendimento preferencial às demandas das classes médias e altas resultou no aprofundamento da segregação racial e social e na ocupação desordenada em áreas desprezadas pelo Estado e pelo mercado imobiliário. As políticas do BNH e outras políticas habitacionais ao longo do período tiveram o objetivo, sobretudo, de tentar mitigar os problemas que o próprio regime impulsionou e evitar a eclosão de conflitos e garantir o comprometimento da população urbana por meio da concessão de melhorias e benfeitorias.

A política do regime militar construída sobre os alicerces da tecnocracia e da submissão da questão urbana às demandas de crescimento econômico fez explodir as desigualdades sociais e também viu aumentar as cidades como palcos de confronto político. Segundo Maricato (2001), o aumento das desigualdades sociais no âmbito das cidades e o clima de mobilização política foram produzidos pelo vácuo existente entre as lógicas do planejamento urbano e as realidades locais. Esse descolamento teria sido responsável pela criação dos movimentos autônomos de mobilização política durante a redemocratização. Esse conjunto de mobilizações políticas se materializou em atores coletivos como os movimentos de mutuários do BNH, inquilinos, movimentos dos lotes clandestinos, movimentos pelo saneamento, movimentos das favelas etc. A partir do progressivo colapso da coalizão política e militar no Brasil, o chamado Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) condensou essas demandas para além do nível local.

A composição do MNRU envolvia associações de moradores, associações profissionais, movimentos sociais, sindicatos e ONGs. O MNRU também mantinha alianças com engenheiros, arquitetos e demais profissionais envolvidos na área de política urbana (AVRITZER, 2010). O MNRU foi um ator coletivo bastante atuante durante as mobilizações

pela redemocratização e posteriormente durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 (ANC), convocada pelo então presidente José Sarney (PMDB).

A ANC, em virtude do processo de redemocratização, tinha como novidade institucional a possibilidade de inclusão de demandas populares. Isso contribuiu para a efervescência mobilizatória naqueles anos. Outro fator que facilitou a mobilização de atores coletivos foi a forma descentralizada de atuação nas subcomissões e comissões. A descentralização influenciou na criação da Subcomissão de Questão Urbana e de Transporte, que acabou por tornar-se o epicentro das mobilizações políticas dos movimentos sociais urbanos no período⁹³.

A mais importante medida resultante da ação do MNRU foi a inclusão do Plano Diretor como ferramenta privilegiada de “gestão” urbana na Carta Constitucional. A Constituição estabelecia que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes eram obrigados a elaborar o Plano Diretor como marco legal fundamental das políticas urbanas. Plano Diretores podem ser definidos como um conjunto de princípios e regras presentes nas administrações municipais que orientam os limites e possibilidades de construção do espaço urbano por parte dos agentes (VILLAÇA, 1999)⁹⁴.

O Plano Diretor foi o instrumental mais relevante para o entendimento do período pós-democratização. Foi um agregador de demandas em torno das quais diversos movimentos sociais se estruturam a partir do pós-redemocratização. Isto é, os municípios eram agraciados com a possibilidade de implantação autônoma das políticas urbanas, sem intervenção federal, mas mediante a construção do Plano Diretor. Na prática o Plano Diretor permitia a incorporação de interesses tanto da sociedade civil quanto do Estado na deliberação da agenda urbana. O instrumento também facilitava a participação de um corpo de profissionais técnicos como

93 A Mesa da Subcomissão era composta pelo Presidente da Mesa, Dirceu Carneiro (PMDB), os Vice-Presidentes Manoel Castro (PFL) e Luís Roberto Pontes (PMDB) e o relator José Ulisses de Oliveira (PMDB). A Subcomissão não atraiu deputado de renome e na ocasião a urgência de questões mais importantes como a duração do mandato de José Sarney na presidência atraíram os holofotes (AVRITZER, 2010). A possibilidade de emendas populares e a descentralização influenciou o impacto na agenda política no período. As emendas populares permitiram a entrada de temas como a reforma urbana, questão agrária, direitos trabalhistas, saúde, política educacional, meio ambiente, direitos das mulheres etc. (BRANDÃO, 2011). A emenda popular nº 63 (133.066 assinaturas) que tratava da reforma urbana foi um dos pontos principais de mobilização durante o período. A emenda foi redigida segundo os princípios orientadores do “direito à cidade” e da submissão da propriedade privada aos interesses. A emenda previa o direito à moradia (art.06) e o direito à usucapião (art.183 e 191), a iniciativa popular de legislação, o veto popular a legislação urbana. Em suma, eram medidas de democratização da administração municipal e de inclusão de mecanismos participativos na gestão urbana (AVRITZER, 2010).

94 A expressão “Plano Diretor” aparece pela primeira vez no Plano Agache, na cidade do Rio de Janeiro, em 1930, época dos planos “embelezadores” do espaço urbano. Conforme Lobão aponta, a década de 1950 e 1960 viu despontar a difusão de Planos Diretores. Durante o regime militar, a rotinização do planejamento urbano como prática política e a difusão do Plano Diretor como instrumento privilegiado coincidiu com o aumento significativo da crise urbana.

engenheiros, urbanistas, arquitetos, além de movimentos sociais, associações civis e empresariado⁹⁵.

De todo modo, a Constituição transferiu parte do poder decisório nas questões urbanas do poder federal exclusivamente para o âmbito das esferas municipais. Foi a primeira vez que a questão urbana ganhava expressão constitucional. A Constituição, segundo Tonella (2013), conferia às prefeituras e tecnocracias locais amplos poderes de deliberação e decisão no tocante aos problemas urbanos. Após 1988, as prefeituras tinham à disposição mecanismos legais específicos de intervenção no ambiente urbano. O parcelamento e edificações compulsórios, os impostos prediais progressivos e a desapropriação sob pagamento de títulos permitiam que grandes projetos urbanísticos fossem realizados sem o custeio e amparo das administrações federais e estaduais, enquanto possibilitavam a criação de regras de captação de recursos, facilitando o financiamento de obras urbanísticas dentro dos contextos urbanos (BRASIL *et al.*, 2010; TONELLA, 2013).

Contudo, a Constituinte não foi capaz de fornecer as chaves definitivas de intervenção urbanas propostas pelo MNRU. A regulamentação do Plano Diretor, por exemplo, não foi objeto de debate à época. Questões referentes ao caráter tecnicista ou participativo do Plano Diretor foram deixadas de lado. O tema era espinhoso, pois punha em disputa diretamente os interesses de atores coletivos opostos. Os grupos partidários de uma ampla reforma urbana se opunham veementemente aos grupos que perderiam com a modificação dos direitos de propriedade nos territórios urbanos. A política urbana nos anos 1990, portanto, gravitou em torno da agenda dos grupos pregressos da Constituinte.

*Os atores coletivos em torno dessa disputa durante os anos 1990 permaneceram os mesmos. O MNRU trocou de nome e passou a chamar-se Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). A mudança não era meramente formal. O FNRU representou uma etapa do processo de institucionalização da agenda urbana na sociedade civil. Servindo como uma rede que congregava outros atores coletivos, o FNRU atuou na confecção de Planos Diretores e leis orgânicas municipais, prestando consultorias a governos locais e oferecendo base de suporte tanto ao Estado quanto a outros atores coletivos (BRASIL *et al.*, 2010).*

95 A Constituição de 1988 também permitiu com que as Câmaras Municipais fossem capazes de redigir por conta própria as Leis Orgânicas Municipais (art. 29). Até aquele momento as Leis Orgânicas eram elaboradas pelas Assembleias Legislativas Estaduais. A Constituição dotou os municípios de maiores competências e responsabilidades na formulação de políticas urbanas. Tanto no Executivo através do Plano Diretor, quanto no âmbito Legislativo nas Leis Orgânicas.

Esse movimento de institucionalização foi concomitante à entrada maciça do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais e à experiência crescente do partido nas gestões de prefeituras durante os anos 1990⁹⁶. A ação do FNUR, portanto, combinou pressão no Legislativo, quanto ação nos Executivos municipais em que atuavam governos petistas ou aliados. Esse padrão foi causado tanto pela profissionalização do ativismo no setor quanto pela agenda em torno da regularização do Plano Diretor por meio do Estatuto da Cidade.

Em suma, as mobilizações em torno da questão urbana passaram a acompanhar as tentativas de influenciar a natureza regulatória do Plano Diretor. Posteriormente à promulgação da Carta Constitucional, surgiram cerca de dezesseis projetos de lei tratando da reforma urbana e da sua implantação. Dentre os mais importantes, destaca-se o projeto do deputado Pompeu de Sousa (PSDB) e que viria a ser a base para o Estatuto da Cidade. O deputado era jornalista, com poucas ligações com os movimentos urbanos, mas foi responsável por elaborar o projeto, que teria impacto na formulação do futuro Estatuto das Cidades. O Projeto de Lei Pompeu de Souza, nº 5.788/90, somente tangenciava a proposta elaborada anos antes pelo MNRU, pois desencorajava a participação popular e restringia os critérios de elaboração dos Planos Diretores a atores ligados diretamente à tecnocracia municipal. O projeto foi criticado por ambos os espectros ideológicos. Isso porque, se por um lado reinseria a agenda urbana, desagradando setores ligados às construtoras e a ala conservadora do Congresso, ao mesmo tempo, seu formato restritivo contrariava os movimentos urbanos e partidos de esquerda. O projeto foi assunto de disputa durante boa parte dos anos 1990.

PT e PCdoB encabeçavam institucionalmente as demandas do FNUR e outros movimentos sociais interessados como o Conselho Nacional de Associação de Moradores (Conam), Central de Movimentos Populares (CMP) e outros movimentos populares de habitação. Após o pedido de tramitação em várias comissões da Câmara, o Estatuto passou a ter andamento regular na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior (CDUI) em 1997. Em 1999, com a relatoria nas mãos do PCdoB, o projeto do Estatuto pôde finalmente ser norteado pelos partidos de esquerda na Câmara⁹⁷. O cenário também se modificou com a

96 Podem ser citadas experiências importantes nos anos 1990, cidades como São Paulo, Recife, Diadema, Belo Horizonte, Porto Alegre. Em São Paulo, durante a gestão Erundina (1989-1992) com os mutirões autogestionários e a primeira proposta de implementação do passe livre municipal para o transporte coletivo. Durante a gestão Patrus Ananias (1993-1996) foi criado o Sistema Municipal de Habitação e o Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA), que contava com o apoio de movimentos sociais como a Pastoral das Favelas e a União dos Trabalhadores das Periferias. Para mais exemplos, ver Serafim (2013).

97 O Estatuto foi objeto de intenso debate na Câmara Legislativa durante os anos 1990. Segundo Serafim (2013), proprietários de terra, empresários da construção civil e do setor imobiliário foram contra a tramitação do projeto, com o apoio de associações conservadoras da Igreja Católica como o grupo Tradição, Família e Propriedade

campanha em 1999 efetuada pela FNRU e em 2000 com o Fórum Social Mundial, cuja ação de abaixo-assinados contribuiu para o conhecimento público do Estatuto.

O debate em torno da legalidade do Estatuto se arrastou até 2000, quando a Comissão de Constitucionalidade e Justiça (CCJ) decidiu acerca da necessidade de implantação de políticas de participação local dentro dos municípios. A parte final do processo deliberativo se centrou sobretudo na questão das audiências públicas e da participação popular no processo legislativo urbano. A “novela” só teve fim em 2001 com a promulgação do texto do Estatuto da Cidade incorporando importantes demandas dos movimentos sociais, mas também adicionando importantes concessões. O projeto final incorporava o tema do direito à cidade, bem como versava acerca dos mecanismos de desapropriação de propriedades privadas que não cumprissem a legislação urbana. Porém, a atuação da oposição ao projeto e a morosidade na aprovação reduziram os mecanismos participativos (SERAFIM, 2013)⁹⁸.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), resultante das discussões em torno da regularização do Plano Diretor, tornou-se a diretriz fundamental de regulamentação dos instrumentos legais de intervenção urbana bem como delimitou as atribuições e o processo legal de construção dos planos diretores. O texto é explícito quanto ao significado da função social da propriedade, bem como fornece as chaves de implantação municipal desse princípio. Em sintonia com a agenda do movimento da reforma urbana, o Estatuto continha itens que versavam sobre amplo espectro de decisões envolvendo intervenções urbanísticas. Os artigos apontavam diretrizes acerca do direito a cidades sustentáveis, gestão democrática e participação da cidade, cooperação entre governos e demais atores da sociedade civil, adequação dos instrumentos de intervenção, financiamento e natureza fiscal das políticas urbanas, medidas de proteção ambiental e patrimonial dentro das cidades, regulação das premissas de ocupação e gestão do solo⁹⁹.

(TFP). No plano congressional, o PMDB era o principal representante desses setores. O argumento encabeçado pelo lobby da indústria de construção civil era de que o Estatuto facilitaria a ocupação irregular de terras públicas (SERAFIM, 2013).

98 Segundo Brasil e demais colegas, um dos fatores influenciadores da promulgação da carata diz respeito ao clima político internacional no início dos anos 2000. A mobilização política da FNRU e do PT, combinado a execução da Habitat +5, organizada pela ONU. Nesse ambiente propício aberto pela entrada do tema na agenda transnacional, a FNRU foi capaz de tecer alianças tanto com partidos de esquerda quanto do centro e do próprio governo. A escolha de Inaldo Leitão (PSDB) na relatoria da CCJ ajudou a construir uma base ampla de legitimidade à questão (BRASIL et al., 2010; SERAFIM, 2013).

99 O texto se divide em Capítulo I - Diretrizes Gerais, Capítulo II – Dos Instrumentos da Política Urbana, Capítulo III - o Plano Diretor, Capítulo IV – Da Gestão Democrática da Cidade, Capítulo V - Disposições Gerais.

No geral, o Estatuto trouxe três pontos principais: 1) criou instrumentos de normatização urbanísticas, 2) instituiu regularização da posse dos espaços urbanos e 3) incorporou a retórica da gestão democrática e participativa do âmbito da política. Este último ponto de referência para ação de movimentos sociais. Isso porque o Estatuto cria a necessidade de uma legitimação democrática de determinados processos legais e também cria arenas e espaços de deliberação. Podem-se citar como exemplos a criação de assembleias, audiências públicas, plebiscitos, referendos, consultas, orçamentos e conselhos participativos. Em outras palavras, o Estatuto representou a abertura de oportunidades políticas para a inserção de atores coletivos no processo de deliberação das agendas políticas urbanas. Em suma, interferindo diretamente no modo como os atores políticos se posicionaram no campo político urbano e reorientaram as estratégias de pressão e confronto.

Vale lembrar que o Plano Diretor ficava a cargo da discricionariedade das prefeituras na seleção dos instrumentos de intervenção e dos temas passíveis de serem tratados pelas gestões municipais. Nas palavras de Brasil e demais colegas (2010), o Estatuto da cidade foi responsável por ressignificar o Plano Diretor como objeto de disputas políticas nas grandes cidades. Para alguns analistas, se antes o planejamento urbano e o campo dessas políticas eram marcados pelo cientificismo e centralização na elaboração das propostas, preponderância da tecnocracia, ênfase nas características físicas e morfológicas dos ambientes urbanos e afastamento da população do processo deliberativo, o Estatuto abriu brechas para a participação política de variados setores (AVRITZER, 2010; BRASIL *et al.*, 2010). O Estatuto, portanto, remove a política do plano puramente tecnocrático e o insere como objeto de discussão política dentro dos espaços administrativos urbanos¹⁰⁰. Ainda que essas as características e significados

100 Nas palavras de Lobão “No entanto, percebe-se que os investimentos públicos vêm sendo utilizados para favorecer e valorizar os setores centrais e mais ricos; enquanto os setores com menor poder aquisitivo, onde efetivamente tais investimentos seriam necessários, permanecem apresentando um quadro de precariedade e deficiência de infraestrutura e equipamentos urbanos. Conclui-se, portanto, que os problemas e desafios que a estrutura urbana brasileira apresenta na atualidade são resultantes da interação de um histórico processo de crescimento econômico fundamentado na distribuição desigual da renda e na consequente exclusão social, com práticas de planejamento urbano, em geral representadas por planos diretores que não eram implantados e, consequentemente, não orientavam a definição de políticas públicas. Diante desse contexto, coloca-se como fundamental a discussão de metodologias de planejamento e gestão urbana capazes de promover um controle mais efetivo sobre o processo de desenvolvimento e expansão urbana. Pois a política urbana vem sendo debatida há muitos anos, sem que tenha sido possível consolidar um corpo legal que respalde a ação municipal no controle sobre a produção do espaço urbano. A década de 1990 marca o início do processo de politização do planejamento urbano no Brasil, fruto do avanço da consciência e organização populares. Durante o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, um movimento multisetorial e de abrangência nacional lutou para incluir, no texto constitucional, princípios que levassem à instauração da função social da cidade e da propriedade urbana e à democratização da gestão urbana no processo de construção de cidades. Como resultado, pela primeira vez na história, a Constituição incluiu um capítulo específico para a política urbana (artigos 182 e 183), que promoveu o fortalecimento da autonomia municipal e evidenciou a necessidade de retomada inovadora dos

da “participação popular” possam representar coisas distintas para os atores envolvidos, a política urbana nos anos 1990 sofreu forte impacto do modo como outros atores coletivos, além de especialistas e técnicos, passaram a compor a arena de deliberação política:

De fato, alguns atores sustentam que o principal núcleo de inovação dos novos planos diretores vincula-se à possibilidade de democratização e politização do planejamento, essa politização imprime, à década de 1990, o caráter de um possível marco divisor na história do planejamento brasileiro. Em contraposição aos modelos tradicionais de planejamento e à noção de gestão urbana afinada com premissas neoliberais, as novas premissas de planejamento reconstroem as dimensões técnica e política. (BRASIL et al., 2010, p. 146)

Para além do modo como a participação foi tematizada no corpo das leis, é importante entender de que modo esse aparato legal se transmutou na abertura concreta de espaços de deliberação. A incorporação de uma retórica participativa e democratizante na gestão das cidades também foi acompanhada da criação de estruturas institucionais de produção da agenda política e de implantação de políticas públicas nas áreas. Essa criação se deu sobretudo após a promulgação do Estatuto, em 2001, e foi responsável pela criação de novas arenas de confronto político.

A criação de arquiteturas institucionais voltadas diretamente para a cidade ganhou impulso após o Estatuto. Em 2003, foi instituído o Ministério das Cidades (MCidades), órgão criado durante o primeiro ano do mandato do Presidente Lula¹⁰¹. A medida foi importante pois, segundo Tonella (2013), a Pasta integrava todas as políticas urbanas em um único órgão. As políticas urbanas até então eram delimitadas em setores diferentes¹⁰². Saneamento, transporte, habitação foram incorporados em um único plano de deliberação e construção de políticas nacionalmente integradas¹⁰³. A criação da Pasta foi encarada como uma inovação fundamental

instrumentos de planejamento territorial urbano, e especialmente, o instrumento do Plano Diretor.” (LOBÃO, 2007, p. 17)

101 Até 2003, as políticas urbanas foram parceladas entre distintos ministérios em diferentes gestões. No governo Collor (1992-1993), a responsabilidade pela política de habitação ficava a cargo do recém-criado Ministério do Bem-Estar Social, com a Secretaria Nacional de Habitação. Após o fracasso por denúncias de corrupção do Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH), durante o governo Collor, Itamar Franco procurou sanar os buracos orçamentários causados pela gestão anterior e estimulou a formação de Conselhos estaduais e municipais para o repasse direto do FGTS à construção de moradias populares. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) passou a ser responsabilidade do Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO).

102 O Ministério foi comandado pelos seguintes Ministros na seguinte ordem, até 2013: Ministro Olívio Dutra (PT), de janeiro de 2003 a 20 de julho de 2005; Márcio Fortes de Almeida (PP), de 21 de julho de 2005 a 31 de dezembro de 2011; Mário Negromonte (PP), de 01 de janeiro de 2011 a 02 de fevereiro de 2012 e por fim Aguinaldo Ribeiro (PP), de 07 de fevereiro de 2012 a 17 de março de 2014.

103 O projeto de criação de um Ministério que integrasse todos os setores ligados a produção dos espaços nas cidades se deu ainda durante os anos 1990. Durante a campanha para a presidência em 1994, o plano de governo

na gestão urbana, já que, com o desmonte das agências estatais do período militar, um vácuo institucional havia sido criado (MARQUES, 2017a). Segundo, Maricato (2006), por exemplo, a política nacional urbana seguiu um rumo “errático”, desde 1986, muito em função da desagregação de estruturas como BNH e a falência do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS). O MCidades era uma demanda que objetivava suprir esse vácuo criado pela desarticulação da burocracia militar.

Com o MCidades foram criadas quatro secretárias durante o governo Lula: Habitação, Saneamento, Mobilidade e Regularização Fundiária. Essas competências seriam ainda de responsabilidade dos municípios, mas teriam o amparo de uma estrutura nacionalizada de coordenação e financiamento de estudos técnicos e políticos na área. O primeiro avanço nesse sentido se deu com a formação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) em 2004, resultado de conferências municipais em 3.457 prefeituras brasileiras. Tais conferências, posteriormente, foram condensadas na I Conferência Nacional das Cidades (CNC1). A CNC1 teve a participação de cerca de 2,8 mil delegados, representantes de organizações civis, como movimentos sociais, ONGs, entidades empresariais, pesquisadores, profissionais de engenharia e arquitetura etc.

A noção de “crise urbana” estruturou o documento, cujo pressuposto central era que o MCidades deveria formular políticas que minimizassem as barreiras de acesso aos equipamentos urbanos. O documento reforçava as políticas de valorização dos planos diretores, regularização fundiária nas grandes cidades, combate à especulação imobiliária, prevenção de riscos a assentamentos precários, criação da política nacional de reabilitação de centros urbanos e construção de uma política nacional de mobilidade urbana. O texto também indicava criação de linhas de financiamento oferecidas pelo MCidades a projetos municipais desde que implantados a partir de estudos técnicos (MARICATO, 2006).

do PT incluía a criação de um Ministério da Reforma Urbana e a criação do Conselho Nacional de Política Urbana e Regional (Conpur) encarregado de gerenciar e fiscalizar o financiamento a projetos de políticas públicas nas três áreas de atribuição ministerial: saneamento, transporte e habitação. Na campanha de 1998, o nome do órgão passa a ser “Ministério das Cidades”. A base para a criação em 2003 foi o Projeto Moradia, elaborada pela ONG Instituto Cidadania, presidida por Luiz Inácio “Lula” da Silva, em parceria com a Fundação Djalma Guimarães. O projeto era favorável à questão habitacional, contudo também salientava a falta de espaços institucionais de tratamento das questões fundiárias nas cidades. O projeto foi elaborado através de consulta entre doze especialistas da área, dentre eles André Luiz de Souza, Ermínia Maricato, Evaniza Rodrigues, Iara Bernardi, Lúcio Kowarick, Nabil Bonduki e Pedro Paulo Martoni Branco. A redação final ficou a cargo de Aloysio Biondi, jornalista e crítico do governo peessedebista na presidência nacional naquela época (GRAZIA, DE; RODRIGUES, 2003; MARICATO, 2006).

A principal consequência do PNDU foi a criação do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades). O órgão foi pensado como sendo um colegiado federal reunindo representantes tanto do poder público quanto da sociedade civil que atuassem nas esferas dos municípios. O órgão tinha como principal função fornecer subsídios teóricos e técnicos para a implantação de políticas e programas de intervenção urbana. Tal caráter colaborava com a abertura de possibilidades de formulação de agendas e de criação de canais de expressão dos movimentos sociais e outros atores interessados. Dentre as muitas atividades desenvolvidas pelo ConCidades e que detiveram maior impacto na construção dos espaços urbanos no país destacam-se: estudar e propor diretrizes, programas, instrumentos, normas e prioridades para a formulação de instrumentos urbanísticos, acompanhar e avaliar a produção de políticas urbanas.

O ConCidades viria a se tornar o maior promovedor das Conferências das Cidades ao longo da década e colaborou com a formulação de quadros de referência no que tangia à administração da questão urbana. As Conferências das Cidades foram importantes tanto para a formação de um canal dotado de certas rotinas para autoridades governamentais quanto para associações políticas como partidos, sindicatos, ONGs e movimentos sociais. Profissionais técnicos também frequentavam as Conferências das Cidades rotineiramente.

Em resumo, a atuação de movimentos sociais e a redemocratização tiveram dos efeitos nas políticas do urbano. O primeiro refere a institucionalização das políticas urbanas em âmbito federal e a transferência de autonomia política para os municípios. Instrumentos de gestão e de intervenção urbana foram criados, o que facilitou pôr os municípios no centro do debate urbano. Uma segunda consequência foi a abertura de canais de deliberação e consulta. Isso franqueou a entrada dos movimentos sociais, ONGs e outros atores coletivos no processo decisório. Em resumo, essas estruturas de governança modificaram o modo como se deu a produção política dos espaços.

Como essas transformações afetaram a cidade de São Paulo? A configuração espacial dos protestos só ganha sentido caso se entenda o modo como o espaço urbano mudou na cidade. O espaço entendido aqui tanto como a estrutura física quanto como o conjunto de atividades socioespaciais na cidade. De que maneira determinadas estruturas de governança pública e transformações econômicas afetaram o espaço público na cidade? A próxima seção avança nesses temas apresentando o caso de São Paulo. Compete agora demonstrar o modo como tal institucionalização das políticas urbanas na pós-democratização se materializou na cidade de São Paulo.

4.2 Transformações no Espaço Urbano: Política e Economia em São Paulo

Argumenta-se nesta seção que duas forças motrizes principais afetaram a morfologia urbana e, portanto, as possibilidades de protesto na cidade de São Paulo nos últimos anos. Em primeiro lugar, o desenvolvimento econômico concentrado em áreas centrais e a criação do vetor sudoeste, área que compreende partes dos distritos da zona oeste e centro-sul. Ao mesmo tempo medidas políticas de revitalização do centro também afetaram a morfologia da cidade¹⁰⁴. Em segundo lugar, mudanças na estrutura política com o aumento das instâncias de participação política nos anos 1990 e o relativo fechamento dessas instâncias nas décadas seguintes ofereceram diferentes possibilidades de ação no espaço público.

Os últimos trinta anos na cidade de São Paulo foram de intensa mudança em seu perfil econômico. A regionalização de grandes centros urbanos no Brasil pós-Constituinte atesta, por exemplo, essas mudanças. A economia paulistana sofreu os efeitos da globalização, com a inserção cada vez mais intensa nos mercados mundiais. Inserção que não veio acompanhada de redistribuição de renda e de outros ativos importantes para a economia da cidade. Essa inserção particular da cidade nas economias mundiais se fez com importantes diferenças quanto à distribuição da riqueza, o que resultou em padrões de forte concentração espacial e segregação na cidade de São Paulo ao redor da área que vai da Marginal Pinheiros à Avenida Paulista. Contudo, se tais mudanças econômicas resultaram em padrões de segregação espacial, por outro lado, a cidade também viu explodir novas tecnologias de informação e de comunicação (Ticas) que tiveram impactos no modo como os cidadãos paulistanos usam os espaços públicos¹⁰⁵.

Num primeiro momento, o regime militar procurou criar políticas macroeconômicas de correção de desigualdade regionais. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II) foram elaborados nessa expectativa. Os planos consistiam em incentivos a áreas em forte depressão econômica. O objetivo era descentralizar a produção industrial no país. Contudo, o resultado foi, até certo ponto, o contrário. De fato, São Paulo cede indústrias para o interior paulista principalmente, mas ainda assim concentra atividades econômicas importantes. A

104 Os distritos da zona oeste são: Lapa, Barra Funda, Perdizes, Vila Leopoldina, Jaguaré, Jaraguá, Pinheiros, Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Jardim Paulista, Butantã, Morumbi, Vila Sônia, Raposo Tavares e Rio Pequeno. A zona sul compreende Santo Amaro, Campo Belo, Campo Grande, Vila Mariana, Saúde, Jabaquara, Moema.

105 Esses dois processos coincidem com o que se convencionou na literatura sobre o assunto como os efeitos diretos da reestruturação produtiva.

complexificação da economia e a interiorização do desenvolvimento fizeram da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) um centro de coordenação e de comando. A economia paulistana passa, portanto, a comportar múltiplas funções. Ao mesmo tempo polo industrial e de serviços e provedora de recursos informacionais e integradores da economia em diversas regiões do país.

Os planos macroeconômicos ajudaram a compor um cenário urbano concentrado, embora marcado pela diversificação societária e pelas desigualdades econômicas e sociais. A intervenção militar acabou resultando em um forte padrão de concentração espacial na cidade de São Paulo, ao mesmo tempo que diminuiu a capacidade de governança independente no período de 1964 a 1982. As políticas de investimento direto no setor industrial na Região Sudeste e na RMSP resultaram em explosão demográfica na cidade de São Paulo, mudanças na infraestrutura de telecomunicações, criação de uma ampla malha urbana, modificações na mobilidade dentro do espaço urbano, concentração espacial e complexificação da estrutura profissional na cidade.¹⁰⁶ Esse padrão concentrado foi extensamente estudado e caracterizado pelos analistas durante os anos 1980 como um padrão de *centro-periferia*. A cidade passa a ter um padrão concêntrico com três áreas mais ou menos definidas. Durante o período da redemocratização, no centro antigo, a deterioração do espaço urbano e das condições de moradia coincide com o abandono das atividades econômicas. Ao redor da antiga área central, desenvolvem-se bairros com atividade econômica terciária pujante e habitações de classe média e classe alta. Nas bordas da cidade convivem casas de autoconstrução e atividades econômicas com baixo valor agregado. Esse padrão concêntrico, com variações, foi fartamente investigado durante os anos os 1980. Segundo Kowarick (1979), esse padrão era resultado não somente da inserção manca do Brasil na economia global, mas também fruto da ação do Estado militarizado. Segundo o autor, o Estado, na forma das prefeituras e outras instâncias federativas, seria responsável pelo processo que chamou de *espoliação urbana*. A espoliação urbana dizia respeito a processos de governança que retiram das áreas periféricas bens e serviços públicos mantendo os salários da população baixos e garantindo a oferta contínua de mão de obra. O conceito relaciona exploração econômica, política e espacialidade.

A partir dos anos 1980, a crise econômica e a desagregação do regime militar alteraram sensivelmente a cidade de São Paulo. As sucessivas prefeituras na capital procuraram

106 A região conta hoje com 21 milhões de pessoas e com 39 municípios. Sua existência legal da RMSP data de 1973 com a promulgação de lei federal. Entretanto sua situação só seria regulada extensamente a partir da Constituição de 1988.

capitalizar o avanço da globalização por meio de operações de investimentos modernizantes em regiões específicas da cidade, no sentido de que se aproximou da “elite” das cidades-globais após os anos 1990. Isto é, São Paulo deixou de ser uma cidade com um padrão espacial de especialização setorial, marcada pela aglomeração de atividades industriais, para ser uma cidade de especialização funcional, no qual atividades de comando e suporte à estrutura industrial passaram a imperar. Esse salto não veio com a inclusão plena na cidade na elite das cidades consideradas como polos produtivos no mundo globalizado. A cidade vai se tornando menos industrial e consequentemente reduzindo o papel desse tipo de conflito na sociedade paulistana no pós-constituente.

Houve um impulso com a terceirização de serviços – setores como segurança, alimentação, limpeza, informática etc. –, a diversificação do mercado e a cidade de São Paulo passam a ser um espaço dominado pela especialização profissional. A cidade passou ser ao mesmo tempo especializada e diversificada, caracterizando-se ao mesmo tempo pela presença de atividades intensivas de produção industrial e convivendo com setores de serviços altamente especializados e outros setores marcados pelo mercado informal e pelo baixo valor adicionado (COMIN, 2011).

A reestruturação produtiva veio acompanhada de modificações profundas na estrutura da desigualdade urbana no período e também na organização do território urbano da cidade. Esse processo trouxe consigo mudanças na distribuição da desigualdade dentro de São Paulo. Segundo Villaça (2013), o chamado vetor Sudoeste, em 2010, área que engloba Higienópolis, Pacaembu, Consolação, a Avenida Paulista, parte da Vila Mariana, Aclimação, Sumaré, Perdizes, Vila Pompeia, Altos da Lapa e Pinheiros, Cidade Jardim, Butantã, Morumbi Moema, Brooklin, concentra apenas 20% da população de toda a cidade, mas detém parte significativa das estruturas e equipamentos de bem-estar. Segundo o autor, os distritos da região concentram a maior parte das residências com maior renda média (acima de 3 mil reais). Por outro lado, as áreas ao redor desse setor também concentram os distritos com maiores IDHM da cidade. Desse modo distritos como Moema, com IDH igual a 0,884, o mais alto do município; Morumbi, com 0,860; Jardim Paulista, com 0,850; Pinheiros, com 0,833; Itaim Bibi, com 0,811; e Alto de Pinheiros, com 0,801, desfrutam de boa estrutura de transporte e de uma distribuição de serviços e de comércio intensa.

A área recebeu um influxo intenso de investimentos a partir dos anos 1980 e 1990. A abertura de grandes avenidas como a Faria Lima e os processos de construção das estações do

metrô modificaram ainda mais a paisagem da região. Da década de 1990 em diante, dada a construção de uma política voltada para as cidades, com a criação e consolidação de novos instrumentos de intervenção urbanística, a Prefeitura passou a ser o maior fiador das transformações urbanas na cidade. Para além dos efeitos da reestruturação produtiva e da globalização, fazem-se necessário olhar os grandes projetos de modificação da paisagem urbana na cidade.

Do ponto de vista dos efeitos diretos no espaço urbano, esses processos econômicos se combinaram com as mudanças na estrutura de governança das cidades para produzir transformações na paisagem urbana. Esses instrumentos apareceram como resposta de reivindicações e a formação de um campo político voltado às questões urbanas após a Constituinte de 1988. Resta perguntar, portanto, como essa política influenciou a produção do espaço na cidade de São Paulo?

As intervenções federais de forte impacto na paisagem urbana já eram vistas como datadas e obsoletas na data da conclusão, durante os anos 1970. Nessa época, os principais instrumentos legais para as intervenções foram o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI-1970) e o Plano Diretor de 1967. Datam desse período a inauguração da Avenida Brigadeiro Faria Lima, na região sudoeste da cidade, e a conclusão das vias laterais da Marginal Tietê e da Marginal Pinheiros. A abertura desses canais de circulação de bens e pessoas consolidaria a importância da região ao longo dos vinte anos seguintes. Essa área, entretanto, não foi a única a receber grandes obras urbanas de benfeitoria. Grandes obras datam dos anos 1970, em especial na região do centro da cidade. Destaca-se a Praça Presidente Roosevelt, Elevado Costa e Silva, inauguração do Complexo Radial Leste, benfeitorias no Terminal Parque Dom Pedro II e inauguração da Avenida 23 de Maio e do Terminal de Ônibus Praça da Bandeira¹⁰⁷.

107 De acordo com Zanetti, a política de intervenção urbana, nos anos 1970, nos municípios da RMSP era toda ela verticalizada. Nessa fase o Executivo municipal era nomeado pelo governador do Estado de São Paulo e a regra era o fechamento dos canais de interlocução entre movimentos sociais, sociedade civil e órgãos de planejamento urbano. As gestões da Prefeitura eram compartilhadas sobretudo pela tentativa de incorporar os elementos técnicos como engenheiros e arquitetos em grandes obras sejam elas viárias ou de outra natureza. Nesse ínterim, destacam-se no período os exercícios do governo executivo municipal os prefeitos Faria Lima (1965-1969), Paulo Salim Maluf (1969-1971), Figueiredo Ferraz (1971-1973) e Miguel Colasuonno (1973-1975). Todas essas gestões colaboraram para a explosão de obras públicas na cidade, seja nos aspectos viários, seja no aspecto habitacional com o auxílio dos projetos do BNH (ZANETTI, 2005). Essas Prefeituras ajudaram a consolidar as associações de engenharia civil como importantes atores políticos e econômicos na cidade (MARQUES, 2017b). O cenário era, portanto, de fechamento estrutural a ação de outros tipos de atores políticos na cidade.

A partir de meados da década de 1970, com o início dos processos de liberalização política, redemocratização e a progressiva tentativa de incluir maior flexibilidade nas decisões estatais, esse cenário se modifica. No plano municipal, isso significou o abandono das grandes obras no sistema viário e de transporte público na cidade. Também data dessa época o aprofundamento das tentativas do governo federal de descentralizar no território nacional os projetos macroeconômicos de desenvolvimento. A queda nos investimentos federais passa a dificultar a consecução dessas grandes obras de intervenção. O foco das gestões do período passa a ser a racionalização dos recursos e a criação de dinâmicas de transporte entre o centro e uma periferia em expansão. O planejamento urbano entra em desuso. Politicamente, o rendimento da ideia de gestão e administração ganha espaço. Segundo Villaça (1999), saem de cena nessa hora os engenheiros civis e correlatos e entra a figura do administrador.

A gestão Olavo Setúbal (1975-1979), por exemplo, representou esse ideal de racionalização, quando imperaram o remanejamento de secretarias e a informatização dos sistemas de administração municipal. Destaca-se ainda o “enxugamento” da máquina estatal com a transferência da gestão do sistema metroviário para as mãos do governo do Estado. Esse período foi conhecido pela implantação de áreas verdes, parques e praças na cidade. Isso teve impacto no modo como novos cenários de mobilização política se formariam. Vale lembrar que, ainda assim, o regime militar controlava de perto manifestações e demonstrações de oposição, e o governo municipal era refratário à incorporação de demandas de movimentos sociais e outros tipos de ator.

Para Zanetti, a criação de parques, praças e outros tipos de espaço público abertos fez parte de um movimento na década que enfatizava as propostas de revitalização urbana. O centro histórico e suas imediações passam a ser o alvo principal de políticas de renovação. Terminais de ônibus e estações são inauguradas ou embelezadas segundo a ideia de que a estética do centro deveria passar por uma transformação. Como exemplo, nessa área pode-se citar a criação do Plano Integrado da Área Central da Coordenadoria-Geral de Planejamento (Cogep). O órgão esteve intensamente ligado a obras que ajudaram a revigorar a área central. Nessa época, destacam-se as intensas mudanças na região com a revitalização da Praça da Sé, da Praça São Bento e do Vale do Anhangabaú, reconstrução do Pátio do Colégio, inauguração do Sesc Pompeia e restauração de edifícios históricos como o Edifício Martinelli.

Segundo Villaça (1999), esses planos tiveram dois efeitos principais ao longo do final da década. Em primeiro lugar, o Plano Diretor é abandonado como opção primária de regulação

do espaço urbano e a legislação passa a ser exclusiva de áreas específicas da cidade. Opta-se pela política de zoneamento mais ampla ao final da década e início dos anos 1980, em especial na gestão Mário Covas (1983-1985). Em segundo lugar, a dívida municipal aumenta vertiginosamente, reforçando a ideia de que a legislação urbana deve seguir critérios específicos¹⁰⁸.

Esses efeitos nas administrações públicas por sua vez repercutiram no modo como Estado e movimentos sociais se relacionaram. As leis casuísticas facilitaram a promoção de políticas de moradia populares em áreas periféricas da cidade. O Programa Pró-Morar e as iniciativas em torno do chamado Zoneamento Popular fazem com que movimentos nas bordas da cidade passassem a compor um novo cenário de mobilização. O apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Sociedades Amigos de Bairro (SABs) ajudou a promover a expansão de mobilizações pelas periferias paulistanas. Destaca-se que parte dessa onda de mobilizações esteve inscrita tanto no ciclo mais amplo de confronto em torno da redemocratização como esteve ligada a políticas pontuais de intervenção do governo municipal nessas áreas, especialmente na gestão Mário Covas (VILLAÇA, 1999; ZANETTI, 2005).

As décadas seguintes, após a redemocratização, veriam um cenário de descontinuidade na construção das políticas públicas. A desaceleração do crescimento urbano e a radicalização da inserção na economia global no final dos anos 1980 colaboraram para modificar enormemente a paisagem urbana. De um lado, a explosão da informalidade nas áreas centrais minou os esforços de revitalização da área central da cidade, que continuou plena de vazios imobiliários. De outro, o modelo concentrador de renda se consolidou no espaço urbano com a expansão acelerada no vetor sudoeste da cidade. As áreas periféricas continuaram carentes de estrutura urbana, ainda que o crescimento de áreas de favelas, com forte vulnerabilidade social, tenha estancado (MARQUES; TORRES, 2004). Os últimos vinte anos viram os sucessivos governos lidando com os efeitos de planos urbanísticos e econômicos que na prática tiveram o efeito concentrador sobre o espaço físico da cidade.

A abertura de canais de expressão de demandas em torno da questão urbana no pós-constituente e o retorno da democracia na gestão municipal ajudaram a consolidar a existência de padrões de intervenções cíclicas. Chama-se de cíclicas aqui a tendência de as políticas ora enfatizarem obras públicas com forte impacto no sistema viário e de transportes, ora a construção de políticas públicas inclusivas voltadas para a provisão de moradias e benfeitorias

108 Segundo Villaça, a dívida pública municipal vai a 12 milhões de cruzeiros.

em equipamentos públicos na região central ou em áreas nas franjas da cidade. Destaca-se que, dadas as recomendações do governo federal de construção de Planos Diretores para cidades com forte pressão urbanística, a cidade de São Paulo passou a ter um plano de desenvolvimento urbano, com a aprovação em 1988, do Plano Diretor da Cidade de São Paulo (ZANETTI, 2005).

Na gestão Jânio Quadros (1986-1989), há uma tentativa de retorno às grandes obras na cidade. Mas desta vez o foco das intervenções era o transporte de carro, e o sistema viário da cidade viu a consolidação de um sistema que privilegiava o transporte individual em detrimento do transporte público coletivo. Há uma desaceleração na criação de estruturas ligadas ao sistema viário como estações de metrô e trem, terminais de ônibus, corredores e faixas exclusivas.

Ademais, o começo dos anos 1990 foi marcado pela gênese de importantes marcos legais na cidade. Como exemplo, tem-se a Lei Orgânica do Município da Cidade de São Paulo (1990), durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992). Datam dessa época também as propostas de revisão da Lei de Zoneamento (1986). O objetivo da revisão consistia na elaboração de projetos que ajudassem a erradicar cortiços e habitações insalubres nas áreas centrais. O início dos anos 1990 é, portanto, a época em que a política de moradia e a política de transportes entram em cena, mas desta vez na ótica do acesso de comunidades carentes aos equipamentos urbanos.

A gestão de Luíza Erundina, marcada pela vitória inesperada do PT nas eleições municipais, trouxe consigo esperanças de mudança radical nos eixos da política urbana da cidade. A trajetória da petista estava ligada à atuação junto de movimentos sociais nas periferias da cidade. De modo geral, a gestão pode ser caracterizada como focada na redução de disparidades espaciais importantes, ainda que, com o estilo deliberativo de Erundina, os projetos esbarrassem na atuação oposicionista da Câmara de Vereadores. A administração municipal anterior havia iniciado obras viárias sem previsão de conclusão durante o término do mandato, deixando dificuldades para a gestão petista e comprometendo o orçamento da Prefeitura. Soma-se a isso um amplo conjunto de divergências entre as proposições do partido e as necessidades de formação de coalizões em comissões e nas plenárias para a aprovação de projetos. De todo modo, Erundina emplacou mudanças na referência dos serviços urbanos prestados e ajudou a consolidar agendas urbanas que seriam retomadas ao longo dos anos 2000.

A prefeita levou adiante dois importantes projetos. Em primeiro lugar, destaca-se a promoção dos mutirões autogeridos como estratégia na redução do déficit habitacional

especialmente nas periferias da cidade. Outro projeto que ajudou a fundar novas oportunidades de ação política foi a proposta da gratuidade nas tarifas de transporte público, o passe livre. Ainda que a política não tenha saído do papel. Proposto pelo então Secretário dos Transportes Lúcio Gregori, o Tarifa Zero seria gerido por um fundo de investimentos financiado pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo e por um sistema de taxação embutido nos preços da gasolina. O projeto não foi adiante, tanto em função da ação política das empresas de transporte quanto pela dificuldade em criar um consenso político em torno do tema.

Por outro lado, o impacto das propostas na política habitacional foi tão relevante que, em 1993, a gestão Paulo Maluf (1993-1996) cooptou o projeto e instituiu o Programa de Mutirões e o Programa de Atuação em Cortiços. Maluf, contudo, não retomou integralmente as políticas iniciadas na gestão anterior. Do ponto de vista do estilo político, deu continuidade às grandes obras viárias como empreendimento principal da Prefeitura. Inicia-se aí a era das grandes operações consorciadas na cidade – isto é, grandes projetos de intervenção urbana por meio de parcerias público-privada (PPPs) regidas sobre regras de concessões e licitações. As operações urbanas foram o primeiro ensaio desse padrão de investimento público. Destacam-se aqui as operações no Vale do Anhangabaú e a Operação Urbana Parque Dom Pedro II. Também nessa época é proposta a Operação Águas Espraiadas. Esta última seria importante na ligação das áreas centrais ao eixo sul da cidade. A transformação no espaço urbano foi impulsionada pelas políticas das obras. Inaugura-se o Túnel do Anhangabaú, Túnel da Ligação Perimetral, o Túnel da Avenida Morumbi e da Avenida 23 de Maio. Outros complexos viários também modificaram a paisagem urbana, com a inauguração da Avenida Juscelino Kubitschek e a conclusão da reurbanização do Vale do Anhangabaú.

A gestão seguinte, de Celso Pitta (1997-2000), segue dando crédito às políticas malufistas. Ambas as gestões, a fim de financiar obras públicas, se valeram dos precatórios como estratégia de financiamento. O resultado foi uma nova explosão imobiliária na cidade de São Paulo. O resultado desta vez, em vez da expansão das casas de autoconstrução nas periferias nos anos 1960 e 1970, foi a disseminação de condomínios fechados na paisagem urbana. A valorização de determinadas áreas na cidade de São Paulo, ao redor das grandes avenidas que cortaram a cidade, produziu a facilidade de deslocamento para as áreas centrais e áreas modernizadas ao redor do vetor sudoeste. A política viária centrada no carro e a valorização imobiliária promovida por esses grandes projetos de intervenção urbanística renovaram o fenômeno da “espoliação urbana” por meio do mercado de apartamentos e condomínios fechados. Essas novas rotas viárias estratégicas conectaram o centro a bairros bem servidos de

equipamentos e serviços e também ofereceram ligações a cidades dentro da RMSP que se beneficiaram dessas obras. Os condomínios fechados como fenômeno que alterou paisagem paulistana na década de 1990 estão ligados à descentralização das atividades econômicas no período e a busca das elites políticas e econômicas por ambientes com mais qualidade de vida. Some-se a isso a explosão da criminalidade na década de 1990 e a dispersão daquilo que Caldeira (2000) chamou de “fala do medo” – isto é, a disseminação de narrativas envolvendo a criminalidade urbana nos meios de comunicação e na vida cotidiana. A questão da segurança pública passa a ser da alçada da questão urbana durante a década de 1990.

Os condomínios fechados fizeram parte de uma reconfiguração no espaço urbano que, nos anos 1990, passou a incorporar outros atores que não somente o Estado. Cita-se como exemplo a política do “embelezamento” dos espaços urbanos históricos conectados à estratégia de valorização dos terrenos e imóveis por agentes empresariais. Isso produziu um padrão de intervenção no centro histórico que foi além da ação estatal. Nos anos 1990, de um lado atores coletivos profissionalizados, representados por ONGs interessados em políticas de revitalização, e por outro lado movimentos sociais demandavam a superação da política de embelezamento e implantação de políticas habitacionais mais robustas para o centro de São Paulo.

Em suma, a partir dos anos 1990, dá-se um cabo de guerra entre as políticas de revitalização e as políticas de valorização das moradias. A facilidade de reunir interesses políticos e econômicos foi um atrativo para a criação de políticas de revitalização e embelezamento na área central. Como exemplo dessas iniciativas, pode-se citar a criação em 2000 do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), a reforma da Pinacoteca (1993-1998) e da Estação Júlio Prestes (1997-1998), integração trem-metrô, programas Monumenta (1998), início da Operação Urbana Centro (1997), Morar no Centro e vários outros projetos pontuais (ZANETTI, 2005; MALERONKA, 2010). Criou-se um conjunto de políticas de revalorização do centro, desta vez com a participação de atores da sociedade civil, do mercado e do poder público. Claro que o peso de cada um desses agentes variou e o teor dos projetos também sofria constantes modificações. De todo modo, essas políticas serviram como abertura de oportunidades para ação de atores políticos fora da esfera estatal.

A gestão Marta Suplicy (2001-2004) dá seguimento às políticas de intervenção no centro da cidade, mas com maior participação dos setores habitacionais. O Programa Ação Centro foi a proposta de sua gestão no setor. Era financiado pelo Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID) e inaugurou uma era de PPPs no financiamento e gestão desses projetos de revitalização. Na proposta constava a revalorização fundiária do local, recuperação do ambiente urbano e melhorias no transporte. Parte do sucesso na aprovação rápida do Ação Centro foi a votação de um novo Plano Diretor, que colaborou com a consolidação dos instrumentos urbanísticos já prescritos no Estatuto da Cidade. A prefeita também consolidou a aproximação entre os movimentos de moradia e o poder público. Tatagiba e Chaves Teixeira (2006) argumentam que a instituição do orçamento participativo como estratégia de gestão, que passou a incluir lideranças de movimentos sociais e associações civis na discussão da pauta pública, foi fundamental nesse aspecto. Segundo os autores, a descentralização administrativa promovida com a criação das subprefeituras na cidade teve impactos profundos na inserção desses atores no tecido do Estado. Apesar da fala dos atores políticos sobre a ausência de resultados concretos na gestão, não é de desprezar o efeito que a abertura desses canais teve sobre a ação dos atores coletivos na tentativa de influenciar a tônica e o andamento das políticas públicas (TATAGIBA; CHAVES TEIXEIRA, 2006; BARBOSA, 2014).

De todo modo, a gestão Marta colaborou com a continuidade das políticas públicas de intervenção no centro, incorporando a pauta da moradia, ao mesmo tempo em que facilitou a descentralização administrativa na área da cidade. Isso teve dois resultados. O primeiro deles foi fortalecer a politização do espaço central com o estabelecimento de um território de iniciativas e disputas políticas entre atores do Estado, do mercado e dos movimentos sociais. E, em segundo lugar, a descentralização das subprefeituras colaborou com a politização de territórios afastados do centro, em especial, nas periferias paulistanas. Áreas centrais nas periferias passaram a ser mais acessadas como receptáculos de demandas em virtude da presença de estruturas administrativas como as subprefeituras.

Esse padrão sofreu modificações nas gestões seguintes. O mandato José Serra-Gilberto Kassab (2005-2008) e depois Kassab (2008-2012) talvez tenham sido em conjunto o mais longo em termos de consistência das políticas propostas e, portanto, com maior impacto na estruturação da paisagem urbana e ação de movimentos sociais e outros atores coletivos. Ao todo, Kassab esteve no alto escalão da Prefeitura por seis anos e oito meses. Nesse tempo, destaca-se a valorização maciça do vetor sudoeste e a continuidade de novos projetos na área central da cidade. Se a gestão anterior priorizava a participação das lideranças da sociedade civil no processo, o comando Serra-Kassab na Prefeitura declinou desses esforços. Houve a extinção do orçamento participativo e a diminuição da presença dos movimentos sociais na

estrutura administrativa da Prefeitura¹⁰⁹. O argumento utilizado era que o orçamento participativo desorganizava as finanças municipais, e uma gestão mais centralizada facilitaria a saída da cidade de São Paulo do rombo financeiro em que se encontrava ¹¹⁰.

Do ponto de vista dos projetos de intervenção na paisagem urbana da cidade, destacam-se o Projeto Nova Luz (2007), o Projeto Cidade Limpa (2006) – que proibia propagandas externas nos estabelecimentos – e a inauguração de estações do Metrô, em conjunto com o governo do Estado. O Nova Luz significou a retomada de projetos envolvendo a requalificação comercial de áreas do centro¹¹¹. O impacto na estrutura de transportes e, portanto, para os usos da cidade, sem dúvida, foram as sucessivas inaugurações das estações de metrô e trem. Em 2010 e 2011, foram inauguradas a Estação Sacomã, Vila Prudente, Tamanduateí, Paulista, Faria Lima, Butantã e Pinheiros. Destaca-se que a instalação dessas estruturas facilitou a conexão entre áreas de vetor sudoeste e as áreas centrais.

A instalação da estação de metrô do Largo da Batata é um exemplo evidente desse processo. A área sempre fora importante porque atuava como ponto intermediário entre o centro da cidade e as periferias da zona sul e oeste. A partir das modificações iniciadas pelo Consórcio de Revitalização Urbana, em 2004, houve a instalação já citada do metrô, mas também a construção de um terminal de ônibus e a remoção de atividades comerciais informais ou semiformais na região da praça. O resultado foi a abertura de uma grande área para circulação de pedestres e a estruturação de uma região bem servida de transportes. Outro ponto de interesse é que esse caráter intermediário do Largo da Batata se situa entre a região de poderio econômico e político como a Avenida Paulista, mas também se encontra próximo a linhas de ônibus e trens que seguem em direção ao Palácio do Governo no bairro do Morumbi. O Largo da Batata colaborou para a conexão mais fácil entre a sede do governo estadual e municipal na cidade. Daí o ganho de importância que a área assumiria ao longo de junho de 2013 com as chamadas de protestos à região.

109Fonte: “Serra diz que Orçamento Participativo de Marta é ‘marketing’”, 10/09/2004, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63970.shtml><Acesso em 25/01/2018>

110 A dívida pública municipal ao final da gestão Marta foi de R\$ 1.9 bilhão. Fonte: “Déficit deixado por Marta supera o de Pitta”, 17/01/2005, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u104307.shtml><Acesso em 25/01/2018>

111O projeto foi fortemente criticado tanto por órgãos técnicos como Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) que o acusou de violar direitos humanos de pessoas em situação de rua na região e a Pastoral do Povo de Rua de promover uma “limpeza social”. De todo modo, é importante destacar a continuidade da ação de movimentos sociais na região central a despeito do fechamento de oportunidades políticas no período. Fonte: “Pastoral do Povo de Rua critica “limpeza social”, Prefeitura rebate acusações”, 20/08/2007, <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-08-21/pastoral-do-povo-de-rua-critica-limpeza-social-Prefeitura-rebate-acusacoes> , <Acesso em 25/01/2018>

As eleições de 2012 marcaram o retorno do PT à Prefeitura de São Paulo. A candidatura de Fernando Haddad trouxe consigo mudanças nas formas de relacionamento entre o Estado e os movimentos sociais. A campanha contou com a colaboração de movimentos sociais e coletivos culturais na cidade, o que, por fim, acabou por garantir a eleição do prefeito. Um dos marcos durante a campanha foi o Festival “Existe Amor em SP”, organizado pelo coletivo de produção cultural Fora do Eixo. Contando com artistas e celebridades, o evento teve caráter duplo. Por um lado, serviu como festividade e eventos culturais, por outro atuou como plataforma de descrédito da candidatura de Celso Russomano. Embora o evento se tenha proclamado apartidário, indiretamente, acabou catapultando a popularidade de Haddad no eleitorado. Além do Fora do Eixo, outros coletivos e movimentos sociais participaram do evento. Performances teatrais e musicais se misturaram a protestos contra o machismo, racismo e outras formas de discriminação. Os temas em torno da vida na grande metrópole paulistana também foram uma das tônicas¹¹². Representando uma grande vitória, ainda que com margem apertada. Haddad foi eleito com 55,57% contra 44,43% do oponente.

A gestão Haddad (2013-2016) foi importante, embora sua narrativa seja breve aqui, porque se viu tendo de lidar diretamente com a explosão do ciclo de confrontos em junho de 2013. No primeiro ano na Prefeitura, só é possível falar dos meses antecedentes ao ciclo de junho. De todo modo, o aumento das tarifas não foi a única frente de modificação do espaço urbano no período. O plano de metas da Prefeitura incluía mais de 100 projetos¹¹³. Dentre os quais se podem citar a criação do Arco do Futuro – reunião de todas as operações consorciadas na cidade em um único projeto –, a expansão das áreas destinadas a ciclovias e a criação de um novo Plano Diretor. Os projetos só saíam do papel após os confrontos de junho de 2013¹¹⁴.

Finalizando esta seção, o que convém reter é o fato de que as oportunidades políticas e as performances de contestação política, ou mesmo, os ciclos de confronto como um todo são mediados pela espacialidade urbana. O espaço urbano é permeado de política, justamente em

112 A descrição da chamada para o evento da Fora do Eixo no Facebook afirmava que ““Enquanto favelas pegam fogo e a polícia ganha status de milícia, o poder político tenta acabar com o público em prol do privado. Acabar com a festa em prol do silêncio. Acabar com o pobre em prol do rico. Acabar com a justiça em prol da ordem”. “Fontes: “Festival ‘Existe Amor em SP’ reúne multidão na Praça Roosevelt”, 21/10/2012, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/10/festival-existe-amor-em-sp-reune-multidao-na-praca-roosevelt.html> <Acesso em 15/08/2017> ; Festival Existe Amor em SP foi uma catarse coletiva pela liberdade da cidade, 22/10/2012, <https://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2012/10/22/festival-existe-amor-em-sp-foi-uma-catarse-coletiva-pela-liberdade-da-cidade/> <Acesso em 15/08/2017>

113 Fonte: “Veja as 123 metas da gestão Haddad”, 17/08/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/08/veja-123-metas-da-gestao-haddad.html> <Acesso em 15/07/2017>

114 Fonte: “Sem-teto fecha viaduto em protesto na Prefeitura”, 17/04/2013, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/104471-sem-teto-fecha-viaduto-em-protesto-na-Prefeitura.shtml> <Acesso em 21/05/2017>

função da materialização das disputas políticas em torno do que fazer ou não em determinadas áreas. Essas disputas em torno dos usos do solo urbano criam estruturas físicas, que moldam tradições de protesto em determinadas áreas da cidade, ao mesmo tempo em que estabelecem estruturas logísticas que facilitam ou impedem determinadas performances de protesto. A construção de avenidas ou praças não é inconsequente para o modo como movimentos sociais e outros atores coletivos *usam* os espaços.

4.3 Conclusão

Este capítulo teve como intuito apresentar as dimensões espaciais das oportunidades políticas para a eclosão do ciclo de protestos de junho de 2013. Duas estratégias principais foram utilizadas: 1) analisou-se a mudança no pacto federativo entre municípios e o Estado no pós-constituente e 2) descreveram-se as mudanças socioespaciais na cidade de São Paulo e as transformações nos alinhamentos políticos no período que vai dos anos 1980 aos anos 2000. Esses dois grandes processos resultaram no aparecimento de um campo de atores e agendas ligados à questão urbana e ao surgimento de espaços físicos na cidade de São Paulo, que se tornariam cenários frequentes de mobilização nos anos subsequentes.

A primeira parte apontou as mudanças nas estruturas de governança no pós-constituente, caso da criação do Estatuto da Cidade e do estabelecimento do Plano Diretor como instrumento de intervenção urbanística. Outras mudanças importantes foram a criação do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades, que abriram canais de comunicação entre atores políticos como movimentos sociais, ONGs, profissionais especializados como urbanistas, engenheiros e arquitetos. Os anos pós-constituente viram aparecer uma dinâmica de valorização dos municípios como locais de produção da política dos espaços públicos. A abertura desses canais e a criação de marcos legais colaboraram para pôr as cidades no centro dos debates políticos. Também surgiram órgãos e arenas de deliberação e de expressão de agendas que institucionalizaram o relacionamento entre o Estado e os movimentos sociais nas cidades durante os anos 1990 e 2000.

A política das cidades foi direcionada para esses canais. De outro lado, a institucionalização de um campo de deliberação política em torno de temas urbanos incentivou a especialização do ativismo e a necessidade de conexão com partidos políticos e outros atores. A entrada de novos atores interessados na política da produção do espaço gerou conflitos. Os movimentos autonomistas que apareceram nos protestos de junho de 2013 rejeitaram certos

atores, tidos por “tradicionais”, e canais de deliberação urbana, preferindo a ação direta como forma de romper com as lógicas de domínio do capital urbano e com o burocratismo dos canais tradicionais (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013). Isso se combinou com as dificuldades que o governo Dilma Rousseff teve para implantar medidas de solução de problemas urbanos de alçada federal. Enfim, as oportunidades políticas tiveram caráter ambivalente, abriram espaço para a ação dos grupos já organizados e motivaram a formação de outros perfis organizacionais e de ação política.

Em segundo lugar, ao longo do capítulo destacaram-se transformações socioeconômicas e políticas que consolidaram novos padrões morfológicos do espaço urbano na cidade de São Paulo nos últimos trinta anos. As políticas do governo militar de descentralização das atividades industriais não surtiram o efeito desejado de desconcentração urbana, mas aprofundaram o fluxo migratório na cidade, e São Paulo passou cada vez mais a reunir atividades de coordenação com ramos de serviços de baixa qualificação, aliadas à presença de indústrias. O fluxo migratório, embora estancado nos anos 1980, foi responsável pela criação de um padrão de forte concentração espacial na cidade. O período da redemocratização foi, portanto, também a fase de consolidação do esquema de centro e periferia na cidade. Bairros com bons indicadores socioeconômicos e boa infraestrutura ao redor do centro expandido, marcado pela desvalorização imobiliária, mas que concentrava serviços e equipamentos públicos, e as periferias urbanas caracterizadas pela má qualidade dos serviços públicos.

O aprofundamento da inserção de São Paulo na economia global e a criação de novos arranjos entre municípios e o governo federal após a redemocratização não alteraram esse cenário significativamente. Pelo contrário, novos padrões de concentração espacial passaram a existir na cidade. Dentre esses padrões, destaca-se o deslocamento do eixo político e econômico das áreas centrais nos anos 1980 para o vetor sudoeste localizado na região da Avenida Paulista a Avenida Faria Lima. O vetor sudoeste viu disparar o crescimento econômico e atraiu novos empreendimentos imobiliários, que transformaram a paisagem urbana e ajudaram a consolidar a região como um espaço de efervescência urbana. As tentativas de revitalização do centro de São Paulo também ajudaram a impulsionar a criação de uma vida política e cultural ativa nesta área durante os anos 2000. O espaço do centro se tornou ao mesmo tempo um território de disputas pelo urbano e de revalorização cultural.

Intervenções urbanísticas de grande impacto em áreas “nobres” da cidade produziram dois paradigmas. Em primeiro lugar, os seguidos projetos de intervenção urbanística na região

central que ora procuraram revitalizar patrimônios públicos, dentre outras benfeitorias, ora procuraram dar conta das demandas de habitação, transporte e qualidade de vida na região. Essa oscilação veio acompanhada por ciclos de fechamento e abertura para a atuação de tipos de ator como movimentos sociais, agentes do mercado imobiliário, associações civis etc. Em segundo lugar, as intervenções nas áreas ao redor do centro histórico e que compreendem o chamado vetor sudoeste da cidade receberam fortes investimentos em infraestrutura ao longo de trinta anos: na construção e manutenção de equipamentos públicos, no sistema viário e na estrutura urbana. Nos últimos, as obras das estações de metrô e trem e os terminais de ônibus ajudaram a consolidar a importância dessa área e aumentaram as conexões entre as regiões do poder público na cidade, a Prefeitura de São Paulo e o Palácio do Governo, na Zona Sul.

Nos anos 1990, a abertura de novos canais como o Plano Diretor e o restabelecimento da democracia facilitaram a proeminência do setor privado nas políticas urbanas. Têm-se, de início, a criação e associações civis e ONGs preocupadas com o ambiente urbano, em alguns casos em sua dimensão ecológica e com a preservação do patrimônio histórico da cidade. Essas organizações civis, como Associação Viva o Centro (1991), Defenda São Paulo (1994) e Rede Nossa São Paulo (2007), formadas por um corpo técnico de arquitetos e urbanistas, passaram a reivindicar a recuperação das áreas centrais. De outro lado, movimentos sociais de moradia, como a União dos Movimentos de Moradia, (UMM), a Central de Movimentos Populares (CMP) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), também disputam os rumos das políticas em torno do centro de São Paulo. Assim, as novas paisagens na cidade de São Paulo ajudaram a criar atores coletivos ora interessados na revitalização e conservação dos patrimônios históricos da região central, ora motivados pela carência de estrutura habitacional de qualidade. A literatura sobre movimentos sociais sempre associou a escalada das ONGs à cooptação dos movimentos sociais no pós-constituente, mas esses novos atores coletivos não se encaixam nesta tese, antes compõem um novo tipo de ativismo em torno da gestão do espaço público urbano.

Por outro lado, o vetor sudoeste apresentou novas oportunidades logísticas de realização de protestos. Novas estações de metrô e outras estruturas de comunicação e transporte interligaram os vários centros de poder na cidade como Prefeitura e sede do governo do Estado.

Isso pode ser visto nos protestos nos meses iniciais de junho durante a gestão Haddad (2013-2016)¹¹⁵.

O que é importante demarcar é que as mudanças ocorridas em São Paulo após a redemocratização criaram novos cenários de protesto e atores coletivos. De um lado, “o centro”, com as disputas em torno das políticas de revitalização e de políticas de moradia, colocando em polos opostos associações civis, movimentos sociais, sindicatos e empresariado. A sequência de intervenções públicas nessas áreas criou ciclos de abertura e fechamento de oportunidades políticas, ao mesmo tempo em que materializou essas disputas políticas em territórios dentro da cidade. Atores políticos se formaram em função dessa materialização de disputas políticas. Os movimentos de moradia, as associações civis, mas também associações comerciais e coletivos culturais, foram se sedimentando em determinadas áreas e construindo padrões de ocupação e politização de territórios ao longo do tempo.

Outro fato importante é que tais disputas vão sendo modificadas conforme transformações na paisagem urbana facilitaram ou dificultaram a aglomeração de pessoas e a ação policial e o acesso aos prédios onde está o poder público na cidade. Ou seja, as oportunidades políticas interferem no espaço físico da cidade, afetando o protesto, à medida que impõem custos e abrem possibilidades. Em resumo, o protesto tem uma natureza logística. A preferência por certos territórios na cidade para o protesto está relacionada com facilidades e custos organizacionais para eventos políticos. O próximo capítulo avança nessa ideia, apresentando os dados sobre manifestações públicas na cidade de São Paulo no período de 2011 a 2013.

115 De todo modo, a gestão pode ser qualificada como pressionada em função da ação de movimentos sociais já antes da eclosão de junho. O aumento das tarifas também não foi o único motivo de conflito entre Haddad e os movimentos sociais. Por exemplo, cerca de 100 dias após a posse na Prefeitura, lideranças de movimentos sociais de moradia, como o MTST, a CMP e a União Nacional dos Movimentos de Moradia Popular (UNMP) reclamaram da morosidade na entrega de um plano concreto de ação no setor. A proposta da Prefeitura era de construção de 55 mil moradias. As lideranças questionaram a localização dessas áreas e a integração do plano de habitação com outras propostas dos movimentos como a autogestão dessas áreas. As lideranças também questionaram a inexistência de representantes desses movimentos no Conselho de Habitação da cidade. As lideranças se negaram a negociar com o secretário de Habitação na época, José Floriano de Azevedo Marques Neto (PP), o que ajudou a criar um clima de animosidade entre Prefeitura e as lideranças e em função desses impasses, no dia 17 de abril, um protesto foi chamado para pressionar a gestão. A expectativa era de que 15 mil pessoas comparecerem em diversos pontos da cidade. O protesto central foi marcado em frente à sede da Prefeitura, entretanto, os organizadores reuniram cerca de 2500 pessoas na área próxima ao Viaduto do Chá. O protesto tomou o Largo da Concórdia, a Praça da Sé e o Terminal Parque Dom Pedro II.

CAPÍTULO 5 - A CIDADE COMO ESPAÇO DE OPORTUNIDADES E AMEAÇAS: CENÁRIOS E PROTESTOS NA CIDADE DE SÃO PAULO, 2011-2013

A questão urbana comparece em muitas das análises do ciclo de protestos de junho de 2013, mas o modo pelo qual o espaço urbano em si influenciou as táticas e estratégias de confronto político segue inexplorado. Neste capítulo se defenderá que os espaços urbanos ajudam a explicar ritmo e passo das manifestações. Isso ocorre porque a cidade é uma estrutura administrativa, mas também uma rede de lugares. A paisagem urbana vai sendo produzida e moldada pelo Estado em suas interações com atores políticos, mercados imobiliários, profissionais e outros interessados na transformação do espaço¹¹⁶. Por sua vez, os espaços físicos assim configurados vão sendo ocupados e ressignificados por atores políticos como movimentos sociais. A materialidade e a simbologia política inscritas na cidade desenharam um espectro de possibilidades de ação para ativistas, aderentes e policiais.

O interesse deste capítulo é desvendar a lógica de seleção dos espaços urbanos pelos participantes do protesto. Argumenta-se aqui que a noção de oportunidades e ameaças políticas pode ser adaptada, de modo a incorporar variáveis espaciais. Edifícios, ruas, avenidas, parques, praças, estradas abrem ou fecham oportunidades de mobilização pelo fato de ser mais ou menos acessíveis para o protesto. A forma do protesto depende dos manifestantes, mas também da própria estrutura urbana, da malha viária e do simbolismo político dos lugares.

Este capítulo aborda a ecologia relacional e política dos espaços urbanos paulistanos, considerando processos políticos e econômicos que demarcaram as possibilidades e impossibilidades para o protesto na paisagem urbana em junho de 2013.

Do ponto de vista estratégico, tomando em consideração somente a logística espacial, os organizadores de protesto tinham duas opções em São Paulo: 1) realizar protestos em dias de semana em áreas centrais, que atrairiam o afluxo do cidadão comum voltando do trabalho, aumentando a chance de visibilidade dos protestos. Essa estratégia visaria à maximização do

116 Paisagem urbana é definida aqui como um conjunto de referências analíticas que dá sentido ao ambiente urbano. Segundo Relph, pode ser entendido como diversas estruturas físicas que se combinam formando espaços reconhecíveis pelos atores sociais (RELPH, 2016). Ruas, prédios, sinalizações e outros elementos se organizam de determinado modo na paisagem urbana. Argumenta-se na tese que a medida que a paisagem ganha contornos políticos específicos há um cenário de mobilização.

número de manifestantes, preferindo locais nos quais há predominância de trabalhadores no setor de serviços, com flexibilidade de horário, e boa infraestrutura de transportes e de telecomunicações; 2) realizar protestos em áreas mais amplas, evitando horários de pico e buscando horários e dias alternativos, como os fins de semana, e explorando os espaços urbanos de maneira mais ampla, para além dos pontos de passagem.

Para entender a questão dos dois ângulos e o modo pelo qual o espaço urbano abre oportunidades estratégicas e simbólicas de mobilização, elaborou-se um banco de dados com manifestações públicas ocorridas na cidade desde 2011 até momento imediatamente anterior à eclosão do ciclo de 2013. Trata-se de tentar identificar um uso típico anterior a junho e verificar, em seguida, se o padrão se repete ou se há inovações no uso dos espaços durante o ciclo.

Para tanto, a próxima seção apresenta uma breve perspectiva teórica sobre a construção dos espaços tradicionais de mobilização nas cidades e mais especificamente em São Paulo. Compreende-se que a seleção dos locais para o protesto obedece tanto à presença de marcos simbólicos nos territórios quanto depende da logística de mobilização. A segunda seção apresenta os dados de manifestações na cidade de São Paulo de janeiro de 2011 a maio de 2013. O objetivo será investigar os diferentes espaços acessados durante o governo Dilma Rousseff. A distribuição dos protestos em junho aponta para processos de enraizamento espacial e formação de cenários específicos de mobilização. A interação entre a logística do protesto e os efeitos da repressão policial impactaram a seleção de locais. De modo geral, o objetivo do capítulo é produzir um panorama da espacialização anterior dos protestos em São Paulo para averiguar se os ciclos de junho de 2013 se aproximam ou se afastam do padrão preexistente.

5.1. Protesto, Escala e Localidade

Protestos são também formas de apropriações políticas do espaço urbano. Em ambientes fechados ou abertos, ativistas constroem uma extensa malha de conexões com o espaço urbano. A ação de movimentos sociais é realizada por meio de operações espaciais, que, em larga medida, costumam ser negligenciadas pelos analistas. Recentemente, esse quadro se vem modificando com o aumento de interesse pela questão espacial nos movimentos sociais, como se viu no Capítulo 1. Aqui convém apenas detalhar a armadura teórica que embasa a ideia de que oportunidades e ameaças políticas são mediadas e materializadas no espaço físico da cidade.

O planejamento urbano tem como pano de fundo sempre considerações políticas. O alargamento de vias, a construção de novos edifícios, as leis de zoneamento e os planos diretores respondem não somente a pressões de caráter econômico, como também oferecem modelos de gestão e vigilância dos espaços. Os instrumentos de intervenção urbanística bem como o desenho do espaço urbano dão margem à formação de cenários de conflitos dentro do espaço urbano. Um dos exemplos mais citados na literatura foi o processo de intervenção urbanística empreendida pelo Barão Haussman na cidade de Paris após as revoluções de 1848. Segundo Gould (1995), a criação de bulevares, a expansão de grandes avenidas pela cidade e a incorporação de subúrbios na periferia parisiense tiveram como intenção impedir o uso de barricadas e bloqueios. As barricadas representavam não somente uma forma do repertório de confronto em Paris, como também facilitavam a criação de espaços comunitários de vivência das identidades operárias na capital. O fim das barricadas acabou com o símbolo da resistência das classes trabalhadoras e demarcou a reorganização de novas estratégias de confronto político dentro da arquitetura parisiense (GOULD, 1995).

Trabalhos recentes vêm salientando o efeito da arquitetura urbana na catalisação dos eventos de protesto. Gohn (2014), por exemplo, ressalta como praças em todo o mundo apareceram como espaços de concentração maciça de manifestantes durante esta última onda global de protesto. A Praça Tahir, no Egito, a Praça Gezi, na Turquia, o Occupy Wall Street, no Parque Zuccotti, e o movimento Toma la Plaza, que viria a desembocar no levante do 15-M na Espanha, elegeram as praças públicas como “cenários” privilegiados da ação de manifestações políticas de confronto. Mais do que uma questão técnica de facilitação do protesto por meio da escolha de um espaço aberto e com grandes vias de circulação, essas praças cristalizam tradições políticas e simbólicas. Para os ativistas, tomar tais praças é em si um ato de confronto e de afronta aos poderes políticos e sociais constituídos (GOHN, 2014).

Na cidade de São Paulo, não é de minimizar a importância de locais como a Praça da Sé e a Avenida Paulista como cenários de mobilização. Durante o processo de liberalização e mais tarde durante a abertura política, a Praça da Sé apareceu em São Paulo como o principal foco de ações de protesto. A presença da Catedral da Sé garantia tanto a facilidade tática do apoio provindo da Igreja Católica quanto representava a relação entre formas de ativismo na capital paulista e setores progressistas da Igreja Católica. Os protestos do Movimento do Custo de Vida, o Movimento em Defesa da Vida e outros movimentos de moradia que eclodiram na metrópole paulistana nas décadas de 1970 e 1980, o Movimento de Luta contra o Desemprego e o Movimento de Luta pelo Transporte Coletivo, todos esses exemplos tinham como base o

enraizamento espacial nas periferias de São Paulo (DOIMO, 1995). Especialmente, na zona leste e sul da cidade, esses movimentos construíram estruturas de mobilização calcadas na esfera local e comunitária apoiadas pelas Comunidades Eclesiais de Base do Brasil (Cebs).

Episódios de protesto e confronto direto com o regime militar eram agendados na região da Praça da Sé em virtude da legitimidade provida pela ação de personagens como Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, e Dom Angélico Sandalo. A missa ecumênica em função da morte do jornalista Vladimir Herzog, na Catedral da Sé em 31 de outubro de 1975, marca a primeira grande manifestação após o AI-5 de 1968.

O papel da Praça da Sé, como outros locais do centro histórico como o Vale do Anhangabaú, se manteve inalterado durante o ciclo da redemocratização. A localização dos comícios das Diretas Já, em 1984, numa região bem abastecida de transporte, permitiu o acesso massivo dos manifestantes¹¹⁷. Isso explica a preferência por grandes áreas abertas e como as praças no centro da cidade se tornaram pontos de forte concentração de pessoas em protestos.

Mais adiante, o centro de São Paulo passou por um processo de declínio relativo de simbolismo político. Isso ocorreu a despeito da transferência da Prefeitura de São Paulo e da revitalização de edifícios históricos do centro da cidade. A mudança da localização da Prefeitura veio acompanhada de movimentos políticos e da sociedade civil no intuito de revitalizar e dinamizar o centro de São Paulo¹¹⁸. O esvaziamento populacional e a perda de centralidade econômica durante os anos 1980 imprimiram ao centro histórico a imagem de decadência e afastaram as grandes manifestações públicas¹¹⁹.

Durante os anos 1990, a Avenida Paulista se consagrou como o palco privilegiado de grande parte dos eventos de protesto. Mesmo que não se disponha de dados quantitativos sobre o número concreto de eventos que ali se deram, episódios maciços de protesto ocorreram durante os anos 1990 na avenida. As marchas em prol do impeachment de Fernando Collor, por

117 A região do centro expandido engloba a área administrativa da SubPrefeitura da Sé. Essa região compreende os seguintes distritos: Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Sé e Santa Cecília. O centro histórico compreende o quadrilátero formado especificamente pelos distritos da Sé e da República, englobando pontos históricos relevantes como a Catedral da Sé, o Vale do Anhangabaú, o Pátio do Colégio e o Edifício Matarazzo, atual prédio da Prefeitura do Município de São Paulo.

118 A Prefeitura da cidade de São Paulo teve como sede de 1953 a 1991 o Pavilhão Padre Manoel de Nóbrega, localizado junto ao Parque do Ibirapuera.

119 O movimento Viva o Centro e a Rede Nossa São Paulo em conjunção com o governo municipal e estadual, além de atores do mercado, durante os anos 1990, atuaram em projetos de revitalização do centro tais como a Pinacoteca do Estado de São Paulo, a Estação da Luz, o Museu da Língua Portuguesa, a Estação Júlio Prestes, a Sala São Paulo, o Teatro Municipal, o Mercado Municipal, entre outros. A partir dos anos 2000, esses projetos continuaram com a inauguração da Aliança pelo Centro Histórico de São Paulo, encabeçada pelo Viva o Centro e empresas privadas na região. Esses projetos serão detalhados nas seções adiante.

exemplo, foram sediadas na Avenida Paulista e demarcaram ali a simbologia de grandes eventos de protesto durante os anos 1990. A facilidade de acesso à grandes vias de circulação, a rede de transporte público, a presença de edifícios capazes de dar guarida em casos de conflito com a polícia, a presença de serviços e o arruamento favorável contribuíram para transformar a Paulista em um polo onde manifestantes e ativistas se encontram corriqueiramente. Em resumo, a Avenida Paulista apresenta uma qualidade substancial: a capacidade de conectar diferentes pontos da cidade de São Paulo. Diferentemente do caso da Praça da Sé, a circulação de pedestres, carros e outros tipos de veículo facilita não somente a estrutura logística do protesto, como fornece uma “audiência” que possa presenciar os eventos de protesto. Em suma, a Paulista é capaz de fornecer visibilidade ao protesto. A avenida pode ser considerada um caso espacial de mecanismo de intermediação, por conectar aglomerados espaciais, como ruas e regiões de São Paulo, separados entre si.

A partir dos anos 2010, a Avenida Paulista deixou de ser o cenário principal de protestos à medida que a escala das manifestações aumentava. Diferente dos ciclos de protestos anteriores, que eram em maioria concentrados em áreas centrais da cidade, as manifestações se foram espalhando pela cidade e se desviaram dos padrões concentrados de protesto. Um exemplo é o Ocupa/Acampa Sampa, em 2011. Durante cerca de dois meses o Ocupa Sampa armou tendas e barracas no Vale do Anhangabaú a partir das chamadas do 15O, o 15 de outubro, evento convocado pelo Movimento dos Indignados na Espanha. A ideia de ocupar outros espaços públicos passa a ser uma das principais estratégias utilizadas pelos movimentos autonomistas. No ano de 2011, a Marcha da Maconha e a primeira Marcha das Vadias trouxeram à tona novas táticas de apropriação dos espaços na cidade de São Paulo. O Movimento Passe Livre também esteve engajado ativamente nesse processo, tanto no Ocupa Sampa quanto em movimentos de contestação pública dos usos da cidade. Pontos como a Praça Roosevelt se consolidaram como espaços de sociabilidade de movimentos autonomistas.

Durante o ciclo de 2013, as manifestações radicalizaram o processo de apropriação espacial da cidade de São Paulo. Instalou-se uma lógica de ocupação simultânea de espaços tanto nas bordas da região do centro expandido quanto nas periferias. As manifestações do dia 6 de junho ainda se concentravam ao redor da Avenida Paulista. Mas, a partir do dia 11 de junho, os eventos se espalharam atingindo o centro histórico, dirigindo-se às portarias de prédios públicos, como secretarias e o prédio da Prefeitura. Simultaneamente, o eixo do Largo da Batata, Avenida Brigadeiro Faria Lima e Avenida Luís Carlos Berrini também atraíram manifestantes. A partir da repressão, locais como a Assembleia Legislativa do Estado

de São Paulo, na zona sul, também passaram a ser cenários da ação de ativistas. Protestos nas periferias foram comuns em vias de grande circulação tais como a Avenida Francisco Morato e a Estrada do M'Boi Mirim. Os protestos avançaram para pontes, acampamentos, vias de ligação entre o centro e as bordas da cidade.

Esse uso do espaço compõe um padrão global concentrado ou disperso? Qual a lógica presente nos espaços urbanos para chamar ou atrair manifestantes? É possível demarcar algum padrão de aglutinação dos protestos em cenários específicos de mobilização ou a cidade é ocupada de maneira indiferenciada levando a uma distribuição aleatória de protestos? A expansão do ciclo de junho pode ter explicação na dinâmica de dispersão do protesto para áreas periféricas *ao mesmo tempo em que grandes eventos ocorriam em áreas tradicionais*. Espera-se demonstrar que junho pode ser descrito então como um conjunto de manifestações concentradas em áreas atratoras da cidade de São Paulo, *ao mesmo tempo* em que núcleos menores se reuniam em áreas periféricas. A próxima seção detalha o modo como esses locais de protesto foram sendo construídos na cidade e como serviram para a elaboração de cenários de mobilização ao longo dos anos.

5.2. A Construção de Cenários de Protesto em São Paulo, 2011 a Maio de 2013

O objetivo desta seção é confrontar parte da literatura que assevera o caráter absoluto de novidade do fenômeno de junho em 2013, ao menos em suas características espaciais. Evidentemente, a magnitude do processo e a extensão territorial do ciclo de confronto não são ignoradas. Contudo, a aceitação desacompanhada da hipótese da novidade pode trazer prejuízos à interpretação sobre a emergência dos confrontos presentes naquele mês e nos protestos posteriores. A produção da hipótese das manifestações espontâneas, em parte, é resultado de uma adesão às categorias da imprensa durante as manifestações de junho. As primeiras impressões ainda muito influenciadas pelo calor da hora continham referências à imagem que a imprensa fazia do fenômeno. Isso porque a espontaneidade estava coligada à ideia de que determinados participantes são menos ou mais legítimos e que os usos dos espaços urbanos estavam ligados a determinadas formas legítimas de apropriação dos lugares. As reações imediatas de um povo cansado de corrupção compõem a narrativa da captura das manifestações pelos partidos de esquerda. Por outro lado, o esgotamento da boa vontade do “povo” contra o

sistema de representação e contra o poder em geral também é a narrativa do “sequestro” das manifestações pela direita¹²⁰.

A presença da polícia e o seu padrão de intervenção e contenção das manifestações foram legitimados e encorajados por parte da imprensa, que via na ação dos manifestantes vandalismo e depredação. Vandalismo em razão das iniciativas de “ação direta”, cujo sentido de ataque a símbolos capitalistas fora descrito na imprensa como atentados à propriedade privada e aos bens públicos. Os “vândalos” também eram identificados como aqueles manifestantes que, por supostamente serem adolescentes de classe média, interromperiam o fluxo de veículos pessoais e o transporte público na cidade. As manifestações, portanto, afetavam o direito de ir e vir por meio de táticas de “privatização das ruas”¹²¹. Em suma, “vândalos” seriam os atores que depredariam não somente o espaço físico, mas também uma ordem moral de comportamento nos espaços públicos (GOFFMAN, 2008)¹²². Mas, antes de definir os atores coletivos, assunto discutido no próximo capítulo, como se constituem esses usos do espaço público? De que modo os manifestantes se colocam publicamente como contestadores dessa ordem? Em resumo, como se produzem os usos políticos da cidade, na cena do confronto em protestos?

É imprescindível, portanto, entender a trajetória de apropriações dos espaços urbanos nos meses que antecedem junho a fim de tentar entender de que modo os espaços foram acessados durante o ciclo. Esses espaços foram apropriados estrategicamente, e argumenta-se aqui que há uma interação entre a logística dos eventos, a busca por visibilidade e o controle policial dos espaços. Esses dois mecanismos impactam na seleção e no uso dos locais. Juntos esses mecanismos orientam a construção de práticas e usos recorrentes em espaços específicos nas cidades.

120 Esse debate da imprensa e o uso das categorias como espontaneidade, irrupção, “terremoto” está relacionado ao modo como se legitimam determinados tipos de manifestantes em detrimento de outros. Para mais detalhes sobre a relação entre a imprensa e as narrativas de junho consultar (DONADON, 2016).

121 Um dos efeitos de junho, pouco discutidos por sinal, foi a reorganização do direito de uso dos espaços. Em matéria de setembro de 2013, a imprensa baiana noticiou casos de projetos de lei regulando o uso dos espaços para manifestações. O estudo do pós-junho encontra-se além dos interesses da tese, mas é importante ressaltar que os processos de tipificação dos manifestantes não foi o único fator utilizado nos mecanismos de prescrição ou de tolerância às manifestações. Determinadas visões sobre o uso dos espaços públicos também foram mobilizadas na tentativa de frear ou encorajar tipos de protesto em detrimento de outros. Fonte: “Obstrução de vias públicas: Ofensa ao direito constitucional de “ir e vir””, 09/09/2013. <http://www.vozdabahia.com.br/index/colunas/id86529/obstrucao-de-vias-publicas-ofensa-ao-direito-constitucional-de-ir-e-vir> <Acesso em 15/07/217>.

122 Para uma caracterização jurídica do caráter legal das manifestações nos espaço públicos e ação da polícia militar ver (NOVELLINO, 2017).

Chama-se de cenários de protesto essa relação de repetição de formas de ocupação em determinados espaços nas cidades. Uso dos espaços que por sua vez influenciou no aumento do volume de manifestantes nas ruas. Assume-se que os padrões de uso dos espaços públicos pelos manifestantes e as estratégias de controle policial do acesso a certos locais desempenharam um papel importante em junho. Entretanto, esses padrões de uso materializados na ideia de cenários de mobilização não foram construídos somente a partir de junho. Há indícios que há uma história dos usos dos espaços urbanos. Não será possível, pelo menos por ora nesta tese, resenhar todo o percurso de usos dos espaços públicos pelos movimentos sociais e outros atores coletivos antes de 2013. Entretanto, a análise do período que engloba o período de Dilma Rousseff é suficiente para flagrar a eclosão de padrões de escolha nos locais de protesto no ciclo.

Além de coberturas jornalísticas, outra fonte primária útil na identificação de eventos de protesto é o acervo de registros de intervenções viárias durante mobilizações na cidade produzido pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) de São Paulo. São registros de intervenções, gerenciamento e fiscalização de eventos públicos que afetam o trânsito, com codificações que identificam a natureza dos eventos públicos como manifestações, festividades, obras etc. Os registros são diários e informam a localização dos protestos, horário, número de participantes, ruas bloqueadas, organizadores e ação da CET.

A partir do acervo da CET, foi organizado um banco apenas com os protestos e eventos comemorativos, mas com conteúdos normativos e políticos que reuniam atores politicamente orientados e expressam demandas políticas de alguma espécie. Contudo, outra característica dos dados da CET sobre os eventos, por serem dados coligidos por meio do georreferenciamento, permitiu catalogar detalhes importantes como a localização e a hora dos protestos nos espaços, proximidade em relação a pontos importantes da cidade de São Paulo, bem como duração, trajeto e policiamento. Os dados foram reclassificados com vista a acomodar a definição mais ampla de eventos de protesto proposta na tese. A classificação dos tipos de local acessados seguiu a classificação da própria CET, ainda que as categorias fossem compatíveis à classificação e utilizada no BEP-2013. Os dados permitem entender o modo como determinados locais foram ativados em maior intensidade e recorrência na cidade. Os dados utilizados se referem ao período de 01/01/2011 a 30/05/2013 e incluem parte do governo Dilma Rousseff até a fase antecedente aos protestos de junho. Isso significa que as conclusões e hipóteses postas aqui dizem respeito a esse período, perdendo validade com generalizações além daí.

O primeiro resultado da investigação dos dados foi a cotidianidade dos protestos na cidade de São Paulo. O total de eventos foi de **805** ao longo de dois anos e meio, o que totaliza cerca **0,89** eventos por dia. Isso supõe que houve pelo menos um protesto a cada dois dias e garante certa razoabilidade na afirmação de que protestos têm sido algo rotineiro e contínuo na cidade de São Paulo. Apesar da novidade do ciclo de junho em relação ao caráter repentino das mobilizações, parte dessas afirmações tem de ser posta em perspectiva no âmbito da rotina de protestos na cidade. Parte do quebra-cabeças é justamente tentar entender de que modo se passa dos protestos rotineiros à evolução de um ciclo de confrontos. Não há respostas satisfatórias até o momento, mas a aposta é que a explicação não deve partir de análises espontaneístas de junho que exagerem o caráter de novidade dos confrontos.

Nos três anos houve pouca variação no número de protestos. Em 2011, tomando o ano todo, a cidade contabilizou 377 eventos, ao passo que em 2012 esse número teve uma pequena queda, para 312. Contando somente os dados referentes aos cinco meses iniciais de cada ano, houve **149** protestos em 2011 e **147** em 2012. O ano de 2013 foi atípico, pois teve um montante de **118** eventos de protesto. Uma leve queda em relação aos anos anteriores. Longe de ser um evento esporádico, protestos costumam ocorrer com relativa frequência, o que leva à indagação sobre a perenidade dos protestos ao longo do tempo. Isso sugere que há relativa variação nos locais de protesto na cidade de São Paulo, mas que estes se sucedem de modo repetido. A Figura 5.1 apresenta os eventos de protesto contrastados com a quantidade de novos locais de cada protesto.

Figura 5.1 Número de Eventos e Número de Locais, São Paulo, 2011- Maio 2013

Fonte: BEP-CET (2013)

Pela Figura 5.1 é possível notar que o número de locais selecionados para eventos de protestos na cidade de São Paulo varia mais do que o número de protestos. No total, foram 738 endereços diferentes de protesto. Os protestos acessam cerca de 2,19 locais por protesto, com desvio-padrão de 5,9 logradouros por protesto. Levando em consideração o mesmo período de janeiro a maio dos três anos, a quantidade de locais foi de **184** em 2011, **214** em 2012 e **141** em 2013. Alguns eventos de protesto foram atipicamente ricos em termos de locais acessados pelos manifestantes.

No dia 2/08/2012, por exemplo, o Sindicato dos Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo (Sindimotos) paralisou cerca de vinte ruas diferentes numa área de 7 km² ao redor do Parque do Ibirapuera e subiu em direção à Avenida Paulista antes de descer em direção ao centro de São Paulo. O Parque do Ibirapuera fica próximo à Assembleia Legislativa do Estado. O local reúne condições favoráveis em três sentidos. De um lado, é uma área bem servida de vias e avenidas para circulação de veículos. Também tem disponível amplas áreas abertas, propícias à concentração de pessoas. Por fim, a proximidade com os centros de poder facilita a visibilidade de demandas. O evento foi uma resposta a novas regras que impunham a apresentação de antecedentes criminais antes da contratação do profissional em veículo motorizado. O protesto durou quase o dia todo e teve efeitos profundos no trânsito. A carreata não teve mais do que 2 mil participantes, mas paralisou o tráfego de veículos em parte da cidade.¹²³

Outro protesto que acessou um grande número de locais, desta vez sem se valer de veículos motorizados, foi a campanha contra o reajuste das tarifas no dia 24/03/2011. A manifestação convocada pelo MPL-SP saiu da Avenida Paulista e caminhou em direção ao centro da cidade. O território coberto compreende cerca de 6 km² e passou por pelo menos doze logradouros diferentes. Contou com cerca de 500 manifestantes, segundo a CET. Neste caso, a chave para a dispersão dos manifestantes foi sem dúvida a flexibilidade. Poucos participantes significam sobretudo facilidade de deslocamento¹²⁴. Outro exemplo longe das áreas centrais da cidade mostra que certos eventos de protesto também experimentavam grandes porções ocupadas do território urbano. No dia 19/04/2011, movimentos de moradia se reuniram nas

123 Fonte: “Motoboys fazem protesto em São Paulo”, 02/08/2012, <https://noticias.uol.com.br/album/2012/08/02/motoboys-fazem-protesto-em-sao-paulo.htm#fotoNav=6><Acesso em 15/05/2018>

124 Fonte: “Manifestantes contra as tarifas ocupam trecho da 23 de maio”, 24/03/2011, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/03/manifestantes-contra-tarifa-de-onibus-ocupam-trecho-da-23-de-maio.html><Acesso em 25/08/2017>

imediações do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual, e 3 mil pessoas ocuparam pelo menos treze ruas ao redor do edifício¹²⁵.

O número de participantes no período todo variou bastante, mas a média foi bastante baixa no período. Um protesto típico nos meses analisados tinha cerca de 554 manifestantes. O maior evento registrado no período foi a manifestação dos professores em função do reajuste salarial no dia 19/04/2013, com cerca de 60 mil manifestantes.

A Figura 5.2 apresenta essa variação ao longo do tempo. De modo geral, é possível verificar que – salvo dois episódios de protesto, as manifestações em torno de moradia e habitação em meados de 2011 e as manifestações dos professores estaduais em abril de 2013 – a participação nos eventos de protesto costuma ser pequena. Desse modo, a cidade de São Paulo tem uma certa rotina de protestos, dada a frequência do fenômeno no dia a dia, mas que é representada por eventos pequenos e com pouca expressão do ponto de vista populacional.

Figura 5.2 Número de Manifestantes por Evento, São Paulo, 2011-Maio 2013

Fonte: BEP-CET (2013)

Convém notar, porém, que os meses que antecedem junho são marcados pela conjunção de duas características. Trata-se da baixa incidência de protestos na cidade, mas que reúne

¹²⁵ Fonte: “Após manifestação de sem-teto, CDHU marca encontro para maio”, 19/04/2011, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/04/apos-manifestacao-de-sem-teto-cdhu-marca-encontro-para-maio.html>< Acesso em 18/05/2017>

um montante considerável de manifestantes. As médias para os meses anteriores a abril e maio são 275 manifestantes por protesto. Isso sobe para algo em torno 2,5 mil manifestantes em abril e maio. As manifestações dos professores nesse período, tanto em abril quanto em maio, colaboraram para inflar esses números¹²⁶.

Contudo, mesmo excluindo esses eventos, a média sobe para 1340 manifestantes em cada evento. Isso contrasta com parte das imagens de junho como um caso completamente espontâneo de mobilização, em que a calma é revertida por uma onda enorme de mobilizações (ANTUNES, 2013; JUDENSNAIDER *et al.*, 2013). Embora surpreendente a rapidez com que a massificação de manifestantes nas ruas se deu, não se pode desconsiderar o crescimento contínuo ao longo dos meses antecedentes a junho.

Contudo, parte da literatura recente vem procurando rebater a hipótese da espontaneidade de junho, demarcando justamente o papel que determinados atores coletivos e uma trajetória de mobilizações tiveram sobre o protesto (DONADON, 2016; GONDIM, 2016). Pouco se tem destacado do papel que a interação entre ativistas e manifestantes comuns nos espaços urbanos ocupam na expansão do ciclo. Parte do acréscimo de novos manifestantes nas ruas é resultante não somente dos temas e organizações coletivas envolvidas, mas dos locais acessados e da exploração de determinados usos do espaço nos contextos urbanos particulares.

Isto é, houve uma combinação entre o número de participantes e os locais selecionados. A combinação de meios de transporte e comunicação somada à presença de inúmeros focos de poder que possam ser endereçados nas manifestações devem ser contabilizadas como fatores atratores de transeuntes comuns. Nos meses que antecedem junho, grande número de participantes preferiu ocupar áreas centrais servidas de condições de transporte e comunicação. Esses locais se encontram na zona do centro e do centro expandido.

De modo geral, a localização nessas áreas facilita deslocamentos, já que é servida por grandes avenidas e a facilidade de mudança de trajetos é simplificada. Seja por meio de grandes contingentes de pedestres nas manifestações, seja pela presença de carros de som ou outros veículos, a maior parte desses protestos se beneficiava da malha rodoviária urbana. Abaixo, o mapa do período 2011 a maio 2013 com as áreas de concentração dos eventos de protesto (Figura 5.3).

126 “Protestos de professores afetam trânsito na Av. Paulista e Centro de SP”, 03/05/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/protestos-de-professores-afetam-transito-na-av-paulista-e-centro-de-sp.html>, <Acesso em 15/08/2017>>

Pelo mapa é possível facilmente visualizar que nos três anos as áreas centrais concentraram a maior parte dos eventos de protesto. Essas áreas tiveram grandes protestos como os mencionados anteriormente, mas também protestos menores com baixa adesão. Em hipótese, as áreas centrais, em especial a região ao redor do centro expandido, reúnem características que podem ser vistas como condições ideais para a execução de manifestações. Por exemplo, áreas centrais dispõem de amplas avenidas e praças com áreas grandes o suficiente para comportar um montante expressivo de manifestantes. Características que, nos bairros periféricos, dificultam a tomada das ruas por contingentes volumosos de pessoas em determinados momentos.

Figura 5.3 Distribuição de Eventos de Protesto, 2011- Maio 2013¹²⁷

Fonte: elaborado com base em BEP-CEBRAP (2013).

Os confrontos tenderiam a ser, portanto, um fenômeno fortemente concentrado nessas áreas. Outra vantagem, seria a forte concentração de equipamentos públicos, como parques,

¹²⁷ Foram selecionados somente os protestos com menos de 5000 para a confecção do gráfico a fim de facilitar a visualização. No gráfico estão representados 802 eventos de protesto. Além disso, pelas dificuldades de medição do número de participantes de um evento preferiu-se usar a média. Essas dificuldades incluem problemas na própria medição e a volatilidade do número de manifestantes. Os técnicos da CET usam as mesmas técnicas da polícia para a inferência do número de participantes, mas dado o fato de que o registro das informações não é prioridade em uma situação de rua, não é possível cobrar altas taxas de acurácia. Outro ponto relevante é o fato de que o número de participantes também muda vertiginosamente em diferentes escalas temporais. De minuto a minuto pode haver incremento ou desmobilização súbitos. Dados esses fatores, usou-se a média já que tem sido recomendada como remédio a esses problemas (McADAM, 1982).

bibliotecas, escolas, locais de lazer etc. Esses equipamentos seriam importantes por aumentar a circulação de pessoas nesses locais. A região central também concentra atividades econômicas ligadas principalmente ao setor de comércio e serviços, cuja probabilidade de horários flexíveis forneceriam a possibilidade de adequação em tempo de trabalho e tempo para outras atividades, como a ida a manifestações. Indivíduos que trabalham e estudam na mesma região tendem a concentrar atividades, nos dias úteis e em áreas próximas. Esses fatores logísticos somados aumentaram as chances de escalada da manifestação para além dos usuais ativistas e organizadores dos eventos.

As “economias de escala” nas mobilizações também apresentam gargalos. Aderentes e ativistas mantêm posições acerca de pautas e detêm conhecimentos distintos das práticas e táticas de protesto nas ruas, e ambos, em muitos casos, discordam dos rumos da manifestação, inclusive em aspectos básicos como trajetos e o tempo em que cada trajeto é feito. O aumento do número de manifestantes implica, portanto, custos de coordenação dos eventos. Mais pessoas nas ruas em locais centrais também significam maior possibilidade de confrontos. A proximidade com os centros de poder, como a Prefeitura e secretarias responsáveis pela gestão de projetos na cidade, seria um atrator de manifestantes, mas também implicaria o uso recorrente da força pública para a contenção dos manifestantes e a tentativa de evitar ocupações dos espaços públicos desses prédios por parte dos manifestantes.

Por fim, outro fator que afastaria os manifestantes seriam os próprios manifestantes. Isto é, os locais centrais, por serem visados, são escassos. Haveria, portanto, margem para disputas. Não somente pelo protagonismo visual na cena do protesto, mas também pelo próprio direito à realização de protestos com temáticas diferentes ou, ao mesmo tempo, opostas. Ativistas disputariam os espaços com vantagens espaciais. O centro, em função dos fatores listados, teria uma combinação de fatores agregadores ao mesmo tempo em que esses fatores implicariam disputar nichos e locais específicos.

Os eventos de protesto se concentraram em locais clássicos de mobilização da cidade de São Paulo. A Avenida Paulista e o Viaduto do Chá foram os dois locais mais acessados na região central em todo o período. A área concentra tanto rotas de evacuação em caso de fuga, como está próxima do grande centro político, do Viaduto do Chá, da Prefeitura de São Paulo e do grande centro econômico, como a região da Avenida Paulista. A área que vai da Paulista ao Viaduto do Chá, até maio de 2013, ainda era a mais acessada, mas ruas e avenidas auxiliares próximas foram testadas com mais afinco pelos manifestantes. A Figura 5.4 apresenta as ruas

mais acessadas, em que houve mais de cinco eventos – média de eventos de protesto por rua – e o ano em que cada evento ocorreu.

De um ano para outro, entretanto, houve modificações nos locais mais ativados. Nota-se em primeiro lugar, a mudança dos anos 2011 e 2012 para 2013. A maior parte dos eventos de protesto em 2013 se espalharam por ruas que tiveram poucos protestos naquele ano, por isso várias ruas aparecem sem marcas na Figura 5.4. Isso também significa que poucos locais foram acessados ao longo dos meses iniciais de 2013, ou seja, novos trajetos e locais foram testados *antes do ciclo de junho*.

Figura 5.4 Número de Eventos e Ruas, São Paulo, 2011- Maio 2013

Fonte: BEP-CET (2013)

Alguns pontos devem ser salientados. O primeiro diz respeito às continuidades. Mesmo com as mudanças de trajetos, a Avenida Paulista ainda foi ativada frequentemente ao longo dos três anos, assim como a Praça da Sé – muito embora o acesso tenha caído bastante ao longo de 2013 – e o Viaduto do Chá. Esses locais, embora oscilassem ao longo dos três anos, mantiveram sua proeminência como local de encontro. O segundo ponto é que alguns locais na área central da cidade foram ativados de maneira menos intensa em 2013 do que vinham sendo ativados. Caso da Praça Ramos de Azevedo, cuja importância será reassumida durante as fases de eclosão e diversificação do ciclo de junho. O terceiro ponto é que determinadas ruas e avenidas foram ativadas regularmente em 2011 e 2012, mas se situavam fora da área delimitada pelo centro e centro expandido da cidade de São Paulo. Essas avenidas embora não fossem acessadas

regularmente pela maior parte dos manifestantes e em vários eventos, ainda assim foram providenciais para a consecução de eventos fora das áreas centrais.

Isso significa que a distinção entre centro e periferia é falha do ponto de vista dos espaços de protesto. Se for válida, a distinção deve atentar para a presença de múltiplos pontos de encontro nas áreas periféricas. A Avenida M'Boi Mirim ou a Avenida Guarapiranga atestam esse tipo de prática. A análise dos centroides – pontos centrais de cada distrito – indicam que mesmo os pontos exteriores dessas grandes avenidas são atraídos para esses locais de grande circulação nas periferias. Em resumo, a cidade de São Paulo tem múltiplos centros de protesto, alguns mais recorrentes do que outros.

Por esses motivos, lugares periféricos e distantes em relação ao centro também ofereceriam vantagens para as mobilizações. Esses fatores listados anteriormente elevariam os ativistas a coordenar protestos menores, mas com possibilidade de comprometimento maior e com facilidades de organização. Um menor número de pessoas em áreas periféricas implicaria o controle por parte dos ativistas do foco do evento. Aderentes mais comprometidos e com menor chance de conflito entre lideranças e os manifestantes comuns. O afastamento de áreas centrais também implicaria menor possibilidade de confronto com a polícia, já que há menor quantidade de prédios públicos, e os efeitos no trânsito seriam minimizados. Por fim, a escolha de locais distantes do centro facilitaria a exclusividade dos protestos, dada a menor quantidade de conflito entre manifestantes por espaço. A Figura 5.5 detalha com precisão as mudanças nos locais. Parte dessa situação foi efeito de uma queda no volume de manifestações nos meses que antecedem junho. Menos eventos de protesto, menos espaços utilizados. Em todos os anos anteriores, a taxa de protestos mensais era estável. Nos meses iniciais havia menos protestos, especialmente janeiro e fevereiro, ao passo que a partir de junho até novembro eventos de protestos apareciam a uma taxa elevada. Pode-se aventar a hipótese de que existe uma natureza sazonal de protestos. Isto é, tendem a ocorrer em datas e períodos de tempo específicos *independente das pautas e das demandas políticas*. De todo modo, os meses que antecedem junho são de marasmo em comparação ao mesmo período dos anos anteriores. O que diferiu nos meses antecedentes a junho, como já demonstrado acima, é o montante de pessoas em cada protesto. Isto é, os meses antecedentes a junho denotam poucos eventos, mas cada evento contava com uma média especificamente alta de manifestantes. O que isso pode significar? Em primeiro lugar, parte pode ser explicada pelos efeitos pretendidos dos manifestantes. Menos protestos, significam menores custos de mobilização, mas o impacto na opinião pública pode ser “aumentado”, caso haja um montante expressivo de pessoas nas ruas. Gastou-se mais tempo

na coordenação de protestos, tentando viabilizar uma porção satisfatória de pessoas nas ruas. O ideal nos meses de janeiro a maio nos protestos era evitar áreas com menor visibilidade e concentrar o máximo de pessoas nas regiões da Avenida Paulista e imediações.

Do ponto de vista temporal, a exploração desses “policentros” nas bordas da cidade não era exatamente uma novidade. Esse tipo de padrão se repetia sobretudo a partir de fevereiro de 2012. À época houve intensa mobilização em função do caso do despejo de família moradoras em um terreno baldio em São José dos Campos, na RMSP– o Pinheirinhos¹²⁸. Os protestos começaram em janeiro e ganharam fôlego a partir de fevereiro indo às ruas da zona sul. Diversos pontos da capital paulista viram protestos contra o despejo. As avenidas Francisco Morato e Avenida M’Boi Mirim foram usados como palcos de mobilização.

Nos mapas é possível identificar que há uma passagem contínua para áreas de protesto em direção ao setor sudoeste da cidade. Locais como o Largo da Batata e a Avenida Brigadeiro Faria Lima passam a ser esporadicamente utilizados como cenários de protesto. Parte dessa mudança se deveu à abertura da Estação Faria Lima em fevereiro de 2010, no Largo da Batata. Em 2011, por exemplo, parte dos protestos contra o aumento das tarifas se deu nessa região¹²⁹. Outros protestos passaram a ocorrer com certa regularidade ali, ainda que com menor intensidade do que os usuais locais como Avenida Paulista e Viaduto do Chá. As estações do metrô que vai do centro ao vetor sudoeste permitiram a difusão dos protestos na região. A facilidade reside no fato de que a partir daí protestos na região do Palácio do Governo ficaram facilitados pelo fato de que a região passou a ser servida por outros meios de transporte. As estações de metrô e mudanças na economia dos transportes impactaram a difusão de atividades políticas em direção ao vetor sudoeste da cidade.

Pode-se dizer que de 2011 a 2013 houve uma política dos transportes para além da questão das tarifas. Tanto porque a estrutura desencadeou a exploração de novos espaços de protesto quanto pelo fato de que a morosidade na finalização das obras e polêmicas envolvendo a localização das estações desencadearam queixas na população¹³⁰. Os episódios dos protestos

128 Fonte: “Manifestantes fazem protesto em SP contra despejo em Pinheirinho”, 23/02/2012, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/manifestantes-fazem-protesto-em-sp-contr-despejo-em-pinheirinho.html> <Acesso em 25/08/2017>

129 Fonte: “Após protesto, avenidas Faria Lima e Rebouças são liberadas”, 10/03/2011, <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/03/887058-apos-protesto-avenidas-faria-lima-e-reboucas-sao-liberadas.shtml?mobile> <Acesso em 25/08/2017>>

130 O episódio do “Churrascão da Gente Diferenciada” e os protestos pelos acidentes na obra da Estação Pinheiros podem ser citados como exemplos. Fonte: “Sob protestos, Alckmin inaugura Estação Pinheiros do Metrô”, 16/05/2011, <https://veja.abril.com.br/politica/sob-protestos-alckmin-inaugura-estacao-pinheiros-do-metro/> <Acesso em 25/08/2017>>

trouxeram preocupação ao governo do Estado de São Paulo, que à época pensou em constituir um gabinete “antiprotesto”¹³¹. A onda de protestos em apoio ao caso reuniu cerca de 20 mil pessoas na zona sul, e eventos culturais ajudaram a criar um clima de oposição ao governo do Estado de São Paulo.

Não há dados precisos sobre a presença da polícia no material fornecido pela CET, mas em alguns eventos os dados apontam a presença de policiamento. Também não se pode falar com exatidão do tipo de ação policial. Entretanto, como o foco reside na seleção dos locais e das oportunidades socioespaciais do protesto, a presença da polícia pode ser valiosa para identificar locais com maior ou menor possibilidade de repressão. A Figura 5.5 retrata essas mudanças, mostrando o posicionamento dos protestos e o policiamento e o tamanho dos protestos.

Figura 5.5 Eventos de Protesto e Policiamento, 2011- Maio 2013¹³²

Fonte: elaborado com base em BEP-CEBRAP (2013).

131Fonte:” Alckmin institui ‘gabinete antiprotesto’ em SP”, 31/01/2012 <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/01/1041582-alckmin-institui-gabinete-antiprotesto-em-sp.shtml><Acesso em 21/08/2017>

132 Foram selecionados somente os protestos com menos de 5000 para a confecção do gráfico a fim de facilitar a visualização. No gráfico estão representados 802 eventos de protesto. Além disso, pelas dificuldades de medição do número de participantes de um evento preferiu-se usar a média. Essas dificuldades incluem problemas na própria medição e a volatilidade do número de manifestantes. Os técnicos da CET usam as mesmas técnicas da polícia para a inferência do número de participantes, mas dado o fato de que o registro das informações não é prioridade em uma situação de rua, não é possível cobrar altas taxas de acurácia. Outro ponto relevante é o fato de que o número de participantes também muda vertiginosamente em diferentes escalas temporais. De minuto a minuto pode haver incrementos ou desmobilização súbitos. Dados esses fatores, usou-se a média já que tem sido recomendada como remédio a esses problemas (McADAM, 1982).

O mapa apresenta a relação entre policiamento, espaços e número de manifestantes, que não é tão óbvia e direta. O tamanho dos eventos não parece ter relação com o policiamento, pois a polícia não escolhe protestos grandes ou pequenos para a montagem de esquemas de vigilância. Evidentemente, não há dados ainda sobre a relação entre a ação policial e o tamanho dos protestos, mas esse é um ponto além dos objetivos desta tese. *O que aparece mais marcadamente é que locais com policiamento e sem policiamento não se superpõem de um mês para outro nos anos de 2011 a 2012.* Os ativistas tentam se esquivar de locais que foram fortemente policiados em momentos anteriores. Há uma lógica pendular entre a ação dos manifestantes e da polícia. Pelo mapa, a polícia também parece seguir a linha do vetor sudoeste da cidade em direção a praças de grande circulação como o Largo da Batata. Nas regiões periféricas da cidade, a presença da polícia, pelo menos na situação de protestos, é mais esporádica. Essas áreas apresentam vantagens por conta da pouca ação policial, mas se encontram fora das rotas usuais de protesto na cidade

Pelo menos 30% dos pontos de protesto mudaram de mês a mês no período de 2011 a 2013, o que sugere parcialmente que a presença da polícia induz a modificação dos locais de protesto. De todo modo, a oposição ao governo estadual, a ação policial e os fluxos causados pela instalação de novas estruturas de transporte ajudaram a impulsionar os protestos em outras áreas da cidade. De todo modo, é possível aventar que o clima “antiprotesto” a partir de 2012 por parte das autoridades governamentais estaduais e municipais tenha ajudado os manifestantes a diversificarem os locais dos eventos.

O objetivo poderia ser, portanto, evitar confrontos diretos com a polícia. De fato, a partir de 2012, a média de locais de protesto sobe para 3,5 locais por evento em contraposição aos meses anteriores. Por outro lado, os protestos com presença da polícia foram significativamente maiores na ocasião em que os protestos tiveram deslocamentos de pessoas. Em 2011, em cerca de 70% dos eventos em que houve policiamento ocorreram deslocamentos de pessoas. Essa taxa diminuiu para 45% em 2012.

Grandes atos com mais de 5 mil pessoas na região sudoeste foram policiados com maior intensidade. Em 2012, tanto o caso do Pinheirinhos quanto as manifestações de professores próximas ao Palácio do Governo impulsionaram um aumento do policiamento nesses locais. Em 2013, o policiamento se deu sobretudo sobre as passeatas na região do centro e da Avenida Paulista. Essas áreas foram fortemente policiadas e controladas. A regulação desses locais se deu antes mesmo de o ciclo de junho se ter iniciado.

A Figura 5.6 apresenta esses dados acerca dos tipos de protesto com deslocamento e outras variáveis de interesse.

Figura 5.6 Eventos de Protesto, Policiamento e Deslocamento, 2011- Maio 2013¹³³

Fonte: elaborado com base em BEP-CEBRAP (2013).

A disputa pelo centro de São Paulo fez com que os manifestantes passassem a ocupar tipos de local diferentes. Avenidas e praças aparecem com regularidade nos três anos. Contudo, novos trajetos foram testados. É importante mostrar que, ainda assim, avenidas e praças foram usadas em conformidade com os dois polos agregadores: Avenida Paulista e Praça da Sé. Esses dois locais serviram como orientadores em casos de experimentação dos espaços. No ano de 2011, avenidas e praças foram os locais mais visitados. De todo modo, as praças foram mais

¹³³ Foram selecionados somente os protestos com menos de 5000 para a confecção do gráfico a fim de facilitar a visualização. No gráfico estão representados 802 eventos de protesto. Além disso, pelas dificuldades de medição do número de participantes de um evento preferiu-se usar a média. Essas dificuldades incluem problemas na própria medição e a volatilidade do número de manifestantes. Os técnicos da CET usam as mesmas técnicas da polícia para a inferência do número de participantes, mas dado o fato de que o registro das informações não é prioridade em uma situação de rua, não é possível cobrar altas taxas de acurácia. Outro ponto relevante é o fato de que o número de participantes também muda vertiginosamente em diferentes escalas temporais. De minuto a minuto pode haver incrementos ou desmobilização súbitos. Dados esses fatores, usou-se a média já que tem sido recomendada como remédio a esses problemas (McADAM, 1982).

acessadas na região do centro de São Paulo, em locais como a Praça da Sé, mas também a Praça do Patriarca e o Pátio do Colégio.

A Figura 5.7 apresenta os trajetos e tipos de local acessados em 2011.

Figura 5.7 Eventos de Protesto e Tipos de Local, 2011

Fonte: elaborado com base em BEP-CEBRAP (2013).

Em 2011, um ano recheado de marchas e protestos com grandes quantidades de deslocamento na cidade, os locais preferidos ainda foram grandes avenidas como a Paulista e as concentrações ao redor da Praça da Sé. A Praça da Sé é próxima a uma série de fóruns e secretarias, que foram alvos em 2011. Houve protestos em torno de reajustes salariais dos servidores públicos da saúde e também de professores. Foram rotineiros os protestos na Rua Conselheiro Crispiniano, em função da Secretaria Municipal de Saúde, e também na Rua Libero Badaró, localização da Secretaria Municipal de Planejamento¹³⁴. A área tem uma densidade organizacional de sindicatos bastante intensa. Sedes de sindicatos se situam na região que vai da Avenida Paulista ao Fórum de Justiça de São Paulo, próximo à Praça da Sé. Na média, esses

134 Fonte: “Ainda sem proposta de reajuste salarial, trabalhadores decretam estado de greve”, 07/06/2011, <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2011/06/servidores-da-Prefeitura-de-sp-reivindicam-negociacao-salarial>< Acesso em 27/08/2017>

protestos na região central tiveram poucos deslocamentos segundo os dados da CET. Uma média de 1 km de deslocamento por protesto. Isso se justifica porque nessa área ou os manifestantes se concentravam em praças ou se acabavam aglomerando em ruas pequenas e apertadas do centro. Em frente a sindicatos e secretarias, esses protestos não podiam contar com a difusão das pautas. Com um fluxo de pedestres alto, a possibilidade de adesão era baixa em função do caráter setorial das reivindicações. A ideia desses protestos era sobretudo chamar a atenção de autoridades especializadas mais do que fomentar o crescimento do número de participantes e tornar pública as pautas. Em resumo, o espaço do centro de São Paulo, mais especificamente a Praça da Sé, foi um *cenário de negociações* entre atores sindicais e o Estado.

Por outro lado, em 2011, protestos na região da Avenida Paulista e na região sul de São Paulo ocorreram com atores coletivos diferentes dos sindicatos e manifestantes partidaristas. Nessas regiões, dois tipos de ator aparecem frequentemente no material coligido na CET: estudantes e movimentos por moradia. No caso dos estudantes, diversos temas e pautas impulsionaram os protestos na região da Avenida Paulista e nas imediações do bairro de Pinheiros. Como exemplo, podem-se citar os protestos em torno do aumento das tarifas, coordenados por estudantes e associações sem ligação direta com a pauta dos transportes e sediados na área que vai da Avenida Paulista à Avenida Faria Lima.

Na gestão Gilberto Kassab (2006-2013), as contínuas elevações nas tarifas provocaram reações adversas. Durante a inauguração de obras de revitalização da Rua Oscar Freire, em agosto de 2006, Kassab, que havia anunciado o aumento de 15% nas tarifas, foi alvo de protestos. Com narizes de palhaços e máscaras, os manifestantes do recém-criado MPL-SP realizaram um protesto em forma de escracho ao prefeito¹³⁵. Entoando slogans como “Dança Kassab, dança até o chão. Aqui é o povo contra o aumento do busão”, os cerca de vinte manifestantes foram mais um exemplo de uma série de atos desde o anúncio do aumento da tarifa de R\$ 2,00 para R\$ 2,30. No dia 28 de novembro daquele mesmo ano, membros da União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e do MPL realizaram marcha¹³⁶. O trajeto foi da Avenida Paulista até a Prefeitura de São Paulo. Os

135 Embora o protagonismo, em especial, na grande MPL, a coordenação logística dos protestos ficou a cargo da chamada Frente de Luta Contra as Passagens, dirigida pelo próprio MPL, mas que contava com a participação de partidos de esquerda, setores do movimento estudantil e coletivos culturais como a bateria Batukação e o Exército Insurgente dos Palhaços Rebeldes. A presença de coletivos artísticos nos protestos não era incomum e as performances pautadas no uso de elementos estéticos foi utilizada como estratégia de diferenciação em relação aos protestos encabeçados por partidos tradicionais de esquerda dentre outros (SPINA, 2016).

136 Segundo Spina (2016), a relação entre UNE e outros atores do movimento estudantil tradicional e o MPL poderia ser caracterizada como uma coalizão tênue. Diversos grupos clamaram a preponderância na organização da manifestação, inclusive a UNE, mas também grupos anarquistas como o IML (Instituto do Motim Libertário).

estudantes, usando nariz de palhaço e fantasias, simularam o enterro do prefeito Gilberto Kassab e do governador Cláudio Lembo. A concentração no vão do Museu de Arte de São Paulo (Masp), de cerca de 300 pessoas, foi recebida com a ação de contenção da PM, que destacou 150 policiais da Tropa de Choque e a cavalaria para a operação¹³⁷.

Essa primeira série de manifestações em torno das tarifas se perpetuou ao longo dos anos, ainda que com interregnos como nos anos de 2009 e 2010. Em 2011, as performances deixaram de ser acompanhadas por um contingente pequeno de manifestantes e passaram a congregiar uma massa maior de pessoas. Em 2010, o prefeito ainda era Gilberto Kassab, e o aumento das tarifas para R\$ 2,70 ajudou a deflagrar as manifestações no final daquele ano e início de 2011. O primeiro “ato” contou com o apoio do movimento secundarista e foi nomeado de “Ato das Escolas contra o Aumento”; posteriormente, “catracaços” foram organizados nos terminais da cidade de São Paulo e nas áreas periféricas da cidade (SPINA, 2016). A primeira passeata com cerca de 700 pessoas terminou em confronto. A marcha saindo do Theatro Municipal foi dispersada com bombas de efeito moral na Praça da República. A PM afirmou que a ação se justificou em virtude do descumprimento de encerramento da marcha na região central. Segundo o MPL, trinta pessoas foram presas na ocasião¹³⁸. No dia 10 de fevereiro de 2011, a ocupação do Terminal Dom Pedro II não foi marcada pela violência e não houve repressão. Na semana seguinte, a estratégia fundamental partiu de três ativistas que decidiram acorrentar-se à prefeitura de São Paulo. Os “atos” posteriores foram maiores, reunindo em torno de 3 mil a 3,5 mil pessoas em passeatas na Avenida Paulista e no centro de São Paulo. Destaca-se também o apoio de outros atores coletivos ligados à questão do transporte.

Spina aponta que na conjuntura houve uma disputa não somente pelos espaços mas também sobre a legitimidade de determinados grupos durante a cena do protesto. Este tema é importante e será tratado em seção mais adiante quando o assunto retornar em 2013, mas por ora convém demarcar que o MPL prontamente recusou a autoria de atos de violência contra propriedades perpetradas por supostos membros do IML. De acordo com Spina : “No primeiro protesto contra o aumento para R\$2,30, o MPL São Paulo utilizou-se da performance de direcionar a manifestação para um terminal de ônibus. Os manifestantes entraram no terminal parque Dom Pedro e realizaram a performance do “catracaço”. Este protesto terminou com repressão da polícia. Outros coletivos e movimentos disputaram o direcionamento da mobilização. Um grupo denominado Instituto do Motim Libertário afirmou, segundo a Folha de São Paulo, que estavam trazendo as estratégias de Florianópolis para São Paulo. Mas foram desmentidos pelo MPL São Paulo. O jornal chama atenção também para jovens que utilizavam panos no rosto. A UNE também tentou pegar carona na mobilização e marcou um protesto na Avenida Paulista. O MPL São Paulo em conjunto com a Frente de Lutas Contra das Passagens chamou outros protestos, mas o aumento não foi revogado” (SPINA, 2016, p. 67)

137Fonte: “Ato contra reajuste “enterra” Lembo e Kassab”, 29/11/2009, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2911200614.htm> <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/01/860357-protesto-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-de-sp-termina-em-confronto.shtml> <Acesso em 04/01/2018>

138Fonte: “Protesto contra aumento da tarifa de ônibus de SP termina em confronto”, 13/01/2011, <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/01/860357-protesto-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-de-sp-termina-em-confronto.shtml> <Acesso em 04/01/2018>

coordenar marchas na Avenida Faria Lima ou na Avenida Rebouças. Outros pontos na zona sul, como na Vila Clementina, também tiveram episódios de protestos pequenos. Entretanto, mudou-se brevemente a concentração nesses dois casos. A Praça Charles Miller, onde fica o Estádio do Pacaembu, por exemplo, reuniu cerca de 50 mil pessoas em um ato promovido pelas centrais sindicais. O ato saiu da praça e rumou em direção à Avenida Paulista¹³⁹. Se em 2011 os protestos nas avenidas atraíam maior contingente de manifestantes, em 2012 esse cenário sofreu modificações. A partir desse ano, as praças centrais passaram a atrair volumes maiores de protesto. Maiores em alguns meses do que a Avenida Paulista. Houve um revezamento entre esses dois locais para a importância dos protestos.

Essa transformação em grande parte foi resultado de modificações em áreas importantes no vetor sudoeste da cidade¹⁴⁰. As mudanças se fizeram sentir na ocupação dos cenários urbanos ao redor. O Largo se converteu em um terreno fértil para intervenções culturais e políticas. Isso porque com o “esvaziamento” do espaço após a retirada do comércio ambulante, e, embora tal intervenção tenha sido alvo de críticas de atores políticos e culturais, a área passou a ser um espaço aberto propício à ocupação. Caldeira (2015) cita que as transformações na área levaram a inúmeros eventos culturais e políticos na região a partir de 2010¹⁴¹. O fato é que essas transformações vieram acompanhadas pelos usos políticos do Largo como cenário de protesto. Como exemplos da Avenida Faria Lima, podem-se citar os protestos das centrais sindicais no dia 09/05/2012 contra juros no cartão de crédito¹⁴².

Outro ponto intensamente mobilizado por atores coletivos durante 2012 foi a Praça da Sé. Naquele ano, além dos tradicionais manifestantes como sindicatos e movimentos ligados ao setor partidarista, houve uma série de ocupações naqueles espaços por estudantes e outros movimentos sociais renovando as pautas tradicionalmente ligadas ao local. Um dos exemplos dos usos da Praça da Sé foi a campanha em torno da aprovação de cotas para negros em concursos e bolsas no exterior. O protesto na Praça da Sé manteve o tipo de performance no

139Fonte: “Sindicalistas terminam protesto em frente à Assembleia Legislativa de SP”, 03/05/2011, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/08/sindicalistas-terminam-protesto-em-frente-assembleia-legislativa-de-sp.html><Acesso em 25/08/2018>

140 Para um histórico das transformações urbanísticas, culturais e econômicas do vetor sudoeste da cidade de São Paulo, em especial, a região do Largo da Batata, consultar (CALDEIRA, 2015)

141 Caldeira cita como exemplos dessas transformações sociopolíticas na cidade a instalação recente do SESC Pinheiros e a criação de movimentos como o “A Batata Precisa de Você”, as intervenções do coletivo BijaRu e ações empreendidas pelo Instituto Tomie Ohtake (CALDEIRA, 2015).

142 Fonte: “Centrais sindicais promovem protesto contra juros do cartão de crédito na av. Faria Lima, em São Paulo” 09/05/2012, <https://noticias.uol.com.br/album/album-do-dia/2012/05/09/imagens-do-dia---9-de-maio-de-2012.htm#fotoNav=34><Acesso em 21/05/2017>>

local e reuniu somente 100 pessoas. Protestos pequenos, mas com temática não usual para aquele cenário¹⁴³. Dias depois, em 13/05/2012, manifestantes do Dia Internacional contra a Homofobia também ocuparam a área central e seguiram pelo Vale do Anhangabaú, passando pela Praça da Sé e chegando à Avenida Paulista. Protesto igualmente pequeno em número de manifestantes, com cerca de 200 pessoas. Ainda assim, a área também ainda foi ocupada por mobilizações de professores, sindicalistas, movimentos de moradia e de trabalhadores ligados ao transporte. A diversificação dos cenários de protesto em 2012 acarretou a competição pelos locais. Protestos pequenos e com poucos registros de repressão foram convocados ao longo do ano de 2012 nas praças e espaços urbanos abertos na região central. A maior parte dos confrontos entre policiais e manifestantes se deu na região da Avenida Paulista.

Não há dados conclusivos sobre isso, mas é possível afirmar que determinados cenários implicam diferentes contextos de disputas políticas. De um lado, a região próxima à Avenida Paulista e passando ao vetor sudoeste – Avenida Faria Lima e imediações – é intensamente disputado por manifestantes e forças policiais, ao passo que a região central passou a ser disputada intensamente somente por manifestantes com vários perfis organizacionais.

Essas hipóteses valem especificamente para os anos de 2011 e 2012, mas em parte isso se refletiu no andamento do processo em junho de 2013, conforme o Capítulo 7 tratará. Entretanto, convém dizer que esse padrão sofreu desvios em virtude das tentativas dos atores políticos de inovar na seleção dos cenários. Nos meses que antecedem junho, ativistas passaram a construir outros cenários em viadutos e pontes na cidade de São Paulo. As disputas territoriais nas praças centrais e nas áreas ao redor do centro expandido impulsionaram parcialmente essa transformação. Os viadutos e pontes apareceram em virtude da facilidade de ocupação do espaço e pelo impacto no trânsito, já que normalmente essas áreas na cidade representam locais de conexão entre vários pontos da cidade. A escolha desses locais combinados com os horários facilitou a exposição de movimentos e pautas nos dias de grande protesto na cidade.

A Figura 5.9 detalha o modo como essas modificações se deram nos meses antecedentes ao ciclo de junho.

Até maio de 2013, as ruas adjacentes às grandes avenidas cederam lugar à proeminência de praças e viadutos e às ruas adjacentes. Outro ponto visível pelo mapa é o fato de que as áreas voltaram a se concentrar sobretudo no centro da cidade de São Paulo. Isso porque alguns

143 Fonte: “Manifestantes pedem cotas para negros em concursos e bolsas no exterior”, 05/04/2012, <http://mnurio.blogspot.com.br/2012/04/manifestantes-pedem-cota-para-negros-em.html> <Acesso em 21/08/2017>

protestos passaram a ser convocados para o Viaduto do Chá ou Viaduto Jacareí, áreas próximas à Prefeitura de São Paulo e ao prédio da Câmara de Vereadores. Os prédios públicos foram alvos preferenciais nesses meses antecedentes mais do que durante o ano anterior. Esse padrão de ocupação de viadutos e pontes, em especial nas áreas centrais, continuaria inclusive após os eventos de junho daquele ano. As notícias do aumento da passagem de transporte público impulsionaram os protestos contra o Legislativo e o Executivo na cidade de São Paulo.

Figura 5.9 Eventos de Protesto e Tipos de Local, Maio, 2013

Fonte: elaborado com base em BEP-CEBRAP (2013).

Contudo, greves e mobilizações de grupos sindicalizados, como professores e bancários, também passaram a se endereçar ao Executivo e Legislativo municipal durante o início daquele ano. Por fim, cabe dizer que os eventos passaram a se deslocar para as imediações do centro da cidade deixando de lado áreas periféricas. A exploração dessas áreas longe do centro só se daria durante o próprio ciclo de junho. Do ponto de vista espacial, os meses anteriores ao ciclo de protesto de junho não atestam algum tipo de novidade significativa quanto a exploração dos protestos fora dos cenários usuais. Salvo o fato de que sindicatos e mobilizações estudantis e autonomistas passaram a disputar mais ativamente a área ao redor do centro de São Paulo.

Impulsionados pelo aumento das passagens e as paralisações de categorias profissionais, os manifestantes viram o centro de São Paulo se tornar um cenário privilegiado em 2013.

Isso se refletiu nos trajetos iniciais durante o ciclo de protestos de junho. As manifestações contra o aumento das passagens partiram do centro da cidade em direção à Avenida Paulista em um volume maior de manifestantes. O trajeto do centro em direção à Avenida Paulista passou a reunir um número cada vez maior de manifestantes. No ano de 2011 e 2012, o número médio de manifestantes na Avenida Paulista e imediações foi de 485 participantes nos protestos. Essa média aumentou para 2.128 participantes em 2013. A Praça da Sé também teve um aumento, mas a uma taxa menor. Em 2011 e 2012, o número médio de manifestantes nesse local foi de 652 manifestantes por evento, ao passo que, em 2013, esse número passou a ser de 983 participantes por evento.

O percurso em direção à Paulista via avenidas importantes do centro como a Ipiranga ajudou a desencadear a ação da PM no controle desses espaços. Se em 2011 e 2012 a ida até a Avenida Paulista ou partia diretamente do Masp ou de outros locais da cidade de São Paulo, em 2013, até maio pelo menos, houve tentativas de produzir um trajeto do centro da cidade à Avenida Paulista. A diversificação de atores políticos na região talvez tenha colaborado para o impulso desse trajeto. Sindicalistas e movimentos estudantis ocupando os mesmos locais, tanto em disputa quanto em momentos de coalizão, colaboraram para fortalecer um senso de “tomada” da Avenida Paulista. O trajeto simbolizava a marcação da presença nos prédios públicos, alvo dos protestos, mas também era visto como uma oportunidade de levar as demandas a um público mais amplo. Público que dificilmente estaria nas portas de prédios de difícil acesso como a Câmara Municipal. Esse público estaria provavelmente na Avenida Paulista, área que facilita o deslocamento para pontos políticos da cidade de São Paulo em um trajeto que reúne a demarcação de um cenário de confronto com o poder público e ao mesmo tempo expande as possibilidades de disseminação das demandas por meio da exibição em áreas importantes como o centro expandido. Em resumo, esse trajeto, que se tornaria uma das marcas do ciclo de junho, parece ter sido produzido meses antes como fruto das interações entre grupos distintos e a ação policial.

Como esses dados contestam ou ratificam o que se disse acerca de junho de 2013? Como já demarcado no início da seção, as análises iniciais de junho se interessaram pelo caráter de novidade de junho e sua relação com a onda de protestos globais. Em termos espaciais, isso significava endossar as praças como contexto central para junho. A seção procurou demonstrar que é importante olhar para o desenvolvimento concomitante dos espaços de protesto e para os

próprios eventos. Não há uma correlação imediata entre locais tradicionais e locais novos. Há um aumento da oferta de locais e da estrutura de acesso a esses locais. A conclusão é de que o olhar detido apenas na expressão das demandas, ou melhor, na expressão da motivação individual dos manifestantes, negligencia outros fatores que influenciam a execução do confronto. Como a TPC muitas vezes afirmou, não basta apenas querer determinadas mudanças políticas e sociais para que os eventos de protesto ocorram. É igualmente necessário poder organizar e coordenar os protestos. Parte dessa coordenação sugere o conhecimento de uma logística dos cenários de protesto disponíveis em cada contexto urbano. A estrutura espacial das cidades tem sido regularmente ignorada na caracterização dessas condições. Os protestos de junho não ocorreram somente em função de insatisfações, mas também porque novos locais foram sendo ofertados e apropriados. Ironicamente, obras de benfeitorias na estrutura viária, como as novas estações de metrô a partir de 2010, facilitaram o transporte e o acesso dos manifestantes. Criou-se um corredor que vai do centro histórico à região do Palácio do Governo. Esse corredor, conforme mostrado nos mapas, foi-se consolidando cada vez mais a partir de 2011. A existência dele também facilitou a diversificação dos locais nas regiões próximas. Se antes a Praça da Sé ou a Avenida Paulista eram os locais mais acessados, agora o Largo da Batata e adjacências passaram a ser regulares. Destaca-se que as grandes mobilizações em junho na cidade ganharam vulto a partir do dia 17 (Figura 5.10), com o evento marcado no Largo da Batata. Os manifestantes tiveram as condições de acesso aos locais de interesse para o confronto melhoradas.

A Figura 5.10 dá a dimensão que determinados locais podem exercer na facilitação do acúmulo de manifestantes. Do lado esquerdo, o protesto do dia 6/06 teve capacidade limitada de arregimentar público. Diferentemente, à direita, o protesto do dia 17/06 no Largo da Batata, cuja proximidade com vários centros de poder e por se tratar de um espaço aberto com boas vias de transporte oferece possibilidades maiores de concentração de pessoas. Procurou-se demonstrar que esse efeito já ocorria nos anos anteriores a junho. Mesmo manifestações setoriais com reivindicações sindicais tendiam a ganhar força em locais com espaços abertos. O que favoreceu o jogo para locais como o Largo da Batata foram as estruturas de transporte adicionadas ao longo dos anos. Esse retrato continuou até pelo menos 2017.

Figura 5.10 Uso dos Espaços em Junho de 2013 – 06/06 (à dir.) e 17/06 (à esq.)

Fonte: <http://g1.globo.com/>

Em reportagem da revista *Veja*, a centralidade do Largo como ponto de protestos é ressaltada ainda mesmo após junho. A manchete do título diz: “Protestos em São Paulo se concentram no Largo da Batata” e trazia as manifestações contra a reforma trabalhista em 2017¹⁴⁴.

Esses fatores são trazidos ao debate, visto que as explicações da diversidade participativa de junho enfatizaram o papel das motivações dos atores. A ideia de que havia um amplo espectro de insatisfações condensadas, seja na questão espacial, seja na rejeição ao sistema de representação, trazia a ideia de que havia algo em comum a despeito da confusão das pautas. Em resumo, a multiplicidade de pautas e atores nas ruas era meramente aparente, o que contava era o fator que unia todas as demandas em “movimento” de rejeição à ordem dominante. Assim, lê-se:

Pergunta-se, como foi possível a participantes tão diversos o compartilhamento simultâneo da mesma “rua”, em diversas cidades, ainda que, muitas vezes, os encontros grupais não fossem isentos de conflitos e até, de alguma forma, de violência simbólica e física. O compartilhamento da rua se dava porque tinha como referência uma subjetivação mais ampla: no primeiro momento, a do direito às vozes da cidadania nos espaços públicos, com o que todos concordavam. Todavia os conflitos entre grupos de manifestantes ocorriam, porque o sentido mais profundo de suas opções políticas produziam contradições, conforme foi interpretado por um dos grupos: “no movimento, havia os mais radicais e libertários, os partidários, os apartidários democráticos e os antipartidários, compreendendo o leque que vai dos fascistas aos anarquistas, com a diferença que não se assemelham em nada”. Apesar dessa diversidade e das diferenças políticas,

144 Fonte: “Protestos em São Paulo se concentram no Largo da Batata”, 28/04/2017, <https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/protestos-em-sao-paulo-se-concentram-no-largo-da-batata/> < Acesso em 25/07/2017>.

o que queremos mostrar aqui é a existência de alguns elos articuladores na “multidão” de manifestantes [Grifo Meu] (SCHERER-WARREN, 2014, p. 425).

Não que as identidades políticas não fossem consequentes para o andamento dos protestos nas ruas, mas o que chama atenção na tese é que o espaço foi um agente agregador importante. Essas pessoas estavam juntas porque havia espaços para isso. E a limitação dos espaços em seus aspectos físicos e no controle policial, tal como visto na análise do período de 2011 a 2013, teve impacto importante na escolha. O compartilhamento dos espaços não se deu somente em função de um compartilhamento de ideias, temas e agendas. Essas pautas aparecem conjuntamente porque os espaços os constroem a aparecer juntos. O compartilhamento de temas *nos mesmos espaços físicos da cidade* não indica um compartilhamento de *sentimentos de insatisfação* entre os manifestantes. Esse processo era fruto de uma casualidade produzida pela escassez de espaços urbanos com visibilidade para a expressão de demandas. Em resumo, a oferta de locais permitiu com que novos atores adentrassem mais facilmente a cena do protesto, mas, ainda assim, esse aumento da oferta de espaços não foi grande o suficiente para manter os atores todos separados conforme o ciclo crescia.

Outras explicações sobre os usos dos espaços físicos pelos atores coletivos em junho miraram menos na diversidade dos atores do que nas diferentes escalas espaciais de uma série de eventos de protesto recentes. Nessa interpretação, “junho” é parte de um ciclo de movimentações políticas globais que ultrapassam as fronteiras dos Estados-Nação. Essas mobilizações são marcadas pela presença dos jovens nas praças públicas de várias cidades do mundo. Segundo Gohn (2013), por exemplo, o fenômeno é parte de um processo de ocupação de praças e parques e estratégia fundamental de uma exibição de identidades juvenis de confronto. Por meio da internet, esses atores politizam as praças das cidades pondo no centro do debate a construção de “territórios de cidadania” (GOHN, 2013, 2014). Em resumo, para Gohn (2013), o que traduz a novidade desses movimentos são as práticas de ocupação dos espaços, em especial parques e praças de destacado valor simbólico. Assim, a autora salienta que São Paulo faz parte desse novo modo de apropriação global dos cenários urbanos:

A novíssima onda de movimentos sociais que assola a Europa, o Oriente Médio, os Estados Unidos, Canadá e América Latina, via ocupações de praças, parques e ruas, é a novidade do cenário das lutas sociais deste século; (...) A maioria desses movimentos é composta por jovens. O repertório de ações dos novos movimentos retoma ocupações em praças, parques e locais estratégicos simbólicos ao capital financeiro, como o Parque Zucotti, perto da Bolsa de Nova York ou a Praça em frente ao Banco Central em Frankfurt. A cidade de São Paulo

tem diferentes marcos territoriais que se transformaram em zonas de protesto na cidade. Até a década de 1980, o centro antigo, histórico era o ponto usual, tendo a praça da Sé como sítio principal. A cidade cresceu, deslocou seu centro comercial e financeiro e os protestos seguiram as mudanças. A Avenida Paulista passou a ser o novo marco, tanto par protestos quanto para celebrações (...). Os protestos até junho de 2013 transcorriam na avenida de forma tradicional: carros de som puxados por centrais sindicais, MST e outros movimentos sociais. (...) As manifestações de junho trouxeram para a Avenida outro tipo de protesto e outros atores sociais, assim como fizeram renascer um novo ponto para manifestações e protestos, fruto das transformações na cidade - o Largo da Batata (GOHN, 2013, p. 215).

A autora chama atenção para o deslocamento dos protestos da Praça da Sé para a região da Avenida Paulista. Esse deslocamento segue as transformações na cidade. A autora não detalha essas transformações, mas está correta na descrição desses efeitos. Entretanto, os dados apresentados neste capítulo lançam dúvidas sobre a perda de importância de áreas do centro histórico como vetores de protesto. A Praça da Sé foi ativada frequentemente antes de junho de 2013 e durante os eventos daquele mês. As imediações da sede da prefeitura e da Praça da Sé nunca perderam a centralidade, ao menos é o que demonstram os dados referentes ao período do governo Dilma Rousseff. Se há um retorno ou uma continuidade desde os anos 1980, isso é para outra pesquisa, mas é importante demarcar que o local ainda parece ser importante na execução de protestos. Também não parece haver nenhum tipo de distinção geracional nos usos dos espaços. Sindicatos, seja em grandes manifestações como marchas e assembleias, seja em pequenas ocupações em frente a secretarias e órgãos do governo, continuaram a se mobilizar nas áreas do centro histórico. A região também foi palco para mobilizações de atores coletivos diversificados como coletivos anarquistas e similares.

Outro ponto a ser destacado é que a análise inflaciona o peso da novidade das formas de ação na Avenida Paulista e imediações do Largo da Batata. Como se viu, houve uma trajetória de protestos contra os aumentos das tarifas e outras pautas identitárias ao longo dos meses e anos anteriores a junho 2013. Tanto a análise dos dados da CET aponta para a presença desse tipo de protesto quanto parte da literatura secundária recente sobre junho (DONADON, 2016; SPINA, 2016). Antes de junho, os atores coletivos exploraram locais parecidos, em ocasiões distintas muitas vezes, mas combinadamente também em outras ocasiões. Isso leva a concluir que a diversidade e a mistura de diferentes tipos de manifestante vinham sendo já produzidas nos espaços físicos da cidade antes de 2013. Há uma ênfase nas praças e nas experimentações criativas nesses locais como fatores que distinguem as mobilizações. A necessidade de qualificar a novidade e a rapidez do fenômeno levaram a ignorar o modo como

os usos dos espaços de protesto não podem ser pensados como espaços velhos e espaços de novas mobilizações, somada a superposição de categorias como velhos e novos movimentos sociais. Há mistura de pautas, participantes e práticas em junho, porque já havia mistura nesses locais. E havia mistura porque esses locais passaram por um processo de diversificação limitada. Novos locais foram sendo criados, como o Largo da Batata, mas espaços já acessados como a Praça da Sé e Avenida Paulista ganharam novos manifestantes em virtude da facilidade de acesso. O Largo da Batata também só adquire importância quando se entende sua conectividade com as áreas já acessadas na cidade. Em resumo, o Largo da Batata está num cordão que une a Praça da Sé a outros polos de poder como o Palácio do Governo. Os manifestantes selecionam locais nessa área segundo a facilidade logística e a probabilidade de ação policial. Não basta afirmar a centralidade de determinados locais, pois é necessário demarcar que os locais se encontram conectados em uma rede de acesso e a uma rede de polos políticos na cidade. É importante também sacar uma explicação que dê conta da conectividade urbana dos locais e seus usos políticos. Essa conectividade só pode ser vislumbrada por meio de um estudo mais detalhado do modo como os protestos são organizados no espaço ao longo do tempo.

5.3 Conclusão

O capítulo recuperou o histórico e a geografia recentes de protestos na cidade de São Paulo. Através de dados de manifestações reunidos pela CET foi possível fazer uma análise da relação entre eventos, número de participantes e tipo de local selecionado pelos participantes. O capítulo avançou, assim, na caracterização dos cenários de protesto. De modo geral, é possível estabelecer que houve um processo contínuo de experimentação de novos cenários de protesto durante os anos 2011 a 2013, que se concentrou no corredor que conecta a Praça da Sé ao Palácio do Governo. Nos anos anteriores ao ciclo de junho 2013, ao contrário do que se convencionava, a Avenida Paulista não foi o único centro de atração para protestos na cidade de São Paulo. Áreas do centro antigo apareceram como locais privilegiados de protesto, especialmente aqueles envolvendo sindicatos e categorias profissionais, além dos movimentos de moradia em torno da região.

Ao mesmo tempo, o vetor sudoeste apareceu como uma nova área vastamente utilizada para cenário de protestos. O Largo da Batata e arredores foram mobilizados em função da inauguração de novas instalações de transporte público, como o metrô e terminais de ônibus.

Em 2013, até maio daquele ano, o centro histórico e a Avenida Paulista apareceram como trajetórias combinadas de protesto, isto é, uma combinação entre trajetos que iam da Praça da Sé ou imediações em direção à Avenida Paulista. Trajeto esse que se transformaria num dos símbolos dos protestos em junho.

A seleção desses locais variou segundo as possibilidades de maximização da visibilidade do movimento para audiências específicas. Quando as agendas estavam centradas em pautas setoriais, como aumentos salariais ou políticas específicas, os locais selecionados eram escolhidos de modo a salientar a visibilidade do protesto pelo poder público ou outros órgãos administrativos. Neste caso, o centro histórico aparece como espaço privilegiado, em virtude da presença dos prédios da Prefeitura e outras secretarias. A materialidade desses espaços do poder municipal ou de outra escala não é alterada no curto prazo, o que limita e constrange as opções de atuação dos movimentos sociais, sindicatos, associações civis etc. É de estranhar que a presença da mudança do eixo da Praça da Sé para a Avenida Paulista tenha sido tão comentada em junho, dado o caráter quase perene da localização dos centros políticos na cidade.

As agendas menos setoriais não endereçadas somente ao poder público, mas que dizem respeito a temas que envolvem cidadãos ou atores coletivos não-estatais, procuraram instalar-se na região da Paulista. Esta avenida, pela capacidade de atrair visibilidade e facilidade logística no acesso e atração de pessoas, foi um cenário em que diferentes tipos de ator coletivo e agenda se encontraram. O que pareceu “confusão”, “falta de foco”, “diversidade de junho” tem a ver com a sobreposição de usos políticos de um mesmo espaço físico em junho.

Por fim, destaca-se o fato de que tanto a Praça da Sé quanto a Avenida Paulista, embora permitindo grande aglomeração de pessoas e com estruturas políticas enraizadas, compõem alternativas dentro de um corredor de espaços que se estende do centro histórico ao vetor sudoeste. Há uma rede de espaços de protesto e confronto na cidade que se superpõe às redes de infraestrutura de transporte e comunicação e à rede de polos de poder dentro do espaço urbano. Combinadamente, essas redes criaram cenários específicos de mobilização e fizeram com que a distribuição dos protestos na cidade não seja plenamente aleatória nem governada exclusivamente pelas especificidades das demandas dos movimentos e outros atores coletivos. Os espaços utilizados em junho já vinham sendo utilizados frequentemente nos meses anteriores.

O cerne do capítulo é mostrar que a cidade tanto limitou quanto possibilitou o confronto político em junho. Há uma logística na execução dos protestos com grandes contingentes de pessoas. Do ponto de vista do ativista, é necessário coordenar os grandes “atos” e atrair as pessoas. A “multidão” não é somente um efeito de formas específicas de sociabilidade e culturas juvenis e de politização na nova sociedade globalizada em rede, como argumentam Castells e seus seguidores (CASTELLS, 2011). Se essa “multidão” é vista nas ruas é porque o uso dos espaços facilitou sua presença.

Por outro lado, a logística não é o único fator. A cidade é um espaço político, pois reúne centros de poder e de coordenação das atividades estatais e empresariais. Edifícios ligados à administração pública, empresas, estruturas de telecomunicação supõem usos regulados e restritos dos espaços. Os manifestantes estão em muitos casos desafiando essas restrições, bem como em outros endossando ou reforçando a respeitabilidade de determinados espaços físicos na cidade.

Antes de junho, os atores se situaram próximos a esses centros de poder ao mesmo tempo que evitaram o controle policial dos espaços em determinados casos. Quando os custos infligidos pela repressão ultrapassaram os benefícios de visibilidade, a experimentação de novos locais se deu como contramedida à regulação dos espaços. A experimentação dos novos locais não é apenas efeito das vontades coletivas de produzir territórios autônomos. Se esses cenários podem se dizer autônomos é porque são protegidos da ação policial direta em determinados momentos. Os eventos de junho também demonstram isso. As formas de ação nos espaços públicos foram determinando a caracterização da figura do “vândalo”, e essas caracterizações foram importantes na justificativa da ação policial. A “retomada da Avenida Paulista” se tornou objeto de discussão pública em virtude dos limites físicos estabelecidos para o uso político do espaço urbano. Essas discussões facilitaram a ação policial num momento e aumentaram os custos políticos da repressão noutros. Os próximos capítulos avançam nessa discussão, reconstruindo os trajetos dos protestos de junho em São Paulo e as práticas espaciais dos atores coletivos presentes no ciclo de junho.

CAPÍTULO 6 - REDES ASSOCIATIVAS E ENRAIZAMENTOS ESPACIAIS NO CICLO DE JUNHO DE 2013

Este capítulo examina os mecanismos espaciais de mediação responsáveis por conectar diferentes associações civis e grupos de ativistas no ciclo de confronto político de junho de 2013. Argumenta-se que o espaço teve relevância na dinâmica de formação de grupos e nas alianças e conflitos entre eles ao longo dos protestos. A participação em protestos depende de estruturas de mobilização e de tipos de interação prévios dos ativistas *com o espaço físico urbano*. Recorre-se aqui à noção de enraizamento espacial (*spatial embeddness*) para representar o modo como as associações se relacionam entre si nos e com os espaços físicos da cidade.

Defende-se aqui que o próprio protesto opera como um cenário de estruturação de novas organizações e associações de movimentos sociais. Durante ciclos de confronto, organizações e associações são criadas em função de eventos específicos dentro dos ciclos de confronto ou em virtude do posicionamento de outros atores participantes do campo organizacional. O foco deste capítulo está na caracterização de padrões espaciais de confronto político, argumentando que perfis organizacionais específicos encaminham uso de distintos espaços de mobilização *durante* os protestos. As identidades políticas não são consequência do pertencimento a clivagens específicas. Grupos, estratos, classes e outras categorizações sociais são ativadas durante conflitos políticos, quando se cruzam com o pertencimento a redes específicas – aquilo que Tilly (1978) chamou de *catnet*. Essa sobreposição entre categorias e redes acontece no espaço urbano.

A primeira seção traz um breve apanhado sobre a noção de enraizamento espacial explicando pressupostos teóricos bem como as justificativas pertinentes à legitimação do empréstimo conceitual que aqui se faz. A segunda seção traz os perfis associativos de junho e sua relação com o espaço urbano. Relacionam-se os dados referentes aos perfis organizacionais dos agentes ao modo como performances e práticas espacializadas influenciaram o enraizamento espacial *durante o ciclo de junho*. Na terceira seção, trata-se de sondar a relação dos atores coletivos com os cenários de mobilização dentro da cidade. O intuito é complementar a análise da espacialidade política urbana por meio da visão mútua constituição dos cenários de protesto e das formas ordenadas e fixadas pelos quais os atores coletivos ocupam os espaços.

6.1. Enraizamento Espacial e Práticas Políticas

Alguns dos impasses sobre a relação entre espacialidade e política podem ser resolvidos por meio da mobilização do conceito de *enraizamento espacial* (*spatial embeddness*). O conceito é emprestado de áreas pouco avizinhas à sociologia dos movimentos sociais como a economia regional, criminologia, geografia econômica e análise de redes sociais. Apesar das distâncias entre as áreas, argumenta-se que a noção de enraizamento espacial pode trazer benefícios à operacionalização de conceitos importantes já formulados pelas teorias de movimentos sociais. O conceito de enraizamento espacial guarda semelhanças com importantes ideias da teoria de movimentos sociais como *free spaces* e estruturas de mobilização¹⁴⁵. O primeiro pode ser entendido como um conjunto de locais em que movimentos sociais podem recolher-se e permanecer a salvo de intervenções repressivas. O segundo, por sua vez, diz respeito a espaços organizacionais que facilitam a acumulação de recursos materiais e simbólicos para a construção de campanhas e eventos de protestos (MCADAM *et al.*, 1996; POLLETTA; KRETSCHMER, 2013).

Ambos os conceitos da teoria de movimentos sociais fazem referência à colagem entre práticas políticas, estruturas organizacionais e espaços físicos. A zona pública do protesto é apenas um dos muitos espaços que os movimentos sociais usam. A organização de marchas, panfletagem, abaixo-assinados, vigílias, assembleias públicas, performances teatrais requerem preparação prévia. Para além da organização dos protestos, as atividades nesses espaços físicos permitem construir um senso de identidade política e de coesão dentro das associações e entre elas. Em resumo, espaços físicos e espaços identitários têm equivalências entre si.

Esses espaços não visíveis servem como oportunidades relacionais – isto é, oportunidades de estabelecimentos de laços de sociabilidade *entre* os ativistas de uma associação e entre esses ativistas e outras associações. Ao realizar essa função de conexão entre ativistas de diferentes identidades políticas, temas e perfis, os espaços tornam-se locais de construção e difusão de novas e tradicionais performances de protesto, permitindo o aprendizado e inovações de repertórios por meio de novas performances.

¹⁴⁵ Estruturas de mobilização são definidas como qualquer tipo de “resource which allows contentious acts to be sustained as social movements, and which “bring people together in the field, shape coalitions, confront opponents, and assure their own future after the exhilaration of the peak of mobilization has passed” (TARROW, 2011, p.123) Para uma explicação mais detalhada da ideia de estruturas de mobilização consultar (McADAM *et al.*, 1996).

As associações não agem aleatoriamente nos espaços físicos da cidade. Daí a importância da noção de enraizamento espacial. O conceito tem sido mobilizado recentemente para dar conta das fundações espaciais de atividades econômicas e de padrões regionais de desenvolvimento econômico. Esses trabalhos de avaliação dos fundamentos socioespaciais de funcionamento dos mercados foram influenciados sobretudo pelos trabalhos inaugurais de Mark Granovetter (1973).

O conceito de enraizamento (*embeddness*) já tem razoável história nas ciências sociais. Tentando responder aos impactos das relações sociais na vida econômica, Granovetter cunha o conceito de enraizamento, que diz respeito ao grau de constrangimento que relações econômicas sofrem de instituições e relações não-econômicas. Trata-se do quanto uma economia, mercado, organização ou instituição depende de seu *ambiente relacional ou sociocultural*. Essa dependência de um ambiente relacional e normativo constrange os atores a agirem não somente em função de seus interesses, mas também em função da manutenção de relações de confiança entre si. De modo mais específico, a análise de redes sociais emprega o conceito para descrever padrões de reciprocidade entre os atores, nos quais ambos se engajam em atividades de troca e retribuição e como esse círculo de trocas obriga os atores a certos compromissos. Há por trás a ideia de que relações compartilhadas induzem a práticas estruturadas de ação social (GRANOVETTER, 1985; WASSERMAN; FAUST, 1994; EVERETT; VALENTE, 2016).

A noção ganhou força com o desenvolvimento das técnicas de análise de redes. Os atores sociais e econômicos estariam vinculados entre si por meio de laços de comprometimento mútuo. Relações que os constrangeriam ao mesmo tempo em que permitiriam o fluxo de informações, recursos, símbolos etc. A sociologia relacional facilitava a localização dos atores num espaço social construído a meio caminho entre macroestruturas e microestruturas situacionais de ação. Assim, a noção de enraizamento tem em algumas formulações com a conotação de solidariedade e de cooperação¹⁴⁶.

De modo geral, as formulações de enraizamento passaram a enfatizar especificamente o modo como os atores interagiam estreitamente em ciclos de cooperação e compromissos. Em uma rede de interações, os atores mais enraizados seriam aqueles inseridos em aglomerados mais densos de interações. Esses aglomerados mais densos seriam mais estáveis, menos

146 Like “solidarity”, “embeddedness” is a multidimensional construct relating generally to the importance of social networks for action. Embeddedness indicates that actors who are integrated in dense clusters or multiplex relations of social networks face different sets of resources and constraints than those who are not embedded in such networks.” (MOODY; WHITE, 2003, p. 105).

propensos a conflitos, contam com forte coesão social e identitária e com boa capacidade de coordenação. Por outro lado, esses “espaços sociais densos” sofreriam com pouca ou nenhuma pervasividade às mudanças, pouca capacidade de absorção de informações novas¹⁴⁷.

Algumas críticas cabem a essas formulações caso se queiram importá-las para o uso na sociologia política. *A noção proposta do enraizamento espacial aqui tenta invocar o uso dos espaços como um denominador importante na delimitação da reciprocidade entre os atores coletivos.* A espacialidade é importante contexto de incentivo à formação de laços recíprocos e padrões coesos de ação política. O enraizamento diz respeito, portanto, também a um conjunto de laços intensos entre organizações necessariamente próximas entre si *nos mesmos espaços*. O problema consiste no fato de que o espaço físico pode ser caracterizado de tal modo a comportar outras dimensões relevantes. O modo como distâncias são conceituadas é importante, mas a atuação de diferentes atores em diferentes escalas pode colaborar para entender perfis de relacionamento entre os atores. Transferindo para a esfera política, por exemplo, associações podem preferir interagir em um cenário de protesto amplo a fim de maximizar sua esfera de influência política, ao passo que outras associações tenderiam a concentrar-se em locais contíguos e concentrados. O modo como essas associações hipotéticas reagiriam depende do modo como cada uma delas define política e simbolicamente as áreas espacialmente em que interagem. As associações políticas tenderiam a se aliar em espaços aleatórios ou seriam capazes de definir zonas e cenários neutros de atuação? A fim de investigar o enraizamento espacial do protesto em junho, foi usada a análise de redes combinadas ao posicionamento no espaço desses atores. As próximas seções detalham esse processo.

6.2. Os Personagens de Junho – Perfil Associativo do Ciclo de Confronto

Esta seção descreve as associações envolvidas nos protestos que transitaram entre espaços públicos na ocasião do protesto de junho. O perfil associativo dessas associações teve impacto profundo no modo como esses atores se espacializaram na cena do protesto. O principal critério para a seleção das associações aqui descritas foi a participação ainda que parcial nos

147 Outra assimilação importante do conceito de enraizamento tem sido o de capital social. Em resumo, a teoria do capital social afirma que interesses e vantagens são constrangidos ou facilitados pelo uso estratégico das relações sociais em que os atores estão inseridos. O investimento estratégico nas relações sociais permite 1) uma grande oferta de informação 2) possibilidade de influência da ação de outros agentes sociais, 3) fornece credenciais sociais que aumentam a reputação de quem explora o capital social, e 4) e reforçam o acúmulo de vantagens adquiridas em outras esferas de atuação do indivíduo. Para maiores detalhes sobre a literatura consultar (LIN, 2002).

eventos de junho de 2013. Foram selecionadas para análises todos as associações *mencionadas* nos veículos da grande imprensa na época¹⁴⁸. A data do dia 3 foi escolhida porque é quando há registro das primeiras manifestações do MPL-SP na cidade de São Paulo e quando se inicia a campanha a favor da redução das tarifas. Considera-se como associação todo ajuntamento coletivo de pessoas, profissionalizado ou não, que realizou atividades de confronto nas ruas em relação a algum tema político durante junho de 2013. Movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais e outros exemplos entram nessa contabilidade. A fase de eclosão dos conflitos na cidade é primariamente dependente das primeiras campanhas do MPL-SP em torno do tema. Ainda que o MPL-SP tenha perdido iniciativa e controle da situação nos espaços do protesto após os dias 13 de junho, os eventos posteriores e sua difusão no espaço foram repercutidos pela campanha a partir de 3 de junho.

Alguns obstáculos podem ser levantados contra essa abordagem. Uma objeção possível é o viés da própria imprensa em relação às associações presentes nos ciclos de confronto. Todavia, essas críticas expressam dúvidas acerca do conhecimento dos grandes jornais em relação ao que “realmente acontece na rua”. Contra essas observações, objeta-se que se dá relevância ao modo como os atores coletivos *aparecem* nos espaços públicos portando identidades políticas *visualmente distintas*. Em muitos casos, ativistas de variadas associações comparecem aos eventos de protesto, mas não aparecem *enquanto ativistas organizados*. Essa diferença sutil implica que a percepção sobre a coparticipação do protesto é diretamente influenciada pelo modo como os grupos e lideranças constroem sua *persona pública no momento da rua*. Por fim, cabe dizer que os dados extraídos dos próprios ativistas também oferecem problemas, já que a percepção do que significa coparticipação pode variar em função de imagens recíprocas de aliança ou afastamento no campo político.

De qualquer maneira, foram reunidos nessa contagem inicial dados sobre 36 associações que estiveram presentes em pelo menos uma fase do ciclo de confronto em junho. Apesar do protagonismo do MPL-SP nas fases iniciais, muitos desses grupos desempenharam papéis importantes, seja nas fases iniciais, seja em fases posteriores. Outro ponto importante é que essas associações políticas também se dividiram quanto aos locais de atuação na cidade de São Paulo. Os cenários de junho foram compostos por associações com distintas expertises organizacionais e com variados graus de antiguidade.

148 Os dados foram retirados de exemplares de datas diversas do jornal *Folha de S. Paulo*.

Cabe a pergunta: como os atores coletivos optaram por tipos de localidade diferentes em junho de 2013? Falar em enraizamento das associações significa sobretudo detalhar a existência de vínculos entre localidades e associações políticas numa área urbana. Por exemplo, movimentos sociais, partidos políticos, associações civis mantêm práticas de exibição de demandas em locais específicos. Isso porque atores coletivos são motivados a expressarem agendas políticas com forte enraizamento espacial. Sindicatos podem ser pensados como um exemplo desse tipo de relação entre organização e localidade. Os objetivos sindicais tendem a forçar essas organizações a manterem mobilizações em espaços de negociação e de pressão em indústrias ou secretarias públicas intermediadoras. Isso exclui um público mais amplo. Por outro lado, movimentos sociais optam por espaços mais abertos, uma vez que as agendas políticas podem ser menos específicas, levando a um uso dos espaços mais diversificado a fim de chamar a atenção de transeuntes comuns. A Figura 6.1 ajuda a detalhar o tipo de relação entre localidades e associações políticas para o ciclo de junho.

Figura 6.1 Tipos de Organização e Tipos de Localidades, São Paulo, Ciclo de Junho, 2013

Fonte: BEP-CEBRAP (2013)

Os dados também reportam eventos em que manifestantes individuais avulsos são listados pelas notícias sem referência a presença de associações organizadoras. Esses dados não foram retirados das análises porque especificamente para junho são valiosos como evidência de processos de difusão dos protestos por entre setores não-mobilizados da população urbana.

Percebe-se que as associações se distribuem de maneira diferenciada no espaço. Em junho de 2013, movimentos sociais tenderam a rejeitar espaços como centros comerciais e áreas residenciais afastadas dos grandes polos de visibilidade urbana. A preferência desse tipo de organização estava centralizada nas áreas sem edificações ou próximas a equipamentos urbanos. Praças, parques e áreas próximas a museus, escolas e prédios públicos não foram incomuns. Em junho, o Masp e o Theatro Municipal como pontos de encontro podem ser listados como locais importantes.

De todo modo, as vias públicas como ruas e avenidas foram o alvo preferencial de ativistas e de manifestantes aderentes em junho. Os usos desses locais foram intensamente disputados ao longo daquele mês. Sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais digladiavam frequentemente pela linha de frente em avenidas importantes como a Paulista. Cabe destacar que os manifestantes avulsos estiveram em todos os tipos de local durante junho na cidade de São Paulo. Das áreas residenciais mais afastadas aos centros de grande visibilidade como a Avenida Paulista, esse tipo de manifestante disputou ou se aliou a atores coletivos nos espaços físicos da cidade.

Os dados acima não especificam padrões de longa duração desses tipos de relação entre associativismo e locais de protesto. Não obstante, são demonstrativos de que tipos de espaço físico na cidade de São Paulo têm marcas organizacionais e políticas delimitadas. Ao menos para o ciclo de junho, existem paralelos em perfis organizacionais e usos dos espaços. Levando isso mais adiante e combinando com outras características como tempo em atividade e número de locais acessados, tamanho das mobilizações em que esses grupos estiveram envolvidos em junho, é possível delimitar características comuns dos atores coletivos. Abaixo o mapa (Figura 6.2) da localização das sedes das associações presentes, o tipo organizacional das associações e a média de manifestantes nos eventos em que cada associação participou.

Pela Figura 6.2 é possível identificar que as associações têm uma distribuição ampla quando se trata de sua configuração espacial de protesto, ainda que com um universo restrito de escolha de sedes. Pelo mapa, quase todas as associações encontram sua sede no centro. As sedes foram definidas por meio da consulta aos sítios eletrônicos das respectivas associações. Nem sempre as sedes são configuradas em uma única localização. Sindicatos e partidos políticos que desfrutaram de uma soma maior de recursos materiais do que movimentos sociais tendem a ter mais de uma localização de sedes, conforme a escala de operação da organização. Diretórios municipais e estaduais podem diferir em suas localizações. Nesse caso, a fim de sanar o problema, optou-se pelo uso das sedes dos diretórios municipais, já que o foco da tese

se encontra nos usos dos espaços em âmbito municipal. Faltam estudos sobre o enraizamento dos partidos políticos no tecido espacial da cidade, mas a tese aposta que há boas chances que a maior parte da logística dos partidos políticos em eventos de protesto é realizada pelos diretórios municipais. Por outro lado, movimentos sociais podem não contar com sede fixa. Neste caso, optou-se por selecionar como sede os locais em que esses movimentos realizaram reuniões e assembleias com o intuito de decidir a ação em eventos de protesto. Embora, as sedes não sejam os únicos locais que movimentos sociais, partidos e sindicatos usem, ao menos são importantes por oferecer amparo logístico para a realização de eventos de protesto. Faixas, cartazes e outros materiais utilizados nas performances em maioria são salvaguardados nesses locais. A logística dos protestos depende da conjunção entre a facilidade de mobilidade permitida pela localização das sedes dos organizadores e pela boa localização das sedes das alianças.

No mapa, nota-se que os movimentos sociais são os que mais se deslocam no espaço. Movimentos sociais se definem justamente em função de sua capacidade de organizarem passeatas e marchas. Contudo, outros tipos de ator também se deslocam continuamente pelo espaço urbano. Levando em consideração as sedes e os locais de protesto (Figura 6.2), as médias de deslocamento dos movimentos sociais foi de 2,5 km em junho de 2013. Nota-se que esses deslocamentos tenderam a seguir as linhas do vetor sudoeste como nas regiões da Avenida Faria Lima e ao redor do Largo da Batata. Partidos políticos por sua vez optaram pelas áreas centrais próximas as suas sedes dos diretórios municipais. Também se deslocaram pouco em relação aos eventos de protesto em junho. Por fim, os sindicatos optaram pelas áreas mais próximas a suas sedes, mas exploraram áreas maiores do que os partidos políticos. Outro ponto salientado é que tanto partidos quanto sindicatos apareceram nas fases de massificação e declínio em protestos de grande porte com média de mais de 5 mil pessoas, ao passo que movimentos sociais tenderam a variar mais em relação ao tamanho dos eventos.

De modo geral, esses exemplos atestam a presença de uma dimensão logística importante associada aos eventos de protesto. A espacialidade urbana é relevante para as associações visto que oferece oportunidades de manifestação pública, mas também porque impõe restrições sobre a feitura do protesto. A mobilização de manifestantes e outros recursos como carros de som, material audiovisual, suporte logístico depende dos custos de transporte as áreas. O material usado por movimentos sociais pode ter a vantagem da portabilidade. Faixas e cartazes, de fácil confecção, podem ser transportados às áreas mais afastadas das sedes e das proximidades do centro da cidade. No entanto, tal material pode ter visibilidade restrita e

limitada. Transeuntes podem não prestar a atenção a faixas em uma cidade como São Paulo, repleta de produção de imagens. Manifestantes de movimentos sociais competem pela atenção dos cidadãos passantes. Contra a fadiga audiovisual urbana provocada por publicidades, formas de entretenimento e outras marcas visuais, movimentos sociais se deslocam pela cidade em busca de maior visibilidade. Novas performances são testadas na tentativa de provocar choque no público passante ou de maximizar as chances de visibilidade. Locais são selecionadas conforme a possibilidade de efeito sobre a população. Pontes, viadutos, prédios públicos são selecionados em combinação com performances que permitam a exibição das pautas e demandas.

Figura 6.2 Eventos de Protesto e Sedes das Associações, São Paulo, Ciclo de Junho de 2013

Fonte: elaborado com base em BEP-CEBRAP (2013).

Por outro lado, sindicatos tendem a permanecer próximos às áreas de suas sedes em virtude da necessidade de coordenar protestos em que o som é o principal aliado. Megafones e carros de som surgem como instrumentos de mobilização cujos efeitos transcendem a atenção visual. Com instrumentos sonoros é possível disseminar a mensagem por uma região maior do que onde há a presença de ativistas. Em áreas abertas em que o som se propaga mais facilmente, a eficiência do som como mecanismo de mobilização aumenta. Entretanto, dois problemas emergem. Em primeiro lugar, isso supõe pouca mobilidade dos atores. Carregar material de

som pela cidade demanda esforço, e o custo pode ser alto. A ação policial pode intervir de maneira mais rápida e eficiente caso o uso de veículos indique uma paralisação contínua e insustentável do trânsito urbano. Em segundo lugar, a poluição sonora de uma cidade como São Paulo pode minar os efeitos positivos dessas técnicas de exibição de demandas no espaço público. Em resumo, a cidade com seus espaços físicos oferece restrições para a exibição de performances. A seleção dos trajetos e dos locais de protesto nem sempre são efeitos dos posicionamentos políticos dos atores.

A próxima seção avança na descrição das associações levando em consideração os laços entre elas em situações de copresença nos protestos. Além da copresença, também serão detalhadas as relações entre espaços físicos da cidade e as associações. Desse modo, é possível traçar a similaridade entre as associações de junho tanto pelas alianças nos protestos quanto pela semelhança nos usos preferenciais dos espaços urbanos. Com essa estratégia, é possível analisar blocos de grupos específicos, sem especificar de imediato quais atores coletivos foram mais ou menos importantes em junho. Ao mesmo tempo é possível relacionar esses blocos aos usos dos espaços urbanos.

6.3. Dualidade de Associações e Eventos: Redes de Afiliação entre Ativistas e Protestos

A análise de rede tem sido utilizada recentemente como estratégia para recobrir o universo possível de interações entre associações de movimentos sociais e seus impactos em diversos processos políticos (DIANI; MCADAM, 2003). Parte-se do princípio que movimentos sociais não são fenômenos de ação derivados segundo correntes políticas pertencentes a grupos sociográficos específicos, mas sim a um conjunto relacional de associações e ativistas engajados no conflito político ou social (DIANI, 1995). Faz-se uso igualmente da definição adotada por Tilly (2001) de que movimentos sociais podem ser demarcados como um conjunto de interações sustentadas de protesto nos quais pelo menos um dos participantes é o Estado, seja como mediador do conflito entre grupos sociais, seja como alvo do conflito.

Desse modo, tanto organizações de movimentos sociais quanto protestos são encarados como dualidade. Isto é, os grupos ativistas se constituem mutuamente uns em relação aos outros na cena do protesto. Isso ocorre fora e *dentro* da situação de protesto. As associações de movimentos sociais e mesmo outros tipos de grupo se organizam para os protestos e se

posicionam diferencialmente durante as manifestações, marchas, atos e outras formas de ação de confronto com as autoridades.¹⁴⁹

A ferramenta da análise de redes é útil na tentativa de desvencilhar as estruturas que conectam esses diferentes grupos nas ruas. Para a rede traçada para junho de 2013, foram selecionados somente os eventos contendo informação sobre os grupos nomeados e identificados nos jornais. As redes podem ser definidas como um conjunto de nós ou entidades e um conjunto de laços e relações que conectam essas entidades. Os laços coletados dizem respeito à copresença nos protestos ou à seleção de locais de protestos independentes da simultaneidade presencial. Os nós correspondem a cada associação. Nesta tese, as redes foram construídas por meio da captura de laços de copresença espacial em eventos de protesto e também pela mútua seleção de locais de protestos independentes da copresença de protestos de cada associação.

No caso dos movimentos sociais e grupos correlatos, em muitas situações grupos e organizações não interagem diretamente, mas por meio de situações de copresença em eventos de protesto. Isto é, para a construção das redes, dois conjuntos de tipos diferentes foram utilizados: eventos de protesto e as próprias organizações nomeadas. Esse padrão de rede é denominado de redes de afiliação, já que assumem domínios sociais como construídos por meio da intersecção mutuamente constitutiva entre grupos, eventos, ocasiões e indivíduos participantes desses fenômenos (BREIGER, 1974). A ideia é que espaços físicos e atores coletivos se constituem mutuamente. Isso é capturado tanto pela ideia de cenários de mobilização quanto pela de enraizamento espacial. A primeira associa espaços aos atores, ao passo que a segunda relaciona os atores coletivos a esses espaços.

A metodologia utilizada para a construção das redes e dos eventos foi a Análise de Eventos de Protesto (AEP) – isto é, a coleta de informações acerca de eventos de protesto por meio de notícias provenientes das fontes jornalísticas ou de outro tipo¹⁵⁰. Não foi efetuada diferenciação entre grupos organizadores, responsáveis pelos protestos e grupos participantes. Isso porque as fontes jornalísticas são elusivas em relação ao papel de cada organização durante

149 A teoria dos movimentos sociais americana elaborou a questão dos grupos participantes dando ênfase aos grupos presentes como organizações de movimentos sociais [social movement organizations]. Nas palavras de Zald e McCarthy: *A Social Movement Organization (SMO) is the complex, or formal organization which identifies its goals with the preferences of a social movement [...] and attempts to implement these goals*” (MCCARTHY; ZALD, 1977, p. 1217). Entretanto, para junho de 2013, a adoção de uma definição tão restritiva, centrada em grupos altamente formalizados e burocratizados, quase como um grupo de lobby, pode esconder o fenômeno da diversidade de grupos e associações nas mobilizações. Portanto, foi preferido um uso mais flexível da definição propostas pelos autores, procurando identificar os atores organizados ou não presentes em junho independentemente do grau de formalização desses grupos.

150 A construção do banco pode ser consultada no Apêndice Metodológico.

o protesto. Além disso, trajetos e espaços ocupados nem sempre são controlados ou geridos pelo grupo responsável pela chamada do protesto. Como contexto interacional, as ruas muitas vezes implicam a perda de controle da manifestação, não havendo em muitos casos sentido na diferenciação entre organizadores e participantes.

Para o mês de junho, *contendo informações referentes aos grupos, associações e organizações de movimentos sociais*, foram contabilizados cerca de cinquenta eventos na cidade de São Paulo, sendo que o total de eventos é de 89 eventos no período recoberto.¹⁵¹ As notícias nesses casos tinham referências genéricas aos participantes dos eventos, utilizando-se termos como manifestantes, ativistas e participantes. Para esta etapa da análise foram excluídas marcações de caráter agregativo utilizadas pelo jornal, mas que reportavam o pertencimento a algum tipo de estrato social. Quando os atores eram descritos por termos como adultos, trabalhadores, crianças, profissionais ou outras características sociais, essas entradas eram removidas da análise, deixando somente as referências diretas aos atores participantes em junho¹⁵².

No banco de dados construído foram codificados 36 atores organizados nomeados. O número é apenas uma aproximação amostral da população organizacional presente no ciclo de 2013. É bastante improvável que os jornais tenham reportado com exatidão todas as associações presentes, já que o viés de seleção e de descrição dada na fonte inviabiliza um retrato fiel do perfil dos movimentos sociais presentes. Entretanto, trata-se talvez da melhor fonte disponível capaz de recobrir esse tipo de dado em comparação a outras formas. Além disso, o objetivo da tese não é detalhar com exatidão o perfil associativo de junho, mas sim compreender o modo como os usos dos espaços se deram. Para a tese é importante destacar que a amostra coletada dá conta do aparecimento de associações no espaço público e, portanto, permite avançar na questão da relação entre usos do espaço e visibilidade pública¹⁵³.

151 A definição de evento foi adaptada de Fillieule e Rootes (2003), já que recobre formas de ação coletiva de protesto. Deste modo, cada entrada no banco de dados corresponde a um evento codificado segundo o critério de que a notícia informe acerca de “ação pública tocante as questões em que as preocupações explícitas sobre os temas diversos são expressas como uma dimensão central, organizada por iniciadores não estatais com o propósito explícito de crítica ou discordância juntamente com reivindicações sociais e/ou políticas.” (FILLIEULE; JIMÉNEZ, 2003, p. 273).

152 Não a presença desses atores é desinteressante, mas que para o decurso da tese interessa muito mais a construção desses blocos de enraizamento dos atores coletivos e o detalhamento dos grupos envolvidos do que a referência genérica ao pertencimento a classes sociais, grupos etários e profissionais.

153 Deste modo, a amostra compreende tanto associações importantes e que tiveram destaque na imprensa, quanto associações menos comentadas, mas que permitiram flagrar diferentes usos dos espaços físicos da cidade. Por fim outro ponto merece ser citado. Visto que as fontes policiais e órgãos de controle técnico como a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), embora reportem eventos e em alguns casos anotem até mesmo as temáticas envolvidas, é muito pouco provável que registrem os grupos organizados presentes. Estudos anteriores valendo-se da mesma metodologia ainda salientam que os jornais possuem “viéses sensacionalistas”, preferindo a cobertura

Uma das hipóteses sustentadas por pesquisadores é acerca do protagonismo dado aos grupos em torno da chamada questão urbana. Organizações como o MPL-SP em torno do transporte coletivo e outros grupos motivados pela oposição as políticas de impacto urbano foram tidos como atores centrais na articulação do fenômeno de junho (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013). A fim de traçar essas questões, os grupos foram estudados segundo padrão relacional entre si e num esquema de classificação que informasse as agendas dessas organizações.

É possível notar que os grupos urbanos compreendem um universo limitado de atores organizados e com pouca participação durante o ciclo de junho. Por outro lado, os sindicatos e grupos estudantis despontaram como atores recorrentes nas manifestações. As associações profissionais como médicos, comerciantes etc. estiveram presentes de maneira recorrente, mas apenas nas fases anteriores ao ciclo (06/06/2013) e após o dia 20/06/2013. Em resumo, grupos estudantis e sindicatos desempenharam um papel ativo durante quase todas as fases do ciclo.

Único movimento de transporte, o MPL/SP esteve nas ruas também durante quase todas as fases do ciclo, exceto no declínio, após o dia 20/06. Outros tipos de grupo foram aparecendo em fases distintas do ciclo, e, portanto, pode-se levar adiante a hipótese de que, mais do que a preponderância do MPL-SP como ator iniciador de junho, ainda assim, os grupos se foram combinando de maneiras diferentes segundo as fases do ciclo por meio de esquemas de “afinidades” de protesto entre si.

Talvez seja possível apontar a existência de cliques – relações entre entidades onde todos se relacionam com todos – nos quais culturas de protesto estariam presentes. Esses cliques de protesto podem ser resultado de culturas de coparticipação em protestos. Segundo Diani (2009), os movimentos sociais criam padrões repetidos de coparticipação em atividades políticas. Para o autor, a sustentação das campanhas e dos grupos se dá por meio da formação das comunidades de protesto, que ele define como: “ (...), *namely, sets of activists sharing a sustained participation in protest activities*” (DIANI; BISON, 2004). A próxima seção detalha a rede de compartilhamento dos espaços nos protestos e, posteriormente, outra rede é construída por meio da seleção de espaços de protesto independente dos protestos.

de grandes eventos e com riqueza de detalhes e identificando as associações de protesto enquadrando-os em narrativas morais. De todo modo, a própria escala do fenômeno de junho de 2013 justifica o tipo de dado, já que a maior parte dos eventos de protesto contavam com um montante significativo de grupos nomeados, pelo menos para a cidade de São Paulo. Além disso, todos os grupos tidos como relevantes para o processo estão representados na amostra coletada, o que permite a exploração de algumas hipóteses de pesquisa.

6.3.1 Redes de Compartilhamento de Espaços de Protesto e Blocos de Afinidade

Desse modo, entender o ciclo de junho não passa somente por flagrar o papel que tal ou qual ator coletivo teve nas manifestações, mas em quais *clusters* de protesto estiveram presentes e em que fases. Convém entender, portanto, a análise das associações tal qual se estruturaram em padrões relacionais de copresença. A Figura 6.3 abaixo apresenta as redes dos grupos e de suas relações mediadas pela copresença dos eventos de protesto em todo o ciclo de junho. A rede de copresença nos eventos informa quais atores estiveram nos mesmos locais ao mesmo tempo. Essa rede demarca *blocos espaciais de afinidades políticas* entre as associações em junho de 2013. Mais importante ainda é que essa afinidade política se desenha por meio dos usos comuns de espacialidades e cenários urbanos de mobilização. A primeira rede de copresença está na detalhada na Figura 6.3.

Os números designam os eventos de protesto, e os atores associativos estão representados por siglas. *A rede é importante porque detalha os espaços físicos compartilhados pelos mesmos atores nos mesmos protestos.* Como os casos de conflitos entre associações nomeadas apareceram pouco na imprensa em 2013, e os indícios apontam para a importância de conflitos entre os manifestantes avulsos e certas associações do que entre essas últimas, assume-se que a rede indica uma relação de aliança mútua entre os atores coletivos *no momento do compartilhamento de espaços*. Evidentemente, a noção de aliança pode ser estendida e detalhada. Os ativistas podem emprestar recursos físicos entre si. Não convém um estudo nesta tese com esse nível de detalhamento. Isso mereceria outra pesquisa. O que é necessário lembrar é que os atores coletivos se *encontram nos mesmos espaços endossando pautas mutuamente ou disputando prerrogativas e direitos de representação dessas pautas*. A presença nos mesmos espaços e eventos implica, ao menos em parte, um mínimo de apoio mútuo. Isso ocorre porque a realização de protestos depende da capacidade dos ativistas de atraírem público. É um processo arriscado caso dependesse somente da participação dos membros das associações organizadoras e do interesse do público passante nas ruas. Daí a necessidade de coordenação de múltiplas associações para atrair um número razoável de manifestantes, sejam avulsos, sejam membros das associações convocadas.

Na Figura 6.3, percebe-se as diferenças quanto à importância de atores e eventos tomados em conjunto no espaço dos protestos. A variável grau especifica quais atores estiveram em mais eventos e quais eventos tiveram mais atores e serve como medida aproximada da dispersão espacial de cada agente *na hora do protesto*. Também indica a capacidade de conectar

diferentes espaços e diferentes atores coletivos ao mesmo tempo. A variável está ponderada pelo valor percentual. Assim, o MPL e o PSOL disputaram o protagonismo em junho de 2013. O primeiro aparece em dez eventos ao longo de junho, e o segundo desponta com a participação em pelo menos oito eventos. Há variações ao longo das fases do ciclo. O MPL tem participação maior na fase de eclosão, com queda durante a diversificação do ciclo. Posteriormente, o MPL recupera a centralidade, mas à medida que o ciclo se desenrola outros atores passam a compor os cenários de junho.

É possível notar que a rede de junho é bastante desconectada, tendo dois tipos principais de aglomeração. Um primeiro grupo é formado por muitos componentes pequenos, de *aglomerados* de atores e eventos isolados. São atores que se organizaram em função de agendas específicas ou pautas setoriais e detêm usos delimitados dos espaços físicos da cidade. Essas associações se mobilizaram em função de um único evento. Enquadram-se nessa categoria os grupos organizados em torno de campanhas tais como de combate à violência, grupos descontentes com a proibição do uso masculino de saias em colégios, demandas setoriais de grupos profissionais específicos etc. Foram grupos que engrossaram as agendas exibidas em junho de 2013, mas que não estiveram nos grandes cenários de mobilização ao mesmo tempo que associações aglutinadoras como o MPL e o PSOL.

Figura 6.3 Rede de Copresença Espacial em Protestos, São Paulo, Ciclo de Junho de 2013

Eclosão

Diversificação

Massificação

Declínio

Fonte: Elaborado com base em BEP-CEBRAP (2013)

Boa parte dos sindicatos também está nessa categoria de associações isoladas. Como exemplo desse tipo de evento, podem-se citar as mobilizações em torno de pautas salariais efetuadas pelo Sindicato dos Investigadores de Polícia e pelo Sindicato dos Profissionais de Saúde do Estado de São Paulo durante a fase de ascensão do ciclo de confronto. No dia 6 de junho, esses sindicatos se reuniram no vão livre do Masp e realizaram “atos” e manifestações nas mesmas datas, mas sem conexão entre si. A ação sindical tem sido analisada como fator fundamental para a evolução do ciclo. Recentemente, tem surgido um corpo de teorias acerca do papel dos sindicatos no levante do ciclo em 2013. Essas teorias se apoiam no crescimento do conjunto de greves em 2012 e 2013 (QUADROS, DE *et al.*, 2017). O que os dados mostram, pelo menos, é que durante o ciclo essas organizações não estiveram conectadas ao componente principal com eventos ou mesmo aglomerados (*clusters*) menores de protesto. Trata-se não somente de demonstrar o aumento da atividade sindical, mas entender o modo como tais grupos se relacionaram com outros tipos de associação.

Em segundo lugar, podem ser elencados grupos condensados em torno de um ou dois eventos. Trata-se de associações com demandas um pouco mais amplas e que normalmente fazem campanhas marcadas em períodos específicos ao longo do ano. Encontram-se nessa categoria sindicatos universitários, grupos dedicados a legalização do porte de maconha, movimentos feministas, os ditos movimentos sociais urbanos tais como o MTST e o Comitê Popular da Copa – Copa pra Quem? (Copac), dentre outros tipos. Esses grupos apareceram nas ruas logo na fase de ascensão do ciclo e permanecem parcialmente mobilizados após o pico de mobilização, no dia 20 de junho.

Esse segundo agrupamento é formado por movimentos com afinidades de agenda. Por exemplo, no início daquele ano, o MTST e outras associações do movimento por moradias fizeram várias ocupações pela cidade de São Paulo, inclusive tomando a sede do Instituto Lula em janeiro de 2013. O MTST tem atuação bastante territorial, preferindo a organização de eventos em áreas periféricas ou longe dos centros de atração de protestos tal qual a Avenida Paulista. Em virtude desse tipo de “prática organizacional de protesto” enraizada em demandas espaciais, o MTST se conectou fortemente com os grupos como Rede de Comunidades Extremo Sul, o Copac e o Movimento Periferia Ativa. A ligação desses grupos com os partidos políticos no período pode ter se tornado tensa e complicada em virtude dos problemas ligados a negociação das pautas desses movimentos com os governos municipais e federais petistas. Foram movimentos fortemente ligados à oposição ao governo Dilma, ainda que essas organizações se autoproclamem dentro do quadro da esquerda. Conflitos entre o MTST e a gestão petista na cidade de São Paulo no começo do ano, as dificuldades de estabelecimento de diálogo entre os atingidos pelas obras da Copa do Mundo e os responsáveis pela administração dos processos de remoção colaboraram para afastar esses grupos dos partidos políticos, pelo menos no âmbito das mobilizações e das ruas. Em suma, esses grupos se articularam durante em torno do ciclo de junho 2013 e de campanhas em torno da Copa de 2014. A organização também participou ativamente das atividades do grupo Copa pra Quem? durante o ano de 2013 e colaboraram com a elaboração do Manifesto Copa pra Quem? As desapropriações forçadas, as negociações em torno das grandes obras ligadas à Copa do Mundo de 2014 e a entrada de um governo municipal petista ajudaram a formar coalizões fortes entre esses dois grupos.

O mesmo pode ser dito dos outros tipos de grupo pertencentes a essas categorias. Associações com identificações temáticas similares atuaram frequentemente junto em 2013, seja por terem planejado campanhas já para o período de junho, tal como é o caso da Marcha da Maconha, realizada costumeiramente em meados de junho ou julho. A Marcha das Vadias que se havia dado em São Paulo no mês de maio daquele ano também saiu às ruas em função

de pautas divididas com outros movimentos feministas, em virtude da presença de Marco Feliciano (PSC) na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e da campanha contra o Estatuto do Nascituro. Todos esses movimentos citados costumam reivindicar para si o termo autonomista para indicar a ausência de vinculação com partidos políticos. De fato, esses grupos não tiveram casos de coparticipação com partidos políticos e grupos ligados a partidos. No caso dessas associações, a dificuldade em estabelecer pautas e canais de diálogo com a gestão federal em torno de temas “contraculturais” e de reconhecimento das diferenças afastou esses grupos dos atores partidários.¹⁵⁴ A Figura 6.4 detalha o ciclo de junho em relação à copresença nos eventos, ao tipo de associação dos atores coletivos e aos blocos de alinhamento entre esses atores¹⁵⁵.

Figura 6.4 Rede de Copresença em Eventos, Blocos de Afinidade Espacial e Tipos de Organização, São Paulo, Ciclo de Junho, 2013

Fonte: elaborado com base em BEP-CEBRAP (2013)

154 Consultar: <http://blog.marchadamaconha.net/>

155 A análise foi feita através do uso do algoritmo *fastgreedy* do pacote Igraph. O algoritmo calcula a modularidade de um grafo. A modularidade do grafo identifica a proximidade dos nós em relação em relação a laços compartilhados. A métrica é definida como a proporção de laços dentro do grupo dividida pela proporção de laços fora do grupo e leva em consideração a distância entre os locais acessados pelos atores coletivos e calculou a fração de laços realizadas internos aos grupos dividido por laços prováveis aleatórios entre os grupos candidatos. Para mais detalhes conferir (KOLACZYK; CSÁRDI, 2014).

Foram encontrados onze blocos segundo a densidade de relacionamento das associações entre si¹⁵⁶. Os blocos mais importantes em junho são aqueles que dividem o maior componente da rede em dois grupos distintos. De um lado, o grupo 2 qualifica movimentos sociais e partidos políticos que apareceram juntos fortuitamente em função do andamento do ciclo. À medida que o ciclo ganhava corpo, essas associações enxergaram oportunidades de expressão de demandas. Nesse caso, ou essas associações apareceram em protestos separados, mas em datas e locais próximos, ou apareceram em conjunto nos mesmos protestos, mas guardando distanciamento entre si. Podem-se citar nesse bloco associações autonomistas como Marcha da Maconha, PSDB, Anonymous e outros grupos. Essas associações guardaram afinidades limitadas entre si. Isso difere bastante do grupo 1, que reúne especificamente associações que tenderam a “andar juntas” em junho. Em geral, essas associações apareceram em conjunto tanto nos protestos pequenos quanto nos protestos em que houve considerável repressão. Em resumo, esse bloco também mantém um alto índice de coesão entre si, selecionando os eventos em que aparecerem conjuntamente com outras associações em função de coparticipação em eventos passados. Estão listados nesse bloco MPL, MTST, Copac e FRU. Convém destacar que o PT e a CUT aparecem no limite desses grupos, próximos ao grupo 2, já que mantêm características de ambos os grupos embora as características do grupo 1 sejam mais prevalentes. As outras associações pertencem a blocos que participaram de eventos em conjunto, mas sem relação com o MPL, ou com outra associação no grande componente do grafo. De um lado, associações que participaram em campanhas como o movimento feminista em junho; do outro, associações isoladas que participaram pouco dos protestos em conjunto com atores coletivos com maior protagonismo. Exemplos desse tipo de bloco são os diversos sindicatos atuando em pautas setoriais em vários momentos. Essas associações que participaram isoladamente foram classificadas segundo seus próprios blocos pelo algoritmo *fastgreedy*. Os blocos foram produzidos considerando não somente a relação entre os atores, mas os locais de encontro.

Pelos blocos, identifica-se o papel que as associações tiveram na evolução do ciclo e como isso esteve ligado ao enraizamento espacial. Segundo a terminologia de McAdam (1994), bloco 1 e bloco 2 são formados pelos *early risers* das mobilizações. Isto é, aqueles que aparecem

156 A composição dos blocos é: bloco 1 (ABGLT, ANCOP, COPAC, CUT, Frente de Resistência Urbana, Periferia Ativa, MPL, MTST, PCO, UJS, UNE). O bloco 2 (Anonymous, Assembleia de Deus, Conselho Federal de Psicologia, Grupo Gay da Bahia, Marcha da Maconha, Mudança Já, PMDB, PSC, PSD, PSDB, PSOL, PT, PTB), bloco 3 (LBL, Marcha das Vadias, MMMulheres), bloco 4 (Movimento em Marcha, UJB), bloco 5 (AfroReggae, Centro da Cultura Judaica, Doutores da Alegria, FGL, Juntos pela Vida: Acorda Brasil), bloco 6 (Movimento Libertários), bloco 7 (SFSP), bloco 8 (Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes), bloco 9 (Sindivários), bloco 10 (SINTUSP) e bloco 11 (SIPESP).

primeiro em junho e que foram responsáveis por assinalar a virada do ciclo. Associações como MPL, PSOL, Anel, UNE e outros partidos tradicionais de esquerda foram a comissão de frente nas manifestações. Os outros blocos são justamente os chamados *late comers*, ou seja, associações que se aproveitaram da abertura de oportunidades de mobilização durante os eventos de junho, sindicatos e movimentos com pautas específicas e que viram no avanço das mobilizações uma chance de exibir suas demandas em público.

Esse lapso temporal se refletiu na diferenciação dos espaços urbanos na cidade de São Paulo, em especial no compartilhamento dos espaços durante os protestos. A existência dessas espacializações na hora do protesto colabora para deitar reservas e inserir uma dose de cautela no argumento de que as “multidões” estavam nas ruas (CASTELLS, 2011). Os espaços físicos dos protestos não são indiferenciados. As associações e os espaços físicos dos protestos compõem uma dualidade em que ambos colaboram para demarcar fronteiras, diferenciações e delimitações.

As associações clivaram os eventos de junho segundo lógicas de proximidade ou de afastamento. A espacialidade desempenhou um papel relevante nisso, pelo fato de que essas alianças se manifestaram na aceitação do compartilhamento de determinados locais. Evidentemente, a análise aqui não pode discursar sobre o protagonismo ou a divisão do trabalho espacial no momento do protesto. Esse assunto fica para o próximo capítulo. Todavia, reconhece-se que o espaço do protesto é marcado por hierarquias entre as associações. Aqui, procura-se apenas compreender o papel que essas hierarquias manifestam na delimitação de blocos preferenciais de compartilhamento dos locais do protesto. Não explicitamente pelas falas e agendas verbalizadas de lideranças, mas pela preferência na seleção dos eventos entre esses atores. Assim, é possível medir o grau de proximidade desses grupos em função de sua disposição em aparecer conjuntamente nas cenas dos protestos. Esse copertencimento aos mesmos eventos colabora para a criação de cenários específicos de protesto. A Figura 6.5 detalha a relação entre os blocos pertencentes a cada associação e os trajetos.

O mapa contém superposição dos blocos em algumas localidades em virtude do fato de que esses grupos estiveram presentes no mesmo protesto. Do ponto de vista espacial, o bloco 1 é o que está mais enraizado na região que vai do centro expandido à região Sul da cidade de São Paulo. Essas associações participaram em sua grande parte não somente de marchas, mas também de protestos pontuais na região das bordas da cidade. Esse bloco pode ser pensado como o conjunto dos *experimentadores espaciais*. Isto porque combinaram locais tradicionais com novos espaços físicos ao longo do vetor sudoeste. Esse bloco, como salientado acima, é

formado pelos “iniciadores” dos protestos em junho. Por meio do alto grau de conectividade entre esses atores, eles exploraram uma vasta de espaços físicos na cidade de São Paulo. Conclui-se até certo ponto que o arranque temporal dos confrontos em junho foi manufaturado no exercício de exploração de diferentes locais na malha urbana paulistana. A criatividade na seleção dos locais teve um papel importante na disseminação do protesto.

Figura 6.5 Blocos de Afinidade Espacial e Localização, São Paulo, Ciclo de Junho, 2013

Fonte: elaborado com base em BEP-CEBRAP (2013)

Os caudatários do processo em junho se reuniram nos outros blocos e tiveram padrões de difusão espacial diferenciado do bloco 1. Em primeiro lugar, o bloco 2, formado por associações partidárias, preferiu entrincheirar-se na região da Paulista. Associações como PSDB, PMDB, entidades religiosas e outros tipos organizacionais se orientaram a continuar nas imediações da região em que houve grandes “atos” de protesto. Essas associações colaboraram para engrossar o volume de pessoas nas ruas em junho e ajudaram a diversificar as pautas e agendas exibidas nas ruas. Fizeram isso se valendo de espaços físicos de protesto restritos, sem grandes marchas ou explorações. Esse bloco 2 pode ser pensado como um conjunto de

tradicionalistas espaciais, já que tiveram uma postura conservadora no que dizia ao deslocamento e à seleção de locais de protesto. Foram associações que procuraram reduzir os riscos de mobilizações fora das áreas centrais. Aparentemente, a ideia era estar nas ruas, marcar posição e não assumir riscos em relação ao comparecimento de manifestantes.

Por fim, existem os blocos restantes, que compreendem diferentes tipos de associação. Podem ser agrupados entre aqueles que apareceram em função da abertura de oportunidades dada pelo ciclo de confronto e aqueles que surgiram em atividades de protesto antes mesmo do princípio de junho. Seja no prelúdio, seja no epílogo do processo, essas associações não gravitaram ao redor dos grandes cenários de protesto como a Avenida Paulista e a Praça da Sé, como também não apresentaram iniciativas de exploração nas áreas ao redor do vetor sudoeste da cidade. Pelo contrário, esses ativistas preferiram expressar demandas em locais fortemente identificados com temas particulares. O padrão de difusão espacial dos protestos nesses blocos foge das áreas tradicionais ou da frente “pioneira” de protestos, mas também não pode ser caracterizado como inovador. Isso porque os cenários escolhidos têm fortes marcações simbólicas e políticas para aquelas associações. Esse conjunto de associações pode ser caracterizado como *entrincheirados espaciais*, já que tem enraizamento espacial demarcado sobretudo pela natureza de suas identidades políticas, temas e agendas e a particularidade desses espaços. Pouco se afastando dos locais particulares de mobilização, incluem principalmente associações civis, sindicatos e movimentos sociais com pouca prática de mobilização ou com pautas específicas.

6.3.2 Redes de Seleção de Cenários de Protesto e Blocos de Similaridade

Os eventos de protesto podem significar afinidades espacializadas importantes e descrevem blocos de atores coletivos que em momentos distintos do ciclo de junho estiveram nos mesmos locais. Contudo, essas afinidades se devem exclusivamente às proximidades e semelhanças nos temas dos atores? A presença nos locais marcados nos eventos pode ser também pelo enraizamento *independente* das organizações nos mesmos locais. Isto é, certos locais são mais palatáveis ou mais acessíveis às associações. Os atores coletivos podem acessar os mesmos locais em dias diferentes, o que implicaria neste caso um descolamento entre as redes de *copresença espacial nos mesmos protestos* e as redes de *seleção de locais* em eventos

de protestos não necessariamente com alianças entre os grupos. Então, a probabilidade de aliança entre os ativistas aumenta conforme as associações tendem a frequentar os mesmos locais, *independente da copresença nos protestos*? Esse reescalonamento das redes com vista a demarcar os locais que atraíram determinadas associações, sem referenciar os mesmos eventos de protesto, leva à construção de *blocos de similaridade*. Isto é, para além das alianças e das práticas de seleção conjunta de cenários de protesto, este bloco indica qual a probabilidade de um ator aceitar ou não a execução de eventos *em locais específicos, independente das pautas e atores coletivos aliados*. É possível identificar, portanto, quais locais foram mais importantes em junho ao mesmo tempo em que essa importância decorre da importância dos atores. Essa rede também é de interesse, pois detalha cenários nos quais os atores circularam em junho e, portanto, apresenta de modo mais claro enraizamentos específicos de mobilização para cada tipo de ator. *Em resumo, os blocos de afinidade dizem respeito aos usos compartilhados dos espaços de protesto, ao passo que os blocos de similaridade convergem para usos individuais de cada associação em diferentes protestos.*

Pela análise da rede seleção de locais, fica exemplificado, por exemplo, o modo como os atores mais centrais nas redes de coparticipação em eventos foram variando os locais de protesto ao longo do ciclo. A rede mostra que grupos se deslocaram mais pelo espaço da cidade ao longo de junho. Em primeiro lugar é necessário demarcar que boa parte dos atores tentam ocupar áreas como a Avenida Paulista para a realização dos eventos de protesto. O Masp como ponto de encontro também foi bastante acionado por associações diversas. O que convém demarcar é que desde o início da fase de eclosão associações ligadas ao campo autonomista procuraram diversificar as áreas de localização de eventos de protesto. As estações de metrô e as pontes e viadutos surgiram como opções para esses grupos pouco estabelecidos nos cenários políticos da cidade.

Desse modo, na fase de eclosão é possível citar como exemplo o protesto do Anônimos e do Coletivo Mudança Já, na região da Estação Berrini e na Marginal Pinheiros.¹⁵⁷ No dia anterior, o MPL já havia feito um protesto na região do Largo da Batata. Destaca-se aqui que o Largo da Batata só foi mobilizado pelo MPL e outras associações pouco antigas durante a fase de eclosão. Associações partidárias e com maior infraestrutura organizacional como PSOL e

157 Fonte: "Grupo fecha marginal Pinheiros em protesto contra aumento de passagens em SP", 08/06/2013, <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1292172-grupo-fecha-marginal-pinheiros-em-protesto-contr-aumento-de-passagens-em-sp.shtml><Acesso em 2015/08/2017>

PCO optaram por permanecer em locais mais tradicionais de protesto como a Avenida Paulista e áreas ao redor do centro.

Durante a fase de diversificação do ciclo, é possível verificar como os atores passaram a ocupar áreas centrais e a região redor da Avenida Paulista. Em suma, a experimentação dos locais de protesto deu uma pausa. Novos atores ocuparam os mesmos locais que vinham sendo usados. É o caso do já citado Juntos pela Vida: Acorda Brasil. De todo modo, é importante demarcar que nessa fase existem dois grandes grupos de atores que se *revezam* na ocupação da região central e na região da Avenida Paulista. A ocupação desses espaços era realizada em turnos. Os exploradores, tradicionalistas e os entrincheirados exploraram a região central em fases distintas do processo de junho.

A fase de massificação por sua vez indica a volta da exploração de áreas da cidade não somente ao redor do centro expandido. Do ponto de vista dos atores, estes se dividiram em pelo menos três blocos. De um lado partidos políticos frequentaram as áreas ao redor da Avenida Paulista e em centros de poder em bairros e distritos. Outro bloco foi composto por associações como MTST e movimentos nas periferias que ajudaram a difundir os protestos *exclusivamente* em avenidas e importantes vias de circulação nas periferias. Por fim, as áreas centrais e a Avenida Paulista foram tomadas por associações como o MPL e outras que já se haviam manifestado nas fases anteriores, mas também dividiram espaços. Este último bloco foi formado por novatos que passaram a manifestar-se em torno dos mais diversos temas. Por fim, o declínio é marcado pela presença de dois blocos de atores organizados nas ruas. De um lado movimentos na periferia continuam a explorar o rescaldo do ciclo de junho, ao passo que o Masp passa a aglutinar atores “atrasados” nas manifestações. A Figura 6.6 apresenta a análise dos blocos de atores em função dos usos individuais dos espaços¹⁵⁸.

158 A análise foi feita por meio do uso do algoritmo fastgreedy do pacote Igraph. O algoritmo calcula a modularidade de um grafo. A modularidade do grafo identifica a proximidade dos nós em relação em relação a laços compartilhados. A modularidade levou em consideração a distância entre os locais acessados pelos atores coletivos e calculou a fração de laços realizadas internos aos grupos dividido por laços prováveis aleatórios entre os grupos candidatos. Para mais detalhes conferir (KOLACZYK; CSÁRDI, 2014).

Figura 6.6 Rede de Seleção de Locais, Tipos de Atores e Blocos, São Paulo, Ciclo de Junho, 2013

Fonte: elaborado com base em CEBRAP (2013).

Em resumo, durante o ciclo é possível identificar pelo menos seis grupos de atores conforme suas escolhas de locais de protesto, tanto em conjunto quanto em eventos separados. Há uma diminuição no número de blocos quando se leva em consideração a afinidade e a aliança nas ruas e a similaridade dos atores quanto aos locais selecionados. Isso pode indicar que independentemente dos protestos em conjunto os atores escolhem cenários limitados de protesto. Partidos políticos como o PSDB tenderam a usar a Avenida Paulista, tanto quanto o MPL. *No entanto, ambos usam esses espaços em momentos diferentes e segundo lógicas de conexão com aliados diferentes.* Espaços unem os atores, mas somente em certas circunstâncias. E espaços fazem com que os atores se pareçam mais do que eles próprios se imaginam. Desse modo, a ideia de que existem três tipos de enraizamento espacial exploradores, tradicionalistas e entrincheirados só tem sentido quando se contrastam duas dimensões: o enraizamento compartilhado dos atores nos mesmos locais e eventos e o

enraizamento individual de cada associação. Assim sendo, os blocos de similaridade indicam a capacidade individual de cada associação de inovar ou reiterar determinados usos do espaço¹⁵⁹.

Esses blocos, diferentes dos blocos da rede de coparticipação em eventos, não delimitam relações de afinidade entre os atores, mas sim *relações de similitude* em relação aos usos dos espaços. Assim, o primeiro bloco reúne manifestações feministas que fizeram protestos em ocasião das oportunidades abertas pelo ciclo como um todo. Compreendem as associações Marcha Mundial das Mulheres, a Liga Brasileira de Lésbicas e a organização da Marcha das Vadias. Os blocos 4, 5 e 6 compreendem atores que tiveram mobilizações pontuais ao longo de junho e se mantiveram afastados das grandes mobilizações, não compartilhando os locais de protesto com outras associações. Podem ser citados como membros desses grupos o Sintusp e os Sindicatos de Metalúrgicos de Mogi e Região.

Por fim, os blocos 2 e 3 são os mais relevantes para extração dos enraizamentos dos atores e da superposição desses enraizamentos nos cenários do protesto. Juntos, detêm 93% dos atores presentes nos ciclos de confronto. O bloco 2 congrega associações que estiveram ao longo de todo o ciclo restritas às imediações da Avenida Paulista e que compartilharam esses espaços em eventos conjuntamente, mas também procuraram “dominar” a região em horários diferenciados ou após as datas de grandes mobilizações. Esse bloco também é mais heterogêneo se comparado a outros. Associações civis como o Junta Brasil apareceram nos mesmos locais que movimentos sociais como o Movimento Libertário ou as associações profissionais como o Conselho Federal de Psicologia.

Por sua vez, o bloco 3 reúne em maioria movimentos sociais e partidos políticos que tiveram uma gama maior de locais selecionados durante os protestos. Foram associações que ora frequentaram as imediações da Avenida Paulista, ora se viram obrigadas, seja pela repressão policial, seja pela necessidade de expansão do quórum de manifestantes ou disputas espaciais, a procurar outras localizações. Em maioria, essas associações procuravam o centro de São Paulo ou áreas nas bordas do centro expandido como alternativa, regiões como a Marginal Pinheiros, as estações de metrô e outros polos locais de condensação de pessoas. Podem ser citados como membros desse grupo movimentos sociais como MPL, MTST e UNE, partidos políticos como

159 Os blocos são compostos por: bloco 1 (LBL, Marcha das Vadias, MMMulheres), bloco 2 (AfroReggae, ANCOP, Assembleia de Deus, Centro da Cultura Judaica, Conselho Federal de Psicologia, COPAC, Doutores da Alegria, FGL, FRU, GGB, Juntos pela Vida: Acorda Brasil, Marcha da Maconha, MM, Movimento Libertários, PMDB, PSC, PSD, PSDB, PTB, SIPESP, UJB), bloco 3 (ABGLT, Anonymous, CUT, MJ, Movimento Periferia Ativa, MPL, MTST, PCO, PSOL, PT, Sindivários, UJS, UNE), bloco 4 (SFSP), bloco 5 (Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes), bloco 6 (SINTUSP)

PT e PCO e sindicatos como a CUT. O caso dos partidos políticos é interessante pois espacialmente esses atores apareceram quase justapostos ao bloco 2 e por isso são representados próximos ao grupo 2 na Figura 6.6. Os partidos tiveram sua importância porque em certa medida colaboraram para avolumar os protestos em áreas centrais como a Avenida Paulista, mas, dada a disputa interna pela presença naquela área, foram paulatinamente tentando ocupar novos espaços nas áreas centrais e regiões mais afastadas da cidade.

Atores parecidos do ponto de vista de sua localização espacial em protestos – juntos ou separados – tendem a ter padrões específicos de percurso e performance. Esses usos similares do espaço podem servir também como facilitadores de alianças entre os grupos, tema que merece mais destaque na literatura. As alianças entre associações são pensadas exclusivamente como um efeito direto de similitude organizacional ou temática. Entretanto, é interessante apontar que a espacialidade, representada nos enraizamentos espaciais de cada associação, pode contribuir para *mediar* outras similaridades entre as associações.

De todo modo, cabe entender como emergem os blocos de similaridade e blocos de afinidade entre as associações. De que modo, as sedes e espaços de usos frequentes para reuniões logísticas internas dos movimentos e outros atores coletivos apontam para a formação desses blocos? As áreas de protesto são selecionadas aleatoriamente? Ou a localização de sedes e outros edifícios importantes para as associações são relevantes?

A emergência de blocos de similaridade e afinidades falados anteriormente indica que o espaço urbano exerceu influência no desenrolar do ciclo de junho. Em primeiro lugar é marcante o fato de que os atores ao entrarem em momentos distintos do ciclo de confronto assumiram posicionamentos diversos no espaço urbano. Evidentemente, durante o momento do protesto os atores se veem na necessidade de improvisar. Traçar rotas alternativas em função da repressão policial é uma competência específica a movimentos sociais e outros atores acostumados aos protestos de rua. Desafiar os trajetos impostos pelas autoridades policiais acarreta riscos, porém melhora a visibilidade dos temas e agendas. O acesso a determinados espaços é, conseqüentemente, um bem escasso. A exploração desses espaços depende fundamentalmente da capacidade que os atores têm de arregimentar outros atores coletivos aliados. A exploração é decorrência não só da expertise de organizadores, mas dos aliados envolvidos e das pressões exercidas pelo policiamento dos espaços. A relação entre exploração ou tradicionalismo nos eventos, por outro lado, não depende dos aliados. O número médio de aliados de cada organização dentro do bloco 1 e bloco 2 nas redes de afinidade é de **4,64** e de **5,46**. Isso significa que em média uma associação de cada grupo esteve no mesmo protesto em

média com quatro ou cinco outras associações. Não há diferenças significativas entre os tradicionalistas como partidos políticos do centro e associações civis e os exploradores, como o MPL e o MTST, quanto ao número de prosélitos. Isso supõe a existência de mecanismos diferentes na relação entre o uso dos espaços no momento dos protestos e as coalizões de movimentos sociais.

De um lado, os exploradores necessitam de um número razoável de coorganizadores para fazer a manifestação atrair público, contudo, mantêm esse número em patamares aceitáveis. A hipótese é que o número de associações coparticipantes afetaria a facilidade de manejo dos espaços, seja na manutenção de rotas fixas, seja na exploração de novas rotas. Outra hipótese aceitável estaria na possibilidade de que, conforme o número de coparticipantes cresce, aumenta também a possibilidade de descaracterização dos temas exibidos nas ruas. Táticas pensadas para espaços específicos são contrapostas à ação policial. Performances tem efeitos de mobilização diminuídos em função de performances produzidas por outras associações. Daí o controle que os organizadores procuram imprimir nos usos dos espaços. Esse controle dos organizadores pode ou não atrair determinados participantes. Basta pensar nos impasses que a atuação dos *black blocs* produziu ao MPL em determinados das manifestações. Isto é, o montante de aderentes pode dificultar o controle do uso do espaço, e manifestações frequentemente saem do controle de seus organizadores.

Os tradicionalistas, por outro lado, massificaram os eventos. Chamaram quantidade razoável de pessoas em virtude da infraestrutura técnica, basta lembrar da Marcha da Família, organizada pela Assembleia de Deus, no final do ciclo, e com a presença de partidos políticos. Essas associações tenderiam a comparecer em protestos com razoável chance de massificação em espaços urbanos rotineiros de mobilização. Sem a implicação de custos de acesso aos espaços, dada pela ação policial, essas associações tenderiam a ocupar esses espaços de maneira mais intensa. Daí o número relativamente maior de conexões dessas associações nesse bloco.

Isso explicaria a diferença, portanto, entre experimentalismo, tradicionalismo e entrincheiramento no espaço. Basicamente, é a temporalidade da ação. Os atores coletivos mais aptos a isso são os iniciadores do protesto. Pela análise dos locais individuais de cada associação, ficou evidente que os espaços físicos acessados em junho compõem seis grandes blocos com destaque a apenas dois. O que difere é a prática de coalizão no momento do protesto e quais protestos estão sendo usados como oportunidades de alianças entre os atores. As associações diferem nos usos dos espaços, seja por questões de suas pautas, seja por recursos,

seja por afinidades entre si. Movimentos sociais tendem a se deslocar mais. É uma performance definidora que, em variadas situações, implantam perspectivas de exploração ou de tradicionalismo na seleção de locais. Por outro lado, sindicatos e partidos políticos seriam atores que transitariam na maior parte ao redor de grandes avenidas e outros pontos tradicionais. Talvez a lógica resida justamente nas diferenças que os espaços físicos urbanos oferecem ao tipo de visibilidade estratégica. Sindicatos, por contarem com estrutura de recursos suficientes para a ocupação e grandes avenidas, tenderiam a se concentrar nesses pontos tradicionais. Ao menos durante os grandes ciclos de mobilização. Por outro lado, partidos políticos, especialmente os partidos de quadros profissionais, pouco conectados a mobilizações, tenderiam a ocupar espaços mais tradicionais no intuito de maximização de suas chances eleitorais. Entrar na hora certa nos protestos significa passar a imagem pública de que tal e qual grupo não se omitiu.

Concluindo, é necessário ter em mente que a relação entre associativismo e usos dos espaços, embora se materialize na noção de enraizamento espacial, ainda assim sofre influência do momento em que a manifestação se encontra. As associações fazem os próprios usos dos espaços, mas não os usam da maneira como querem, usam-nos de acordo com as circunstâncias – não somente em função de suas decisões. A situação do protesto afeta o enraizamento dessas associações. Ora empurradas pela ação policial, ora pela lógica de ocupação dos espaços visíveis, o fato é que os atores coletivos se veem frequentemente obrigados a negociarem seus trajetos e usos espaciais. Esse será o assunto do próximo capítulo.

6.4 Conclusão

Este capítulo procurou apontar padrões relacionais entre associações civis durante o ciclo de confrontos em 2013. Na primeira parte, foram revisitadas as teorias acerca da participação social em junho de 2013, para mostrar que a maior parte das explicações se concentrou na caracterização societária dos estratos sociais. Sem dúvida alguma, entender a extração social dos ativistas e participantes envolvidos nos episódios de junho de 2013 é fundamental. Sem desprezar a importância dessas análises, a contribuição deste capítulo consistiu em descrever a arquitetura associativa dos manifestantes por meio dos laços de coparticipação nos protestos. Argumentou-se aqui que, durante episódios de protesto, quem saiu a rua não o fez como somente como participante genérico ou membro de uma classe social específica.

Uma diversidade de identidades políticas apareceu em junho vinculada ao enraizamento espacial de associações civis. Nos protestos, as formas associativas não apenas nomeiam como recriam identidades políticas por meio de afinidades e afastamentos. Deu-se ênfase aqui ao modo como redes associativas de coparticipação foram responsáveis pela disseminação dos protestos e pela criação de padrões específicos de interação nos protestos. Os grupos atuantes em junho foram classificados em três tipos: associações que protestaram somente uma vez e sem relacionamento com outros atores em junho; associações que mantinham laços contínuos de relacionamentos com atores em mais de um evento em função de agendas comuns e campanhas próprias; e grupos fortemente conectados com uma diversidade de agendas e identidades políticas e que frequentavam juntos e recorrentemente episódios de protesto. Além disso, os grupos mantiveram relacionamentos complicados com partidos políticos e movimentos estudantis.

O capítulo também apresentou uma rede de colocação das associações. Isto é, em quais locais cada associação realizou protestos em junho, independente da copresença de outras associações. A montagem dessa rede evidenciou blocos de similaridade na seleção dos locais de protesto. De um lado, partidos e sindicatos que preferiram exclusivamente as imediações da Avenida Paulista. De outro lado, movimentos sociais que procuraram sair dos espaços físicos tradicionais.

A existência desses blocos de similaridade indica a importância de investigar a relação entre protesto e espaços urbanos. Há uma logística do protesto que envolve seleção e uso de espaços. Há também restrições impostas pela configuração dos espaços. As alianças políticas entre associações e a seleção das táticas de protesto são influenciadas pelas possibilidades abertas pelos espaços públicos na cidade.

Em resumo, a análise proposta aponta para uma agenda de pesquisa ainda pouco explorada, a da logística dos eventos de protesto e de seus efeitos nos processos de coalizão e conflito entre movimentos sociais nas ruas. O próximo capítulo avança nessas questões, narrando como a interação entre os atores no momento do protesto e seus efeitos para a evolução dos trajetos físicos dos eventos e para o andamento do próprio confronto político.

CAPÍTULO 7 - TRAJETOS DO CICLO DE JUNHO DE 2013. DISPUTAS E ALIANÇAS NO ESPAÇO URBANO

Os capítulos anteriores apresentaram as oportunidades para emergência do ciclo, seu processo de difusão pelos municípios brasileiros, os atores coletivos que dele participaram e sua relação com espaços territorializados de ação dentro da cidade de São Paulo. Este capítulo tem o intuito de introduzir os trajetos físicos dos eventos. Chama-se trajeto aqui ao conjunto de todos os locais ativados pelos manifestantes, intencionalmente ou não, em combinação prévia ou não com a polícia, durante o deslocamento de um ponto a outro dentro do território urbano. Concretamente, o trajeto é uma sequência de usos de vias de transporte público, ruas, praças, parques etc. atravessados efetivamente pelos manifestantes.

Procura-se demonstrar que o uso dos espaços em junho em seus trajetos esteve relacionado a três pontos: 1) ação da polícia e ao modo como os manifestantes procuraram confrontar as restrições de uso dos espaços impostas pelas autoridades estatais; 2) a lógica interna de organização logística dos eventos; e 3) a negociação entre os manifestantes, aderentes e organizadores dos eventos e outros atores políticos relevantes presentes na cena de protesto.

A narrativa dos espaços acessados é o modo como grupos como MPL-SP revezaram o protagonismo de determinados eventos com outros atores coletivos organizados, especialmente na fase de diversificação e posteriormente com manifestantes avulsos ou participantes inesperados e ocasionais. Traçar os trajetos ativados permite mostrar o modo como eventos antes corriqueiros na cidade de São Paulo passaram a compor um ciclo de confrontos. Também evidencia como o conjunto de interações entre os atores nas negociações pelo uso dos espaços operou como mecanismo de difusão do ciclo como um todo.

As próximas seções tentam dar conta desse fenômeno cronologicamente, identificando distintos tipos de acesso ao espaço durante as fases do ciclo. A primeira parte narra a coordenação nos momentos iniciais, antes da campanha contra o aumento das tarifas de transporte. A segunda seção detalha os momentos iniciais do ciclo de junho, quando o MPL-SP procurou explorar locais tradicionais de protesto, fase que vai do dia 6 ao dia 10 de junho. A terceira seção mostra o modo como as associações alteraram significativamente os trajetos na tentativa de escapar à repressão, fase que dura do dia 11 ao dia 16 de junho. A quarta seção detalha o modo como a experimentação de espaços públicos nos protestos somada à entrada de novos manifestantes fez explodir a cidade como cenário de protesto. Trata-se aqui da fase aguda

de exploração de locais de protesto, período que vai do dia 17 ao dia 24 de junho. Na quinta seção, os cenários de mobilização são apresentados para o ciclo como um todo. A conclusão retoma os argumentos desenvolvidos no capítulo.

7.1 Ensaios: O Pré-Ciclo – Os Atores se Preparam para Entrar em Cena

Se o início do ciclo pudesse ser traçado em uma data à qual a mídia passou a dar atenção, com certeza seria o dia 6, com o primeiro Grande Ato contra o Aumento da Tarifa (doravante ATO-1). A maioria das resenhas de junho aponta essa data como momento inaugural. Entretanto, a mudança da tarifa já havia sido anunciada meses antes, e mobilizações menores já se haviam dado dentro da cidade. Qual foram as diferentes estratégias de difusão do ATO-1?

Além disso, pequenos atores regionais não relatados pela grande imprensa também ajudariam a compor esse cenário de propagação e de tentativa de ganhar momento. Muito embora nem todas as manifestações tenham sido coordenadas pelo MPL-SP, o movimento teve forte protagonismo nessa fase. Em maio, o MPL-SP em colaboração com outros grupos elaboraram um calendário de iniciativas de preparação para a mobilização já agendada no intuito de divulgar o 6 de junho tornando-o um ponto culminante de protestos. O Quadro 7.1 detalha o processo das mobilizações prévias.

Quadro 7.1 Eventos de Mobilização e Divulgação do ATO 1 – Maio e Junho 2013

Evento	Associações Participantes
11/05 (Sábado), 14h. Debate “Uma cidade recortada: Bilhete Mensal e o Arco do Futuro” , Ocupação Mauá (Rua Mauá, 340)	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) • União dos Movimentos de Moradia (UMM) • Central dos Movimentos Populares (CMP) • Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP)
17/05 (Sexta), 12h. Roda de Debates, ETEC SP	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP)
19/05 (Sexta), 12h. Intervenção Artística na Virada Cultural para Divulgação do Ato-1, centro de São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP)
27/05 (Segunda), 19h. Mesa de debate sobre o aumento. Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • PSOL (Partido Socialismo e Liberdade)
27/05 (segunda), 10h. Ato contra o aumento. Terminal Pirituba	<ul style="list-style-type: none"> • Grêmio Estudantil EE São Paulo • Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP).
28/05 (terça), 19h. Ato-vigília contra o aumento. Prefeitura de São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> • Grêmio Estudantil EE São Paulo • Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP).
28/05 (terça), 12h. Ato contra o aumento no parque D. Pedro (próximo à estação de metrô). Organizado pelo MPL e estudantes da EE São Paulo.	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP).
28/05 (quarta), 6h30. Ação no Terminal Jd. Ângela	<ul style="list-style-type: none"> • Fanfarra do M.A.L • Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP).

05/06 (quarta), 19h30. Mesa de debate “Qual é o preço do transporte público?”	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP).
--	---

Fonte: MPL-SP (2013)¹⁶⁰

As atividades de preparação do ATO-1, conforme demonstra o Quadro 7.1, tiveram como intuito divulgar a manifestação, em especial o contexto estudantil que na sua extração universitária ou secundarista desempenharam papel importante no recrutamento dos manifestantes. Concomitantemente a esses atos e eventos de divulgação em torno do ATO-1, o MPL também participou de outros protestos na cidade de São Paulo durante os meses antecedentes. Episódios de confronto político eram demarcados como eventos de “luta por direito a cidade”. Assim, o MPL-SP, juntamente com a Fanfarra do M.A.L, participou de atos de apoio a outros movimentos como o “Dia das Mães Sem Filhos”, em 14 de maio, organizado pela Frente de Comunidades em Luta “Periferia Ativa”, Comitê contra o Genocídio da Juventude Negra e MTST. Grupos que estariam presentes mais adiante em junho. O MPL-SP compareceu à manifestação em defesa do SUS convocado pelo Fórum Popular de Saúde de SP. Também compareceram a Fanfarra do M.A.L, o MTST e o movimento Periferia Ativa¹⁶¹. O MPL ficou responsável por panfletar, realizar debates com profissionais e com a comunidade técnica na área, realizando atividades de conscientização em escolas secundárias e organizando outros tantos protestos menores, além de coordenar festas para arrecadação de fundos para o ATO-1 bem como participar ativamente em eventos organizados por outras associações.

Todos esses eventos ajudaram a compor a estratégia de divulgação do ATO-1 e podem ser reunidos em uma campanha de mobilização de curto prazo e com forte intensidade. Enquanto estopim de junho, o ATO-1 só se pôde ter realizado em virtude do apoio de associações organizadas e manifestantes aderentes que compareceram ao evento. A participação de estudantes secundaristas e universitários igualmente só se realizou em virtude de esforços intensivos durante maio de 2013. Os debates em arenas institucionais como universidades e na Câmara Municipal de São Paulo colaboraram para certificar simbolicamente a importância do ATO-1 para o tema. Ajudaram a compor alianças e coalizões que se manifestariam nas ruas durante o mês de junho, ainda que com ressalvas¹⁶².

160 “Luta contra o aumento: calendário de ações da semana”, 27/05/2013, Fonte: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/05/27/luta-contr-o-aumento-calendario-de-aco-es-da-semana/>, <consultado 30/01/2017>; Debate na PUC: “Qual o preço do transporte público?”, 03/06/2013, Fonte: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/03/debate-na-puc-qual-o-preco-do-transporte-publico/>

161 Fonte: Luta contra o aumento: calendário de ações da semana”, 27/05/2013, Fonte: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/05/27/luta-contr-o-aumento-calendario-de-aco-es-da-semana/>, <consultado 30/01/2017>; Debate na PUC: “Qual o preço do transporte público?”, 03/06/2013, Fonte: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/03/debate-na-puc-qual-o-preco-do-transporte-publico/>

162 Nem sempre os grupos citados coparticiparam ativamente nos mesmos espaços durante os eventos e em alguns casos deixaram até mesmo de comparecer aos protestos do MPL-SP. Esse assunto será detalhado mais adiante.

Do ponto de vista espacial, que interessa mais à tese, é possível demarcar o interesse do MPL-SP à época em explorar nichos clássicos de mobilização da esquerda, mas que apresentavam uma distribuição espacial ampla – da Avenida M’Boi Mirim ao Terminal Pirituba, extremos periféricos da cidade, passando por universidades e escolas no centro expandido e também pelo centro histórico da cidade. A ida à Avenida Paulista ainda era algo fora dos limites dos espaços usados. A coordenação de um grande evento de mobilização requeria sobretudo a mobilização em larga escala de participantes. A diversificação de espaços institucionais de mobilização em concomitância com pequenos eventos de protesto em áreas periféricas tinha justamente e o intuito de facilitar a disseminação da campanha.

O objetivo passava não só pela lógica espacial das coalizões políticas entre os atores coletivos citados, mas por uma característica inerente ao estilo autonomista de fazer política. Isto é, a multiplicidade de locais de protesto e de atos de mobilização dizia respeito sobretudo à horizontalidade nas decisões tomadas pelo movimento. Ainda assim, mesmo explorando lugares e se valendo de aliados tradicionais nas manifestações, o MPL não inovou no que tangia a suas práticas de mobilização. É difícil compreender o modo então como as mobilizações ganharam alento após o dia 6 daquele mês.

Concorrente às ações do MPL-SP, mobilizações organizadas por outros grupos ligados ao transporte ocorriam e serviram como preparo para o que viria a seguir em junho. A greve dos empregados no setor de transporte metroviário também serviu como sinal de que as mobilizações ganhavam fôlego. Os metroviários decretaram estado de greve iniciado a partir do dia 28 de maio. O Sindicato dos Metroviários se mobilizava em torno da campanha salarial de 2013. Assunto, até certo ponto, pouco próximo da agenda do MPL ou mesmo da luta em torno do aumento das tarifas. Contudo, segundo o MPL-SP a greve indicava uma demanda em comum em torno dos transportes. Assim, lia-se na página da associação, com o slogan “Nossa Luta é uma Só”, acerca das manifestações dos metroviários:

*Nas estações, os trabalhadores estão usando o colete da campanha com a frase “não ao aumento das passagens”. O Movimento Passe Livre declara todo seu apoio às reivindicações e à mobilização dos metroviários, pois entendemos que nossa luta é a mesma: contra a privatização, contra os aumentos na tarifa e contra a precarização do trabalho! Um transporte verdadeiramente público – de acesso universal e fora da iniciativa privada – só será conquistado com a união dos trabalhadores e usuários. Afinal, somos nós – os passageiros que usam o transporte todo dia e os trabalhadores que fazem o sistema funcionar – aqueles que devem decidir sobre o sistema de transporte, e não os patrões!*¹⁶³

163 Fonte: “Metroviários decretam Estado de Greve! Nossa luta é uma só!”, 23/05/2013, <https://saopaulo.mpl.org.br/tag/sindicato-dos-metroviarios/page/5/<Acessado> em 30/01/2013>

Ambos as associações não realizaram atividades conjuntas no período. Pouco se pode aferir em torno disso. Por carência de mais dados, é infrutífero adentrar nas razões do esfriamento da relação entre as duas associações. A greve dos metroviários não durou muito. Os trabalhadores decidiram aceitar o valor do dissídio com 8% de reajuste. O acordo pôs fim à greve e às esperanças imediatas dos autonomistas de que a cidade parasse em função das tarifas¹⁶⁴. Os prospectos poderiam ser melhores para o MPL-SP no que dizia respeito as possibilidades de manifestação em aliança com os metroviários.

Outras manifestações também ocorreram na cidade nos meses antecedentes e ajudaram a explicar o andamento da primeira fase do ciclo. A forte mobilização autonomista dadas por grupos como MPL-SP e Copac-SP foi acompanhada de pouca mobilização ao estilo socialista clássico, com exceção das greves dos metroviários e dos trabalhadores do transporte público, mas também por mobilizações do Fórum Popular de Saúde¹⁶⁵. As centrais sindicais à época não parecem ter apoiado com força mobilizações urbanas pontuais como a dos metroviários. Talvez isso ajude a explicar certo atraso na entrada do setor trabalhista nas manifestações de junho.

7.2. Os Primeiros Atos: Eclosão - Os Autonomistas em Cena

Em 3 de junho, um pequeno ato na zona sul de São Paulo deu início à campanha oficial contra o aumento. Justamente no dia em que começavam a vigorar os novos preços das passagens. Marchando pela Avenida M'Boi Mirim, o MPL-SP ainda não estava nos holofotes da imprensa¹⁶⁶. O local, reduto histórico de mobilizações nas periferias e da forte influência do PT, foi escolhido tanto em função de seu valor estratégico quanto pela necessidade de demarcar

164 Fonte: "Metroviários de São Paulo aceitam proposta de 8% de reajuste e desistem de greve", 03/06/2013, <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/06/metroviarios-de-sao-paulo-aceitam-proposta-de-8-de-reajuste-e-desistem-de-greve-6827.html>< Acessado em 30/01/2013>

165 De fato, um conjunto amplo de manifestações que antecede as mobilizações de junho. Especialmente, no que tange a mobilização dos autonomistas. Foi dada maior importância ao MPL-SP devido ao protagonismo nas fases iniciais no processo. Entretanto um conjunto amplo de outras mobilizações autonomistas tomaram a cidade naquele período antes mesmo de junho. Não convém resenhar todos esses eventos, algo que pode ser melhor explorado em outra oportunidade, mas é importante para o leitor reter a ideia de que junho tem conexões profundas com um histórico de mobilizações.

166 Na manhã desta segunda-feira, cerca de cem pessoas bloquearam a Estrada do M'Boi Mirim, zona sul de São Paulo, em protesto contra o aumento das tarifas de ônibus para R\$ 3,20 e as péssimas condições do sistema de transporte na região. A manifestação, organizada pelo MPL em conjunto com outros militantes da região, teve início por volta das 6h da manhã em frente ao Terminal Guarapiranga e seguiu ocupando a via em direção à Subprefeitura com faixas e ao som dos tambores da Fanfarra do MAL." Excerto retirado de "Protestos na M'Boi Mirim no primeiro dia do aumento", 03/06/2013, Fonte: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/03/protestos-na-mboi-mirim-no-primeiro-dia-do-aumento/>< Acesso em 27/01/2017>

uma identidade política de luta e defesa do “povo”. A zona sul trazia marcas de mobilização em torno dos espaços tanto quanto os espaços traziam marcas de manifestações passadas. Nesse ínterim, podia-se ler em material do MPL-SP:

*A M’Boi Mirim é uma das regiões com maior congestionamento da cidade e que concentra o maior número de usuários do transporte coletivo, mas devido às péssimas condições de mobilidade, boa parte dos moradores é forçado a caminhar longas distâncias a pé diariamente. Desde 2008, a população local realizou pelo menos 11 manifestações exigindo melhorias no transporte, como a duplicação da Estrada até a divisa e a extensão da Linha 5 do metrô até o Jd. Ângela. É por isso que hoje, no primeiro dia do aumento, a população deu seu recado: é um desrespeito com o povo cobrar mais caro por um serviço ainda tão precário!*¹⁶⁷

A manifestação não angariou o montante de participantes esperados. Talvez em função da distância de grandes centros de transporte ou por apartamento das áreas centrais. O protesto também ocorreu numa segunda-feira em horário comercial, o que pode ter dificultado o comparecimento. Efeitos naturais de desmobilização podem ser igualmente listados, já que a Parada do Orgulho LGBTTT já se havia dado um dia anterior, mas de todo modo são somente hipóteses.

O certo é que o MPL-SP procurou levar o tema para espaços mais próximos do centro urbano após esse primeiro ato. O ATO-1 foi lançado como principal estratégia de pressão. O encontro dos manifestantes foi marcado para 17h em frente ao Theatro Municipal de São Paulo. A partir da Praça Ramos, os manifestantes partiram em passeata às 18h em direção ao centro de São Paulo (Figura 7.1). O confronto entre a PM e os manifestantes se deu na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, por volta das 19h30 da noite. A justificativa da polícia teria sido os supostos atos de depredação a patrimônios privados e públicos. O trajeto em torno da região central tinha o objetivo de ao mesmo tempo expressar para a Prefeitura os problemas como aumento da tarifa e maximizar a possibilidade de aderentes no protesto. A estratégia era diferente do período de pré-mobilização com o foco em espaços físicos ligados a instituições como universidades e escolas secundaristas. Nessa fase, tratava-se, sobretudo, de atrair aderentes fora da esfera das redes pessoais dos ativistas das organizações participantes. Daí a natureza diferencial dos espaços entre os dois períodos.

167 Fonte: “Protestos na M’Boi Mirim no primeiro dia do aumento”, 03/06/2013, Fonte: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/03/protestos-na-mboi-mirim-no-primeiro-dia-do-aumento/> Acesso em 27/01/2017>

Figura 7.1 Trajeto do 1º Grande “Ato” contra o Aumento da Tarifa

Fonte: <http://g1.globo.com/>

O ATO-1 estava previsto para chegar até a Avenida Paulista e seguir em direção à Praça do Ciclista, ponto tradicional da cidade de início e término de manifestações. O trajeto foi votado em uma assembleia realizada em frente ao Theatro Municipal com os presentes. Todos poderiam votar sobre o trajeto. Havia diferenças na definição do trajeto. A primeira proposta incluía a subida em direção à Paulista pela Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, passando pela Avenida Nove de Julho. A segunda proposta estabelecia o trajeto pela República subindo a Avenida Ipiranga em direção à Rua da Consolação, até chegar ao ponto final, já mencionado.

Venceu a primeira opção, por conta da facilidade de evitar confrontos diretos com a polícia e permitir um andamento tranquilo da manifestação. Mas não foi o que ocorreu, os cerca de 5 mil manifestantes subiram a Avenida 23 de Maio, e por volta das 19h30 o protesto passou a registrar casos de pichação e outros tipos de atividade disruptiva¹⁶⁸. Segundo a polícia, houve pelo menos três pontos na Avenida 23 de Maio que foram alvos de manifestantes. A polícia, que destacou um contingente pequeno de trinta a quarenta policiais teve relativa dificuldade de controlar a situação. A Tropa de Choque acabou sendo acionada, mas não entrou em ação. Ao final, foram detidos quinze manifestantes e pelo menos trinta pessoas ficaram feridas¹⁶⁹. Dentre

168Fonte: “Protesto contra aumento do ônibus termina em confronto no centro de SP”, 06/06/2013, <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291063-grupo-faz-ato-no-centro-de-sp-em-protesto-contr-aumento-do-onibus.shtml> < Acesso em 14/05/2018>

169Fonte: “Ao menos 30 pessoas se feriram em protesto em SP, dizem manifestantes”, 06/06/2013m <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291109-ao-menos-30-pessoas-se-feriram-em-protesto-em-sp-dizem-manifestantes.shtml> < Acesso 17/02/2018>>

os presos, havia manifestantes mascarados mas também lideranças de outras associações, como o presidente do Sindicato dos Metroviários¹⁷⁰. O MPL-SP argumentou que a PM agiu de forma truculenta. Segundo os ativistas, apenas algumas bancas de jornal foram pichadas ao longo do trajeto¹⁷¹. Também alegaram dificuldades no controle da marcha, já que, segundo eles, participaram pelo menos 5 mil pessoas.

A imprensa repercutiu o evento negativamente, mas isso não impediu o MPL-SP de programar nova manifestação para o dia seguinte¹⁷². O protesto do dia 7 de junho, também conhecido como 2º Grande “Ato” contra as Tarifas (ATO-2), foi deslocado para o Largo da Batata. O local recentemente atraía de forma regular pequenos eventos¹⁷³. Mesmo longe de centros de poder como a Avenida Paulista a Praça da Sé, as estações de metrô e trem e os corredores de ônibus inseriam o Largo no “corredor” conectando diferentes polos de poder na

170 Segundo nota do MPL seis continuaram presos. A fiança foi paga com o apoio do MPL e da CSP-Conlutas. Fontes: “Protesto contra tarifa de ônibus termina com 15 detidos em São Paulo”, 06/06/2013, Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291200-protesto-contratarifa-de-onibus-termina-com-15-detidos-diz-pm.shtml>; “Nota sobre os presos no ato do dia 06/06”, 09/06/2013, <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/09/nota-sobre-os-presos-no-ato-do-dia-0606/> < Acesso em 28/05/2018>>

171 O MPL-SP emitiu nota se defendendo da acusação de vandalismo. Na nota o MPL-SP argumenta que “As depredações só se iniciaram depois de um segundo momento de repressão brutal e prisões, realizadas na região da Avenida Paulista. O Movimento Passe Livre não incentiva a violência em momento algum de suas manifestações, mas é impossível controlar a frustração e a revolta de milhares de pessoas com o poder público e com a violência da Polícia Militar”. Segundo a SPTrans e a CET A SPTrans doze ônibus foram depredados e outros 53 pichados durante o protesto. Fontes: “Nota de Esclarecimento do Movimento Passe Livre-SP”, 06/06/2013, <http://tarifazero.org/2013/06/07/nota-de-esclarecimento-do-movimento-passe-livre-de-sao-paulo/#more-5264> <21/01/2013> “Grupo volta a protestar contra aumento dos transportes em SP”, 07/06/2013/, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/grupo-volta-protestar-contraaumento-dos-transportes-em-sp.html> < Acesso em 21/08/2018>>

172 Não é o caso de adentrar muito na questão da imagem da imprensa aos protestos, mas convém mencioná-las brevemente já que elas fazem parte do processo. As reações da imprensa não variaram muito. Em todos os casos, os manifestantes foram tratados como vândalos e criminosos comuns interessados somente na depredação ou na descredibilização da política de opositores políticos do PT. Há certa imagem de que protestos legítimos devem ser organizados de forma passiva e pacífica ao mesmo tempo que isso reflete o protesto como busca pelo “bem comum”. A conexão com partidos políticos é encarada como sectarismos, divisionismos e particularismos, cujo saldo é o desvio do bem comum. O MPL acabou sendo retratado como uma espécie de ala radical da esquerda institucionalizada representadas por partidos. Assim pode se ler na matéria “Atos do Movimento Passe Livre costumam terminar em confronto” da Folha S Paulo, “ *O Movimento Passe Livre, que organizou a manifestação, é formado pelas alas consideradas como mais radicais do movimento estudantil e de partidos como PSOL e PSTU. Eles defendem que o transporte público seja gratuito e nos últimos anos têm sido responsáveis por organizar protestos sempre que as tarifas de ônibus ou de metrô aumentam*”. Na edição impressa do dia 07/06/2013, a capa para a cidade de São Paulo traz a seguinte manchete:” Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP”. Outros jornais preferiram enfatizar a violência. O R7 despontou com a manchete:” Protesto contra nova tarifa de ônibus tem confronto e causa destruição na av. Paulista” e o destaque do Estado S Paulo foi “Após protesto, Avenida Paulista tem sujeira e vidros quebrados”. Fontes: “Atos do Movimento Passe Livre costumam terminar em confronto”, 06/06/2013, <https://www.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291146-atos-do-movimento-passe-livre-costumam-terminar-em-confronto.shtml> <Acesso em 21/01/2018> ; “Protesto contra nova tarifa de ônibus tem confronto e causa destruição na av. Paulista. Veja fotos”, 07/06/2013, <https://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/protesto-contranova-tarifa-de-onibus-tem-confronto-e-causa-destruicao-na-av-paulista-veja-fotos-07062013#/foto/3> <Acesso em 21/01/2018>; “Após protesto, Avenida Paulista tem sujeira e vidros quebrados”, 07/06/2013, <http://fotos.estadao.com.br/fotos/cidades, apos-protesto-avenida-paulista-tem-sujeira-e-vidros-quebrados, 190242> < Acesso em 21/01/2018>

173 Para um tratamento mais extenso sobre os atratores espaciais de protesto na cidade ver capítulo 5.

cidade – a sede da prefeitura e o centro econômico no vetor sudoeste. O local não carregava a mesma carga simbólica de outros espaços que foram importantes em mobilizações como as Diretas Já e Fora Collor. Apesar das limitações, o local reunia vantagens como pontos de acesso pelo metrô, boa circulação de ônibus, bem como uma área ampla que possibilita boa quantidade de manifestantes nas ruas e rotas de fuga em caso de conflito com a polícia.

A decisão da mudança de local tinha, portanto, o intuito tanto de difundir a mobilização e experimentar com novos locais de protesto atraindo público novo quanto facilitar a logística do evento. Também era necessário evitar a truculência da polícia e excessos de manifestantes avulsos. O local ajudava na implantação de técnicas de controle do número de pessoas e de táticas que desqualificassem a manifestação como um todo. Dentre as quais o estabelecimento de um trajeto que fosse de um local aberto a outro, como a Marginal Pinheiros. Isso ajudaria na dispersão rápida em caso de ação policial. Cordões de manifestantes portando faixas na dianteira da manifestação foram utilizados como estratégia de defesa e proteção dos manifestantes que vinham atrás. Cordões laterais foram realizados a fim de impedir que o trajeto saísse muito da rota desejada. Por fim, o trajeto seguiu utilizando as faixas laterais da via sem atravancar de maneira completa o fluxo de veículos. Isso colaborou com a manutenção de um número mínimo de manifestantes nas vias e o controle do protesto. Outra tática mobilizada partiu do próprio MPL, ao solicitar silêncio dos manifestantes quando a marcha passasse por hospitais. A tentativa era impedir que a opinião pública os confundisse diretamente como “baderneiros” e “perturbadores da ordem pública”¹⁷⁴. Por fim, parte dos ativistas salientava que as mudanças repentinas no trajeto desorientaram a ação policial¹⁷⁵.

Ainda assim, parte dos objetivos era chamar mais atenção com a possível paralisação da Marginal Pinheiros. A tática de bloqueios com esse intuito tem como fundamento o uso da cidade como objeto e espaço de intervenção performática e política. O congestionamento como tática foi utilizado no sentido de divulgar e de causar prejuízo político à Prefeitura e aos perpetradores do aumento das tarifas. Lia-se por exemplo no sítio eletrônico do MPL-SP: “Já

174 Após a repercussão negativa do primeiro protesto o MPL-SP parece ter tomado medidas para evitar maiores confrontos. Segundo a reportagem no G1 “*A SPTrans informou que 12 ônibus foram depredados e outros 53 pichados durante o protesto na quinta-feira. Pedro Lima, estudante de sociologia e política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp), participou do protesto na noite desta quinta. Ele destacou a postura dos manifestantes em alguns pontos da passeata. ‘Achei curioso que o próprio pessoal da manifestação estava contendo outros. O MPL [Movimento Passe Livre] pediu silêncio durante passagem por hospitais, isso foi interessante também’, disse. [Grifo Meu]”*. Fonte:” Grupo volta a protestar contra aumento dos transportes em SP”, 07/06/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/grupo-volta-protestar-contr-aumento-dos-transportes-em-sp.html> < Acesso em 22/05/2018>>

175 Fonte: “A juventude e o povo paulista tomam as ruas contra o abusivo aumento das passagens”, 08/06/2013, <http://protestopopularsp.blogspot.com.br/2013/06/contra-o-aumento-das-tarifas.html> < Acesso em 25/01/2018>

paramos a 23 de Maio, a 9 de Julho, av. Paulista, Rebouças, Faria Lima e Marginal pinheiros. Hoje foi o terceiro congestionamento do ano e terça-feira vai ser maior!”¹⁷⁶

O ATO-2 começou às 17h, com a concentração dos manifestantes no Largo da Batata. O trajeto da marcha seguiu em direção à Avenida Faria Lima e depois à Avenida Rebouças. O fim da passeata estava programado para a Avenida Paulista. A PM aumentou significativamente o efetivo presente, foram destacados 350 policiais na contenção. O ATO-2 foi menor que o anterior, e a ação do MPL-SP no intuito de regular atentamente performances irruptivas deu certo. Não houve detenções nem feridos, ainda que a polícia utilizasse bombas de gás lacrimogêneo para dispersar a manifestação no final da mobilização. Abaixo na Figura 7.2, o trajeto.

Figura 7.2 - Trajeto do 2º Grande “Ato” contra o Aumento da Tarifa

Fonte: <http://g1.globo.com/>

De todo modo, o ATO-2 seguiu sem maiores problemas. Seja em função do trajeto, seja pelo sucesso dos manifestantes em coibir a escalada do uso de performances irruptivas. As ações continuaram no sentido de explorar locais na cidade de São Paulo para além dos pontos tradicionais de protesto. Concomitantemente, outros grupos também saíram às ruas em virtude de temas e demandas próprias, mas que de algum modo acabaram sendo combinados com a questão do transporte. O MPL-SP tinha controle muito limitado dos atores organizados nas ruas. As narrativas em torno do protagonismo do MPL-SP ou de outras pautas e atores coletivos

¹⁷⁶Fonte: “3º Grande Ato Contra o Aumento”, 11/06/2013, Fonte: <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/11/3o-grande-ato-contra-o-aumento/><Acesso 22/01/2013>

nas ruas ignoram a possibilidade de uma divisão do trabalho espacial nas ruas. No início dos protestos chamados pelo MPL-SP, havia a comissão de frente com faixas e slogans da associação exclusivamente em torno da questão das tarifas. Atrás, outros grupos traziam bandeiras e faixas com temas e identidades políticas próprias. Após determinado tempo, que podia variar dependendo do tamanho das manifestações, esse padrão se dissolvia. A Figura 7.3 mostra esse padrão típico no começo das manifestações nos dois primeiros grandes eventos

Figura 7.3 Faixas e Bandeiras e Ocupação Diferencial dos Espaços.

ATO-1 (à esquerda) e ATO-2 (à direita)

Fonte: g1.globo.com

Houve um prenúncio de que outros temas também disputavam a atenção política nas ruas. Assim foi com a Marcha da Maconha realizada no dia 8 de junho, com cerca de mil participantes na Avenida Paulista. Com performances artísticas, a marcha contou com a presença de manifestantes de movimentos feministas e em defesa da periferia. No dia 10 de junho, o MPL-SP pendurou faixas em protesto na Ponte Estaiada e na Câmara Municipal. O dia 10 encerra a primeira fase do ciclo. Pequenos atos foram combinados em eventos com um número médio de manifestantes. Os grandes “atos” passaram a agir como uma microestrutura de oportunidades para o protesto. Isto é, a possibilidade de tomada dos espaços públicos para usos políticos aumentou quando outras associações aliadas também se encontravam nas ruas. Como exemplo desse tipo de evento, podem-se citar as mobilizações em torno de pautas salariais efetuadas pelo Sindicato dos Investigadores de Polícia e pelo Sindicato dos Profissionais de Saúde do Estado de São Paulo durante a fase de ascensão do ciclo de protesto. No dia 06 de junho, esses sindicatos se reuniram no vão livre do Masp e efetuaram atos e manifestações nas mesmas datas, mas sem conexões entre si. O que os dados mostram, pelo

menos, é que durante o ciclo essas organizações não estiveram conectadas ao componente principal com eventos ou mesmo *aglomerados* menores de protestos.

Há diferenças entre as fases no que concerne aos usos dos espaços. A fase anterior ao ciclo era marcada pelo uso de espaços institucionais. A estratégia principal era a arregimentação e a produção de discurso. Arregimentação, pois a visita às escolas secundaristas e terminais de ônibus tinha o objetivo de chamar prováveis participantes e engrossar os grandes “atos” de protesto. Produção de discurso, pois nessa fase “rodas de debate” e “fóruns” serviram como contextos de produção de slogans e de um discurso comum a ser exibido durante os protestos. Esses espaços nessa fase podem ser caracterizados como o “camarim” ou os “bastidores”, isto é, locais de preparação das identidades políticas, roteiros e trajetos nas ruas e o figurino que a ação tomaria no “palco” dos protestos. O uso dos espaços na fase de eclosão se limitou exclusivamente a atividades de protesto. Nos dois grandes eventos de protesto, deve ser salientado, a Avenida Paulista não foi o local mais almejado pelos manifestantes.

7.1. Diversificação: Novos Atores e Novos Cenários

Apesar da adesão média ao ATO-1 e ATO-2, a repercussão na imprensa e o suporte de associações aliadas durante os eventos facultaram a chamada do ATO-3. Realizado no dia 11 de junho, o MPL-SP procurou experimentar novo trajeto na manifestação. Também em virtude da notícia de que mobilizações em Goiânia (GO) conseguiram revogar o aumento das tarifas, o MPL-SP traçou uma estratégia dupla de ação. Por um lado, o MPL tentou as vias institucionais. Na manhã do dia 11, um pedido de reunião com o prefeito foi protocolado. A ideia vinha na esteira de estabelecer uma imagem pública de diálogo. Conversa essa que no entender do MPL-SP deveria abranger tanto o Estado quanto outras associações políticas interessadas na participação nos atos e eventos¹⁷⁷. O pedido não foi acatado pela Prefeitura¹⁷⁸.

177 Segundo o MPL-SP, a revogação da tarifa era a pauta para além de disputas internas ou desejos de rejeição gratuita do diálogo com os atores estatais: “O MPL não é o dono das mobilizações contra o aumento. *Esta é uma luta ampla e popular com uma reivindicação única, clara e simples: a redução da tarifa de ônibus de R\$3,20 para R\$3,00. É isso que exigem as pessoas que saem para protestar nas ruas.* O MPL está disposto a discutir esta única demanda. Para isso, na manhã desta terça-feira (11/06), o MPL protocolou na Prefeitura um pedido de reunião com o prefeito em exercício para quarta-feira e com pauta única: a REVOGAÇÃO DO AUMENTO. Nesta reunião, não aceitaremos qualquer proposta que não atenda a reivindicação da população nas ruas. Enquanto a tarifa não cair, a luta continua.[Grifo Meu]” Fonte:” Pedido de reunião para discutir a revogação do aumento”, 11/06/2013, <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/11/pedop-de-reuniao-para-discutir-a-revogacao-do-aumento/> Acesso em 20/01/2013 >

178 O Ministério Público de São Paulo também tentou organizar uma reunião marcada para o dia 12 de junho com os representantes do MPL-SP. A Secretaria Municipal de Transportes (SMT) enviou um representante substituto

Por outro lado, o MPL-SP procurou dar celeridade à feitura de novos protestos. O agendamento do protesto para a noite do dia 11 de junho tinha como intuito pressionar o governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo.

Em um dia de forte chuva, o MPL-SP, segundo a polícia, reuniu 5 mil pessoas na Rua da Consolação. Para os organizadores, esse número era mais exorbitante, cerca de 20 mil pessoas nas ruas. O ATO-3 estava com início marcado para as 17h na Avenida Paulista, na Praça do Ciclista, e tinha como objetivo descer até a Avenida da Consolação, com término previsto na Estação Anhangabaú de metrô. O trajeto era mais simples e direto que nos atos anteriores, todavia se inseria em um trecho da cidade cujo tráfego de veículos costuma ser intenso.

De acordo com a imprensa, os manifestantes ensaiaram um bloqueio no corredor Norte-Sul da avenida. Antes de maiores incidentes, a PM conteve a ação. Ainda assim e a despeito da chuva, a manifestação seguiu pela Avenida Consolação rumo ao centro. A ideia não era propriamente bloquear a via com barricadas ou com ocupação permanente das ruas. A interrupção do trânsito era parcial e passageira. O objetivo maior era seguir em direção a amplos espaços de concentração próximos como a Prefeitura e a Praça da Sé¹⁷⁹. A estratégia principal era, portanto, desenvolver um trajeto simples em uma marcha. Dessa vez, poucas faixas foram usadas, e uma comissão de frente se encarregava de ditar a direção do evento. A polícia militar afirmou à época que o plano dos ativistas era levar a manifestação mais uma vez à Avenida 23 de Maio e prejudicar o tráfego na Avenida Paulista. O trajeto então foi alterado para a Praça da Sé e para o Terminal Parque Dom Pedro II. A tropa de choque foi acionada, e 400 policiais barraram a entrada dos manifestantes¹⁸⁰. A polícia interviu com bombas de efeito moral e gás de pimenta, ao que os manifestantes responderam com paus e pedras. No total foram detidas vinte pessoas, sendo que duas pessoas ficaram feridas pela ação policial. Outros dois manifestantes também se feriram quando um motorista querendo fugir da situação avançou o carro em direção as participantes¹⁸¹. O confronto se teria iniciado com a tentativa de adentrar o terminal. Abaixo a trajetória e a foto do evento mostrando a manifestação (Figura 7.4).

a fim de agendar a reunião. Fonte: “Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em SP”, 11/06/2013, Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contratarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html> <Acesso em 21/05/2017>

179 Fonte: “3º ato: São Paulo para Haddad viaja”, 12/06/2013, <http://passapalavra.info/2013/06/78835> <Acesso e, 15/05/2018>

180 Fonte: “Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em SP”, 11/06/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contratarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html> <Acesso em 21/05/2017>

181 As fianças dos detidos atingiram o valor de 20 mil reais. O MPL-SP fez campanha nas redes sociais como tentativa de pagar o valor estipulado. Fonte: “Fui ameaçado”, diz motorista que atropelou manifestantes em SP”,

Figura 7.4 Trajeto 3º Grande “Ato” contra o Aumento das Tarifas e Marcha em Direção ao Centro Histórico

Fonte: <http://g1.globo.com/>

O ATO-3 foi o primeiro com uma distribuição espacial mais ampla, já que estava dentro dos limites do centro expandido de São Paulo. Houve a dispersão do evento em mais de um local na cidade. O trajeto até a região do Vale do Anhangabaú foi relativamente tranquilo e sem maiores incidentes. Contudo, a partir da intervenção policial, os manifestantes debandaram pela área em torno da Praça da Sé e pelo Terminal Parque Dom Pedro II até a Avenida Paulista na altura da Avenida Brigadeiro Luís Antônio. O evento só foi dispersado completamente pela polícia às 23 horas.

O MPL-SP, diferentemente dos outros eventos, não conseguiu ou não procurou controlar inteiramente o trajeto e os usos dos espaços durante a manifestação. Contudo, depredações e pichações ao longo da Rua da Consolação serviram de pretexto para a atuação policial¹⁸². Ativistas do MPL-SP procuraram impedir esse tipo de performance, mas sem sucesso. A iniciativa dos organizadores foi recuar diante do aparato policial desproporcional e dispersar a manifestação. Sem sucesso, já que na Avenida Paulista o confronto se acirrou¹⁸³. A

12/06/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/fui-ameacado-diz-motorista-que-atropelou-tres-manifestantes-em-sp.html> <Acesso em 26/01/2017>

182 Segundo dados da Folha de S. Paulo, dois ônibus e pelo menos cinco agências bancárias foram depredadas. Fonte: “Protesto mais violento contra tarifa tem confrontos em série e vandalismo em São Paulo”, 12/06/2013, <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/06/12/15> <Acesso em 26/01/2017>

183 Segue o relato de uma ativista ligada ao MPL-SP sobre atuação policial e o controle dos espaços durante o ATO-3. “Depois dessa dispersão, vários pequenos e grandes atos rolaram simultaneamente, até que a rapaziada voltou para a Avenida Paulista. Lá a manifestação tomou todas as pistas de uma das vias, sentido Consolação. Depois de cinco horas de pernação pelo centro de São Paulo, o ato se encaminhava para um final. Na altura do vão do Masp, uma parte dos manifestantes tentou ocupar a outra via da avenida. Bem ali estava a tropa de choque e vários de seus amiguinhos da polícia militar em volta de sua base. Alguém foi detido. Sei lá por quê. Eram

divisão espacial ocorreu em função da combinação da ação policial e das tentativas do MPL-SP de dispersar os manifestantes após a chegada ao local combinado para o término. Essa divisão não se deu como resultado do montante de pessoas nas ruas.

Essa condição seria diferente a partir do 4º Grande Ato contra o Aumento da Tarifa (ATO-4). A situação de tensão entre manifestantes e a opinião pública até esse momento ajudaria a dar tônica da manifestação no dia 13 de junho¹⁸⁴. A expectativa em torno do ato era enorme justamente em virtude dos efeitos deletérios para a imagem do movimento em função da imprensa quanto também pelo efeito que outros atos tiveram¹⁸⁵.

O dia 13, entretanto, não foi palco somente de manifestantes autonomistas nas ruas. Pelo menos no início. Na mesma tarde, ativistas anticorrupção e em prol de melhorias na segurança pública, sob a bandeira da associação Juntos Pela Vida, já haviam realizado evento no Masp. O visual era o de sempre nesse tipo de manifestação¹⁸⁶. Ativistas vestidos de branco ou com bandeiras do Brasil e cantando o hino nacional. Tudo contribuía para dar ao protesto um clima que misturava celebração da identidade nacional com críticas acerbas ao governo petista. O tema da vez era segurança, mas havia críticas a corrupção supostamente reinante. Esses eventos

pouquíssimas pessoas nessa “ala”. Mas quem estava lá gritou pela soltura do detido. Ou detida, não posso ter certeza se era homem ou mulher. Enfim, a turma gritou, o resto da multidão estava se aproximando e nessa hora os canalhas da polícia militar começaram a jogar várias dessas novas bombas de gás, brutais, densas, que permanecem no ar, no seu rosto e na sua traqueia por mais tempo. Ficamos presos, entocados. Estou falando de milhares de pessoas, 5 mil, 6 mil, 7 mil, por aí. Uma parte dessa turma desceu a primeira rua que encontrou. Outra permaneceu esmagada na porta do museu. E outra tentou recuar pela própria avenida. Não satisfeitos com essa primeira “dispersão”, seguiram atrás dos manifestantes atirando uma bomba atrás da outra. Conteí dezoito, enquanto andava sem saber pra onde, sem enxergar e sem conseguir respirar. Nessa hora vi o primeiro cara empunhando uma barra de ferro. Quis quebrar o carro de reportagem de uma emissora de TV, mas todos ao seu redor o impediram. A polícia por sua vez voltou a atacar, empurrando essas pessoas para ruas no entorno da avenida, com mais bombas, mais gás.” Fonte:” [São Paulo] Uma manifestação histórica encerrada pela violência unilateral da polícia militar”, 12/06/2013, <http://tarifazero.org/2013/06/12/sao-paulo-uma-manifestacao-historica-encerrada-pela-violencia-unilateral-da-policia-militar/#more-5410>< Acesso em 21/06/2013>>

184 A primeira resposta ao Ato-2 partiu diretamente do então prefeito de São Paulo. Haddad afirmou que embora os manifestantes tivessem protocolado pedido de diálogo, a violência registrada no ato inviabilizava negociações. O MPL-SP ao assumir as dificuldades em controlar a logística do evento, o Prefeito rebateu dizendo que “É fácil lavar as mãos depois que aconteceu. Você promove um movimento e não tem capacidade de liderança e aí lava as mãos. Isso não é próprio da democracia. Democracia é assumir responsabilidades”. A vice-prefeita à época Nádja Campeão (PCdoB) afirmou que “Acho que, depois dos acontecimentos nessas três manifestações, a vontade dos manifestantes não é dialogar. Os métodos utilizados afastam o diálogo, não aproximam. Não podemos aceitar que o objetivo seja criar transtorno. O diálogo nessas condições não é possível”. A imagem do MPL-SP também não era das melhores na grande imprensa. O vocabulário do vandalismo colou-se aos ativistas presentes nos atos. Em manchete da Folha de S. Paulo, “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista”. Fontes: “Protesto mais violento contra tarifa tem confrontos em série e vandalismo em São Paulo”, 12/06/2013, <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/06/12/15><Acesso em 26/01/2017>; “Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em SP”, 11/06/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contra-tarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html>< Acesso em 21/05/2017

185 Para uma compreensão melhor da difusão em junho ver o Capítulo 2

186 Fonte: “Descolados’ criam movimento antiviolência em São Paulo” 14/06/2013, <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294703-descolados-criam-movimento-antiviolencia-em-sao-paulo.shtml>< Acesso em 15/05/2018>

não foram detalhados na literatura sobre o assunto. Que tendeu a salientar sobretudo o papel do MPL-SP como agente aglutinador e propagador de novas maneiras de fazer política. Para além da limitação que eventos menores operaram na rede de junho, o fato é que os protestos estiveram presentes em *todas* as fases do ciclo de junho. Outro ponto que parece evidente é que é necessária uma lupa maior para identificar a formação de uma tessitura organizacional para além do autonomismo. Parte desses blocos isolados de associações e eventos de protesto mantinha uma diversidade de tipos organizacionais diferentes do grande componente da rede. Tais protestos costumavam reunir não somente movimentos sociais, partidos e sindicatos, mas também associações e indivíduos com eventos que preferiam a estética de atos cívicos ao sabor das Diretas Já. No dia 13/06, por exemplo, chefs de cozinha, como Yael Steiner, Alex Atala e Danielle Dahoui, então diretora do Centro da Cultura Judaica, se reuniram nas escadarias do Masp juntamente de associações como Afroreggae e Doutores da Alegria para celebrar o lançamento do grupo Juntos pela Vida: Acorda Brasil¹⁸⁷. Segundo a *Folha de São Paulo*, o movimento era composto por “descolados” que se manifestavam legitimamente contra a violência urbana e se posicionavam ativamente contra os atos de vandalismo vistos nas manifestações poucos dias anteriores na Av. Paulista. De acordo com o jornal, o movimento não tinha ainda vinculação com a pauta anticorrupção e manifestava seu *viés apartidário*: “As líderes do Acorda rechaçam qualquer semelhança com o Cansei, movimento de vida curta que surgiu e ganhou fama em 2007. “Somos apolíticos”, afirma a empresária Jessica. E diz mais: “Queremos envolver bairros distantes e classes sociais diferentes, todo paulistano em prol da paz”.¹⁸⁸ Vestidos de branco ou de verde-amarelo, os ativistas do Juntos! Acorda Brasil participaram de outros atos depois do dia 13/06, normalmente levantando a bandeira contra a corrupção e defendendo a ausência de partidos como fator de distinção.

Por sua vez, tais grupos colaboraram para a dispersão de determinadas pautas. Parte desses grupos isolados passou a ser cooptada por ativistas e personalidades públicas partidárias. Ativistas do PSDB-SP e PSC-SP começaram a frequentar ativamente as manifestações em torno das pautas morais a partir do dia 13/06 e colaboraram para formatar o padrão de grandes marchas com carros de som ao som do hino e de outros símbolos nacionais.

187Fonte: “‘Descolados’ criam movimento antiviolença em São Paulo” 14/06/2013, <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294703-descolados-criam-movimento-antiviolenca-em-sao-paulo.shtml>< Acesso em 15/05/2018>

188Fonte: “‘Descolados’ criam movimento antiviolença em São Paulo” 14/06/2013, <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294703-descolados-criam-movimento-antiviolenca-em-sao-paulo.shtml>< Acesso em 15/05/2018>

As duas manifestações acabaram não se encontrando. A presença de partidos políticos também se fez notar na cidade no dia 13 de junho. Muito embora os partidos como PCO já estivessem presentes nos atos anteriores, no dia 13, a Juventude do PT, PSOL e partidos de esquerda participaram do ato. Outro fator que ajudou a engrossar o ato foi a paralisação efetuada pelo Sintusp na Cidade Universitária (USP), no mesmo dia do evento programado pelo MPL-SP. Uma série de atores diferentes encontravam-se já mobilizados no dia 13, tanto em torno da pauta quanto das agendas representadas por slogans como “Não é somente pelo 0,20 centavos”.

Figura 7.5 Trajeto 4º Grande “Ato” contra o Aumento das Tarifas.

Fonte: <http://g1.globo.com/>

Por outro lado, mensagens de endurecimento emitidas pelas autoridades policiais surtiram efeito. O comando da PM de São Paulo engrossou a vigilância na cidade. O contingente destacado dessa vez aumentou para 900 policiais, sendo que 500 eram da Tropa de Choque. O ato do dia 13, portanto, traz consigo novidades. Tanto no sentido de que vários atores passaram a ocupar as ruas como nas contendas entre as autoridades estatais e esses movimentos em torno da disputa do espaço. Nesse momento, as querelas entre os movimentos pela direção dos trajetos ainda não se traduziam em discussões pelos direitos de estar ou não nas ruas.

O ATO-4 teve início às 17h em frente ao Theatro Municipal. Sem inovar no trajeto, o MPL-SP pretendia levar a manifestação em direção à Avenida Paulista. Ao todo cerca de 5 mil pessoas compareceram ao evento, segundo os organizadores. Contudo, a ação policial era ostensiva e intensa em determinados locais, especialmente próximo ao prédio da prefeitura, e

consequentemente ao local de início do ato e às rotas de tráfego em direção à Paulista. Após duas horas de impasses, bloqueios e contrabloqueios efetuados por ambos os lados, os manifestantes se espalharam pelas ruas do centro de São Paulo, na região da Rua Augusta e da Rua Consolação. A ação mais do que preventiva foi ostensiva na tentativa de desarticular o evento antes mesmo de seu início exato. Casos de detenção preventiva foram realizados. A intenção dessas prisões, além de desmobilizar, era identificar um corpo de lideranças responsáveis pelas definições dos trajetos¹⁸⁹.

Dada a atmosfera de tensão, a Rua da Consolação se tornou palco não só para performances de protesto, mas também cenário de confronto de guerra entre policiais e manifestantes. Parte dos manifestantes se dividiram entre aqueles que tentaram gritar, sem sucesso, “Sem violência!”, e entre aqueles que embarcaram abertamente no confronto. O que era para ser uma simples marcha se tornou um espetáculo de violência coletiva. A polícia solicitou que o “ato” terminasse na Praça Roosevelt, mas os manifestantes rejeitaram a proposta¹⁹⁰. A contraproposta dos manifestantes era de estipular um trajeto que fosse até a

189A polícia militar realizou rondas ostensivas de prevenção em locais no centro da cidade. A apreensão de material considerado de risco foi efetuada extensamente durante o dia 13 de junho. Houve apreensão até mesmo de garrafas de vinagre. O vinagre é usado como paliativo contra os efeitos de bombas de gás. A polícia militar deteve pelo menos 30 pessoas entre 16h e 17h, isto é, antes do próprio protesto ter início. A explicação, segundo o tenente-coronel Ben-Hur Junqueira, responsável pela operação, para a ação policial era de que o vinagre combinado com outras substâncias pode dar origem a bombas caseiras. Além da apreensão de material que se assemelhasse a vinagre. Pessoas também foram detidas por apresentarem um “perfil de manifestante”, presas para “averiguação” sem a exigência de provas. No total, 329 pessoas foram detidas, 100 delas “detidas para averiguação”. No dia 13 também foram presos jornalistas e repórteres cobrindo a manifestação, detidos sobre o argumento de que “atrapalhavam a ação da polícia”. Uma repórter foi baleada com bala de borracha no olho e outros jornalistas ficaram feridos. Associações de representação de classe da imprensa, como a Abrají (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), criticaram a ação policial classificando-a como excessiva. Segundo o órgão em nota considerou “preocupante que esta ação contrária ao trabalho da imprensa parta do Estado, e justamente da PM, mandada à rua para manter a ordem e garantir direitos”. A violência policial contra jornalistas colaborou negativamente com a visão acerca dos abusos policiais durante os eventos. A partir do dia 13 a unanimidade da imprensa e da grande mídia em torno da desordem causadas pelos manifestantes foi cedendo espaço paulatinamente para visões que legitimavam as pautas e demandas dos manifestantes. Fontes: “Vinagre pode virar bomba, diz comandante de operação contra protesto em SP”, 14/06/2013, <https://noticias.r7.com/sao-paulo/vinagre-pode- virar-bomba-diz-comandante-de-operacao- contra-protesto-em-sp-14062013><Acesso em 20/05/2018> ; Fotógrafo e repórter são presos durante protesto contra aumento da tarifa de ônibus em SP, 13/06/2013, <https://noticias.r7.com/sao-paulo/fotografo-e-reporter-sao-presos-durante-protesto-contra-aumento-da-tarifa-de-onibus-em-sp-13062013>< 227/05/2017

190 “A força tática usou bombas de gás e balas de borracha para tentar impedir os manifestantes de subirem a Rua da Consolação. O ato saiu da frente do Theatro Municipal e passou pela Praça da República. Os policiais negociavam com representantes do Movimento Passe Livre para que a manifestação se encerrasse na Praça Roosevelt, mas, durante a negociação, os manifestantes simplesmente continuaram com o protesto e seguiram adiante. Após a repressão, grupos menores passaram a espalhar lixo pelas ruas e atear fogo, fazendo barricadas nas ruas, a exemplo do que foi feito nos outros atos. Desde o começo da manifestação, a polícia acompanhou o ato com grande contingente e prendendo pessoas.” Fonte: “Mais de 100 pessoas detidas para averiguação em protesto contra o aumento da tarifa em SP”, 14/06/2013, <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-13/mais-de-100-pessoas-detidas-para-averiguacao-em-protesto-contra-aumento-da-tarifa-em-sp>< Acesso em 29/06/2013>

Avenida Paulista e depois retornasse, pela Rua Rêgo Freitas, para a Praça da República. Ativistas do PSOL e do MPL-SP se revezavam nas tentativas de diálogo em relação aos trajetos:

Um grupo de manifestantes negociava com oficiais da Polícia Militar o trajeto a ser feito a partir dali. Discutiam se o grupo poderia deixar de ir até a Avenida Paulista para seguir pela Rua Rego Freitas e retornar para a Praça da República. O diálogo durou cerca de 20 minutos até um grupo de policiais da Tropa de Choque desembarcar de uma viatura, entrar em formação, ouvir alguns comandos e seguir em disparada pela lateral da manifestação ao grito de guerra “Vamu pra massa (...)” A manifestação seguiu tranquila até a Rua Maria Antonia, onde estava o primeiro bloqueio policial. Com um veículo e alguns policiais no sentido Centro, a PM indicava que não permitiria que o ato avançasse nos dois sentidos. Por isso, um grupo de manifestantes criou um cordão para dirigir todos ao sentido Paulista. Enquanto isso acontecia, o comandante da operação se reuniu com o presidente municipal do PSOL, Maurício Costa, em frente a um posto de gasolina, na esquina das duas ruas. Na frente de dezenas de jornalistas, eu entre eles, os dois discutiram o itinerário do protesto e ressaltavam, de ambos os lados, o caráter pacífico da manifestação. O comandante, que ouviu a proposta do PSOL, mas pediu para ouvir um dos membros do movimento que convoca os atos, chegou a afirmar que o grupo estava “de parabéns”. Eram cerca de 19h10.¹⁹¹

Pela descrição acima, percebe-se que a negociação dos usos políticos dos espaços é dependente de inúmeros fatores. Nos dois “atos” anteriores, houve menos relatos de negociação referente aos trajetos. Não que não tivessem ocorrido, mas, devido aos impasses gerados pela situação de violência nos dias 6 e 7 de junho, tanto movimentos sociais e lideranças quanto autoridades estavam dispostas a evitar custos políticos em função da violência. Isso conteve o raio espacial dos distúrbios causados nos dois primeiros “atos”. Havia uma negociação entre lideranças ativistas, autoridades políticas e burocracia repressiva acerca da natureza da ordem pública dos espaços urbanos.

O caso do dia 13 é diverso e, portanto, sintomático, porque atesta para contingências na definição na ocupação dos espaços. Outro ponto relevante é a dificuldade de estabelecimento de níveis confiáveis e recíprocos entre manifestantes e a polícia no momento da situação de protesto. A presença de múltiplas lideranças de vários movimentos dificultava o estabelecimento de rotas aceitas pelas várias associações organizadas e pelos aderentes.

A conexão entre as performances de protesto e a ação policial é indissociável. Pequenos atos de transgressão da ordem pública são contrapostos a atos de repressão em determinados

191 Fonte: “Confronto na Consolação marcou protesto; veja vídeos e leia relatos”, 14/06/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/confronto-na-consolacao-marcou-protesto-veja-videos-e-leia-relatos.html>< Acesso 15/05/2018>

espaços que não podiam ser perturbados de modo algum. Há uma lógica de provocações mútuas e descumprimentos pequenos da ordem societária dada pela ideia de que determinados comportamentos públicos são permitidos em detrimentos de outros. A ida à Avenida Paulista estava condicionada a acordos tácitos sobre a necessidade de manter o fluir do trânsito intacto. Lógica essa desafiada continuamente pelos ativistas. Assim, a lógica da justificativa da ação policial durante o dia 13 de junho esteve ancorada no desrespeito ao acordo do trajeto da manifestação e à forma ideal de comportamento nos lugares públicos. A descrição abaixo ilustra essa ideia:

O ato ocupou a Rua Xavier de Toledo, o Viaduto do Chá e seguiu pela Avenida Ipiranga. Ao menos duas pessoas foram presas na esquina das avenidas Ipiranga e São Luís por causa da depredação e pichação de um ônibus. Os manifestantes, cerca de 5.000 segundo a PM, usavam máscaras e narizes de palhaço. “Não aguentamos mais sermos explorados”, dizia uma das faixas. A Cavalaria da PM uniu-se ao Choque na Rua Maria Antônia, onde começaram os confrontos. A Universidade Mackenzie, que fica na esquina, fechou as portas. Segundo o major da PM Lídio, o acordo era para que os manifestantes não subissem em direção à avenida Paulista, o que não foi cumprido. ‘Se não é para cumprir acordo, aguentem os resultados’, disse¹⁹².

Em síntese, a ação da polícia foi motivada pela necessidade de preservar a Avenida Paulista como espaço fora dos limites políticos aceitáveis das organizações. Como eixo ou artéria principal da cidade, manifestações contínuas ao longo do trajeto causavam incômodo e dificuldades do ponto de vista da gestão pública. Além de que, é claro, a ação policial tinha o intuito de negar a visibilidade almejada pelos organizadores do evento.

Em miúdos, a disputa pela Paulista foi uma das tônicas que inaugurou decisivamente a fase de mobilização aguda na cidade de São Paulo. Os editoriais de grandes veículos da imprensa no dia seguinte ao protesto se dividiam em denunciar os abusos cometidos pela polícia ou requisitar intervenções mais drásticas ainda no sentido de preservar a integridade da Avenida Paulista e afastá-la do centro das manifestações. O discurso da retomada dos espaços públicos era o diapasão das narrativas oficiais acerca dos protestos, cujos impactos já não podiam ser mais ignorados. Setores da imprensa e do governo apresentavam a cidade como um “palco”

192 Fonte: “Quatro continuam detidos após protesto desta quinta-feira em SP”, 14/06/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/cinco-permanecem-detidos-apos-protesto-de-quinta-em-sp.html>< Acesso em 26/01/2016

para desvarios de vândalos em detrimento da ordem pública e do direito ao protesto pacífico – isto é, dentro dos limites espaciais toleráveis e domesticados¹⁹³.

A reação dos manifestantes veio com o deboche. A apreensão de objetos que os manifestantes estavam portando e que pudessem gerar ameaça serviu como ironia. O evento do dia 13 ficou apelidado como a Revolta do Vinagre. Isso ajudou a propagandar os excessos da ação policial e os qualificativos de que as ações haviam sido desastradas e desrespeitosas contra “cidadãos de bem” protestando legitimamente. A promoção acidental do protesto na mídia, em virtude da violência policial e da repressão sofrida por jornalistas, fez a imprensa mudar o tom. A elaboração de um vocabulário midiático que separava “vândalos” de “manifestantes pacíficos” em função de suas atuações nos espaços públicos colaborou para que aderentes passassem a fazer uso dessas categorias. O dia 13 de fato difundiu a retórica por entre aderentes e também para os escolados nas práticas de protesto, que passaram a ocupar o espaço público de maneira contínua a partir desse episódio.

O resultado foi uma escalada dos protestos. No dia seguinte ao ATO-4, Copac, MSTs e Frente de Resistência Urbana realizaram um evento de protesto com o nome “Copa para Quem?” a favor de moradias para comunidades afetadas pelas obras da Copa. Cerca de 5 mil pessoas realizaram um trajeto padrão pela Avenida Paulista¹⁹⁴. No dia 15 de junho, um ato realizado por grupos feministas como a Liga Brasileira de Lésbicas e a Marcha Mundial das Mulheres aproveitou-se do empurrão dado pelas manifestações anteriores. O ato ocorreu na Praça da Sé e tinha como principal intuito barrar a aprovação do Estatuto do Nascituro. O evento também incluía os temas da descriminalização do aborto e dos direitos das mulheres. O evento contou com pelo menos 2 mil pessoas na região e foi marcado apenas pela concentração espacial, sem grandes deslocamentos.

193 Em editorial, a Folha de São Paulo fala em retomada da Paulista: “O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir --menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas. É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais.” O Governador Geraldo Alckmin foi mais veemente: “Sempre os governos, inclusive o do estado, estão abertos ao diálogo. Defende a livre manifestação, isso não é novidade para nós. É intolerável a ação de baderneiros, de vândalos, destruindo o patrimônio público e devem pagar por isso, porque o patrimônio é de todos, o patrimônio é coletivo”. Fontes: “Editorial: Retomar a Paulista”, 13/06/2013, <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml> <Acesso 15/05/2018>; “Alckmin diz ser 'intolerável ação de baderneiros' durante protestos em SP”, 12/06/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/alckmin-disse-ser-intoleravel-acao-de-baderneiros-durante-protestos-em-sp.html> <Acesso 15/05/2018>

194 Durante o fim de semana do dia 16 de junho, teve início a Copa das Confederações. A competição realizada no Brasil pela primeira vez era encarada como um preparativo para os jogos da Copa do Mundo.

Esses e outros eventos ajudaram a criar um espírito de convencimento de que novas mobilizações eram “necessárias” ou pelo menos “recomendáveis”. Tratava-se para esses grupos de aproveitar o momento. Para além do MPL-SP nas ruas como protagonista nas manifestações na fase de eclosão, durante os dias que se seguem ao dia 11, muitas associações percebem a possibilidade de manifestação de pautas diversas. Surgiram temas conectados com a retórica do “Eles não nos representam”. Somado a isso, a mescla de manifestações com ampla variação de performances nessa fase ajudou a divulgar uma imagem positiva nos canais de comunicação. Por fim, a ida às ruas também era encarada pelos setores de esquerda como um chamado de coalizão e de apoio a pautas afins. O que se vislumbrava nas hostes da esquerda era uma grande frente de união que se contrapunha ao Estado. O resultado não seria bem assim na fase de massificação.

A fase que vai do dia 11 ao dia 17 de junho é, portanto, a fase de experimentação geográfica das manifestações em torno do aumento da tarifa, recusa do poder público em permitir tamanha variação nos espaços públicos acessados pelos manifestantes e também a entrada tanto de atores coletivos organizados quanto de pautas. Pipocavam novos espaços, trajetos e atores como potenciais negociadores, como partidos políticos, associação de moradores, movimentos sociais urbanos e movimentos com pautas identitárias. Vários atores nas ruas puseram um peso significativo nas autoridades sobre a capacidade de regulação dos espaços. Resta entender de que modo isso se refletiu na fase seguinte: o momento da massificação.

7.4 Massificação - Quando Público e Atores se Misturam

A chamada Revolta do Vinagre, ou sua versão mais jocosa, Revolta da Salada, ainda não havia se transformado em Jornadas de Junho, Levante de Junho ou ainda a menos comum Primavera Brasileira. Essas denominações viriam em seguida seguir ao quarto ato. Com outros atores coletivos ocupando as ruas, manifestações se espalhando em outras cidades e espaços urbanos sendo acessados durante os eventos em virtude da repressão policial, o MPL-SP se viu interessado no uso da ironia já disseminada. A difusão do quinto ato (ATO-5) se deu por meio de lambe-lambes e outros materiais gráficos. Novidade? Nem tanto, o MPL-SP já se havia aproveitado de material gráfico em outras oportunidades, mas, nos dias que antecedem o ATO-5, o MPL-SP procurou divulgar ao máximo possível seu material. Talvez no intuito de recuperar o protagonismo das manifestações, talvez como tentativa de ganhar *momentum* político.

Figura 7.6 Pôsteres de Chamada para o 5º Grande Ato contra o Aumento das Tarifas

Fonte: <http://tarifazero.org/mpl/>

A camada simbólica de humor tinha como objetivo atrair manifestantes e aderentes às ruas. A proporção do ATO-4 inflou os ânimos dos movimentos e reforçou a ideia de que as oportunidades políticas para a revogação da tarifa estavam abertas¹⁹⁵. A repercussão ambígua da imprensa já era em si um indicativo, mas as oscilações nas declarações de autoridades políticas como o prefeito e o governador também repercutiram. Deve ser citada a presença de múltiplas associações políticas nas ruas. Seja como apoiadoras diretas, seja como grupos cuja temática tocava só lateralmente a questão da tarifa, o aumento do volume de pessoas nas ruas friccionava as autoridades políticas, abrindo oportunidades inesperadas até então.

Esse último fator tem relevância especial para os efeitos da difusão espacial dentro da cidade. Associações ligadas a temas e agendas políticas que tocam os espaços periféricos da cidade decidiram apoiar o MPL-SP, a cidade de São Paulo passou a ser alvo de iniciativas descentralizadas de protesto. Movimentos como o MTST, Periferia Ativa e Copac ajudaram a tomar as rédeas das mobilizações procurando difundir as manifestações em outros espaços da

195 Como exemplo cito texto de um dos ativistas do MPL-SP colhido em página eletrônica da associação. “Não sei qual será o futuro disso tudo – além de ter certeza de que a revogação do aumento em São Paulo virá. De qualquer forma, sei que eu e muitos outros além de mim carregamos hoje um orgulho enorme de ter contribuído de alguma forma a escrever essa história. Com muita convicção, mesmo nos piores momentos de dúvidas e aflição, carreguei a certeza de que nunca me arrependeria disso tudo. Certeza baseada numa aposta, pois quando lutamos nunca temos garantia de nada.”, Fonte: “Estamos escrevendo a História!”, 17/06/2013, <http://tarifazero.org/2013/06/17/estamos-escrevendo-a-historia/#more-5706> Acesso em 26/06/2017>

cidade. Segundo o MPL, em nota publicada pelo MTST, a periferia também iria fazer parte dos eventos de junho:

Nas últimas duas semanas a juventude de São Paulo e outras capitais brasileiras têm ido massivamente às ruas contra o aumento das tarifas do transporte público. Além de caro, o transporte é de péssima qualidade e mal planejado. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o Movimento Periferia Ativa estiveram solidários a estas manifestações, organizadas pelo Movimento Passe Livre. Com a dimensão tomada pelas mobilizações nos últimos dias e iniciativas de criminalização por parte dos Governos (municipal, estadual e federal) entendemos que é necessário o envolvimento ativo nas mobilizações, tanto na defesa da imediata redução das tarifas do transporte, quanto por outras demandas urgentes dos trabalhadores da periferia. Por isso, durante esta semana organizaremos manifestações e bloqueios em várias partes da periferia de São Paulo. Em defesa dos direitos do povo trabalhador e contra a repressão e criminalização das lutas (grifo nosso)¹⁹⁶.

Atenta-se aqui para a programação intencional de bloqueios em espaços localizados nas periferias de São Paulo. Bloqueios embora não necessitem de um contingente expressivo de manifestantes nas ruas, são relevantes pelo fato de que são feitos de maneira coordenada em muitos pontos da cidade. Tais bloqueios colaboram para a difusão entre diferentes locais e com a diversificação de participantes, contribuindo para pôr a cidade toda em movimento, no sentido de que os eventos políticos deixam de ser isolados a determinadas localidades e passam a ser um fenômeno no nível urbano como um todo, e facilitam o intercâmbio de participantes por meio de deslocamentos entre eventos nas periferias e nos centros. Há, portanto, um trânsito entre múltiplas localidades.

Pode-se dizer, portanto, que até certo modo a coalizão entre múltiplos movimentos com enraizamentos espaciais criou uma divisão espacial dos protestos. Determinados movimentos assumiram importância diversas dependendo dos locais e dos espaços acessados pelos participantes. De todo modo, esses pontos citados servem como introdução aos mecanismos de ocupação de espaços e de massificação da participação em junho. Mecanismos que ajudaram a extrapolar a ação dos movimentos até então nas ruas para além dos espaços já tradicionalmente ocupados por manifestantes já afeitos à lógica das ruas.

Tais apoios também não se fizeram sem críticas. Especialmente em relação ao comportamento de lideranças de movimentos sociais ligados ao PT ou os abusos cometidos por

¹⁹⁶Fonte: “Agora a periferia de São Paulo também vai parar!”, 17/06/2013, <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/17/agora-a-periferia-de-sao-paulo-vai-parar/>< Acesso em 26/06/2018>

autoridades políticas. Segundo militantes, a entrada do PT detinha um viés oportunista e deveria ser vista com desconfiança no ato da rua. Assim a imprensa alternativa dos movimentos alimentou cautelas e ressalvas em relação à entrada do PT nas manifestações afirmando que:

*Pela primeira vez, desde os anos oitenta, uma manifestação popular não reconheceu autoridade na direção do PT e da CUT. Lula não apareceu em nenhuma oportunidade, nem expressou qualquer opinião. Porque uma parte do imenso mal-estar social se dirigia, também, contra os governos municipais (como em São Paulo) estaduais, e nacional liderados pelo PT. Não foi possível à esquerda anticapitalista oferecer um ponto de apoio, suficientemente, forte para levar as mobilizações para um patamar mais elevado*¹⁹⁷.

Outros atores que também estavam sob suspeição mesmo antes do ATO-5 eram justamente os *black blocs*, tanto quanto o “pessoal estranho” associado à direita ou a grupos desconhecidos pelos ativistas. As críticas ao *black blocs* foram pequenas por parte dos manifestantes, mas existiram. Havia certo incomodo em tolerar atos de depredação de edifícios em um contexto de crescente repressão. A ala mais ligada a partidos políticos foram os primeiros a rejeitar a ação de *black blocs* e, em certa medida, associaram a ascensão da direita tanto ao caráter espacial quanto à presença de *black blocs* e “conservadores”. A Avenida Paulista era o local de conservadores, reformistas e “pelegos”, ao passo que as rodovias e periferias seriam o verdadeiro lugar do povo¹⁹⁸.

Por outro lado, “pessoas estranhas”, expressão usada por alguns ativistas para referir quem não cabia no retrato do ativismo das ruas ou na imagem já clássica do “povo”, passaram a figurar no vocabulário das ruas. Eram caracterizadas como gente que supostamente não tinha experiência em eventos de protesto e, posteriormente, gente que estaria nas ruas para “sequestrar” as pautas. O pânico em relação a isso já estava presente no dia do ATO-4, mas apareceu nas ruas às 17h, quando o protesto foi levado a outros locais nas bordas da cidade. Antes dos eventos, ativistas já se posicionavam acerca do possível sequestro dos atos em virtude

197 Fonte: “13 de junho de 2013, quatro anos depois”, 14/06/2017, <https://esquerdaonline.com.br/2017/06/13/13-de-junho-de-2013-quatro-anos-depois/> Acesso 15/05/2018>

198 “Houve um ponto nítido que diferenciava estes dois grandes segmentos: enquanto aqueles, mais conservadores (incluindo os black-blocs) atomizavam suas palavras de ordem em reivindicações dispersas (que, meses depois, confluíram na disposição anti-Copa do Mundo que se revelou extremamente minoritária) os demais, à esquerda, trouxeram reivindicações mais objetivas e claras, unificando sua ação. Na cidade de São Paulo a presença destes dois grandes segmentos ficou clara inclusive na divisão geográfica do movimento que, em 17 e 25 de junho, ocorreu em pelo menos três regiões da cidade. Enquanto grupos mais à esquerda agiram na zona sul e manifestantes de extração mais popular estiveram presentes nas grandes rodovias, como Via Dutra, Raposo Tavares e Castello Branco, os grupos mais conservadores e à direita ocuparam sobretudo a região dos Jardins e da avenida Paulista.” Fonte: “O gigante acordou em junho de 2013?” 14/06/2014, <http://www.vermelho.org.br/noticia/244111-1> < Acesso em 27/03/2018>

da ação da imprensa, tal como relata de um manifestante do MPL-SP dois dias depois do ATO-5:

Curiosamente, os mesmos meios de comunicação conservadores que incentivaram as ações violentas da PM na quinta-feira anterior (13) de manhã, em seus editoriais, agora diziam que de fato as pessoas deveriam ir às ruas. Só que com outras bandeiras. Isso não seria um problema, se as pessoas não tivessem, de fato, ido à rua com as bandeiras pautadas por esses grupos políticos (representados por esses meios de comunicação). O clima, na segunda-feira, era outro. Era como se a manifestação não fosse política e como se não estivesse acontecendo no mesmo planeta em que eu vivo. Meu otimismo começou a decair. A pauta foi sequestrada por pessoas que estavam, havia alguns dias, condenando os manifestantes por terem parado o trânsito, e que são parte dos grupos sociais que sempre criminalizaram os movimentos sociais no Brasil (representados por um pedaço da classe política, estatisticamente o mais corrupto - não, não está nem perto de ser o PT -, e pelos meios de comunicações que se beneficiam de uma política de concessões da época da ditadura). De repente se falava em impeachment da presidenta. As pessoas usavam a bandeira nacional e se pintavam de verde e amarelo como ordenado por grandes figuras da mídia de massas, colunistas de opinião extremamente populares e conservadores¹⁹⁹.

Concomitante às chamadas para o ATO-5, o MPL-SP também foi convocado para uma reunião de diálogo com o secretário de governo João Donato. O objetivo da reunião era justamente discutir a participação do grupo no Conselho da Cidade. A reunião, pela manhã do dia 17 de junho, foi recebida com decepção pelos membros do MPL-SP em virtude da ausência de Fernando Haddad, cuja justificativa era a agenda e outros apontamentos marcados para o mesmo horário. Outro aspecto salientado pelo movimento foi a ausência de uma discussão propriamente política. O MPL-SP tomou a atitude como covardia do prefeito.

O ATO-5, portanto, tinha como contexto um conjunto de negociações também na esfera institucional ao mesmo tempo que um contexto de negociações simbólicas entre manifestantes acerca de rumos e pautas. Esse emaranhado de negociações pode ser desenovelado em função dos direitos de uso do espaço urbano. Quais atores e performances públicas de expressão política eram legitimadas por quais e tais atores? Para muitos, a entrada de “pessoas estranhas”? com bandeiras e hinos nacionais ecoavam um pedido já velho de substituição da coalizão governante.

O fato é que as expectativas para o ATO-5 eram grandes. O MPL-SP chamou a atenção para isso ao transferir a concentração do evento de locais mais tradicionais como o Theatro

¹⁹⁹ Fonte: “Está tudo tão estranho, e não é à toa.” 19/06/2013, <https://medium.com/primavera-brasileira/esta-tudo-tao-estranho-e-nao-e-a-toa-dfa6bc73bd8a> <Acesso 27/03/2018>>

Municipal para uma praça com grande capacidade de receber um contingente de pessoas como o Largo da Batata. A concentração teve início no horário usual: 17 horas. O evento como um todo reuniu cerca de 65 mil pessoas, segundo a imprensa, e transformou as ruas do vetor sudoeste em imensos “calçadões” para livre circulação. O trajeto (Figura 7.7) escolhido pelo MPL-SP era uma variação do protesto do ATO-3, no qual se percorreram as ruas do centro expandido no vetor sudoeste da cidade.

O caminho escolhido deveria seguir exclusivamente, segundo os organizadores, pela Avenida Brigadeiro Faria Lima em direção à zona sul, passando pela Avenida Rebouças. O objetivo final, segundo o MPL-SP, era a Ponte Estaiada. Tanto a ponte como a Avenida Faria Lima em sua extensão escolhida pelo MPL-SP não costumam ser objeto de atos políticos frequentemente.

Figura 7.7 Trajeto do 5º “Ato” contra o Aumento das Tarifas

Fonte: Fonte: <http://g1.globo.com/>

Os manifestantes que percorreram o trajeto “oficial” chegaram a seu objetivo às 20h20min, comemorando o caráter pacífico do protesto. Segundo lideranças do MPL o termino foi selecionado na Ponte Estaiada porque:

A Ponte Estaiada é o símbolo de como o estado prioriza o capital e mostra a opção que a cidade tomou por escolher o transporte individual. E a gente está na rua para reverter isso. Os atos isolados de vandalismo são consequência da

*Polícia Militar, eles prendem manifestantes por depredar um muro, mas não prendem policiais por depredar a cara das pessoas*²⁰⁰.

Outro ponto relevante para a seleção do local diz respeito à localização da emissora local da Rede Globo. O protesto ganhava um tom de desafio, portanto, a poderes constituídos na sociedade brasileira. Até a mídia ganhava seu quinhão de crítica. Para além da questão do transporte, a diversidade de temáticas e a expansão de locais de protesto se combinaram em junho de 2013.

Concomitante à caminhada em direção à ponte, manifestantes passaram a ocupar espaços adjacentes ao trajeto principal. Bloqueios na Marginal Pinheiros se deram em conjunto com marchas na Avenida Chedid Jafet, Engenheiro Luís Carlos Berrini, Juscelino Kubitschek. Todas localizadas próximas à sede da Rede Globo, centros de poder econômico e próximas também da sede do governo executivo estadual de São Paulo.

Foi o segundo dos protestos que se dividiu por áreas do centro expandido da cidade. Os locais foram escolhidos pela facilidade de acesso, mas principalmente em função do significado político. Além dos dois trajetos já citados acima, parte dos manifestantes seguiu pela Avenida Rebouças em direção à Avenida Paulista. Por outro lado, manifestantes que estavam na zona sul se dividiram entre aqueles que se dirigiram à sede do Poder Legislativo, na Alesp, na Avenida Pedro Álvares Cabral, e outros embarcaram numa ocupação até as 2h da manhã em frente ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual, na Avenida Morumbi²⁰¹.

Tudo isso ocorreu num intervalo de nove horas. Entre 17h e 2h da manhã, pelo menos 36 grandes vias de circulação da cidade de São Paulo serviram como palcos de mobilização. Com cerca de cinco grandes concentrações e marchas, somente um trajeto teve respaldo e controle do MPL-SP. Também é surpreendente que tal uso extensivo e intensivo do espaço público não foi confrontado com ações repressivas do Estado. A difusão espacial dos eventos ocorreu, diferentemente de atos anteriores, sem que isso fosse resultado da atuação repressiva policial. A ação em frente ao Palácio dos Bandeirantes foi a única que teve gente aprisionada.

200 Fonte: "Protesto leva 65 mil às ruas, para Av. Paulista e tem tumulto no Palácio", 18/06/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-leva-65-mil-ruas-para-av-paulista-e-tem-tumulto-no-palacio.html>< Acesso em 15/06/2016.

201 Segundo Marília Moscovitch, ativista e participante dos atos: "Quando a passeata chegou ao cruzamento da Faria Lima com a Juscelino, fomos praticamente empurrados para o lado direito. Nessa hora achamos aquilo muito esquisito. Em nossas cabeças, só fazia sentido ir à Paulista, onde havíamos sido proibidos de entrar havia alguns dias. Era uma questão de honra, de simbologia, de tudo. Resolvemos parar para descobrir se havia gente indo para o lado oposto e subindo a Brigadeiro até a Paulista. Umas amigas disseram que estavam na boca do túnel. Avisei pra não irem pelo túnel que era roubada. Elas disseram então que estavam seguindo a passeata pela ponte, atravessando a Marginal Pinheiros." Fonte: "Está tudo tão estranho, e não é à toa.", 19/06/2013, <https://medium.com/primavera-brasileira/esta-tudo-tao-estranho-e-nao-e-a-toa-dfa6bc73bd8a> < Acesso 24/04/2018>

Somente após às 2h da manhã é que cerca de dezoito pessoas foram detidas em frente ao prédio. Antes disso, ao longo de todo o trajeto oficial e também das áreas em que houve manifestação, não houve registros de detidos ou feridos.

Os protestos no dia 17 tiveram dois fortes impactos na maneira como o ciclo se desenrolou. Em primeiro lugar, a reação das autoridades se alterou consideravelmente. As autoridades governamentais passaram a dar atenção às demandas, pelo menos em nível simbólico e principalmente em nível tático. O prefeito Fernando Haddad sinalizou com a possibilidade de redução da tarifa em uma reunião com o MPL-SP na manhã do dia 18 de junho²⁰². As autoridades policiais e técnicas também tiveram de subordinar-se aos protestos dado o volume das manifestações. O então secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira, solicitou o contato direto do MPL-SP e outros organizadores com a PM. Grella foi responsável pela negociação do trajeto no dia 17 e também pela decisão de evitar o uso de balas de borracha e da Tropa de Choque. A intenção era repetir em outros casos o “sucesso” da operação no dia do ATO-5 nas manifestações seguintes²⁰³.

Em segundo lugar, a difusão espacial dos protestos esteve de braços dados com a diversificação dos tipos de manifestante. Os usuais ativistas e aderentes ligados a associações políticas de esquerda também estiveram nas ruas, mas desta vez se viram acompanhados do ineditismo dos manifestantes que agora compunham as ruas. Para muitos, era a primeira ocasião nas ruas. A reunião de milhares de pessoas trouxe consigo a escalada do processo e de pautas. Ficou mais difícil dizer que a pauta era somente os transportes, e os slogans repetidos à exaustão e com variações afirmavam: “Não é só pelos 20 centavos”. O tema do transporte e mesmo questões de reajustes salariais para os trabalhadores do setor passam a dividir espaços com críticas ao governo e à corrupção²⁰⁴.

202 Em matéria do portal de notícias G1, “Segundo Haddad, esse aumento pode trazer prejuízos a outros serviços públicos. “Eu vou ter que explicar para a cidade que são R\$ 2,7 bilhões que eu vou ter que arrumar. Apresentei nesse conselho um programa de metas que está aprovado no Orçamento”, disse o prefeito. Ele disse que é preciso se preparar para essa ‘nova agenda’. ‘Esse cenário de congelamento da tarifa em R\$ 3 não é um delírio, é um exercício de como o gestor público vai se preparar para enfrentar esta nova agenda que está na rua e a gente respeita’, afirmou.”. Fonte: “Haddad pede ajuda em decisão sobre tarifa e diz que pode ‘se subordinar’”, 18/06/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/haddad-pede-ajuda-em-decisao-sobre-tarifa-e-diz-que-pode-se-subordinar.html> <Acesso em 15/05/2018>

203 O uso de balas de borracha só voltaria a ser autorizados novamente em outubro daquele ano após cenas de confronto entre policiais e manifestantes mascarados. Fonte: “Secretário pede que manifestantes mantenham acordo em protesto”, 18/06/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/secretario-pede-que-manifestantes-mantenham-acordo-em-protesto.html> <14/06/2017> e “PM entra em confronto com manifestantes na Praça da República”, 07/10/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/pm-entra-em-confronto-com-manifestantes-na-praca-da-republica.html> <14/06/2017>

204 Em uma série de entrevistas para o G1, manifestantes passaram a associar o tema dos protestos a questões mais amplas. Seguem relatos que ilustram a tônica expressa por esses novos manifestantes: Estudantes desconectados de associações políticas: “Com o rosto pintado de amarelo e verde, um grupo de estudantes vibrava em participar pela primeira vez do ato. ‘É muito mais do que só os 20 centavos. Estamos para lutar contra um país

As manifestações a partir daí ganharam ritmo. Se antes havia pausa de um ou dois dias, passaram a ser diárias. A extensão das horas também aumentou, com protestos se iniciando às 15h e se estendendo por mais horas noite adentro. E, por fim, o que interessa mais à tese, os espaços usados nas manifestações foram diversificados dentro do território urbano. A partir do dia 17, os protestos se esparramaram pela malha urbana. Bloqueios passaram a ser corriqueiros nos limites da cidade, levando as manifestações do centro às bordas do limite urbano, além até mesmo das periferias. Os bloqueios em áreas centrais da cidade costumam ser seguidos de marchas ou outras atividades mais convencionais, ao menos durante o ciclo de junho. Conexão que não se verificou durante os bloqueios às rodovias. Os bloqueios foram chamados por associações e grupos políticos ora com vinculação indireta com o MPL-SP como o MTST, ora sem nenhum tipo de relação, como associações de moradores e outros grupos.

Os bloqueios evidenciam uma mudança nos rumos do ciclo de junho. A partir do dia 18, o MPL-SP perde quase totalmente o controle do escopo espacial do protesto. Claro que simbolicamente e nas redes sociais ainda havia espaço para chamadas oficiais de eventos nas ruas, mas o protagonismo na exploração dos espaços, negociação de trajetos, caráter da manifestação, temas e pautas expressos em slogans e cartazes e o perfil das performances, tudo isso passou a ser dividido com outras associações políticas e demais participantes nas ruas.

Essa diversificação foi recebida pelo MPL-SP ora como um sequestro de pautas e como uma perda de objetividade, ora como exercício da democracia. As críticas à corrupção vistas nas ruas foram encaradas como efeitos perversos de grupos e organizações que tomaram os espaços das ruas. Se a imprensa conclamou o retomar das ruas pelas pessoas comuns, transeuntes e não-manifestantes, dias depois o próprio MPL-SP endossou discurso similar ao conclamar os “verdadeiros” manifestantes ao universo das praças públicas. Contra a despolitização, ativistas argumentavam que a pauta da corrupção não poderia tornar-se legítima e, portanto, deveria ceder espaço nas ruas a agendas mais concretas e/ou com conteúdo de classe

melhor, contra a corrupção. E a questão é cobrar R\$ 3,20 por transporte que é um lixo, onde as pessoas andam em condições subumanas. Viemos porque falaram que nesse não teria Tropa de Choque, bala de borracha’, diz Arthur Chahda, 21 anos”. Por outro lado, profissionais liberais: “O advogado Rafael Yahn Ferreira afirma que foi até o protesto para ‘legitimar’ a busca do cidadão por seus interesses e “fiscalizar a ação policial”. Ele disse ao início do protesto que as bandeiras levadas à manifestação poderiam ter ‘legendas melhores’. ‘Fala-se de corrupção, mas só se fala de preço de passagens’, afirmou.”. Aposentados: Mércia tentou encontrar amigos no Largo da Batata, mas não se intimidou em seguir sozinha na multidão. “Foi a gota d’água. Pela reação do governo, por tudo que o governo está fazendo há anos, não respeitando o povo brasileiro. Eu não precisava estar aqui porque eu não ando de ônibus. Mas eu estou pelos meus irmãos que andam.” Fonte: Diferentes gerações relatam sua 1ª vez em um protesto em SP, 18/06/2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/diferentes-geracoes-relatam-sua-1-vez-em-um-protesto-em-sp.html> < Acesso 25/08/2017>

mais reconhecível²⁰⁵. A difusão dos espaços de protesto vinha acompanhada de disputas simbólicas pelo lugar. Para além dos sentidos dos trajetos, os trajetos dos sentidos da política também era objeto em 2013, tal como em uma declaração de um ativista transcrita abaixo:

*As pautas misturam diversas questões ligadas sobretudo à carestia, mas também a uma agenda vazia de conteúdo, como o “combate à corrupção”. Ninguém em sã consciência é a favor da corrupção. Mas ela é lamentavelmente quase um pressuposto do sistema político vigente. Ela é pauta eleitoral de 2014.*²⁰⁶

Oficialmente, o grupo lançou um conjunto de pautas objetivas que tinham o intuito de contrapor-se à suposta “invasão” inscrita na tomada das ruas. A posição era delicada, já que, se por um lado o volume de participantes nas ruas favorecia o legado das manifestações anteriores, por outro lado o temor da descaracterização dos movimentos nas ruas era real. Segundo nota oficial do MPL-SP:

*O movimento se iniciou centralmente na luta por reduzir a tarifa dos transportes coletivos, e subsidiariamente pela tarifa zero e direito a cidade. São as bandeiras do MPL, que são construídas há uma década, com manifestações maiores e menores ao longo desses anos. Outras bandeiras adicionadas ao movimento são legítimas e ajudam a politizar o debate, ampliando a perspectiva de que o saldo final dessa grande onda seja positivo. No entanto, há uma entulhação ideológica orquestrada por partidos da direita, insufladas pelos editoriais da mídia, e que pretendem imputar ao movimento a sua própria agenda, visando colher dividendos eleitorais em 2014, ou até mesmo um acirramento que permita uma conjuntura de tipo golpista*²⁰⁷.

205 No mesmo dia, outros grupos tentaram enunciar novas propostas para as manifestações seguintes. Foi o caso do Anonymous que publicou vídeo no Youtube no mesmo dia, em resposta às críticas da imprensa a ausência de pautas claras ao “movimento”. O vídeo denominado “Anonymous Brasil - As 5 causas!” sugere como eixo central os cinco pontos listados: rejeição ao [PEC 37](#); a renúncia de [Renan Calheiros](#) (PMDB) da presidência do [Senado](#); contra as irregularidades das obras da Copa do Mundo (2014); proposição de projeto de lei que transformava corrupção em crime hediondo e, por fim, o fim do foro privilegiado. Em cerca de um dia, o vídeo foi o mais acessado nas redes sociais brasileiras com mais de 1 milhão de acessos. A atividade nas redes sociais, tanto na difusão quanto na proposição de agendas resultou tanto na mistificação das redes sociais como principal motor das manifestações, como também consolidou de vez a narrativa da imprensa de que o MPL-SP perdera completamente o controle e cedia espaço ao Anonymous. A página do grupo repercutia notícias de críticas às obras da Copa do Mundo e denúncias de corrupção e reverberava “Só a diminuição dos valores das passagens não nos satisfaz”, alertando para o poder público que: “A geração Coca-Cola finalmente acordou”. Fonte: “Ativo no Facebook, Anonymous assume liderança das manifestações pelo Brasil”, 20/06/2013, <http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/ativo-no-facebook-anonymous-assume-lideranca-das-manifestacoes-pelo-brasil-20130620.html> <Acesso 30/05/2017>

206 Fonte: “Movimentos em disputa”, 18/06/2013, <http://tarifazero.org/2013/06/17/movimentos-em-disputa/#more-5758> <Acesso 24/08/2017>

207 Fonte: “Os pontos objetivos da luta”, 18/06/2013, <http://tarifazero.org/2013/06/18/os-pontos-objetivos-da-luta/#more-5817> <Acesso em 28/05/2016>

As manifestações no dia 18 de junho iniciaram um caminho sem volta no ciclo, com o MPL lutando para continuar com o protagonismo nas ruas e manifestantes avulsos questionando as intenções “politizadas” do grupo de excluir pautas em função de apoios a partidos políticos. A massificação se traduziu em disputa entre ativistas e manifestantes avulsos. Nesse dia, a manifestação parece não ter sido convocada diretamente pelo MPL-SP mas ter sido resultante de inúmeras páginas nas redes sociais conclamando a população às ruas. Desta vez, o alvo na cidade de São Paulo era a prefeitura. Não houve pontos específicos de início do ato, mas a região da Praça do Patriarca e do Viaduto do Chá aparecem como locais de encontro (Figura 7.8).

Figura 7.8 Trajetos de Marchas e Locais de Eventos de Protesto 18/06

Fonte: <http://g1.globo.com>

As manifestações se espalharam pelas ruas do centro até a Avenida Paulista. Cenas de depredação e confronto direto com a polícia se revezavam com demonstrações de pacifismo. A ação direta contra símbolos capitalistas, como bancos e materiais publicitários, e contra representantes do poder público, como o prédio da prefeitura, contrastavam com a marcha na Avenida Paulista, em que o hino nacional foi entoado várias vezes ao tempo em que manifestantes com suas famílias vestiam as cores da camisa da Seleção Brasileira de Futebol.

O dia após intensas manifestações pela capital se iniciou com as críticas à ação classificada como “vandalismo” pelas autoridades, mas terminou com a decisão conjunta de revogação do aumento. Na tarde do dia 19 de junho, Fernando Haddad e Geraldo Alckmin optaram por oferecer um “gesto de aproximação”. Com a sinalização de que as passagens já

não teriam aumento e que a revogação poderia ser encarada como uma vitória, as manifestações passaram a ter um misto de comemoração e de expansão de pautas. O slogan “Não é só pelos 20 centavos” ganhou outros sentidos, vários outros sentidos. A crítica era dirigida à corrupção ou projetos de lei controversos, como a chamada “cura gay”, ou as obras da Copa e aos gastos públicos considerados excessivos²⁰⁸.

No dia 19 de junho, os protestos saíram por mais ruas da cidade. Apesar do clima de comemoração, essa data marca a escalada dos discursos contra os partidos políticos nas ruas. A animosidade entre manifestantes “comuns”, tal como a imprensa os tachou na época, e os partidos políticos já se havia dado no dia 17, mas ganhou corpo nas manifestações no dia seguinte e de fato entrou para o imaginário de junho no dia 19, quando os partidos políticos passaram a adotar estratégias de “disfarce”. De repente, esses ativistas se viram obrigados pelas circunstâncias a participar dos atos sem que levantassem bandeiras ou outros símbolos que pudessem identificá-los.

Que circunstâncias eram essas? Os atos de hostilidade contra ativistas partidários nas ruas. As disputas pela legitimidade e o direito de participar no cenário dos protestos nas ruas sempre se havia dado. Especialmente entre anarquistas e socialistas, tanto pela natureza dos temas a serem enfatizados nas manifestações quanto pelos trajetos e performances políticas a serem exibidas nas ruas. Entretanto isso mudou radicalmente quando os “verde-amarelos” passaram a ser personagens das disputas nas ruas. No dia 17, quando parte dos manifestantes se dirigira à Avenida Paulista, os presentes passaram a gritar continuamente “Sem Partido!” e “O povo, unido, não precisa de partido”, tentando expulsar ativistas partidaristas do evento²⁰⁹ (Figura 7.9).

Evidentemente, os gritos antipartidaristas nas ruas não se dirigiam a todos os partidos. A hostilidade era direcionada em maioria aos grupos ligados à esquerda política, como PSTU, PSOL e PT. As reações desses partidos foram diversificadas. Por um lado, o PSOL procurou evitar demonstrações de apoio aos protestos²¹⁰. O PSTU, por outro lado, procurou abertamente

208Fonte: “Veja cerca de 200 gritos de protesto dos manifestantes em SP”, 24/06/2013, <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/06/1300497-veja-cerca-de-200-gritos-de-protesto-dos-manifestantes-em-sp.shtml> <Acesso em 28/05/2018>

209 ““Sem partido!”, gritam manifestantes contra bandeiras em SP”, 18/06/2013, <https://tvuol.uol.com.br/video/sem-partido-gritam-manifestantes-contrabandeiras-em-sp-0402CC9C3460D8A94326> <Acesso em 26/06/2017> “Sem partido!”, gritam manifestantes contra uso de bandeiras em protesto em SP”, 18/05/2017, <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/17/sem-partido-gritam-manifestantes-contrauso-de-bandeiras-em-protesto-em-sp.htm?cmpid=copiaecola> <Acesso em 26/06/2017>

210O partido recebeu perplexo as ações de hostilidade nas ruas e lideranças procuraram argumentar que a soma de pessoas nas ruas deveria justificar a entrada do PSOL na rua e que tais críticas aos partidos eram justificáveis em função de práticas perversas inscritas no governo federal. Segundo Ivan Valente (PSOL-SP): “Isso é um erro.

fazer parte das manifestações nas ruas. O partido chamou uma plenária interna e decidiu pela adesão aberta nos eventos em âmbito nacional no dia 20 de junho²¹¹. Por sua vez, partidos à direita do espectro político ou que não tinham experiência direta em manifestações, tal como PSDB, DEM, PSB e mesmo o PMDB, decidiram entrar só tardiamente nas manifestações. Talvez por isso sofreram menos com as disputas de legitimidade sobre estar ou não nas ruas. O PSDB decidiu não entrar nas manifestações antes do dia 10 como tentativa de mitigar efeitos deletérios sobre candidaturas de presidenciáveis no ano seguinte. Somente o PSB participava, ainda que discretamente, dos protestos em virtude, justamente, das tentativas de lançar o que seria seu futuro candidato: Eduardo Paes.

Importante salientar que na fase de massificação e de intenso uso dos espaços esse uso foi disputado segundo a entrada dos atores nos eventos. Nas primeiras manifestações em junho de 2013, o MPL-SP fez questão de se diferenciar de movimentos ligados ao grupo partidário ou organizações estudantis vinculadas a esses grupos. Após a queda das tarifas, a animosidade em relação aos partidos políticos, fossem de direita ou esquerda, cresceu. O clima de festa e a sensação de vitória encampada por manifestantes avulsos logo se misturaram a ataques a ativistas partidários presentes nos protestos.

Se o movimento cresce – como, aliás, está crescendo – é impossível algumas poucas pessoas manterem o controle dessa organização. Os partidos têm simpatizantes, têm estrutura, têm ação social. Deveriam ser tratados como aliados. A vida vai mostrar que é preciso ter mais gente que entende todo o trâmite relacionado a manifestações, que o apoio dos partidos é necessário.” “Quem está do lado do movimento, partido ou não, deve participar”. Fonte: “Mesmo rejeitados, partidos tentam usar protesto para validar discursos”, 19/06/2013, <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-06-19/mesmo-rejeitados-partidos-tentam-usar-protestos-para-validar-discurso.html> <Acesso em 25/03/2018>

211 Animados pelas manifestações do dia 17, ativistas do PSTU leram as manifestações como um grito de oposição ao governo Dilma e tentaram ganhar vantagem da situação e construir uma mobilização unificada em um único dia. A proposta de uma unificação nacional de mobilizações comandadas por partidos de esquerda só se tornaria realidade pouco menos de um mês depois com o Dia Nacional de Lutas, no dia 11/07/2013. Fonte: “O povo na rua, Dilma a culpa é sua”, 18/06/2013, <https://www.pstu.org.br/o-povo-na-rua-dilma-a-culpa-e-sua/> <Acesso 25/03/2018>

Figura 7.9 As Performances das Bandeiras Queimadas e as Disputas pelos Espaços

Fonte: <http://g1.globo.com/>

O dia 20 de junho retrata bem a dinâmica do confronto entre manifestantes avulsos, muitos sem experiência ativista ou sem vinculação a associações e partidos políticos. A manifestação que se iniciou por volta das 16h da tarde contava com ativistas do PSOL, CUT, PSTU e PT. Segundo os ativistas, a chamada “onda vermelha” era uma manifestação de apoio ao MPL-SP, posto que no dia anterior as lideranças do grupo se haviam declarado a favor da reforma agrária e urbana em programas televisivos.

A manifestação do dia 20 marcaria o ponto de culminância dos protestos realizados pelo MPL-SP, ao menos era o que esperavam grupos de esquerda autonomistas e anarquistas. Entretanto, não foi bem o que ocorreu. Do dia 20 em diante, consolidaram-se os medos e angústias de certos ativistas sobre o “sequestro das ruas” por manifestantes de “direita”. A entrada maciça de aderentes sem nenhuma filiação prévia a movimentos sociais conhecidos intensificou os debates em torno da descaracterização da pauta e levantou dúvidas sobre os sentidos de estar nas ruas. A manifestação a meio caminho entre a festa e o confronto entre manifestantes influenciou diretamente o modo como o percurso dos grandes eventos se deu e o modo como outros eventos menores se espalharam pela cidade. O ato de comemoração pela revogação da tarifa teve início mais cedo, com a concentração sendo marcada para as 16h e previsão de partida às 17h de uma marcha no sentido da Praça do Ciclista em direção ao fim da Avenida Paulista (Figura 7.10).

Figura 7.10 Trajeto do Protesto no dia 20 de junho

Fonte: <http://g1.globo.com/>

O caráter de festa contagiou o evento. Vendedoras ambulantes ofereciam camisas verde-amarelas, bandeiras do Brasil, cervejas e outras bebidas alcoólicas. A partir das 17h, quando ativistas ligados a partidos políticos começaram a chegar ao local de concentração, a situação se complicou. Os locais de concentração no trecho que vai do Masp à Praça dos Ciclistas passaram a registrar pequenos conflitos entre os manifestantes. Tal qual relatam repórteres da revista *Veja São Paulo* (Quadro 7.2):

Quadro 7.2 Detalhes do Trajeto e Confronto entre Manifestantes - 20 de junho²¹²

17h22 – Praça do Ciclista: Grupo de petistas chegou à Praça do Ciclista, local de concentração do protesto, e foi hostilizado pelos demais manifestantes, aos gritos de “Fora PT”. Os militantes responderam aos gritos de “Democracia”. Entre as faixas do grupo, há uma com mensagem contra o próprio prefeito petista: “Haddad, abra a caixa preta dos transportes”. Entre os manifestantes, o vereador Gilberto Natalini (PV) elogiou a queda do aumento da tarifa. “O prefeito e o governador foram sagazes de entender que ou voltavam atrás ou voltavam atrás. Não há governo ruim para povo organizado. “Sindicalistas e militantes do PSTU também chegaram ao Masp e começou a marchar em direção à Praça do Ciclista. No caminho, encontraram um grupo de manifestantes, que começou a pedir “Sem partido” e a xingar os militantes, que reagiram com xingamentos.

17h33 – Praça do Ciclista: A chamada “onda vermelha” (pessoas com camisetas vermelhas para simbolizar o partidarismo) e os manifestantes entram em confronto verbal. Uns defendem

²¹²Fonte: “Manifestação se torna contra participação de partidos políticos”, 20/06/2013, <https://vejasp.abril.com.br/cidades/setimo-dia-de-protestos-sao-paulo/> < Acesso em 06/04/2018>

a ausência de bandeiras de partidos e outros defendem o direito de se manifestar com seu partido.

17h35 – Praça do Ciclista: Um dos militantes do PSTU parou para dar entrevista para redes de TV e foi novamente hostilizado pelos manifestantes que defendem um ato sem partido. Aos gritos, eles impediram a entrevista.

18h01 – Avenida Paulista com Avenida Brigadeiro Faria Lima: Um primeiro grupo de manifestantes, que marchou na frente do grupo reunido pelo Movimento Passe Livre, parou no meio no cruzamento com a Av. Brigadeiro Luís Antônio, se sentou no asfalto e cantou o Hino Nacional. Pessoas nas sacadas dos prédios agitam bandeiras brancas. Policiais acompanham e protegem principalmente as frentes dos bancos.

18h24 – Masp: Uma parte do grupo faz discurso sobre corrupção, pedindo a cassação dos parlamentares condenados no Mensalão e, em votação rápida, decidiram seguir para a Assembleia Legislativa. A segunda parte dos manifestantes, do Movimento Passe Livre, está indo em direção ao Masp. Atrás estão vários movimentos sociais partidos, como PSTU, CUT, MST e algumas bandeiras do PT, alvo principal dos protestos entre os manifestantes. Os ânimos estão exaltados e já houve briga.

18h32 – Masp: Confusão e pancadaria em frente ao Masp. Com a chegada dos militantes do PT, os ânimos se exaltaram ainda mais. Manifestantes e militantes discutiram e começaram a se agredir.

18h50 – Fiesp: O protesto segue claramente dividido: um grupo mais adiante se diz apartidário, carrega bandeiras do Brasil, canta o Hino Nacional e comemora. Bem depois, vem o grupo liderado pelo Movimento Passe Livre, que pede tarifa zero. Atrás, vem os grupos de partidos e movimentos sociais.

18h52 – Trianon: O povo grita: “A tarifa abaixou, mas o povo não parou”.

19h01 – Avenida Paulista: Manifestantes gritam: “O povo unido não precisa de partido”.

19h09 – Fiesp: Em meio à confusão entre militantes de partidos políticos e manifestantes que pedem um ato apartidário, PSTU, PSOL e PCO abaixaram as bandeiras e decidiram se reorganizar em outro ponto da Avenida Paulista. Os dois grupos estão divididos por alambrados no canteiro central da via.

19h10 – Masp e Fiesp: De um lado ouve-se “sem partido” e outro “sem fascismo”.

19h29 – Avenida Paulista: Blocos com bandeiras de partidos ficaram encurralados no meio da Paulista. Começou uma briga e um homem com a cabeça raspada saiu sangrando. Os grupos de partidos se dispersaram e abandonaram suas bandeiras, que foram queimadas por pessoas cantando o Hino Nacional.

19h57 – TV GAZETA: Após a saída dos militantes de partidos políticos da Avenida Paulista, não há mais uma passeata. Grupos de jovens passeiam pela via interditada, protestando pelas mais diversas causas. Um grupo de punks leva faixa contra a polícia. A maior parte do público se concentra em frente ao prédio da TV Gazeta.

Fonte: <https://vejasp.abril.com.br>

Alguns pontos devem ser notados no enredo acima. O primeiro deles é que tanto partidos políticos quanto ativistas do MPL, outros grupos anarquistas e os grupos de manifestantes avulsos vestidos em verde-amarelo disputavam a atenção nas ruas. Embora, houvesse certo acato ao trajeto e às premissas estipuladas pelo MPL-SP, cenas de entrevistas realizadas com membros de partidos de políticos não foram raras. Outro fator que atesta isso foram as tentativas de formular cordões vermelhos nas avenidas, marca espacial do protesto no intuito de

demonstração da tão chamada “onda vermelha” programada para tomar a paulista. Outro intuito dos cordões foi proteger a integridade física dos manifestantes partidários (Figura 7.11).

Figura 7.11 Cordões “Vermelhos” e os Confrontos entre Ativistas 20 de Junho

Fonte: <http://g1.globo.com/>

Os confrontos e as disputas de espaços entre manifestantes verde-amarelos e vermelhos ficaram marcados especialmente no meio da marcha na Avenida Paulista, quando o MPL já estava bem adiantado na avenida. A ideia da chamada “onda vermelha” era capitalizar as críticas ao governo Dilma ou, no caso de manifestantes ligados ao PT, demonstrar sensibilidade em relação às pautas das ruas²¹³. Contudo, conforme a situação se desenrolara, a ocupação dos espaços tomou outra conotação, com o engajamento direto nas atividades de confronto entre os manifestantes.

O MPL-SP por sua vez tentava direcionar a manifestação única e exclusivamente para a questão do transporte. Os interesses destes outros grupos era desviar-se por completo, ou pelo menos durante os atos, de interesses eleitorais mais diretos que pudesse estar vinculados a partidos. Era uma situação delicada que foi ficando cada vez mais conturbada à medida que conflitos ao longo da Avenida Paulista foram surgindo. Concomitantemente, manifestantes em torno de diversas pautas insurgiram-se a favor de medidas anticorrupção e também passaram a disputar a atenção da mídia nas ruas²¹⁴. Os gritos de “Sem partido!” não foram incomuns no dia

213 A presença do PT nas ruas, por exemplo, adveio da justificativa de que o MPL sinalizava uma agenda favorável à reforma agrária e à reforma urbana. Segundo presidente da Comissão de Ética estadual do PT, Danilo Camargo “PT, MST e CUT estão juntos porque ontem, depois que Mayara [integrante do MPL] anunciou no Jornal Nacional que o grupo vai lutar contra reforma agrária e urbana, não tem como esses grupos não fazerem parte”. Fonte: “Manifestação se torna contra participação de partidos políticos”, 20/06/2013, <https://vejasp.abril.com.br/cidades/setimo-dia-de-protestos-sao-paulo/<Acesso> em 15/06/2017>

214 A pauta anticorrupção não foi objeto somente de manifestantes e aderentes sem filiação organizacional definida. Algumas associações como o Revoltados Online e o Pátria Minha comandaram o percurso de

20, e confrontos ora verbais, ora físicos entre os manifestantes se reproduziam. Parte da imprensa deu justamente destaque ao apartidarismo do movimento como parte intrínseca do evento.

A interação entre os três conjuntos de ativistas resultou em cenas de violência, no que por sua vez reverberou em uma divisão inédita dos espaços usados nas manifestações. Na fase inicial do ciclo, o MPL-SP comandava os percursos e detinha o protagonismo e a liderança em decisões de trajeto. O fator interveniente nessa fase era a atuação da polícia militar. Após essa fase, durante a diversificação dos espaços, quando associações políticas passaram a ocupar as ruas, trajetos eram negociados constantemente entre as associações. A PM atuou mas de modo desordenado, em função da dificuldade de encontrar lideranças nas ruas. O resultado foi o recuo do policiamento, após episódios de força excessiva utilizada. Por sua vez, na fase seguinte, o MPL-SP controlou pouco os trajetos, já que ativistas, aderentes e manifestantes de todos os tipos passaram a compor o cenário dos protestos. Novos personagens e figurinos, com novos roteiros de usos do espaço. Isso influenciou fortemente o modo como ativistas das distintas levadas passaram a ocupar o espaço da Paulista. A avenida ainda era central, muito em virtude do papel de comemoração que o evento carregava. Daí seu simbolismo.

Entretanto, a Paulista comportou distintos cenários de protesto justamente em virtude dos conflitos. Por um lado, o MPL-SP tentou guiar as manifestações com uma marcha que seguiria da Praça do Ciclista em direção ao fim da avenida. Por outro lado, quando manifestantes de partidos políticos foram chegando de modo esparso antes mesmo da marcha, o resultado foi que o conflito com manifestantes de verde-amarelo acabou por expulsar uma parcela dos partidários. Outra parte, assim que a passeata teve início, tentou montar um cordão de isolamento na cauda da passeata, mas os conflitos se tornaram insustentáveis e muitos começaram a abandonar a passeata. Por outro lado, manifestantes contra a corrupção permaneceram nas imediações do Masp e fizeram uso livre da Paulista, comandados por grupos como Revoltados Online, Pátria Minha e Movimento Nas Ruas.

Durante e após o dia 20 de junho, áreas centrais voltam a ser privilegiadas, mas justapõem usos diferentes do espaço, performances, temas e perfis ativistas. Diferentes versões de junho colocadas lado a lado no ATO-5 agora passam a separar-se já no cenário da rua. A imagem tradicional de que junho representou uma grande confusão e de que os manifestantes

determinados manifestantes durante o evento do dia 20. Fonte: “Manifestação se torna contra participação de partidos políticos”, 20/06/2013, <https://vejasp.abril.com.br/cidades/setimo-dia-de-protestos-sao-paulo/<Acesso em 26/08/2017>>

poderiam ser agrupados em uma grande massa de insatisfeitos contra “tudo o que está aí” é errônea no sentido de que não presta atenção ao modo como embates *nos espaços públicos* transformam as identidades políticas dos manifestantes e das agremiações políticas envolvidas.

Por fim, o contexto do dia 20 é transformado à medida que sedimenta um novo conjunto de interações entre os atores em função justamente de sua presença no espaço do protesto. É conveniente dizer que a tomada de assalto das grandes avenidas resultou em uma posição difícil para associações e grupos de caráter mais próximo ao anarquismo e ao socialismo. Nesse contexto, o MPL-SP manifesta repúdio aos atos de violência e aos partidos políticos e tenta esclarecer as diferenças entre apartidarismo e antipartidarismo²¹⁵. A sensação geral por parte das associações de esquerda era que a “direita” estava nas ruas. Espaço antes que nunca fora ocupado por esse tipo de movimento, pelo menos na visão dos ativistas. Muitos foram apontados como culpados pela tomada das ruas pela direita. O Centro de Mídia Independente (CMI), espaço aberto para a emissão de opiniões ligado ao movimento anarquista em São Paulo, veiculou uma matéria de um ativista autonomista, qual dizia:

*A agenda da direita migrou para o MPL e usou-o para ganhar as ruas. Nas suas últimas declarações, os líderes já admitem que perderam o controle do movimento. Fizeram merda? Nas ruas, as bandeiras vermelhas estão sendo substituídas por bandeiras verdes/amarelas. Policiais, militares, nazistas e outros garotões brancos, bem alimentados e marombados saíram nas manifestações “pacíficas” vestidas de estudantes. A PM, tão diligente em meter bala em militante de esquerda na Paulista, foi afastada das ruas (porque as ruas estavam começando a ser ocupadas pela direita e ninguém agride “amigos”, certo?). A omissão policial culminou com os atos de vandalismo praticados contra a Prefeitura de São Paulo por um garotão bem vestido, forte, universitário e... filho de empresário. Ué... onde estão os estudantes de esquerda que ganham pouco e pagam passagem, cuja redução era a bandeira do MPL? [Grifo Meu]*²¹⁶

Em junho, alguns veículos da imprensa alternativa usaram a linguagem do “golpe” como retrato da tomada das ruas e dos espaços públicos pela direita. O cenário do protesto se havia

215 215 Em nota o MPL-SP afirmou que “A manifestação de hoje faz parte dessa luta: além da comemoração da vitória popular da revogação, reafirmamos que lutar não é crime e demonstramos apoio às mobilizações de outras cidades. Contudo, no ato de hoje presenciamos episódios isolados e lamentáveis de violência contra a participação de grupos. O MPL luta por um transporte verdadeiramente público, que sirva às necessidades da população e não ao lucro dos empresários. Assim, nos colocamos ao lado de todos que lutam por um mundo para os debaixo e não para o lucro dos poucos que estão em cima. Essa é uma defesa histórica das organizações de esquerda, e é dessa história que o MPL faz parte e é fruto. *O MPL é um movimento social apartidário, mas não antipartidário*. Repudiamos os atos de violência direcionados a essas organizações durante a manifestação de hoje, da mesma maneira que repudiamos a violência policial.” Fonte: “Sobre o Ato do dia 20/06”, 21/06/2013, <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/21/sobre-o-ato-de-5a-206-nota-publica/><Acesso em 25/09/2017>

216 Fonte “O golpe botou seu bloco na rua, a esquerda já compõe seu samba”, 23/06/2013, <https://brasil.indymedia.org/pt/red/2013/06/520503.shtml><Acesso em 15/01/2018>

modificado. A esquerda, em suas variações anarquistas e socialistas, negras e vermelhas, agora lidava com o avanço de estranhos personagens. Parte da culpa da direita nas ruas foi atribuída à inabilidade do MPL-SP, cuja atuação nos dias anteriores o teria tornado uma marca “pop”.

De todo modo, o clima para as manifestações no dia 21 era de incertezas. O volume intenso de pessoas nas ruas. Quase 1 milhão na cidade de São Paulo foi recebido com salvas de palmas por partidos de oposição e por setores interessados na crítica ao governo Dilma Rousseff. Por outro lado, os efeitos das disputas pelos espaços públicos nos cenários do protesto despertaram medo e desconfiança. O discurso da infiltração pela direita motivou os ativistas à esquerda a caçar novos espaços para manifestações. O plano foi levar as “lutas” às periferias. Desse modo, no dia 21, diminui o número de participantes nas ruas do centro de São Paulo, mas as periferias vêm um aumento súbito de atos de protesto. Não somente ali, mas mesmo em bairros de classe média, foram registrados marchas e protestos, como no Tatuapé e Pinheiros. Desta vez, as disputas pelos espaços não se restringiram somente à Avenida Paulista, mas estenderam-se para todo o território urbano.

A partir do dia 21/06, as manifestações contam com a redução do número de participantes de associações anarquistas e socialistas nas ruas, mas a pauta da reforma política e do programa Mais Médicos anunciada na televisão pela presidente Dilma Rousseff no dia 21 de junho volta a acirrar os ânimos²¹⁷. De todo modo, além das manifestações no centro da cidade, em especial nas imediações da Praça Roosevelt e no vale do Anhangabaú, também ocorreram protestos na Estrada do M’Boi Mirim, coordenados pelo MTST e outros atores políticos organizados.

Esses eventos ocorreram no mesmo dia em que o MPL-SP decidiu retirar-se dos atos que vinham sendo chamados e não organizar ou coordenar mais nenhum evento na cidade de São Paulo naquele mês. No entender do movimento, a questão principal era simplesmente a revogação da tarifa, nada mais. E que pautas diversas deveriam ser levadas a cabo em protestos por grupos com protagonismo naquelas áreas e questões. Sem negar a participação de outros atores coletivos organizados ou de manifestantes, o MPL-SP afirmou que a continuidade das

217 No pronunciamento, realizado no dia 21 de junho às 20h da noite, a então presidente Dilma afirma que ouviria a voz das ruas, mas condenava a ação de minorias violentas, cujo único interesse, segundo ela, consistia somente na depredação do patrimônio público e privado. Dilma se comprometeu a formular políticas públicas baseadas nas demandas presentes nas manifestações. Segundo ela, as medidas a serem adotadas seriam: a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, a destinação de 100% do dinheiro do petróleo a educação, criação do Plano Mais Médicos e anunciou que a presidência passaria a receber com regularidade lideranças de movimentos sociais. Dilma também reforçou que a Copa do Mundo colaboraria para o desenvolvimento nacional. Fonte: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>< Acesso em 25/08/2016>

mobilizações estaria focada no passe livre e em pautas que representassem “uma vida sem catracas”²¹⁸.

A saída do MPL-SP deixou um vácuo e uma série de dúvidas sobre a ocupação das ruas. Por um lado, anarquistas e a imprensa independente acusaram o MPL-SP de covardia e de abandonar as ruas em prol de interesses mesquinhos, como a revogação dos R\$0, 20, e de abrir caminho para a “direita” nas ruas. A proposta de reunião entre Dilma Rousseff e lideranças do MPL-SP também gerou pequenos desagrvos no setor autonomista²¹⁹. Por outro lado, movimentos ligados ao PT e às centrais sindicais procuraram em contrapartida ocupar nas ruas os espaços deixados pelo MPL-SP, ainda que temendo a ação de grupos antipartidaristas.

O fato é que no dia 22, por exemplo, protestos ocorreram na cidade de São Paulo mas desta vez sem nenhuma menção ao MPL-SP e grupos conectados. Cerca de 30 mil pessoas se reuniram no Masp contra o PEC-37, que regulava o poder de investigação do Ministério Público²²⁰. O protesto foi do Masp às ruas do centro de São Paulo. A pauta anticorrupção havia definitivamente tomado as ruas e se caracterizava como uma reação ao pronunciamento de Dilma Rousseff.

Reações às falas de Dilma Rousseff serviram como o restolho das manifestações das semanas anteriores. As reações foram variadas, uma delas veio dos trabalhadores da área de saúde, que organizaram protestos no dia 28 de junho contra o Plano Mais Médicos²²¹. Na Praça

218 “Nota no. 12: sobre a continuidade da luta O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social que luta por um transporte verdadeiramente público. Ao longo dos seus 8 anos, o MPL nunca deixou de se organizar e sair às ruas, e não vai ser agora que isso vai mudar. Nas últimas semanas, a população de São Paulo obteve uma enorme conquista: com sua mobilização na rua, forçou os governantes a retrocederem e revogarem o aumento na tarifa de ônibus, trem e metrô. O povo organizado mostrou que é capaz de vitórias, e há muitas lutas ainda a serem feitas. Não estamos suspendendo os protestos. Sempre afirmamos que a luta contra o aumento ia continuar até a revogação. Agora que a tarifa baixou, vamos dar continuidade à luta, pela tarifa zero. Só a luta muda a vida! Movimento Passe Livre – São Paulo 21/06/2013”

219 “Há algo de muito, mas muito errado aqui... Primeiro é incoerente um movimento dito “APARTIDARIO” e “APOLITICO”, condenar pessoas de direita de entrar no movimento e chamar de infiltrados, ao mesmo tempo em que declarava que membros de esquerda poderia, inclusive citando o PT, que foi o principal protagonista junto com o PSDB, para a criação do movimento por conta do aumento da passagem, não é logico nem coerente, MESMO que houvesse pessoas com ideologia de direita, centro, esquerda, acima, abaixo, do lado de fora, e qual mais venha a existir, este não era um movimento “APARTIDARIO” e “APOLITICO”, ou isto foi na pratica um discurso apenas para legitimar o movimento e atrair bons olhares?” Fonte: “MPL, triste desperdício.”, 22/06/2013, <https://brasil.indymedia.org/pt/red/2013/06/520454.shtml> <Acesso em 25/04/2018>

220 O evento em São Paulo foi organizado pela Associação Paulista do Ministério Público. Contudo, o evento foi resultante de esforços coordenados de atores coletivos nas cidades do país. Fonte: “Protesto em São Paulo contra PEC 37 reúne cerca de 30 mil pessoas”, 22/06/2013, <https://oglobo.globo.com/brasil/protesto-em-sp-contr-pec-37-reune-cerca-de-30-mil-pessoas-8784592> < Acesso em 25/04/2018>>

221 As entidades organizadoras já estavam nas ruas no início de 2013, mas ao final de junho passaram a frequentar a Avenida Paulista com reivindicações diversas. Em maio daquele ano, o motivo eram os abusos das empresas planos de saúde. Fonte: “Em ato na Paulista, médicos protestam contra planos de saúde”, 30/05/2013, <https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Jornal&id=1732> <26/06/2017>

Roosevelt, um grupo de médicos organizados pelo Conselho Regional de Medicina questionava as medidas propostas pela presidente. Marcharam da Praça Roosevelt até a Avenida Paulista. No Masp, grupos protestavam contra a corrupção; enquanto ativistas LGBTT e o movimento feminista se encontravam no largo do Arouche.

Por outro lado, o MPL-SP, embora se retirasse da dianteira dos protestos, procurou compor apoio às manifestações contra a Copa do Mundo, encabeçadas por grupos como Copac e MTST. Ativistas ligados ao autonomismo, pautas identitárias e outras bandeiras de esquerda acabaram por se concentrar no centro de São Paulo. Por outro lado, o MPL-SP e parte dos anarquistas acabaram organizando protestos fora dos limites do centro de São Paulo, tanto porque novos espaços passaram a ser usados pelos ativistas com maior frequência, quanto pelo fato de que a Avenida Paulista deixara de ser um polo espacial atrativo na cidade em virtude da existência de ativistas e manifestantes alheios, com pautas classificadas como “conservadora”, “burguesas” ou “fascistas”. Esses manifestantes que acabaram tomando parcialmente a Avenida Paulista para si protestavam principalmente em função das demandas em torno da corrupção e críticas ao governo petista.

Esse padrão se consolidaria nos anos seguintes, com os atores com temáticas diferentes ora tentando ocupar os espaços centrais na cidade, ora tentando encampar as bordas da cidade. Do mesmo modo, pode-se dizer que grande parte dos efeitos de junho foi uma mudança na geografia dos protestos na cidade de São Paulo, mas a tese avança pouco nessa questão, deixando esse aspecto para novas investigações. A próxima seção conclusiva resume os usos dos espaços nas fases do ciclo de junho e retoma os argumentos do capítulo.

7.5 Os Cenários do Ciclo de Confronto de Junho 2013.

Como se pode inserir a espacialidade como fenômeno importante na caracterização das trajetórias ciclos de confronto político? Para responder a essa pergunta, refazem-se os passos do argumento a fim de orientar o leitor no capítulo que se seguirá. Os capítulos anteriores tentaram dar conta da questão por diversos ângulos. A tese supõe que a espacialidade, por ser pouco tematizada na literatura, necessita ser enfrentada como uma entrada analítica nos aspectos do processo de mobilização. Diversas dimensões do processo sofrem influência do papel estruturador do espaço.

Esta seção avança na caracterização dos mecanismos de conexão entre ciclos de confronto e espacialidade por meio da análise detida das performances de protesto e sua conexão com as ruas. Para além dos trajetos no cenário das ruas e avenidas e das ocupações dos espaços urbanos, os manifestantes, ativistas e aderentes mobilizam diferentes performances com vista a maximizar o grau de impacto na esfera pública. Que manifestantes se reúnam em espaços públicos e que isso leve a conclusões sobre a trivialidade do espaço como variável relevante para o protesto deve ser contraposto ao fato de que manifestantes fazem usos diversos do espaço segundo interesses e estratégias diversas de expressão de demandas. A necessidade de reunião de um número de pessoas em um local físico não deve ser encarada como algo dado, mas deve ser explicado segundo lógicas diferentes de apropriação do espaço.

Marchas e passeatas são ora negociadas em seus trajetos entre policiais e manifestantes, ora cambiadas inesperadamente. Ocupações ora são direcionadas a edifícios públicos com determinada importância política e administrativa na cidade, ora são instaladas em praças públicas ou mesmo em frente a residências privadas de políticos alvos de manifestação. Bloqueios ora são efetuados em rodovias, longe dos holofotes da imprensa e dos meios de comunicação, ora são programados em grandes avenidas, nos horários de pico e com fortes componentes de dramatização. Concluindo, há variação considerável nas formas como os ativistas preparam o cenário de suas performances. Se a cidade estrutura as oportunidades de reunião de pessoas, de que modo os ativistas selecionam os espaços mais adequados segundo suas estratégias específicas? Quais os mecanismos de seleção dos espaços urbanos?

Mas o capítulo não se detém apenas na questão da localização do protesto. É importante entender o que acontece após os cenários serem selecionados. Marchas podem ser acompanhadas de espetáculos de teatro, coreografias, fantasias, encenações etc., ou podem ser marcadas por sobriedade de alto-falantes, velas, roupas brancas e claras ou mesmo nada das performances anteriores, podendo compor um cenário ainda mais contido. Ocupações podem ser adornadas por composições artísticas dos locais ou a ambientação pode ser mantida a um mínimo necessário. Todas essas formas de ação ainda são marcadas por variações como o uso ou rejeição da violência. Depredações, tentativas de invasão agressões entre os manifestantes, pichações e etc. são efetuadas segundo a lógica dos espaços e dos controles dos espaços na cidade. Resumindo, a localização geográfica é importante, mas não deve ser divorciada dos usos e das performances que a compõem. Entender ciclos de confronto e como eles representam oportunidades de difusão de práticas e performances de protesto diz respeito justamente ao

modo como os manifestantes, sejam ativistas escolarizados na prática de protesto ou não, lançam mão de diferentes técnicas de ocupação dos espaços públicos.

O ciclo de junho, para além de sua já tão falada novidade e recorrente descrição como um período caracterizado pela diversidade, também traz marcas fundamentais no modo como diferentes performances foram combinadas. Segundo Alonso (2016), a tese supõe que em 2013 novas performances não surgiram do nada, mas sim foram recombinações de três diferentes repertórios: autonomista, socialista e patriota. Trata-se aqui de combinar a análise dos repertórios com o seu modo de funcionamento no espaço urbano.

A variedade de junho não deve ser encarada como um fenômeno inerente a todo o processo. As fases com que novos manifestantes passaram a frequentar a cena do protesto deram tônicas e matizes diferenciados ao processo durante aquele mês. Especialmente levando em consideração as performances de confronto e manifestação em junho.

A Figura 7.12 apresenta as principais performances separadas por fase do ciclo de junho²²².

Pela Figura, nota-se a proeminência de formas de confronto violentas em junho, especialmente a depredação de patrimônio público ou privado. Houve diminuição desse tipo de tática ao longo da fase de declínio. Também deve ser pontuada a importância das performances de bloqueios e de concentração de pessoas ao longo das fases de diversificação e massificação. Os bloqueios tiveram importância sobretudo durante a fase de massificação, quando locais de conexão entre partes distintas da cidade foram parados. Pontes como Água Estaiada e rodovias e avenidas periféricas como a Avenida M'Boi Mirim foram igualmente alvo de bloqueios. Interromper o trânsito causam um efeito considerável na capacidade que os organizadores têm de impactar o cotidiano rotineiro das cidades e aumentar as chances de visibilidade de pautas.

Figura 7.12 Localização das Performances de protesto, São Paulo, Ciclo de Junho, 2013

222 A classificação do tipo de local foi realizada da seguinte maneira: **Via Pública:** qualquer área infraestrutural urbana e interurbana destinada a pedestres e veículos de transporte de carga e pessoas. Ex.: Ruas, Avenidas, Rodovias, Vielas etc. **Prédio Público:** Edificações de caráter público com funções administrativas do Estado. Ex.: Prefeitura, Secretarias etc. **Equipamento Urbano:** Estabelecimentos de caráter público e/ou privado destinado a provisão de bens e serviços públicos a população. **Áreas Sem Edificações:** Áreas públicas e /ou privadas sem edificações. Ex. parques, praças, áreas naturais, estádios etc. **Estabelecimentos Econômicos:** Áreas privadas ou semiprivadas destinadas a usos econômicos de qualquer caráter. Ex.: Indústrias, Sedes de empresas, Lojas etc. **Áreas Residenciais:** Áreas destinadas a habitação. Ex.: Bairros, Residências etc. NA: dados faltantes.

Fonte: BEP-CEBRAP (2013)

Os locais foram relativamente variados, mas em geral se concentraram em trajetos usuais e nas áreas ao redor do centro expandido. A Figura 7.13 apresenta como o ciclo se estruturou em relação a performances e tipos de local presentes em junho. De modo geral, os locais mais acessados nessa fase foram a Avenida Paulista e a Marginal Pinheiros – a distância em linha reta entre esses pontos é de 9,7 km e leva duas horas para ser percorrida a pé.

Outra área bastante acessada foi a região do centro. Praças como a Sé e o Viaduto do Chá apareceram como locais atrativos em virtude da localização próxima à Prefeitura e a secretarias importantes. Entretanto, a seleção dos locais de protesto mudou nas distintas fases do ciclo. Primeiramente, durante a fase de eclosão, performances envolvendo danos a patrimônios públicos e privados era mais comum. Especialmente ao redor de praças e grandes avenidas. Essa fase também viu aparecer bloqueios esporádicos, mas ainda não era a forma dominante de ação. Outro aspecto a salientar nessa fase é que a concentração se dava nas áreas centrais da cidade, ainda que em alguns casos os trajetos fossem em direção a áreas periféricas da cidade.

Figura 7.13 Performances e Tipos de Local, São Paulo, Ciclo de Junho, 2013

Na fase de diversificação, o que chama atenção nessa fase é um padrão de exploração dos arredores do centro expandido e de outros tipos de local. Escolas e estações de trem e metrô oferecem bons espaços tanto para reuniões quanto para abrigar manifestantes em caso de confronto direto com a polícia. De modo geral, 2013 representou uma tentativa de capitalizar novos espaços de mobilização. É importante denotar que pontes e viadutos foram utilizados como estratégias logísticas. Talvez a fim de evitar a ação imediata da polícia e produzir uma ruptura duradoura da ordem cotidiana. O impacto no trânsito nesses locais usualmente é maior do que em parques e praças. A fase de massificação viu a preponderância das formas autonomistas de ação desaparecerem e dar lugar a formas mais convencionais, com concentrações de pessoas em áreas com grande espaço, como praças e parques. O ciclo de junho de junho é visto como uma tomada das ruas, entretanto, o uso de ruas só se dará na fase de massificação especialmente como estratégia de concentração, com as associações evitando deslocamentos de grande quantidade de pessoas. A fase de massificação também pode ser qualificada como sendo a fase em que protestos fizeram intenso de formas de bloqueio em diversas áreas da cidade. É conveniente lembrar que nenhum das performances de protesto se

parece ter associado de maneira regular com tipos de localidade durante e após a fase de massificação. Faz-se necessário também demarcar que após a fase de declínio esse padrão se mantém e diferentes performances passam a ser aplicadas sistematicamente. Se anteriormente avenidas e pontes parecem ter sido o alvo preferido dos manifestantes, à medida que o processo caminhou diferentes localidades foram testadas.

Quanto aos prédios públicos. Poucos foram os eventos que se deram exatamente nas imediações desses locais. Devido ao forte contingente de policiais nesses casos, os manifestantes se viram obrigados a procurar locais alternativos. Cerca de trinta eventos, apenas 33% do total, se deram nas imediações de edificações públicas. Os ativistas se concentraram em maioria em prédios do Executivo municipal e do Legislativo municipal. Ambos os prédios da Prefeitura e da Câmara de Vereadores da cidade se encontram em uma área próxima à estação Patriarca do Metrô de São Paulo. Em todo caso, os ativistas procuraram combinar padrões ótimos de deslocamento quando se trata de prédios públicos. A distância percorrida nunca excedeu os 3 km nos protestos envolvendo essas áreas.

As táticas policiais também variaram consideravelmente ao longo da fase do ciclo, mas, de modo geral, pode-se dizer que passaram do controle das pessoas para o controle dos espaços. Isto é, a fase repressiva aguda com detenções e táticas de dispersão e bloqueio ficaram concentradas nas fases iniciais do processo, ao passo que, à medida que o volume de pessoas foi crescendo, as táticas passaram a ser mais seletivas e direcionadas a evitar o acesso dos manifestantes a determinados locais. Uma análise da repressão policial não vem a ser o escopo da tese, mas do ponto de vista dos espaços físicos e da ação policial alguns aspectos devem ser destacados. As avenidas ainda se configuram como grandes cenários de mobilização e, portanto, foram espaços de forte regulação por parte dos agentes do Estado. Esse controle se fez sentir pelo fato de que as táticas envolviam o bloqueio de locais como pontes, igrejas e avenidas.

Isso impactou o modo como manifestantes e aderentes se reuniram nos distintos cenários espaciais. De modo geral, o Masp atuou como aglutinador de manifestantes nas fases de declínio e na fase inicial do processo. Na fase de eclosão, os espaços tradicionais ainda eram ativados com maior frequência. Nessa conjuntura, praças também foram centrais como espaço de aglutinação de aderentes. Na fase de diversificação, o número de pessoas tendeu a aumentar, as performances passaram a envolver deslocamentos maciços entre as pessoas. A área média explorada e percorrida em cada evento passou de 2,5 km na fase de eclosão para 6,3 km na fase

de diversificação e em seguida para 7,5km na fase de massificação, voltando a cair na fase seguinte. Essa variação na quilometragem percorrida foi efeito da diversificação de locais.

A Figura 7.14 apresenta o logaritmo da média das três fontes pesquisadas para o número de manifestantes e o tipo de local. Pontes e viadutos aparecem de maneira sistemática na fase de diversificação e foram fortemente atrativas para os manifestantes.

Figura 7.14 Log do Número Médio de Manifestantes por Evento, São Paulo, Ciclo de Junho, 2013

Fonte: BEP-CEBRAP (2013)

Ainda assim, à medida que o ciclo se vai avolumando, os manifestantes passaram a explorar locais fora do centro de São Paulo. Os prédios públicos só foram ativados na fase de massificação. Praças também foram ativados em frequência a partir da fase de massificação. Convém destacar a perda de centralidade de grandes avenidas como cenário de protesto após a fase de massificação. Ativistas e manifestantes passaram a preferir locais menos centrais e mais concentrados. Passado o ímpeto mobilizador da semana do dia 17 de junho, os manifestantes foram cada vez mais atraídos para locais tradicionais como a Praça Roosevelt e a Praça da Sé, evitando grandes congestionamentos da região da Avenida Paulista, por exemplo.

Do ponto de vista dos atores coletivos, os locais e o número de atores e coletivos estão relacionados a estratégias de maximização da visibilidade, o que levou os atores a procurarem novos locais e evitarem disputas entre si. Houve uma estratégia de contornar conflitos diretos entre manifestantes ainda que a capacidade dos cenários de mobilizações pudesse estar esgotada. Isso fica evidente na Figura 7.15 abaixo.

Figura 7.15 Conflito entre Manifestantes, Número de Atores Coletivos e Número de Locais, São Paulo, Ciclo de Junho, 2013

Fonte: BEP, CEBRAP, 2013

Na Figura 7.15, nota-se que, à medida que os atores coletivos aumentam em cada evento, novos locais eram acessados. Essa curva é mais íngreme nos eventos em que houve registro de conflitos entre manifestantes. Entretanto, à medida que o número de atores coletivos aumentava a partir de determinado ponto, os conflitos entre esses atores coletivos e/ou manifestantes avulsos parece não ter impactado a quantidade de locais de protesto. Isto é, a partir de determinado limiar, o conflito entre os atores deixava de ser relevante. Isso sugere que determinados protestos têm cenários mais conflituosos com determinado número de manifestantes e de atores coletivos.

7.6 Conclusão

Este capítulo teve como objetivo apresentar trajetos e locais utilizados pelos atores ao longo do ciclo de junho de 2013. A composição de cenários de mobilização variou bastante durante aquele mês, mas alguns pontos comuns devem ser salientados. O primeiro deles é que, durante a fase de eclosão, a proeminência de associações como o MPL-SP esteve ligada à seleção de percursos tradicionais de mobilização. A região central e a Avenida Paulista

aparecem como polos aglutinadores. Tais localidades, entretanto, são usadas de modos diferentes conforme o ciclo se vai avolumando. Nessa fase, as mudanças nos trajetos são causadas sobretudo pela ação policial. Houve uma disputa entre as forças de repressão do Estado e movimentos sociais em torno do acesso à Avenida Paulista. A partir da fase de diversificação, as disputas entre os atores pela visibilidade das manifestações e os efeitos adversos da repressão levaram à multiplicação dos trajetos das manifestações. Os trajetos planejados não puderam ser seguidos à risca, e novos espaços de mobilização afastados das áreas centrais foram testados. O Largo da Batata, por exemplo, pouco explorado até então, passou a ser mobilizado em virtude da facilidade de acesso ao transporte público e como estratégia de esquiva da ação policial. A chegada de novos atores ao protesto impactou os percursos no sentido de conferir maior variabilidade, mas também causar conflitos. A fase de massificação vê essas situações de conflitos entre manifestantes ganharem contornos mais nítidos. Esses confrontos entre manifestantes em polos políticos antagônicos resultaram em dois efeitos: a perda da centralidade da polícia militar como um ator que modificava os trajetos dos manifestantes e a existência de cenários diversificados de mobilização em regiões próximas. De um lado, manifestantes apartidários vestidos de verde-amarelo e de outros manifestantes partidários encurralados. No meio, sem chances de diplomacia, os autonomistas procuravam evitar que o confronto ganhasse dimensões maiores. A disputa pelos espaços centrais como Avenida Paulista se acirrou. Após a fase de intensa mobilização, os atores procuraram se reorientar no espaço urbano da cidade e passaram a procurar novos cenários para o protesto, separados uns dos outros. O ciclo de junho foi, assim, responsável por transformações nos modos como os ativistas e manifestantes passaram a ocupar os espaços físicos dentro da cidade.

Ocupar avenidas é dispendioso, especialmente quando a avenida é larga e incide sobre uma das artérias de grande circulação da cidade. As possibilidades de que protestos saiam do controle pode ser maior ou, pior ainda, que os protestos jamais cheguem a ter arranque o suficiente para ganhar visibilidade. Ao mesmo tempo, protestos em áreas delimitadas podem ser fáceis de controlar, mas igualmente fáceis de serem desmobilizados pela ação policial. Os organizadores desses eventos enfrentam essas encruzilhadas na seleção dos locais e no andamento dos trajetos. Nesse sentido, o perfil organizacional dos grupos pode estar correlacionado a estratégias de ocupação dos espaços. Partidos políticos podem explorar áreas mais abertas em virtude da facilidade de condução dos manifestantes e do acúmulo de recursos aplicados na logística do evento. Grandes avenidas e praças podem ser os cenários preferidos pelos manifestantes partidários.

Em junho, as manifestações de associações comerciais e sindicatos patronais estiveram concentrados em centros administrativos e comerciais. Cerca de 72% dos locais de protesto desse tipo de associação política estiveram vinculados a centros administrativos e comerciais. Essas associações representam um dos polos de mobilização espacial: o polo particularista. Por outro lado, sindicatos de trabalhadores exploraram com maior intensidade a diversidade de locais possíveis. Pelo menos 60% dos locais acessados pelos sindicatos de trabalhadores estavam distribuídos em pelo menos cinco categorias de locais. Praças, ruas, aeroportos, pontes, centros comerciais etc. aparecem frequentemente no repertório de performances espaciais dos sindicatos em virtude justamente da diversidade de associações e interesses internos dessa categoria. A escolha dos locais é governada sobretudo por pautas setoriais e específicas, mas que variam consideravelmente ao longo do tempo.

Movimentos sociais tendem a explorar de maneira controlada os cenários de mobilização. Movimentos sociais preferiram praças e avenidas como locais privilegiados de manifestação. Esses tipos de cenário respondem por 49% dos locais de protesto em junho. Ruas de pequeno porte respondem por 16%. O restante dos locais selecionados é dividido entre museus, prédios públicos, pontes e estações de metrô. Partidos políticos por sua vez optaram em maioria por permanecerem no espectro das avenidas e imediações. O recurso a praças, ruas pequenas, pontes e outros tipos de local mais específicos foi rejeitado por estas agremiações.

Movimentos sociais e partidos políticos aparecem como porta-vozes do tradicionalismo espacial quando se trata de mobilizações, ao menos em junho. Sindicatos de trabalhadores, ainda que com poucos eventos de protesto, apareceram como inovadores, ao menos no que toca à seleção dos locais. Isso se deve talvez ao fato de que o comparecimento de manifestantes avulsos a protestos organizados por sindicatos é menos dependente da logística dos locais e muito mais dos recursos aplicados pelos organizadores. Por outro lado, movimentos sociais e partidos políticos tendem a ser mais dependentes desse tipo de lógica em virtude da necessidade de maximizar as chances de “sucesso” da mobilização.

Os manifestantes passaram a procurar novos locais de protesto conforme a disputa pelos espaços foi ganhando contornos mais nítidos. Por exemplo, de modo tímido ou restrito, o MPL-SP optou por experimentar dois trajetos de mobilização e ambos chegam à Paulista: uma parte do centro e outro da borda do centro expandido. Isto em horários de pico de trânsito, cujos resultados foram congestionamentos incômodos do ponto de vista da gestão do andamento da cidade. Outros protestos tiveram deslocamentos menores, caso da Marcha da Maconha ou da mobilização de trabalhadores ligados ao setor de saúde, como o Fórum de Saúde Popular, que

preferiram percorrer um trajeto bastante usual, cujo epicentro vai do Masp, passando pela Avenida Paulista, a travessas específicas. Essas manifestações contaram com menos grupos apoiadores e dispõem de práticas de protesto menos afeitas ao uso de performances expressivas e artísticas. Por outro lado, associações e outros tipos de manifestante menos experientes cuja temática passava por demandas mais pontuais tenderam a permanecer enraizados nos mesmos locais de protesto.

O MPL-SP, embora ainda enraizado em locais clássicos como terminais de ônibus ou estações de metrô, procurou explorar gargalos novos da cidade de São Paulo. Isso só é possível graças ao suporte que as coalizões com outros movimentos sociais e associações permitirem. Cada associação convidada formalmente ou interessada em comparecer ao evento em função de afinidades de temas traz consigo uma reserva de ativistas e de participantes aderentes. A fase de pré-mobilização angaria esse apoio, para maximizar a quantidade de pessoa nas ruas. Isso ocorre em especial em campanhas de “tiro curto”. Isto é, atos contínuos no curto prazo com o intuito de revogar ou de contrapor determinadas leis. Há uma percepção de que determinadas *ameaças* políticas devem ser contrapostas urgentemente. Pode-se aventar que essas demandas urgentes implicam eventos de protestos pequenos, mas espalhados pelo espaço urbano e com alto grau de comprometimento por parte dos manifestantes. Concomitantemente, grandes eventos – com mais de mil pessoas – em áreas com maior visibilidade demandam maior coordenação das associações com movimentos sociais pares dentro do mesmo campo político. Determinados grupos são investidos por outras associações a portarem-se nas ruas como protagonistas.

Por outro lado, também existem eventos de protesto rotineiro, com pautas mais amplas, com o intuito de “conscientizar” a população, caso da legalização das drogas, luta contra o machismo, luta contra o racismo etc. Tais protestos tendem a ser setoriais e atrair grupos com pautas focais e sem coalizões intersetoriais. Surpreendentemente, prédios públicos e governamentais foram pouco ativados como alvo de protestos. Apesar das tentativas de invasão do Palácio do Governo e da Prefeitura de São Paulo durante os protestos, nem sempre esses locais foram visados como alvos. Os principais cenários de mobilização foram avenidas e praças, como estratégias de visibilização dos movimentos, e as ruas, com estratégia de deslocamento para confundir a polícia.

Três conclusões se extraem do que foi dito. Primeiro, que o ciclo de junho modificou o modo como os ativistas acessaram os espaços urbanos, dada a emergência de novos atores coletivos que disputaram os locais tradicionais de mobilização, levando à realocação de atores já estabelecidos. Segundo, o perfil organizacional dos atores coletivos limitou a aleatoriedade

dos eventos de protesto no tecido espacial urbano, indicando lugares preferenciais de atuação de cada grupo nos espaços públicos, definidos em função da capacidade de gerir a manifestação e evitar conflitos entre manifestantes e destes com a polícia. Por fim, em terceiro, a diversidade de atores nas ruas não foi uma “confusão” de temas e agendas; houve uma estruturação espacial dos atores durante os protestos, incluindo aí associações contra a corrupção e de “direita”, que haviam surgido antes do ciclo de confrontos de 2013. Manifestações anticorrupção, contra políticos ou com pautas morais já eram frequentes a partir dos últimos anos do mandato do segundo governo de Dilma Rousseff. Só estavam em locais diferentes. Depois de junho de 2013, esses ativistas jamais ocupariam os mesmos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há bastante literatura acerca do papel que as mídias digitais tiveram na disseminação dos protestos e no acirramento das insatisfações com a política de representação no Brasil. Repetiu-se à exaustão o chavão de que os manifestantes saíram do Facebook. A tese, defendida por Castells, da “sociedade em rede”, argumenta que no mundo globalizado a Internet conecta pessoas de diferentes lugares e retira relevância do espaço físico como estruturador de identidades políticas. Essa ligação em rede facilita a profusão de ideias e fortalece a democracia ao permitir a mistura de polos antagônicos. As pessoas se insurgiram contra o poder das grandes corporações e sua influência nefanda na vida pública. O grande malefício do capitalismo moderno seria o intervencionismo privatista nos espaços públicos. O ciclo de confronto em junho de 2013, segundo determinados analistas, foi interpretado nessa chave, como parte de um bloco globalizado de queixas e demandas contra o capitalismo moderno.

Um dos objetivos da tese foi ponderar essa ênfase, demonstrando, sobretudo, que a espacialidade urbana tem uma dimensão fundamental na construção dos ciclos de protesto. Outro ponto relevante é que a materialização da ação estatal nesses espaços oferece uma base ampla de divisões e clivagens políticas que transcende a esfera da intrusão do capital nas áreas públicas. O Estado fora um dos principais alvos. Não à toa. Talvez porque sua ação tem sido questionada em função da ineficiência. Incapacidades materializadas nos espaços urbanos. O Estado fornece meios de ação por meio das intervenções urbanas, gerando conflitos de interesses entre diversos agentes. Outro aspecto a ser salientado é que nem sempre a espacialidade se apresenta como um contexto homogêneo em que diversos ativistas coligados pelo interesse em suplantar ordens neoliberais e autoritárias se congratulam em praça pública. A retórica da confusão emerge justamente daí, pois, pelo contrário, espaços aproximam ao mesmo tempo em que acirram divisões e antagonismos. Tratou-se de entender esses jogos de visibilidade e disputa por meio dos processos de construção de cenários de protesto e dos mecanismos de enraizamento espacial. Juntos, aparecem como uma agenda profícua no intuito de entender como a espacialidade se mescla a processos diversos de produção de identidades políticas e seus efeitos na escalada do confronto político.

Quando se olha para eventos políticos concretos, as especificidades dos espaços saltam aos olhos. A ida às ruas é parte integral da construção de identidades políticas e do aprendizado da arte do protesto. Ocupar espaços tornou-se tática preferida em várias localidades durante junho de 2013. A ida até as prefeituras municipais em várias cidades médias e pequenas e as

disputas acirradas em São Paulo e outras metrópoles pelo direito de ocupar determinadas avenidas e praças atestam a vitalidade do espaço como forma aglutinadora de práticas políticas.

Espacialidade importa. É um meio pelo qual arranjos sociais se reproduzem ou são transformados. Mas, para entender essa relevância, faz-se necessário ir além das caracterizações dos espaços físicos urbanos como eixo de produção de demandas. O perigo é o reducionismo à questão urbana. Nessas formulações, o espaço é apenas uma materialização das distorções na distribuição de bens, recursos e serviços promovidos no capitalismo. O ciclo de confrontos de junho seria reflexo da perenidade dos problemas associadas à crise urbana, radicalizados pela falta de representatividade e pelo intervencionismo estatal que loteia a cidade conforme interesses privados. Obras da Copa do Mundo e a ganância capitalista associada a esses megaeventos contrastariam com as mazelas da provisão de serviços nas cidades.

O que essas perspectivas ignoram é que os usos dos espaços são importantes na construção e politização de identidades coletivas. A ida às ruas é uma faceta extremamente relevante na criação das práticas políticas. Além disso, diversos atores coletivos disputam os espaços na cidade. Há uma diferenciação dos tipos de local, queixa e demanda política sobre os locais. Isto é, há uma pluralidade de “questões urbanas” que transcendem a carestia ou a falta de estrutura urbana de qualidade. Há, em decorrência, disputas no plural. E, dentro de um território amplo como a cidade de São Paulo, por exemplo, diferentes áreas e espaços são associados a diferentes eixos de disputa política.

A cidade cria espaços precários, mas também oferece vantagens. Cria barreiras, mas também constrói pontes. A proximidade com os centros de poder, estruturas de comunicação e transporte, áreas abertas, diferentes estruturas associativas e coletivas facilitam a organização de protestos e a expressão de demandas. Os espaços urbanos são, nesse sentido, facilitadores de eventos políticos. Neste caso, a espacialidade é muito mais do que um sistema de coordenadas ou um circuito de “ausências” do poder público. A cidade não é só um espaço de carências. Ela também abre possibilidades.

A espacialidade urbana permite uma gama de interações possíveis. Os atores coletivos interagem não somente com o espaço, mas entre si por meio dos espaços. A política se fez nas ruas em 2013, e esse foi um dos motes dos manifestantes. A ocupação da marquise de prédios públicos em Brasília, já na fase de massificação do ciclo de confrontos, é exemplar. Por outro lado, o controle dos espaços públicos foi reforçado pela ação das polícias militares e encorajado

por setores da imprensa, caso da necessidade de “retomada” da Avenida Paulista. Isto é, havia disputas *nos espaços e pelos espaços*.

No conjunto, esta tese visou entender o modo como disputas e alianças entre atores coletivos definiram padrões relacionais de práticas e usos dos espaços nos protestos e como esse processo impactou o andamento do ciclo de confrontos de junho de 2013 na cidade de São Paulo. Argumentou-se que determinados espaços urbanos e os atores coletivos se produzem mutuamente se cristalizando em cenários de mobilização específicos na cidade de São Paulo. Os cenários de protesto compreendem áreas físicas na cidade de São Paulo que são acessados frequentemente pelos mesmos tipos de ator coletivos e que servem como palcos de expressão de demandas. Ou seja, os atores coletivos tendem a selecionar locas de protestos com características específicas, por facilidades logísticas e por marcações políticas. A noção de enraizamento espacial aponta que os atores coletivos como movimentos sociais, sindicatos, associações civis não selecionaram ao acaso espaços físicos de protesto. Existem tradições de ocupação dos locais. No ciclo de confrontos de 2013, esses cenários de protesto foram intensamente disputados e novos foram sendo testados. Ativistas já escolarizados se encontraram lado a lado com manifestantes avulsos sem experiência no feitio de protestos. Os espaços na cidade foram determinantes nesses encontros e nos descompassos que daí emergiram. A distribuição dos protestos em São Paulo, portanto não foi, pois, aleatória, seguiu esses cenários específicos.

O primeiro capítulo apresentou as principais linhas de análise em torno do ciclo de confrontos em junho daquele ano. Nessa vertente, conceitos e estratégias analíticas para explicar o episódio de 2013 foram emprestadas da sociologia urbana e da sociologia política nos anos 1970 e 1980, na linha da “crise urbana”, e agora no contexto da globalização. Por outro lado, uma vertente mais recente de interpretações tem salientado o modo como os atores se apropriam simbolicamente dos espaços. *O argumento desse capítulo foi na linha da teoria do confronto político, propondo uma análise da espacialidade que considera tanto a durabilidade estrutural de questões relativas ao espaço quanto a agency dos atores na constituição desses locais.*

O segundo capítulo reconstruiu a conjuntura dos anos anteriores ao ciclo, mostrando a eclosão de uma gama de temas e agendas políticas delicadas. Além da “crise urbana”, os megaeventos, as deficiências nos transportes públicos, questões identitárias, corrupção e a moralização da política constituíram temas que foram *tomando os espaços de protesto durante o governo Dilma Rousseff (2011-2013)*. A eclosão desse conjunto de demandas anteriores a

junho ajudou a fragmentar a base aliada e fomentar protestos em diversos âmbitos e *escalas espaciais de mobilização*.

O terceiro capítulo procurou entender a difusão de eventos de protesto no território nacional e de que modo a estrutura urbana nos municípios brasileiros ofereceu vantagens ou desvantagens para a execução de protestos. Apesar dos discursos da carestia e dos problemas urbanos como motor das mobilizações, o que se verificou foi um cenário mais complexo. As cidades com maior índice de mobilizações foram aquelas que somavam forte desigualdade de renda com condições razoáveis de infraestrutura urbana. Presume-se que o espaço não compareceu aqui apenas como parte das demandas, mas também como espaços e locais que facilitavam a exibição política de temas, inclusive dos temas ligados ao espaço.

O Capítulo 4 avançou nesse ponto procurando entender de que modo as políticas do urbano afetaram a produção do espaço na escala local. Nesse capítulo se enfatizou ao mesmo tempo a produção federal legislativa por meio de marcos legais e instrumentos de intervenção urbana quanto a produção de espaços de intervenção urbana na cidade de São Paulo. Esses fatores estão relacionados. Após a derrocada do regime militar, a mobilização em torno da reforma urbana ajudou a consolidar um campo de ativismo e de políticas públicas no setor. Na escala municipal, em São Paulo, a queda do regime militar e a inserção da cidade na economia global incentivaram projetos de revitalização do centro histórico e investimentos e benfeitorias no chamado “vetor sudoeste”. Essas duas grandes transformações modificaram as paisagens urbanas, criando os dois principais cenários de mobilização na cidade de São Paulo.

Esses cenários foram explorados no capítulo posterior e que cuidou de detalhar os eixos de mobilização na cidade no período de 2011 a 2013. O capítulo mostrou como se estruturaram esses eixos de mobilização. Longe da concentração de protestos na Avenida Paulista ou sem marcação posicional definida, os dados mostram um “corredor” de protestos que se foi formando pela conexão das imediações da Praça da Sé, passando pela Avenida Paulista e indo em direção a cenários pouco explorados, como o Largo da Batata. Essa área recobre tanto os principais centros de poder político na cidade como também oferece aos ativistas uma ampla margem de manobra na escolha e uso dos espaços físicos. Em resumo, esse capítulo articulou a ideia de que a cidade contém oportunidades e ameaças espaciais para o protesto.

As escolhas dos ativistas e dos atores coletivos em junho foram detalhadas no Capítulo 6. Discorreu-se sobre os espaços selecionados pelos atores e procurou-se reconstruir a reprodução dessas práticas de protesto através da noção de enraizamento espacial. Os espaços

físicos foram o suporte para a construção de alianças e coalizões entre atores coletivos. Foram identificados blocos de afinidade e blocos de similaridade para os atores. Nesse capítulo também se avançou na caracterização dos espaços preferenciais de cada associação de atores coletivos.

Por fim, o último capítulo procurou reconstruir os trajetos utilizados pelos ativistas e manifestantes. Os trajetos não foram governados exclusivamente por preferências prévias dos organizadores. A situação dos protestos na hora e a cena da rua alteravam os trajetos. Em junho, na cidade de São Paulo, os trajetos foram governados por três lógicas distintas. A primeira delas corresponde à interação entre policiais e ativistas. O controle policial dos espaços fez com que os manifestantes procurassem ao mesmo tempo ocupar porções da Avenida Paulista, mas também levou a experimentações com outros trajetos na borda da cidade. A segunda lógica diz respeito ao modo como diversos atores coletivos passaram a influenciar direta ou indiretamente os trajetos. Já não se tratava mais de associações procurando assumir o controle ante a polícia, mas de diversos atores coletivos com propostas de trajetos diferentes. Por fim, à medida que manifestantes avulsos se foram acrescentando aos eventos e outros atores coletivos foram assomando, os trajetos foram sendo produzidos em um regime conflitivo, no qual brigas e disputas por visibilidade não foram infrequentes. Em resumo, durante o ciclo de confronto de junho se viu uma profusão de novos cenários de protesto e um contexto de disputas em torno do controle do acesso a esses locais.

O mês de junho de 2013 transcorreu em marcha acelerada. Protestos corriqueiros e setoriais, com baixa participação e costumeiramente reprimidos pela polícia, passaram a figurar como catalisadores de um ciclo de confronto político de magnitude similar somente visto durante os episódios das Diretas Já. Protestos restritos a pequenas áreas dentro da cidade de São Paulo se espalharam por quilômetros em áreas centrais. Bloqueios pontuais em faixas periféricas no limite do horário comercial foram sendo substituídos por grandes concentrações dentro do horário de trabalho da maioria das pessoas. Diferentes espaços físicos foram conjugados e ocupados de modo diferencial durante junho, e a dinâmica relacional entre eles colaborou para a escalada do confronto.

Até meados de junho 2013, manifestantes de cores diversas andaram lado a lado, dividindo ou disputando espaços e principalmente se estranhando sem se reconhecerem mutuamente como atores políticos em lados diametralmente opostos. A partir da revogação do aumento da passagem, o quadro se modificou. No melhor dos casos, participantes que disputavam as mesmas ruas rumaram para calçadas opostas. Mais que isso, muitos apelaram

para o confronto físico direto clamando a rua como espaço legítimo de manifestação, fora da jurisdição de tal ou qual tipo de manifestante. Bandeiras vermelhas queimadas, camisas vermelhas banidas das manifestações.

Os protestos de junho não se encerraram em si mesmos. Eventos de protesto tomaram conta do Brasil nos anos seguintes, quando esses cenários seriam novamente acessados, mas desta vez com cisões específicas. Ora como tragédia, ora como comédia. Ora como batalha campal entre anarquistas, autonomistas e grupos de movimentos populares contra a polícia militar durante os protestos antes da Copa do Mundo de 2014; ora, em 2015, as cenas com milhares de manifestantes vestindo verde-amarelo com camisas da Seleção Brasileira de Futebol, evocando símbolos nacionais e saudando a presença da polícia militar na Avenida Paulista, enquanto ativistas socialistas contra o impeachment se distribuíram na Avenida Paulista e nas ruas do centro histórico. De um lado, manifestantes levantando bandeiras contra megaeventos e a má gestão dos espaços urbanos nas pontes conectando o centro expandido às periferias. No lado oposto, na Avenida Paulista, manifestantes gritando contra a corrupção, ingerência, incompetência e aparelhamento do governo petista. A partir de 2016, a dinâmica voltaria novamente a se modificar. Manifestantes deixaram de coparticipar nos mesmos espaços. Buscaram novos cenários. Em alguns casos, acamparam e ocuparam permanentemente determinadas áreas da cidade como estratégia de manter afastados manifestantes de lados opostos. O *Occupy* da direita, como um veículo de jornal o denominou, permanece acampado em frente à Fiesp. Um ano antes, manifestantes de movimentos por moradia ocuparam uma área da zona leste. Daquela vez, a razão eram os efeitos colaterais das obras da Copa do Mundo 2014. Ao término do megaevento, os manifestantes continuaram a ocupar o local.

Essas manifestações, com seus cenários, atores e trajetos de ação, fizeram parte da cidade de São Paulo e mais amplamente do Brasil nos últimos anos do governo petista com Dilma Rousseff (PT) na presidência. A queda de Dilma Rousseff em agosto de 2016 modificou a dinâmica do confronto político bem como sua espacialização, mas encerrou um ciclo de disputas em torno do direito legítimo à manifestação nos espaços públicos. Os meses seguintes ao impeachment viram surgir a consolidação de novos atores e movimentos associados ao liberalismo econômico e político e ao conservadorismo. Também se deflagrou o alinhamento de forças socialistas em torno de um movimento de eleições diretas, bem como de oposição às reformas ao então presidente em exercício, Michel Temer.

O ciclo de junho deu início a essa série de confrontos. A espacialização ajudou a formar identidades políticas opostas, bem como reformatou a apropriação espacial e tática por parte desses atores de cenários antes indisputados da “esquerda”. É mister investigar num sentido mais amplo a dualidade de espaços e atores e seus impactos na produção do confronto político pós-2013. Pergunta-se: a espacialidade urbana contribuiu para o acirramento dos embates entre polos distintos? Essa é uma questão relevante e que merece destaque em pesquisas futuras.

De todo modo, esta tese tentou demonstrar que os espaços físicos operaram materialmente a dinâmica de alianças e também de conflitos entre os atores. Em junho de 2013, novos e velhos atores políticos se encontraram nas ruas, dividindo conflituosamente espaços consagrados de manifestação pelas Diretas Já na redemocratização. Quando os polos se rejeitaram, temas se modificaram e novos espaços foram sendo ativados como pontos estratégicos de produção de demandas. Esta tese procurou contribuir para o esforço de entender como a espacialidade urbana contribuiu para a evolução do confronto político pós-2013 e ressaltar os mecanismos pelos quais o espaço impactou o processo político como um todo.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, A.; LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P. Civil Society Representation in the Participatory Budget and Deliberative Councils of São Paulo, Brazil. **IDS Bulletin**, v. 35, n. 2, p. 40–48, 2004. Wiley Online Library.
- AGNEW, J.; CROBRIDGE, S. **Mastering space: hegemony, territory and international political economy**. Routledge, 2002.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, v. 76, n. 49–86, 2009. Scielo Brasil.
- ALONSO, A. A POLÍTICA DAS RUAS: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer 1. **Novos Estudos**, p. 49, 2017. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, p. 144–159, 2017. Wiley Online Library.
- ANTUNES, R. As rebeliões de junho de 2013. **OSAL, Observatório de América Latina**, p. 37–49, 2013.
- AUYERO, J. Routine Politics and Collective Violence. The Grey Zone of the State. , 2007. Cambridge University Press, Cambridge, UK.
- AVRITZER, L. **Sociedade civil e democratização**. Livraria Del Rey Editora, 1994.
- AVRITZER, L. O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, , n. 91, p. 205–221, 2010. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- AZEVEDO, S. DE. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, v. 22, n. 4, p. 107–119, 1988.
- BALDASSARRI, D.; DIANI, M. The integrative power of civic networks. **American Journal of Sociology**, v. 113, n. 3, p. 735–780, 2007. The University of Chicago Press.
- BARBOSA, I. S. O lugar do Movimento de Moradia na mudança da política pública paulistana para as favelas (1979-1989). , 2014.
- BARREIRA, I. A. F. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 145, 2014.
- BARROS, A. DA S. X. Expansão da educação superior no Brasil: Limites e possibilidades. **Educ. Soc., Campinas**, v. 36, n. 131, p. 361–390, 2015.
- BLAY, E. A. Tendências Atuais da Sociologia Urbana no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, , n. 15, p. 61–77, 1974.
- BOSCHI, R. R. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. Iuperj, 1987.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9th ed. Campinas: Papirus Editora, 1996.
- BRAGA, R. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. **Observatório Social de América Latina**, v. 8, p. 51–61, 2013.
- BRANDÃO, L. C. Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular. , 2011. Universidade de São Paulo.
- BRASIL. Estatística do eleitorado. **Tribunal Superior Eleitoral, Quantitativo**. URL <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/estatisticas-de-eleitorado>, 2010.
- BRASIL, F. DE P. D.; CARNEIRO, R.; TEIXEIRA, L. M. G. Democracia e inclusão: novos

- marcos para o planejamento e as políticas urbanas no âmbito local a partir da Constituição Federal de 1988. , 2010. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
- BREIGER, R. L. The Duality of Persons and Groups. **Social forces**, v. 53, n. 2, p. 181–190, 1974. The University of North Carolina Press.
- BRINGEL, B. Miopias, Sentidos e Tendências do Levante Brasileiro de 2013. **Insight Inteligência**, v. 62, p. 42–53, 2013.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois. **Nueva Sociedad**, p. 1–17, 2015.
- BRITO, J. G. M. Copa pra quem? Estado de exceção e resistências em torno da Copa do Mundo FIFA 2014. , 2015. Universidade de São Paulo.
- CALDEIRA, D. Á. **Largo da Batata: transformações e resistências**, 2015. Universidade de São Paulo.
- CALDEIRA, T. São Paulo: The city and its protests. **Open Democracy**, 2013.
- CALDEIRA, T. P. DO R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.
- CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Editora Unicamp, 2011.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, p. 215–239, 1983.
- CASTELLS, M. The Urban Question: A Marxist Approach, trans. **Alan Sheridan, London: Edward Arnold**, 1977.
- CASTELLS, M. **The rise of the network society**. John Wiley & Sons, 2011.
- CASTRO, J. A. DE O.; MODESTO, L. O. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. , 2010. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- CHAUÍ, M. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. **Teoria e debate**, v. 113, 2013.
- COMIN, A. Cidades-regiões ou hiperconcentração do desenvolvimento? O debate visto do Sul. **São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)**. São Paulo, Ed, v. 34, 2011.
- CRESSWELL, T. **Place: an introduction**. John Wiley & Sons, 2014.
- DIANI, M. Green Networks: A Structural Analysis of the Italian Environmental Movement. , 1995. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- DIANI, M. **The Cement of Civil Society**. Cambridge University Press, 2015.
- DIANI, M.; BISON, I. DIANI, M.; BISON, I. Organizations, coalitions, and movements. *Theory and Society*, v. 33, n. 3, p. 281–309, 2004. Organizations, coalitions, and movements. **Theory and Society**, v. 33, n. 3, p. 281–309, 2004.
- DIANI, M.; MCADAM, D. **Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action**. New York: Oxford U Press, 2003.
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Relume-Dumará Rio de Janeiro, 1995.
- DONADON, J. A. Manifestações de junho de 2013: análise da atuação dos movimentos sociais e antissistêmicos. , 2016.
- DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos-CEBRAP**, , n. 97, p. 43–55, 2013. Scielo Brasil.
- DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. , 2017. Texto para discussão. Campinas (SP): Unicamp, IE.
- EARL, J.; MARTIN, A.; MCCARTHY, J. D.; SOULE, S. A. THE USE OF NEWSPAPER DATA IN THE STUDY OF COLLECTIVE ACTION. **Annual Review of Sociology**, v. 30, p. 65–80, 2004. Palo Alto: Annual Reviews, Inc. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/199586618?accountid=14643>>. .

- EVERETT, M. G.; VALENTE, T. W. Bridging, brokerage and betweenness. **Social Networks**, v. 44, p. 202–208, 2016. Elsevier B.V. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.socnet.2015.09.001>>.
- FILLIEULE, O.; JIMÉNEZ, M. Appendix A: the methodology of protest event analysis and the media politics of reporting environmental protest events. **Environmental protest in Western Europe**. Oxford University Press, Oxford, p. 258–279, 2003.
- FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. **A Theory of Fields**. 2012.
- FRANZOSI, R.; FAZIO, G. DE; VICARI, S. Ways of Measuring Agency: An Application of Quantitative Narrative Analysis to Lynchings in Georgia (1875-1930). **Sociological Methodology**, v. 42, n. 1, p. 1–42, 2012. Washington: American Sociological Association. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/1285124799?accountid=14643>>.
- GAMSON, W. A.; MEYER, D. S. **Framing political opportunity**. 1996.
- GIVAN, R. K.; ROBERTS, K. M.; SOULE, S. A. (EDS.). **The Diffusion of Social Movements: Actors, Mechanisms, and Political Effects**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- GOFFMAN, E. **Behavior in public places**. Simon and Schuster, 2008.
- GOHN, M. DA G. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 1, n. 2, p. 205–222, 2013.
- GOHN, M. DA G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Editora Vozes Limitada, 2014.
- GONDIM, L. M. P. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis. Revista Latinoamericana**, , n. 44, 2016. Centro de Investigación Sociedad y Políticas Públicas (CISPO).
- GOTTDIENER, M.; HUTCHISON, R. **The New Urban Sociology**. Boulder. , 2011. Westview Press.
- GOULD, R. V. **Insurgent identities: Class, community, and protest in Paris from 1848 to the Commune**. University of Chicago Press, 1995.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. **American journal of sociology**, v. 91, n. 3, p. 481–510, 1985. University of Chicago Press.
- GRAZIA, G. DE; RODRIGUES, E. Uma Alternativa para a gestão urbana: o Ministério das Cidades e seus desafios. **Revista Rio de Janeiro**, , n. 9, p. 11–21, 2003.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. , 2014. São Paulo: Martins Fontes.
- IBGE, B. Contas Nacionais-CONAC. **Sistema de Contas nacionais–Brasil referência**, 2011.
- JARDIM PINTO, C. R. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, , n. 100, 2017. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.
- JUDENSNAIDER, E.; LIMA, L.; POMAR, M.; ORTELLADO, P. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. Veneta, 2013.
- KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics**. Cornell University Press, 2014.
- KOLACZYK, E. D.; CSÁRDI, G. **Statistical Analysis of Network Data with R**. 2014.
- KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LAVALLE, A. G. Após a participação: nota introdutória. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, , n. 84, p. 13–23, 2011. Scielo Brasil.
- LEFEBVRE, H. **La revolución urbana**. , 1972. Alianza, .
- LEITNER, H.; PECK, J.; SHEPPARD, E. S. **Contesting neoliberalism: Urban frontiers**. Guilford Press, 2007.
- LIN, N. **Social capital: A theory of social structure and action**. Cambridge University press, 2002.

- LOBÃO, I. G. O processo de planejamento urbano na vigência do Estatuto da Cidade: os casos dos planos diretores de 2006 de São José dos Campos e Pindamonhangaba. , 2007. Universidade de São Paulo.
- LOSEKANN, C. Os protestos de 2013 na cidade de Vitória/ES: # resistir, resistir até o pedágio cair! **País mudo não muda**, p. 26–38, 2013.
- LÖW, M. **The Sociology of Space: Materiality, Social Structures, and Action**. Springer, 2016.
- MACHADO, M. R. D. A.; MACIEL, D. A. The Battle Over Abortion Rights in Brazil's State Arenas, 1995-2006. **Health and human rights**, v. 19, n. 1, p. 119, 2017. Harvard University Press & François-Xavier Bagnoud Center for Health and Human Rights.
- MALERONKA, C. Projeto e gestão na metrópole contemporânea: um estudo sobre as potencialidades do instrumento\’operação urbana consorciada\’à luz da experiência paulistana. , 2010. Universidade de São Paulo.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Editora Vozes, 2001.
- MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. , 2006. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- MARICATO, E.; VAINER, C.; HARVEY, D.; *et al.* Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. **São Paulo: Boitempo: Carta Maior**, 2013.
- MARQUES, E. C. L. EM BUSCA DE UM OBJETO ESQUECIDO: A política e as políticas do urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, p. 01, 2017a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/0102-6909-rbcsoc-3295092017.pdf>>..
- MARQUES, E. C. L. A Rede dos Gestores Locais em São Paulo. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 437–472, 2017b. Scielo Brasil.
- MARQUES, E. C.; TORRES, H. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. Senac, 2004.
- MARTIN, D. G.; MILLER, B. Space and Contentious Politics. **Mobilization: An International Journal**, v. 8, n. 2, p. 143–156, 2003. U Georgia, Athens dgmartin@uga.edu. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/60459398?accountid=14643>>..
- MCADAM, D. **Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970**. Chicago and London: University of Chicago Press, 1982.
- MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. **Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge University Press, 1996.
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: A partial theory. **American journal of sociology**, p. 1212–1241, 1977. JSTOR.
- MELUCCI, A. **Challenging codes: Collective action in the information age**. Cambridge University Press, 1996.
- MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Paz e Terra, 1989.
- MENEZES, D. B.; POSSAMAI, A. J. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Urbano (IDHM-U): proposta de um novo índice sintético para as Regiões Metropolitanas. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 43, n. 3, p. 73, 2016. Fundação de Economia e Estatística, Siegfried Emanuel Heuser.
- MILLER, B. **Spaces of contention: Spatialities and social movements**. Routledge, 2016.
- MISCHE, A. **Partisan Publics: Communication and Contention Across Brazilian Youth Activists Networks**. New Jersey: Princeton University Press, 2008.
- MOISÉS, J. Á. **Classes Populares e Protesto Urbano**, 1977. USP.
- MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. **Economia**

- regional e urbana: Contribuições teóricas recentes.** Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61–85, 2006.
- MOODY, J.; WHITE, D. R. Structural cohesion and embeddedness: A hierarchical concept of social groups. **American Sociological Review**, p. 103–127, 2003. JSTOR.
- MOREIRA, C. DA C. Da cidade cúmplice à cidade insurgente: sobre o Rio de Janeiro, desde junho de 2013. , 2014. Redobra.
- MOREIRA, O. DE L.; SANTIAGO, I. Vem prá rua: os protestos de junho. **Jornadas de Junho: Repercussões e leituras.** Campina Grande: EDUEPB, p. 13–21, 2013.
- NERI, M. C. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide.** Editora Saraiva São Paulo, 2011.
- NEUHOLD, R. DOS R. Movimentos sociais e políticas públicas: Um panorama das lutas por habitação social na área central da cidade de São Paulo. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 1, p. 19–43, 2009.
- NOBRE, M. **Choque de democracia: razões da revolta.** Editora Companhia das Letras, 2013.
- NOVELLINO, V. N. AS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS E O PAPEL CONSTITUCIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES. **Revista LEVS**, v. 19, n. 19, 2017.
- OLIVER, P. E.; MYERS, D. J. How events enter the public sphere: Conflict, location, and sponsorship in local newspaper coverage of public events. **The American Journal of Sociology**, v. 105, n. 1, p. 38–87, 1999. Chicago: University of Chicago, acting through its Press. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/195942800?accountid=14643>>. .
- POLLETTA, F.; KRETSCHMER, K. Free spaces. **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements**, 2013. Wiley Online Library.
- PORTA, D. DELLA; TARROW, S. Transnational processes and social activism: An introduction. **Transnational protest and global activism**, v. 1, 2005. Rowman and Littlefield Lanham, MD.
- QUADROS, C. F. DE; BARTZ, F. D.; NUNES, G. M. A Esfinge da Esquerda Brasileira: Decifrando Junho a partir de Porto Alegre e um novo Ciclo de Greves Lutas Sociais. **Tempos Históricos**, v. 21, n. 2, p. 232–264, 2017.
- RECUERO, R.; TOLEDO BASTOS, M.; ZAGO, G. Narrativa e violência: a cobertura do Outono Brasileiro no Twitter. **Matrizes**, v. 8, n. 2, 2014. Universidade de São Paulo.
- RELPH, E. **The Modern Urban Landscape (Routledge Revivals).** Routledge, 2016.
- REZENDE, P. J. Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo. **Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**, 2016.
- RICCI, R.; ARLEY, P. Nas Ruas. **A outra política que emergiu em Junho de**, 2013.
- ROJAS, F.; HEANEY, M. T. The Urban Geography of Protest Recruitment. , 2016.
- SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1988.
- SANTOS, E. H. Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013 | Crisis of political representation in Brazil and the protests of June 2013. **Liinc em Revista**, v. 10, n. 1, 2014.
- SCHERER-WARREN, I. Manifestações de Rua no Brasil 2013: Encontros e Desencontros na Política. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, p. 417–429, 2014. Scielo Brasil.
- SCHERRER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. , 1987. São Paulo, Editora Brasiliense.
- SERAFIM, L. Participação no governo Lula: as pautas da reforma urbana no Ministério das Cidades (2003-2010). , 2013. [sn].
- SEWELL JR, W. H. Space in contentious politics. **Silence and voice in the study of contentious politics**, v. 78, p. 18, 2001. Cambridge: Cambridge University Press.

- SILVA, C. F. DA; SILVA, M. K. “Se a passagem não baixar, a cidade vai parar”: transformações nas manifestações públicas de demandas relacionadas ao transporte coletivo na cidade de Porto Alegre, 1970-2013. **Marx, Vanessa; Costa, Marco Aurélio (Orgs.). Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições à Habitat III [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: CEGOV, 2016. p. 156-177, 2016.**
- SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos-CEBRAP**, , n. 97, p. 23–40, 2013. Scielo Brasil.
- SOLANO, E.; MANSO, B. P.; NOVAES, W. **Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. Geração Editorial, 2014.
- SOULE, S. A.; MCADAM, D.; MCCARTHY, J.; SU, Y. Protest events: cause or consequence of state action? The US women’s movement and federal Congressional activities, 1956-1979. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 4, n. 2, p. 239–256, 1999. Hank Johnston, Ph. D for the publication Mobilization.
- SPINA, P. R. O Movimento Passe Livre São Paulo: da sua formação aos protestos de 2013. , 2016. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
- TARROW, S. **The new transnational activism**. Cambridge University Press, 2005.
- TARROW, S. **Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- TATAGIBA, L. DESAFÍOS DA RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS: O CASO DO MOVIMENTO DE MORADIA DA CIDADE DE SÃO PAULO-PRIMEIRAS REFLEXÕES**. **Colombia Internacional**, , n. 71, p. 63–83, 2010.
- TATAGIBA, L.; CHAVES TEIXEIRA, A. C. Participação e democracia Velhos e novos desafios. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, 2006. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Os efeitos do movimento de moradia sobre as políticas públicas. **Anais do IX Encontro da ABCP**, 2014.
- TAVARES, F. M. M.; RORIZ, J. H. R.; OLIVEIRA, I. C. DE. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 140–166, 2016. Universidade Estadual de Campinas.
- TILLY, C. The City in Cultural Context. **Contemporary Sociology**, v. 14, n. 2, p. 264–265, 1985. New School Social Research. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/60962527?accountid=14643>>. .
- TILLY, C. Spaces of Contention. **Mobilization**, v. 5, n. 2, p. 135–159, 2000. Columbia U, New York, NY ct135@columbia.edu. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/60364418?accountid=14643>>. .
- TILLY, C. Contention over Space and Place. **Mobilization: An International Journal**, v. 8, n. 2, p. 221–225, 2003. Columbia U, New York, NY ct135@columbia.edu. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/60493162?accountid=14643>>..
- TILLY, C. **Regimes and Repertoires**. U Chicago Press, 2006.
- TONELLA, C. Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 1, p. 29–52, 2013. Scielo Brasil.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp. **Anais....** p.169–244, 1999.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social Network Analysis: Methods and Applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- ZANETTI, V. Z. Planos e projetos ausentes: desafios e perspectivas das áreas centrais de São Paulo. , 2005. Tese de Doutorado, FAU USP, São Paulo, 2005. Compromisso de Brasília, de 1970: 1º Encontro dos governadores de estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais.